



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO



FAMETRO
CENTRO UNIVERSITÁRIO

PRESIDENTE DO GRUPO IME

Wellington Lins de Albuquerque

REITORA DO CEUNI FAMETRO

Maria do Carmo Seffair Lins de Albuquerque

PRÓ – REITORA ACADÊMICA DO CEUNI FAMETRO

Cinara da Silva Cardoso

PROCURADORA INSTITUCIONAL

Alexandra Priscilla Tregue Costa

COORDENADORA DE ENSINO

Kelen Priscila Oliveira Buraslan Marcião

COORDENAÇÃO DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

Arq. Ulli Guerreiro de Toledo

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – 2022

MSc. Luciano de Pinho Martins- Presidente | MSc. Valdir Pavanelo Jr. –
Representante Docente | Adilsimar S. Maciel Lima – Representante Administrativo |
Bárbara S. Castro Abreu - Representante Discente | Cristiano Lucio T. Lira -
Representante da Comunidade

SUMÁRIO

| | |
|---|--------------------------------------|
| 1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES..... | 9 |
| 1.1 NOME DA MANTENEDORA..... | 9 |
| 1.2 NOME E BASE LEGAL DA MANTIDA..... | 10 |
| 1.3 PERFIL E MISSÃO DA MANTIDA..... | 11 |
| 1.4 DADOS SOCIOECONÔMICO E SOCIOAMBIENTAIS DA REGIÃO..... | 12 |
| 2. SÍNTESE DA IES..... | 13 |
| 2.1 BREVE HISTÓRICO DA MANTENEDORA..... | 13 |
| 2.2 HISTÓRICO, PERFIL E MISSÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO..... | 13 |
| 3. ORGANOGRAMA..... | 28 |
| 4. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO..... | 28 |
| 4.1 NOME DO CURSO E MODALIDADE DE OFERTA..... | 28 |
| 4.2 RELATO DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO/IMPLANTAÇÃO/CONSOLIDAÇÃO DO PPC..... | 29 |
| 4.3 ENDEREÇO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO..... | 29 |
| 4.4 ATOS LEGAIS DO CURSO E DATA DA PUBLICAÇÃO (AUTORIZAÇÃO/RECONHECIMENTO/RENOVAÇÃO)..... | 30 |
| 4.5 CONCEITOS DO CURSO (CC, CPC, ENADE)..... | 30 |
| 4.6 NÚMERO DE VAGAS DO CURSO E TURNOS DE FUNCIONAMENTOS..... | 30 |
| 4.7 CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO E TEMPO MÍNIMO E MÁXIMO DE INTEGRALIZAÇÃO..... | 30 |
| 4.8 PROTOCOLO DE COMPROMISSO OU TERMO DE SANEAMENTO DE DEFICIÊNCIA, MEDIDAS CAUTELARES, TERMOS DE SUPERVISÃO..... | 30 |
| 4.9 PERFIL DO COORDENADOR..... | 31 |
| 4.9.1 Nome, formação, titulação, tempo de experiência dentro e fora do magistério..... | 31 |
| 4.10 TEMPO MÉDIO DE PERMANÊNCIA DO NDE..... | 31 |
| 4.11 TEMPO MÉDIO DE PERMANÊNCIA DO COLEGIADO..... | 31 |
| 4.12 DISCIPLINAS EM LÍNGUA ESTRANGEIRA..... | 32 |
| 4.13 CONVÊNIO..... | 32 |
| 4.14 QUANTITATIVO ANUAL DO CORPO DISCENTE, DESDE O ÚLTIMO ATO AUTORIZATIVO (INGRESSANTES MATRICULADOS EM TCC, PARTICIPANTES DE PROJETOS DE PESQUISA POR ANO, PARTICIPANTES EM PROJETOS DE EXTENSÃO POR ANO, PARTICIPANTES DE FINANCIAMENTO POR ANO..... | 33 |
| 4.15 Justificativa para a criação do curso e número de IES que ofertam o curso no Município..... | 33 |
| 4.15.1 Demandas de Natureza Econômica..... | 33 |
| 4.15.2 Demandas de Natureza Social..... | Erro! Indicador não definido. |
| 4.15.3 Demandas Culturais..... | 36 |
| 4.15.4 Demandas Políticas de Saúde..... | Erro! Indicador não definido. |
| 4.15.5 Demandas de Natureza Ambiental..... | 37 |
| 4.16 NÚMERO DE IES QUE OFERTAM O CURSO NO MUNICÍPIO..... | 37 |
| DIMENSÃO 1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA..... | 39 |
| 1.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO..... | 39 |
| 1.1.1 Política de Ensino..... | 39 |
| 1.1.2 Núcleos de apoio ao ensino..... | 41 |
| 1.1.3 Programas de Ensino..... | 42 |
| 1.1.4 Ações de Ensino..... | 43 |
| 1.1.5 Sistemática de atualização de currículos e novas competências..... | 45 |
| 1.1.6 Política de Pesquisa..... | 54 |
| 1.1.7 Programas de Pesquisa..... | 55 |
| 1.1.8 Ações acadêmico administrativas para a pesquisa, iniciação científica, inovação tecnológica..... | 57 |
| 1.1.9 Política de Extensão e Responsabilidade Social..... | 58 |
| 1.1.10 A indissociabilidade entre as Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão..... | 59 |
| 1.1.11 Programas de Extensão..... | 60 |
| 1.1.12 Política Ambiental..... | 61 |
| 1.1.13 Política de Direitos Humanos..... | 64 |
| 1.1.14 Política de Internacionalização e Mobilidade Acadêmica..... | 65 |
| 1.1.15 Programa de Internacionalização e Mobilidade Acadêmica..... | 65 |
| 1.1.16 Políticas Institucionais e Ações de Estímulo Relacionadas à Difusão das Produções Acadêmicas: Científica, Didático-Pedagógico, Tecnológica, Artística e Cultural..... | 67 |
| 1.1.17 Políticas de Estímulo à Participação em Eventos..... | 68 |
| 1.1.18 Política de Acompanhamento de Egressos..... | 68 |
| 1.1.19 PAPEERI – Programa de Articulação, Ensino, Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Social..... | 70 |
| 1.1.20 Projeto do PAPEERI do curso..... | 72 |

| | | |
|--------|--|-----|
| 1.1.21 | Projetos Interdisciplinares do Curso | 74 |
| 1.1.22 | Projetos Transversais do Curso..... | 75 |
| 1.1.23 | Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica previstos para o curso..... | 77 |
| 1.1.24 | Projeto de Inovação Pedagógica do Curso | 77 |
| 1.1.25 | Projetos de Extensão previstos para os primeiros anos do curso..... | 78 |
| 1.1.26 | Projetos de Atividades Complementares do Curso..... | 78 |
| 1.1.27 | Projetos de Atividades Extracurriculares do Curso | 79 |
| 1.1.28 | Projeto de Atividades Artísticas Culturais do Curso | 80 |
| 1.1.29 | Práticas Exitosas ou Inovadoras do Curso..... | 80 |
| 1.1.30 | Projetos de Responsabilidade Social do Curso | 81 |
| 1.2 | OBJETIVOS DO CURSO | 82 |
| 1.3 | PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO..... | 83 |
| 1.3.1 | PERFIL DO EGRESSO EM CONSONÂNCIA COM AS DCNS..... | 83 |
| 1.3.2 | COMPETÊNCIAS E HABILIDADES GERAIS | 84 |
| 1.3.3 | COMPETÊNCIAS E HABILIDADES ESPECÍFICAS | 85 |
| 1.3.4 | PLANEJAMENTO PARA AMPLIAÇÃO DO PERFIL DO EGRESSO PARA O MUNDO DO TRABALHO..... | 85 |
| 1.4 | ESTRUTURA CURRICULAR (LIBRAS- OBRIGATÓRIA PARA LICENCIATURAS E FONOAUDIOLOGIA)..... | 87 |
| 1.4.1 | ELEMENTOS INOVADORES DA ESTRUTURA CURRICULAR | 89 |
| 1.4.2 | POLÍTICAS DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU..... | 91 |
| 1.4.3 | POLÍTICAS DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU | 93 |
| 1.4.4 | MATRIZ CURRICULAR COM QUADRO DE OPTATIVAS E QUADRO RESUMO DO CURSO | 94 |
| 1.4.5 | EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIAS DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS E OPTATIVAS | 98 |
| 1.5 | CONTEÚDO CURRICULARES..... | 128 |
| 1.5.1 | RELAÇÃO DAS DISCIPLINAS DA MATRIZ COM OS CONTEÚDOS CURRICULARES EXIGIDOS NAS DCNS... .. | 129 |
| 1.6 | METODOLOGIA | 131 |
| 1.6.1 | Metodologia de Ensino de Educação a Distância e sua Acessibilidade | 131 |
| 1.6.2 | Metodologia das Atividades Presenciais Obrigatórias..... | 137 |
| 1.6.3 | Metodologia das Atividades Interdisciplinares..... | 144 |
| 1.6.4 | Metodologia das Atividades Transversais de Educação Ambiental e Educação Étnico Racial | 146 |
| 1.6.5 | Metodologia da Educação para os Direitos Humanos | 148 |
| 1.6.6 | Metodologia da Articulação do Ensino, Pesquisa e Extensão..... | 150 |
| 1.6.7 | Metodologia de Avaliação do ensino Aprendizagem..... | 152 |
| 1.7 | ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO..... | 154 |
| 1.7.1 | Introdução..... | 154 |
| 1.7.2 | Justificativa..... | 154 |
| 1.7.3 | Determinação das DCNS para o estágio supervisionado..... | 154 |
| 1.7.4 | Áreas de Estágio, Período Forma de Integralização da Carga Horária, Critério de Avaliação e Produto do estágio..... | 155 |
| 1.7.5 | Convênios Para Estágio Supervisionado..... | 155 |
| 1.7.6 | Forma de Orientação e Planejamento para Acompanhamento pelo Docente Orientado do Estágio Supervisionado..... | 155 |
| 1.7.7 | Forma de Supervisão do Estágio Supervisionado | 158 |
| 1.7.8 | Forma de Coordenação do Estágio Supervisionado | 158 |
| 1.7.9 | Práticas do Estágio e Estratégias para a Gestão da Integração entre o Ensino e o Mundo do Trabalho | 158 |
| 1.7.10 | Gestão de Insumos para Atualização das Práticas do Estágio..... | 165 |
| 1.7.11 | Interlocução Institucionalizada da IES com os ambientes com a produção de insumos para a atualização das práticas de estágio | 166 |
| | | 167 |
| 1.8 | Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da educação básica..... | 171 |
| 1.9 | Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática..... | 171 |
| 1.10 | ATIVIDADES COMPLEMENTARES..... | 172 |
| 1.10.1 | Carga Horária das Atividades Complementares do Curso | 172 |
| 1.10.2 | Forma de Aproveitamento das Atividades Complementares | 172 |
| 1.10.3 | ADERÊNCIA DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES À FORMAÇÃO GERAL E ESPECÍFICA DO DISCENTE . | 174 |
| 1.10.4 | MECANISMOS INOVADORES NA REGULAÇÃO, GESTÃO E APROVEITAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES. | 175 |
| 1.10.5 | REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES..... | 177 |
| 1.11 | TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)..... | 183 |
| 1.11.1 | DETERMINAÇÃO DAS DCNS PARA O TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO - TCC | 183 |

| | | |
|----------|---|-----|
| 1.11.2 | ÁREAS, PERÍODO, CARGA HORÁRIA E PRODUTO DO TCC | 184 |
| 1.11.3 | FORMA DE APRESENTAÇÃO DO TCC | 184 |
| 1.11.4 | FORMA DE ORIENTAÇÃO DO TCC..... | 184 |
| 1.11.5 | FORMA DE COORDENAÇÃO DO TCC | 185 |
| 1.11.6 | FORMA DE DIVULGAÇÃO DE MANUAIS ATUALIZADOS DE APOIO À PRODUÇÃO DOS TRABALHOS..... | 186 |
| 1.11.7 | FORMA DE DISPONIBILIZAÇÃO DOS TCC'S EM REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS | 186 |
| 1.11.8 | REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO | 186 |
| 1.12 | APOIO AO DISCENTE..... | 187 |
| 1.12.1 | <i>Acolhimento ao Ingressante.....</i> | 204 |
| 1.12.2 | <i>Controle de Evasão.....</i> | 205 |
| 1.12.3 | <i>Acessibilidade Metodológica e Instrumental</i> | 205 |
| 1.12.4 | <i>Intermediação e Acompanhamento do Estágio Não Obrigatório</i> | 208 |
| 1.12.5 | <i>Apoio psicopedagógico e de acessibilidade- NAPA.....</i> | 208 |
| 1.12.6 | <i>Nivelamento</i> | 208 |
| 1.12.7 | <i>Representatividade Discente e Diretório Acadêmico</i> | 209 |
| 1.12.8 | INTERNACIONALIZAÇÃO E MOBILIDADE ACADÊMICA | 209 |
| 1.12.9 | AÇÕES INOVADORAS | 209 |
| 1.12.9.1 | <i>Projeto de Formação de Líderes e Formação de Empreendedores.....</i> | 209 |
| 1.12.9.2 | <i>Conecta Mundo</i> | 210 |
| 1.12.9.3 | <i>Workshop de Empregabilidade</i> | 211 |
| 1.12.9.4 | <i>Monitoria</i> | 212 |
| 1.13 | <i>Gestão do curso e as ações decorrentes dos processos de avaliação interna e externa do curso.....</i> | 213 |
| 1.13.1 | <i>Objetivos do Processo de Auto Avaliação Institucional e de Curso</i> | 214 |
| 1.13.2 | <i>Planejamento da Avaliação Institucional e do Curso.....</i> | 215 |
| 1.13.3 | <i>Relatório Analítico do Resultado da Avaliação de Curso</i> | 218 |
| 1.13.4 | <i>Plano de Acadêmico Administrativo de Gestão do Curso</i> | 219 |
| 1.13.5 | <i>Plano de Ação de Melhoria de Gestão Institucional</i> | 222 |
| 1.13.6 | <i>Divulgação dos Resultados para a Comunidade Acadêmica.....</i> | 222 |
| 1.14 | Atividades de tutoria | 223 |
| 1.14.1 | <i>Mediação Pedagógica junto aos Discentes em Momentos Online</i> | 225 |
| 1.14.2 | <i>Mediação Pedagógica em Momento Presencial.....</i> | 225 |
| 1.14.3 | <i>Domínio de Conteúdo, de Recursos e dos Materiais Didáticos.....</i> | 226 |
| 1.14.4 | <i>Acompanhamento dos Discentes no Processo Formativo.....</i> | 229 |
| 1.14.5 | <i>Planejamento de Avaliação Periódica por Estudantes e Equipe Pedagógica do Curso e Ações Corretivas e de Aperfeiçoamento das Atividades Futuras.....</i> | 229 |
| 1.14.6 | <i>Atividades Presenciais Obrigatórias</i> | 230 |
| 1.15 | CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES NECESSÁRIAS ÀS ATIVIDADES DE TUTORIA | 231 |
| 1.15.1 | <i>Adequação dos Conhecimentos, Habilidades e Atitudes dos Tutores para as Ações Alinhadas ao PPC, às Demandas Comunicacionais e às Tecnologias Previstas para o Curso</i> | 231 |
| 1.15.2 | <i>Planejamento de Avaliações Periódicas de Identificação de Necessidade de Capacitação de Tutores</i> | 232 |
| 1.15.3 | <i>Apoio Institucional para Adoção de Práticas Criativas e Inovadoras para Permanência e Êxito dos Discentes.....</i> | 233 |
| 1.16 | TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM..... | 234 |
| 1.16.1 | <i>TICs Planejadas para o Processo de Ensino Aprendizagem</i> | 234 |
| 1.16.2 | <i>Viabilização Acessibilidade Digital e Comunicacional por meio das TICs</i> | 234 |
| 1.16.3 | <i>Interatividades entre Discente, Docentes e Tutores e Acesso a Materiais e Recursos Didáticos por meio das TICs a quaisquer horas e lugar</i> | 234 |
| 1.16.4 | <i>Experiências Diferenciadas de Aprendizagem Baseadas no uso das TICs.....</i> | 235 |
| 1.17 | AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM – AVA | 235 |
| 1.17.1 | <i>Materiais, Recursos e Tecnologias do AVA para a Cooperação e Reflexão sobre Conteúdos entre Tutores, Discentes e Docentes</i> | 235 |
| 1.17.2 | <i>Acessibilidade Metodológica, Instrumental e Comunicacional no AVA.....</i> | 236 |
| 1.17.3 | <i>Avaliação Periódica do AVA documentadas e Ações de Melhoria Contínua</i> | 237 |
| 1.18 | MATERIAL DIDÁTICO INSTITUCIONAL | 238 |
| 1.18.1 | <i>Planejamento da Elaboração e Validação pela Equipe Multidisciplinar do EAD do Material Didático das Disciplinas EAD, em termos de Abrangência, Coerência, Acessibilidade Adequação de Bibliografia, Linguagem Inclusiva e Recursos Inovadores.....</i> | 238 |
| 1.19 | Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem | 239 |
| 1.19.1 | <i>Atendimento do Acompanhamento e de Avaliação para a Concepção do Curso</i> | 239 |

| | |
|---|------------|
| 1.19.2 Avaliação do Ensino Aprendizagem e Autonomia Discente | 241 |
| 1.19.3 Avaliação Diagnóstica..... | 242 |
| 1.19.4 Avaliação Formativa | 242 |
| 1.19.5 Avaliação Somativa | 242 |
| 1.19.6 Disponibilização dos Resultados das Avaliações de Ensino Aprendizagem..... | 243 |
| 1.19.7 Planejamento de Ações para Melhoria da Aprendizagem..... | 244 |
| 1.20 NÚMERO DE VAGAS E FORMAS DE ACESSO AO CURSO..... | 245 |
| 1.20.1 Número de Vagas Pleiteado..... | 245 |
| 1.20.2 Estudo Qualitativo e Quantitativo de Adequação do Número de Vagas e Adequação à Dimensão do Corpo Docente e à Infraestrutura Física e Tecnológica | 245 |
| 1.20.3 Formas de Acesso ao Curso..... | 247 |
| 1.20.4 Do Processo Seletivo | 247 |
| 1.20.5 Da Transferência Externa..... | 248 |
| 1.20.6 Transferência ex officio | 248 |
| 1.20.7 Do Portador de Diploma de Curso Superior..... | 249 |
| 1.20.8 Da Reopção..... | 250 |
| 1.20.9 Do Enem | 250 |
| 1.20.10 Matrícula | 250 |
| 1.21 INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO (LICENCIATURAS) | 251 |
| 1.21.1 Convênios e ações previstas para integração com a rede pública de ensino | 251 |
| 1.21.2 Ações e uso de tecnologias educacionais de desenvolvimento, testagem, execução e avaliação de estratégias didático-pedagógicas | 251 |
| 1.21.3 Forma de documentação das experiências na rede pública de ensino | 251 |
| 1.21.4 Resultados esperados/atingidos para discentes e para rede pública de escolas de educação básica | 251 |
| 1.21.5 Planejamento/execução de ações inovadoras na integração com a rede pública de escolas de educação básica..... | 251 |
| 1.22 Integração do curso com o sistema local e regional de saúde – SUS..... | 252 |
| 1.22.1 Convênios e Integração com o Sistema Local e Regional de Saúde | 252 |
| 1.22.2 Formação Discentes em Serviço e sua Inserção em Equipes Multidisciplinares e Multiprofissionais nos Diferentes Cenários do Sistema e Diferentes Níveis de Complexidade..... | 252 |
| 1.23 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA ÁREAS DE SAÚDE | 252 |
| 1.23.1 Atividades Práticas de Ensino da Saúde em Conformidade com as DCNs. | 252 |
| 1.23.2 Regulação para a Orientação, Supervisão e Responsabilidade Docentes para a Inserção nos Cenários do SUS e Outros Ambientes Profissionais..... | 252 |
| 1.23.3 Desenvolvimento de Competências Específicas da Profissão relacionadas ao Contexto de Saúde da Região | 252 |
| 1.24 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA LICENCIATURAS..... | 253 |
| 1.24.1 Relação das atividades práticas de ensino da licenciatura com as DCNs da Educação Básica, da formação de formação de professores e da área de conhecimento da licenciatura | 253 |
| 1.24.2 Distribuição das Atividades Práticas de Ensino para a Licenciatura Relacionando Teoria e Prática de Forma Reflexiva ao Longo de Todo o Curso | 253 |
| DIMENSÃO 2: CORPO DOCENTE E TUTORIAL | 253 |
| 2.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE..... | 253 |
| 2.1.1 Composição do NDE..... | 254 |
| 2.1.2 Atribuições do NDE | 254 |
| 2.1.3 Planejamento dos Estudos e Avaliação Periódica o PPC pelo NDE..... | 254 |
| 2.2 Equipe multidisciplinar..... | 256 |
| 2.2.1 Plano de ação da equipe multidisciplinar e processos de trabalho formalizados | 259 |
| 2.2.2 Atuação da equipe multidisciplinar e processos de trabalho formalizados..... | 260 |
| 2.3 ATUAÇÃO DO COORDENADOR | 261 |
| 2.3.1 Relação do Coordenador com Docentes, Discentes, Tutores | 262 |
| 2.3.2 Representatividade do Coordenador nos Colegiados Superiores | 262 |
| 2.3.3 Plano Acadêmico Administrativo de Gestão do Curso sua Documentação e Compartilhamento | 263 |
| 2.3.4 Indicadores de Desempenho do Coordenador e sua Publicização | 266 |
| 2.3.5 Planejamento da Administração do Corpo Docente | 267 |
| 2.4 REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DO CURSO | 267 |
| 2.4.1 Atribuições do Coordenador de Curso | 268 |
| 2.4.2 Relação do Coordenador com Docentes, Discentes, Tutores | 268 |

| | |
|---|------------|
| 2.4.3 Representatividade do Coordenador nos Colegiados Superiores..... | 269 |
| 2.4.4 Plano Acadêmico Administrativo de Gestão do Curso sua Documentação e Compartilhamento.... | 270 |
| 2.4.5 Indicadores de Desempenho do Coordenador e sua Publicização..... | 273 |
| 2.4.6 Planejamento da Administração do Corpo Docente..... | 274 |
| 2.5 CORPO DOCENTE: TITULAÇÃO..... | 275 |
| 2.5.1 Relação do Corpo com a Respectiva Titulação..... | 275 |
| 2.5.2 Relação da titulação dos docentes com seu desempenho em sala de aula, capacidade de analisar conteúdos curriculares e fomentar o raciocínio crítico e relevância para atuação profissional e acadêmica..... | 276 |
| 2.6 REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO..... | 276 |
| 2.6.1 Relação do Corpo Docente com o Respectivo Regime de Trabalho..... | 276 |
| 2.6.2 Atribuição dos Docentes e Forma de Registro das Atribuições Individuais Considerando a Carga Horária por Atividade..... | 276 |
| 2.7 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE..... | 277 |
| 2.7.1 Relação do corpo docente com as respectivas experiências profissionais FORA do magistério superior..... | 277 |
| 2.7.2 Relação da experiência do corpo docente previsto e seu desempenho fora do magistério superior..... | 277 |
| 2.8 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA..... | 277 |
| 2.8.1 Estudo que Demonstra e justifica a Relação entre a Experiência no Exercício da Educação Básica do Corpo Docente..... | 277 |
| 2.9 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE NA DOCÊNCIA SUPERIOR..... | 278 |
| 2.9.1 Relação do Corpo Docente com as Respectivas Experiências no Magistério Superior..... | 278 |
| 2.10 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA..... | 278 |
| 2.10.1 Estudo que Demonstra e Justifica a Relação entre a Experiência no Exercício da Docência na Educação a Distância do Corpo Docente e seu Desempenho na Identificação das Dificuldades de Aprendizagem, Contextualização dos Conteúdos, Avaliação diagnóstica, formativa e somativa, Liderança e Produção reconhecida..... | 278 |
| 2.11 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA TUTORIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA..... | 281 |
| 2.11.1 Relação da experiência no exercício da tutoria na educação à distância do corpo tutorial e a capacidade de fornecer suporte às atividades dos docentes, realizar mediação pedagógica, relacionar-se com docentes, incrementar processos de ensino aprendizagem, orientar e sugerir atividades e leituras complementares..... | 281 |
| 2.12 ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO..... | 282 |
| 2.12.1 Institucionalização do Colegiado com Representatividade dos Segmentos e Periodicidade e Registro das Reuniões..... | 283 |
| 2.12.2 Fluxo para Encaminhamentos das Decisões, Encaminhamento e Execução..... | 284 |
| 2.12.3 Avaliação Periódica do Desempenho das Decisões Colegiadas para Implementação ou Ajuste de Práticas de Gestão..... | 284 |
| 2.13 TITULAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO DE TUTORES DO CURSO..... | 285 |
| 2.13.1 Demonstração que todos os Tutores são Graduados na Área da Disciplina e da Titulação da sua Maioria..... | 285 |
| 2.14 EXPERIÊNCIA DO CORPO DE TUTORES EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA..... | 285 |
| 2.14.1 Estudos que Demonstra e Justifica a Relação entre a Experiência dos Tutores em Educação a Distância e seu Desempenho na Identificação de Dificuldades de Aprendizagem, Exposição do Conteúdo em Linguagem Aderente, Contextualização dos Conteúdos, Adoção de Práticas Exitosas e Inovadoras..... | 285 |
| 2.15 INTERAÇÃO ENTRE TUTORES, DOCENTES E COORDENADOR DE CURSO..... | 286 |
| 2.15.1 Planejamento da Interação entre Tutores, Docentes e Coordenador de Curso..... | 288 |
| 2.15.2 Avaliação Periódica para Incremento na Interação entre os Interlocutores..... | 289 |
| 2.16 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA..... | 290 |
| 2.16.1 Relação do Corpo Docente Previsto e suas Respectivas Produções..... | 290 |
| DIMENSÃO 3: INFRAESTRUTURA..... | 290 |
| 3.1 ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL..... | 290 |
| 3.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR..... | 290 |
| 3.3 SALA COLETIVA DE PROFESSORES..... | 290 |
| 3.4 SALAS DE AULA..... | 291 |
| 3.5 ACESSO DOS ALUNOS AOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA..... | 291 |
| 3.6 BIBLIOGRAFIA BÁSICA POR UNIDADE CURRICULAR..... | 292 |
| 3.7 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR..... | 292 |
| 3.8 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO BÁSICA..... | 294 |
| 3.8.1 Laboratórios Básicos do 1º Ano do Curso (CST) ou 1º e 2º Ano (Bacharelados e Licenciatura).... | 294 |

| | | |
|--------|--|-----|
| 3.8.2 | NORMAS DE FUNCIONAMENTO, UTILIZAÇÃO E SEGURANÇA EM CASO DE AULA PRESENCIAL | 295 |
| 3.9 | LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA | 295 |
| 3.9.1 | <i>Laboratórios Especializados do 1º Ano do Curso (CST) ou 1º e 2º Ano (Bacharelados e Licenciatura)</i> | 295 |
| 3.9.2 | <i>Normas de Funcionamento, Utilização e Segurança</i> | 296 |
| 3.10 | LABORATÓRIOS DE ENSINO PARA A ÁREA DE SAÚDE..... | 296 |
| 3.10.1 | <i>Laboratório Específicos e Multidisciplinares em Conformidade com as DCNs</i> | 296 |
| 3.11 | LABORATÓRIOS DE HABILIDADES | 296 |
| 3.11.1 | <i>Laboratório de Habilidades da Atividade Médica ou de Saúde</i> | 296 |
| 3.11.2 | <i>Capacitação dos Discentes nas Diversas Competências nas Diferentes Fazes do Curso</i> | 296 |
| 3.12 | UNIDADES HOSPITALARES E COMPLEXO ASSISTENCIAL CONVENIADOS | 296 |
| 3.12.1 | <i>Unidades Hospitalares Conveniadas em Condições para a Formação dos Estudantes</i> | 296 |
| 3.12.2 | <i>Sistema de Referência e Contrarreferência</i> | 296 |
| 3.12.3 | <i>Práticas Interdisciplinares e Interprofissionais na Atenção à Saúde</i> | 296 |
| 3.13 | BIOTÉRIOS | 297 |
| 3.14 | PROCESSO DE CONTROLE DE PRODUÇÃO OU DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO | 297 |
| 3.14.1 | MATERIAL DIDÁTICO PARA USO NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA..... | 298 |
| 3.14.2 | <i>Processo de Validação do Material didático pelo NEaD.</i> | 300 |
| 3.15 | <i>Núcleo de Práticas Jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais</i> | 305 |
| 3.15.1 | <i>Processo de avaliação periódica quanto ao atendimento da demanda do curso pelo NPJ em suas atividades básicas</i> | 305 |
| 3.15.2 | <i>Atividades Jurídicas Reais</i> | 306 |
| 3.15.3 | <i>Visita Orientadas</i> | 306 |
| 3.15.4 | <i>Interdisciplinaridade das Matérias Legais</i> | 306 |
| 3.15.5 | <i>Avaliação Periódica do Atendimento da Demanda</i> | 306 |
| 3.16 | COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP) | 306 |
| 3.17 | COMITÊ DE ÉTICA NA UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS (CEUA)..... | 306 |
| 3.18 | AMBIENTES PROFISSIONAIS VINCULADOS AO CURSO | 306 |
| 3.18.1 | <i>Atendimentos aos Objetivos do PPC para Complementação de Práticas Laboratoriais e/ou Profissionais</i> | 306 |
| 3.18.2 | <i>Experiências Diferenciadas de Aprendizagem</i> | 306 |
| 3.18.3 | <i>Avaliação Periódica Documentada e Ações de Melhoria</i> | 306 |
| 3.19 | INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS..... | 307 |
| 3.20 | SALAS DE AULA..... | 307 |
| 3.21 | AUDITÓRIO | 307 |
| 3.22 | SALA DE PROFESSORES..... | 307 |
| 3.23 | ESPAÇOS PARA ATENDIMENTO DOS ALUNOS | 308 |
| 3.24 | ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA E DE ALIMENTAÇÃO..... | 308 |
| 3.25 | LABORATÓRIOS, AMBIENTES E CENÁRIOS PARA PRÁTICAS DIDÁTICAS | 308 |
| 3.26 | INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA DESTINADA À CPA..... | 308 |
| 3.27 | BIBLIOTECA | 309 |
| 3.27.1 | <i>Biblioteca: Plano de Atualização do Acervo</i> | 309 |
| 3.27 | SALAS DE APOIO DE INFORMÁTICA OU ESTRUTURA EQUIVALENTE..... | 310 |
| 3.28 | INSTALAÇÕES SANITÁRIAS | 310 |
| 3.29 | ESTRUTURA DOS POLOS EAD..... | 310 |
| 3.30 | INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA | 311 |
| 3.31 | INFRAESTRUTURA DE EXECUÇÃO E SUPORTE. | 311 |
| 3.32 | PLANO DE EXPANSÃO E ATUALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS. | 311 |
| 3.33 | RECURSOS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO | 312 |
| 3.34 | AMBIENTE VIRTUAL DA APRENDIZAGEM AVA..... | 312 |
| | APÊNDICE II..... | 312 |
| | APÊNDICE III – PLANILHA DE DOCENTES DO CURSO DE ARQUITETURA | 352 |
| | APÊNDICE IV – PERFIL DO(A) COORDENADOR (A) | 443 |
| | APÊNDICE V – NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) | 443 |
| | APÊNDICE VI – EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DO EAD..... | 444 |

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES

1.1 Nome da Mantenedora

| Nome da Mantenedora | Código e-mec da Mantenedora |
|---|-----------------------------|
| IME - Instituto Metropolitano de Ensino Ltda. | 1416 |

Base Legal da Mantenedora:

Endereço sede

Av. Constantino Nery, 3204, Chapada, CEP: 69050-001, Manaus/AM

Razão Social

Instituto Metropolitano de Ensino LTDA.

CNPJ

03.817.341/0001-42

Registro na Junta Comercial do Estado do Amazonas, 14/11/2000 sob o NIRE

132003884-53 e protocolo: 00/021448-5 (Por ser empresa limitada não possui registro em cartório, somente na JUCEA)

Categoria Administrativa

pessoa jurídica de direito privado- com fins lucrativos-sociedade civil

Representante legal

Maria do Carmo Seffair Lins de Albuquerque

1.2 Nome e Base Legal da Mantida

| Nome da Mantida | Código e-mec da Mantida |
|------------------------------------|-------------------------|
| Centro Universitário CEUNI-FAMETRO | 2147 |

Base legal da IES

| Atos legais |
|---|
| Portaria de Credenciamento como Faculdade: nº 1337 de 02/05/2002, Publicação no D.O.U.nº 84, seção 1, 03/05/2002. |
| Portaria de Recredenciamento: nº 1416 de 09/11/2017, Publicação no D.O.U. 10/11/2017. |
| Portaria de Credenciamento como Centro Universitário: nº 1610 de 28/12/2017, Publicação no D.O.U. 29/12/2017. |

Endereço da Unidade Acadêmica e de funcionamento dos cursos de graduação

Avenida Constantino Nery, 1.937- Bairro Chapada, município de Manaus, Estado do Amazonas. CEP: 69.050-001

Unidade de produção do material didático do EAD: Avenida Constantino Nery, 3.204 – Bairro Chapada, município de Manaus, Estado do Amazonas. CEP: 69.050-001.

Representante legal

Maria do Carmo Seffair Lins de Albuquerque

Endereço da Sede e suas Unidades na Cidade de Manaus (AM)

| | |
|--|--|
| Unidades 1 e 2 (Unidade de Produção de Material Didático) | Av. Constantino Nery 3.204, Bairro Chapada, CEP: 69050-001 |
| Anexo 3 (Unidade Acadêmica e de funcionamento dos cursos de Graduação) | Av. Constantino Nery 1937, Bairro Chapada, CEP: 69050-000 |
| Unidade Zona Sul (ZS) | Rua Prof. Ernani Simão 1160, Bairro Cachoeirinha, CEP: 69065-060 |
| Unidade Zona Leste (ZL) | Av. Autaz Mirim 8565, Bairro Cidade Nova, CEP: 69088-480 |
| Unidade Zona Norte (ZN) | Av. Margarita 5, Conj. Nova Cidade, CEP: 69097-207 |

Endereço do Campus Fora de Sede na cidade de Tabatinga (AM)

Campus Fora de Sede - Tabatinga

Av. da Amizade s/nº, Bairro: São Francisco, CEP: 69640-000 Tabatinga/AM.

Endereço das mantidas e pólos do interior do Amazonas

| | |
|--|--|
| Faculdade Metropolitana de Itacoatiara | Rua Monsenhor Joaquim Pereira, n. 84, Bairro Centro, CEP: 69100-042, Itacoatiara/AM. |
| Faculdade Metropolitana de Coari | Rua Independência, n. 220, Bairro Centro, CEP: 69460-000, Coari/AM. |
| Faculdade Metropolitana de Tefé | Rua Otaviano Melo, n. 238, Bairro Centro, CEP: 69550-085, Tefé/AM. |
| Faculdade Amazonas | Travessa Cristiane Azevedo, n. 2712, Bairro: Morada do Sol, CEP: 69402-093, Manacapuru/AM. |
| Faculdade Metropolitana de Parintins | Rua Paraíba, n. 3468, Bairro: Itaúna I, CEP: 69100-042 |

1.3 Perfil e Missão da Mantida**Missão**

Formar profissionais no Ensino Superior com valores éticos, humanísticos e ambientais, capazes de contribuir para o desenvolvimento da Região Norte.

Valores

Qualidade no ensino; Ética; Humanização; Profissionalismo.

Perfil

A IES tem um perfil que busca a excelência no ensino superior, e com uma política de inclusão socioeducacional.

A Instituição tem como propósito promover ensino, focado na aprendizagem, que permita o desenvolvimento do indivíduo de modo integral, visando à autorrealização e à formação de

profissionais com visão tanto generalista quanto multidisciplinar, conscientes do seu papel social de envolvimento com as mudanças.

1.4 Dados Socioeconômico e Socioambientais da Região

O GRUPO IME tem a sua sede em Manaus, tendo a maioria dos seus empreendimentos situados em plena Amazônia brasileira, a maior e mais biodiversa floresta tropical do mundo, que enfrenta uma série de ameaças. Dentre elas, figura o desmatamento, que elimina a floresta e sua biodiversidade de maneira direta, sobretudo para formação de pastagens e, em alguns locais, para implantação da cultura da soja (FEARNSIDE, 2010). Essas ameaças somam-se às ameaças comuns e primárias como a especulação imobiliária, estabelecimento da posse da terra e abertura de estradas. Elas poderão dizimar rapidamente a Amazônia, a exemplo da Mata Atlântica, caso medidas efetivas não forem adotadas de maneira emergencial. Atualmente se concentra no “arco de desmatamento” ao longo das bordas sul e leste da floresta, mais estradas planejadas abririam áreas novas e extensas na Amazônia Central (FEARNSIDE, 2010).

Diante desse cenário, a questão ambiental tem crescido nas últimas décadas e ganhado novas dimensões, inclusive em âmbito mundial. Uma determinada indústria cultural, que enxerga com clareza a inserção dessas questões nos diversos segmentos da sociedade, tem transformado as questões ambientais em mercadoria (GUERRA, 2008; LADVOCAT, 2009). Mudanças climáticas, aquecimento global e extinção de espécies, por exemplo, são temas bastantes presentes em nosso cotidiano, veiculados por diferentes mídias em propagandas de diversos produtos que consumimos no dia a dia (PEREIRA et al., 2013).

Em função dessa questão, a sociedade reconhece e preocupa-se com uma crise relacionada à degradação dos ambientes naturais. Entretanto, a questão não é puramente ecológica e não se relaciona exclusivamente aos impactos antrópicos causados aos ecossistemas naturais (PEREIRA et al., 2013). Juntamente com outros temas como poluição, miséria e fome, os problemas que denominamos ambientais resultam da maneira como nos relacionamos com os demais elementos da natureza nas últimas décadas e, em especial, nos dias atuais (PEREIRA et al., 2013). Dar conta da complexidade relacional dessas questões impõe-se como um dos grandes desafios da sociedade.

O desenvolvimento mundial alcançado nas últimas três décadas explicita uma acumulação sem precedentes e um incremento do abismo entre incluídos e excluídos. Nesse contexto, as questões ambientais e o desenvolvimento sustentável na Amazônia são centrais e devem ser debatidas pelas Instituições de Educação. É nesse contexto que se insere a política ambiental da

IES. Ademais, segundo o último censo do IBGE, o Amazonas tem uma área de 1.559.161.814 km² com população de 3.483.985 habitantes, e população estimada de 4.269.995 pessoas para 2021.

A capital Manaus concentra em torno de 60% dessa população, um total de 2.255.903 habitantes (estimado de 2021), distribuídos em uma área de 11.458 km², com 23,7% da população ocupada com um salário médio dos trabalhadores formais de 3,05 salários mínimos e 37,9% da população com renda per capita de ½ salário mínimo (2019), 109.663 matrículas no ensino médio (2020), IDH alto de 0,737 e um PIB per capita de 34.362,71 (2019).

Este contexto faz da cidade de Manaus a 7ª cidade no ranking das cidades mais populosas do país e a 6ª mais rica do país no ranking do PIB das cidades do país. A Zona Franca de Manaus é um modelo de incentivos fiscais que protege a floresta e impede o desmatamento da região, instalada em 1967 e aprovada até 2.073, a ZFM gera 500 mil empregos diretos e indiretos, com mais de 100 mil empregos novos em 2020.

Dados da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) atestam que em 2021, o Polo Industrial de Manaus- PIM contava com um Setor Industrial consolidado e tecnologicamente avançado, formado por cerca de 600 empresas com projetos incentivados pelos órgãos de desenvolvimento do Estado do Amazonas e do Governo Federal, gerando mais de 100 mil postos de trabalho, sendo que 03 subsetores empregam juntos 60% do total de funcionários do PIM, a área de eletroeletrônicos, duas rodas e de termoplásticos. Esse crescimento aponta para novos desafios econômicos e sociais que implicam em novas e volumosas demandas por serviços educacionais.

2. SÍNTESE DA IES

2.1 Breve Histórico da Mantenedora

O Instituto Metropolitano de Ensino (IME) LTDA, cadastrada no CNPJ 03.817.341/0001-42, sede à AV CONSTANTINO NERY, 3204, CHAPADA, CEP: 69050-001, MANAUS/AM (SEDE ADMINISTRATIVA E POLO EAD), com Registro no Cartório Pinheiro 3º Ofício de Notas. Registro na Junta Comercial do Estado do Amazonas, 14/11/2000 sob NIRE: 132003884-53 e protocolo: 00/021448-5. Categoria Administrativa: pessoa jurídica de direito privado com fins lucrativos-sociedade civil. Possui código 1416 junto ao MEC.

2.2 Histórico, Perfil e Missão do Centro Universitário

Breve Histórico da Mantida

O Centro Universitário CEUNI FAMETRO tem como mantenedora o INSTITUTO METROPOLITANO DE ENSINO - IME, com código e-MEC 1416, cadastrada sob CNPJ 03.817.341/0001-42, sede no Endereço: AV CONSTANTINO NERY, 3204, CHAPADA, CEP: 69050-001, MANAUS/AM (SEDE ADMINISTRATIVA DA IES E POLO EAD) Município de Manaus, Estado do Amazonas. De Natureza Jurídica: Sociedade Empresa Limitada, com Categoria Administrativa: pessoa jurídica de direito privado com fins lucrativos – sociedade civil, Registro na Junta Comercial do Estado do Amazonas: 14/11/2000 sob o NIRE: 132003884-53 e protocolo: 00/021448-5 (por ser empresa limitada não possui registro em cartório, somente na JUCEA). Atividade econômica principal: Educação Superior – graduação e pós-graduação, representada legalmente por Maria do Carmo Seffair Lins de Albuquerque.

O CEUNI FAMETRO iniciou sua atividade credenciada como faculdade em 03/05/2002, conforme Portaria MEC nº 1337 publicada no D.O.U. em 03/05/2002, recredenciada pela Portaria nº 712 de 08/08/2013, publicada no D.O.U. em 08/08/2013 e com transformação organizacional pela Portaria de Credenciamento como Centro Universitário: nº 1610 de 28/12/2017, publicada no D.O.U. em 29/12/2017, válida por 4 anos, com Endereço na Unidade 1/2: Avenida Constantino Nery, 3000 - Chapada, Município de Manaus. Estado do Amazonas. CEP: 69.050-001. E atualmente está presente nas principais zonas da cidade e nos interiores.

A primeira mantida foi o Centro Universitário CEUNI FAMETRO, com código e-MEC 2147, com sede no Endereço da Unidade I e II, Av. Constantino Nery, 3.000, bairro Chapada, no município de Manaus, no Estado do Amazonas, CEP: 69.050-001 trata-se de uma instituição de ensino superior privada amazonense de gestão familiar, atuando a 19 anos no segmento educacional.

No ato do credenciamento da IES, dois cursos foram autorizados: Administração com habilitação em Gestão de Negócios e Administração com habilitação em Gestão de Cidades (Portaria nº 1.338, de 02/05/2002) e Turismo (Portaria nº. 1.339, de 02/05/2002). Em outubro daquele mesmo ano, foi autorizado o curso Normal Superior com habilitação em Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil (Portaria nº. 3.003, de 24/10/2002). Em março de 2005, foram autorizadas as habilitações para o curso de Administração (Portaria nº. 724, de 03/03/2005), Gestão Imobiliária, Gestão Hospitalar e Gestão de Marketing.

Em março de 2005, foram autorizados os cursos de Ciências Contábeis (Portaria nº 648, de 01/03/2005) e Serviço Social (Portaria nº 647, de 01/03/2005). Em julho de 2006, foram reconhecidos os cursos de Normal Superior habilitação em Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Magistério da Educação Infantil e Turismo (Portaria nº 405, de 25/07/2006) e Administração, habilitações em Administração de Cidades, Administração Hospitalar, Marketing, Gestão de Negócios e em Gestão Imobiliária (Portaria nº 233, de 07/06/2006).

Entre 2006 e 2014, o portfólio de cursos saltou dos quatro cursos iniciais para um total de 34 cursos de graduação, aumentando significativamente a área de atuação da IES. Há de se destacar a entrada da IES, no âmbito da formação tecnológica com 13 Cursos de Graduação Tecnológica e a adesão ao PRONATEC no ano de 2013.

Em 2015 a IES solicitou o credenciamento para o ensino a distância, obtendo nota 5. Mais tarde em 2017 a IES foi credenciada como Centro Universitário conforme Portaria MEC nº 1.610, de 28/12/2017, e na sequência, teve o curso de Medicina aprovado com a nota máxima do MEC, conforme Portaria MEC nº 1.228 de 28 de novembro de 2017, publicada no D.O.U. em 29/11/2017.

Em 2018 o CEUNI FAMETRO possuía 65 cursos, sendo 62 em funcionamento, nas modalidades licenciatura, bacharelado e graduação tecnológica, nas áreas de exatas, agrárias, sociais e humanas e da saúde, com um corpo de 319 professores (horistas, parciais e integrais) todos pós-graduados, e 238 técnicos administrativos com formação que vai desde o ensino médio ao doutorado (CENSO, 2019).

Em 2020 passou a ofertar 77 cursos de graduação presenciais, 21 cursos de graduação EAD, e 87 cursos de pós-graduação lato sensu distribuídos nas respectivas áreas com pesquisa, extensão e responsabilidade social envolvendo todas as áreas, 382 docentes e 286 técnicos administrativos (CENSO 2020).

O Centro Universitário CeUni FAMETRO, tem 19 anos de existência, com um portfólio completo nas três áreas de conhecimento: humanas, exatas, biológicas – incluindo a oferta do Curso de Medicina. Atua nos níveis de graduação (licenciatura; bacharelado e graduação tecnológica). Seu corpo docente é formado por quase 400 professores (horistas, parciais e integrais) todos pós-graduados nos níveis de especialização, mestrado e doutorado. Conta com corpo técnico administrativo das mais diversas áreas e com formação desde o ensino médio até o doutorado. Todo esse capital humano tem contribuído para que o Centro Universitário possa atuar nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão, nas diversas áreas do conhecimento, apresentando CI 4, CI EAD 5, IGC 4, figurando como 1ª do ranking das IES públicas e privadas no Estado.

A missão institucional tem permitido a democratização do acesso ao Ensino Superior, tem contribuído para a empregabilidade na cidade de Manaus, e influenciado positivamente os índices de desenvolvimento econômico e humano da cidade de Manaus. Portanto, o Centro Universitário oferece o menor preço entre os cursos de graduação presenciais ofertados, haja vista a política de inclusão socioeducacional, como forma de o aluno ter condições de realizar um curso superior, uma vez que uma parcela significativa da população local é excluída do acesso a este nível de ensino.

A Instituição por meio do seu Plano Anual de Gestão vem progressivamente alcançando melhores resultados nos campos acadêmico e administrativo, os quais podem ser observados por intermédio dos índices oficiais da IES, por meio do crescimento na oferta de número e de vagas em seus cursos, pelo incremento do seu portfólio de cursos de graduação a partir de novas autorizações e por fim no aumento gradual e constante no número de matrículas na IES.

O fato de a IES ofertar cursos por meio de Bolsas e outras formas de financiamento estudantil, corroborando com sua política de inclusão socioeducacional e sua colocação em 1º lugar na preferência dos candidatos ao programa de bolsas da Prefeitura, reforça a nossa credibilidade perante a sociedade amazonense, conforme demonstra a tabela a seguir:

Tabela 1 - Programas de bolsas e financiamento estudantil /anual:

| Programas | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
|------------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Bolsa Universidade | 714 | 1599 | 1496 | 896 | 307 | 96 | 1287 | 825 |
| PROUNI (parcial e integral) | 836 | 1970 | 2584 | 2264 | 2255 | 1372 | 2943 | 2679 |
| FIES | 370 | 2094 | 3712 | 3855 | 3424 | 3243 | 3343 | 2896 |
| Quero Bolsa | - | - | 436 | 1102 | 1577 | | | |
| Educações | - | - | 256 | 351 | 370 | | | |
| Bolsa Legal | - | - | - | - | 1706 | | | |

Fonte: Censo (2020)

Neste sentido, em função das demandas sociais e econômicas da região amazônica e do município de Manaus, a IES vem realizando investimentos contínuos em novos cursos e em sua infraestrutura, como também na qualidade de ensino. Esta qualidade é mantida na evolução do CI e do IGC contínuo, temos CI 4, CI EAD 5 e IGC 4, somos a IES com o maior IGC do Estado do Amazonas, consolidando a IES como instituição de reconhecida qualidade no Estado, conforme observa-se na tabela abaixo:

Tabela 2 - Evolução do IGC Contínuo da IES:

| 2009 | | 2010 | | 2011 | | 2012 | | 2013 | | 2014 | | 2015 | | 2016 | | 2017 | | 2018 | | 2019 | |
|---------|----------|---------|----------|---------|----------|---------|----------|----------|----------|---------|----------|---------|----------|---------|----------|---------|----------|---------|----------|---------|----------|
| IGCCont | IGCFaixa | IGCCont | IGCFaixa | IGCCont | IGCFaixa | IGCCont | IGCFaixa | IGCCont. | IGCFaixa | IGCCont | IGCFaixa | IGCCont | IGCFaixa | IGCCont | IGCFaixa | IGCCont | IGCFaixa | IGCCont | IGCFaixa | IGCCont | IGCFaixa |
| 2,36 | 3 | 2,35 | 3 | 2,37 | 3 | 2,72 | 3 | 2,84 | 3 | 2,88 | 3 | 2,98 | 4 | 2,99 | 4 | 2,93 | 3 | 3,02 | 4 | 3,07 | 4 |

Fonte: MEC (2009-2019)

O CEUNI-FAMETRO em 2015 foi 1ª no ranking do IGC, em 2016 foi a única instituição IGC 4 no Estado do Amazonas dentre as públicas e privadas. E em 2017 com IGC 3 o CEUNI FAMETRO continuou sendo a IES primeiro colocada no ranking do IGC das IES do Estado, em 2018 novamente 1ª do ranking com o IGC 4, e em 2019 pela 5ª vez consecutiva a 1ª do ranking com IGC 4 conforme se observa na tabela a seguir:

Tabela 3- Ranking do IGC 2019

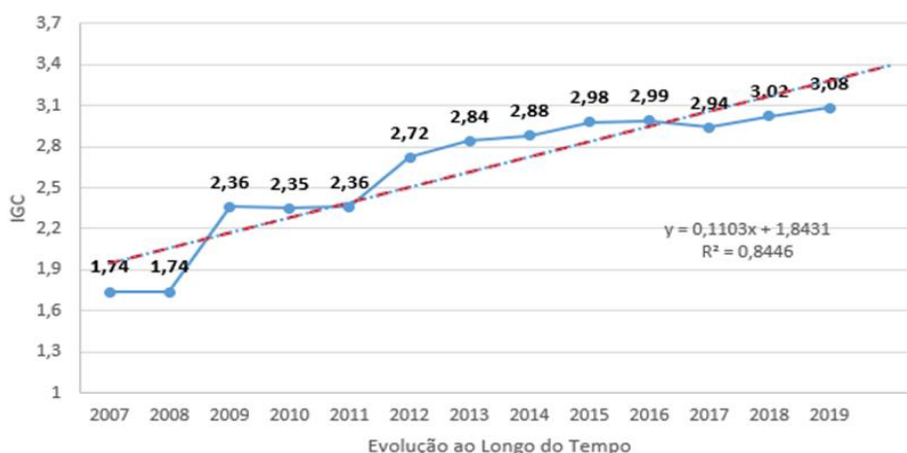
| N. | IES | SIGLA | IGC Faixa | IGC Contínuo |
|-----|---|---------------------|-----------|--------------|
| 1º | Centro Universitário CEUNI FAMETRO | FAMETRO | 4 | 3,0798 |
| 2º | Universidade Federal do Amazonas | UFAM | 4 | 3,0481 |
| 3º | Universidade do Estado do Amazonas | UEA | 3 | 2,8550 |
| 4º | Instituto Fed. de Ed., Ciência e Tec. do AM | IFAM | 3 | 2,8376 |
| 5º | Instituto de Ensino Superior Materdei | MATERDEI | 3 | 2,8164 |
| 6º | Martha Falcão Wyden | FMF | 3 | 2,7503 |
| 7º | Faculdade Boas Novas | FBNCTSB | 3 | 2,7449 |
| 8º | Centro Universitário Luterano de Manaus | ULBRA | 3 | 2,6618 |
| 9º | Centro Universitário do Norte | UNINORTE | 3 | 2,6032 |
| 10º | Instituto de Ensino Superior FUCAPI | FUCAPI | 3 | 2,5281 |
| 11º | Faculdade Estácio do Amazonas | ESTÁCIO AMAZONAS | 3 | 2,4879 |
| 12º | Faculdade La Salle | LA SALLE | 3 | 2,4676 |
| 13º | Centro Un. de Ensino Superior do Amazonas | CIESA | 3 | 2,4491 |
| 14º | Universidade Nassau | UNINASSAU | 3 | 2,3849 |
| 15º | Escola Superior Batista do Amazonas | ESBAM | 3 | 2,3482 |
| 16º | Faculdade SENAC Amazonas | SENAC | 3 | 2,3468 |
| 17º | Faculdade Salesiana Dom Bosco | FSDB | 3 | 2,2038 |

| | | | | |
|-----|------------------------------------|---------------|---|--------|
| 18º | Universidade Nilton Lins | UNINILTONLINS | 3 | 2,1815 |
| 19º | Faculdade do Amazonas | IAES | 3 | 2,1565 |
| 20º | Faculdade de Odontologia de Manaus | FOM | 1 | 0,9357 |

Fonte: MEC (2019)

A figura abaixo, representa a evolução do IGC ao longo 12 anos, esta evolução reforça nossa convicção de que estamos caminhando de maneira contínua na direção do ensino de excelência. No gráfico abaixo, a reta linear ascendente representa a tendência de aumento linear do IGC ao longo do tempo. O coeficiente de determinação da regressão é classificado como forte e positivo.

Figura 1 – Evolução do IGC contínuo do CEUNI - FAMETRO de 2007 a 2019



No que compete à avaliação in loco, a IES também vem demonstrando evolução de seus indicadores de qualidade de ensino nos últimos 09 anos, vide a tabela a seguir de Conceito de Cursos (CC):

Tabela 4- Conceito das avaliações in loco nos últimos 9 anos:

| CÓDIGO DO CURSO | NOME DO CURSO | GRAU | VALOR CC | ANO CC |
|-----------------|---------------|------|----------|--------|
|-----------------|---------------|------|----------|--------|

| | | | | |
|-----------|--|--------------|---|------|
| 1351279 | Gestão de Recursos Humanos EAD | Tecnológico | 5 | 2022 |
| 1351278 | Logística EAD | Tecnológico | 5 | 2022 |
| 1454539 | Direito ZS | Bacharelado | 5 | 2021 |
| 1454238 | Direito ZL | Bacharelado | 5 | 2021 |
| 1497902 | Direito EAD | Bacharelado | 4 | 2021 |
| 1454540 | Arquitetura ZS | Bacharelado | 4 | 2021 |
| 1454365 | Arquitetura ZL | Bacharelado | 5 | 2021 |
| 1497904 | Arquitetura EAD | Bacharelado | 5 | 2021 |
| 1454541 | Psicologia ZS | Bacharelado | 5 | 2021 |
| 1454367 | Psicologia ZL | Bacharelado | 5 | 2021 |
| 1497905 | Psicologia EAD | Bacharelado | 5 | 2021 |
| 202013628 | Credenciamento Campus Tabatinga | | 5 | 2021 |
| 1532887 | Direito Campus Tabatinga | Bacharelado | 4 | 2021 |
| 1532888 | Arquitetura Campus Tabatinga | Bacharelado | 5 | 2021 |
| 1532889 | Psicologia Campus Tabatinga | Bacharelado | 5 | 2021 |
| 1304677 | Farmácia | Bacharelado | 4 | 2019 |
| 1285113 | Radiologia | Tecnológico | 4 | 2019 |
| 1162836 | Engenharia de Produção | Bacharelado | 4 | 2019 |
| 201601189 | Credenciamento EAD | | 5 | 2018 |
| 1148864 | Engenharia Ambiental e Energias Renováveis | Bacharelado | 4 | 2018 |
| 1385538 | Medicina | Bacharelado | 5 | 2017 |
| 1366242 | Educação Física | Bacharelado | 4 | 2017 |
| 1153405 | Fonoaudiologia | Bacharelado | 4 | 2017 |
| 1259759 | Estética e Cosmética | Tecnológico | 4 | 2017 |
| 1156978 | Engenharia Elétrica | Bacharelado | 4 | 2017 |
| 1259775 | Educação Física | Licenciatura | 4 | 2017 |
| 1204411 | Gestão de Recursos Humanos | Tecnológico | 4 | 2016 |
| 1206130 | Marketing | Tecnológico | 4 | 2016 |
| 102056 | Direito | Bacharelado | 4 | 2015 |
| 1150707 | Gestão da Qualidade | Tecnológico | 4 | 2015 |
| 1149905 | Logística | Tecnológico | 5 | 2015 |
| 1151561 | Design Gráfico | Tecnológico | 5 | 2015 |
| 54605 | Turismo | Bacharelado | 5 | 2014 |

| | | | | |
|---------|-------------------------------|--------------|---|------|
| 1151741 | Gastronomia | Tecnológico | 4 | 2014 |
| 1152558 | Gestão de Produção Industrial | Tecnológico | 4 | 2014 |
| 1204410 | Construção de Edifícios | Tecnológico | 4 | 2014 |
| 82666 | Ciências Contábeis | Bacharelado | 4 | 2014 |
| 1155584 | Segurança no Trabalho | Tecnológico | 4 | 2014 |
| 1158558 | Petróleo e Gás | Tecnológico | 4 | 2014 |
| 1259764 | Medicina Veterinária | Bacharelado | 3 | 2014 |
| 1043904 | Química | Licenciatura | 4 | 2013 |

Fonte: MEC (2013-2022)

A IES por meio do reconhecimento da sociedade amazonense e investindo cada vez mais na educação superior, e segue ofertando em 2022, um total de 72 cursos de graduação nas diversas áreas e modalidade conforme demonstrado na tabela a seguir presencial e a distância, distribuídos na sede do Centro Universitário e em suas unidades (Zona Leste, Zona Sul e Zona Norte), conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 5 - Cursos de graduação presenciais do CEUNI FAMETRO

| Nº | UNIDADE | CÓDIGO EMEC | CURSO | MODALIDADE | PORTARIA MEC ATUAL | RESOLUÇÃO IES (AUTONOMIA) ATUAL | ATO 2022/1 |
|----|---------|-------------|----------------------------|-------------|---|---------------------------------|-----------------------------|
| 1 | SEDE | 54602 | Administração | Bacharelado | PORTARIA Nº 203, DE 25 DE JUNHO DE 2020 DOU 07/07/2020 | | Renovação de Reconhecimento |
| 2 | ZL | 1453382 | Administração | Bacharelado | | Nº 4 de 27/07/2018 | Autorização |
| 3 | ZS | 1484201 | Administração | Bacharelado | | Nº 10 de 15/04/2019 | Autorização |
| 4 | SEDE | 1458188 | Análise e Des. de Sistemas | Tecnológico | | Nº 5 de 26/10/2018 | Autorização |
| 5 | SEDE | 99519 | Arquitetura e Urbanismo | Bacharelado | PORTARIA Nº 109, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2021 DOU 05/02/2021 | | Renovação de Reconhecimento |
| 6 | SEDE | 1043865 | Biomedicina | Bacharelado | PORTARIA Nº 109, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2021 DOU 05/02/2021 | | Renovação de Reconhecimento |
| 7 | ZL | 1453383 | Biomedicina | Bacharelado | | Nº 4 de 27/07/2018 | Autorização |
| 8 | ZS | 1484215 | Biomedicina | Bacharelado | | Nº 10 de 15/04/2019 | Autorização |
| 9 | SEDE | 82666 | Ciências Contábeis | Bacharelado | PORTARIA Nº 203, DE 25 DE JUNHO DE 2020 DOU 07/07/2020 | | Renovação de Reconhecimento |
| 10 | ZL | 1453384 | Ciências Contábeis | Bacharelado | | Nº 4 de 27/07/2018 | Autorização |
| 11 | ZS | 1484217 | Ciências Contábeis | Bacharelado | | Nº 10 de 15/04/2019 | Autorização |
| 12 | SEDE | 1151561 | Design Gráfico | Tecnológico | PORTARIA Nº 203, DE 25 DE JUNHO DE 2020 DOU 07/07/2020 | | Renovação de Reconhecimento |
| 13 | SEDE | 102056 | Direito | Bacharelado | PORTARIA Nº 203, DE 25 DE JUNHO DE 2020 DOU 07/07/2020 | | Renovação de Reconhecimento |
| 14 | ZS | 1454539 | Direito | Bacharelado | PORTARIA Nº 1233, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2021 DOU 01/12/2021 | | Autorização |

| | | | | | | | |
|----|------|---------|--|--------------|--|---------------------|-----------------------------|
| 15 | ZL | 1454238 | Direito | Bacharelado | PORTARIA Nº 1164, DE 20 DE OUTUBRO DE 2021 DOU 22/10/2021 | | Autorização |
| 16 | SEDE | 1259775 | Educação Física | Licenciatura | PORTARIA Nº 914 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018 DOU 28/12/18 | | Renovação de Reconhecimento |
| 17 | SEDE | 1366242 | Educação Física | Bacharelado | PORTARIA Nº 1021 DE 27 DE SETEMBRO DE 2017 DOU 28/09/2017 | | Autorização |
| 18 | SEDE | 104478 | Arquitetura | Bacharelado | PORTARIA Nº 109 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021 DOU 05/02/2021 | | Renovação de Reconhecimento |
| 19 | ZS | 1454540 | Arquitetura | Bacharelado | PORTARIA Nº 1164 DE 20 DE OUTUBRO DE 2021 DOU 22/10/2021 | | Autorização |
| 20 | ZL | 1454365 | Arquitetura | Bacharelado | PORTARIA Nº 1081 DE 24 DE SETEMBRO DE 2021 DOU 18/10/2021 | | Autorização |
| 21 | SEDE | 1156975 | Engenharia Ambiental e Recursos Renováveis | Bacharelado | PORTARIA Nº 109 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021 DOU 05/02/2021 | | Renovação de Reconhecimento |
| 22 | SEDE | 1148864 | Engenharia Civil | Bacharelado | PORTARIA Nº 109 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021 DOU 05/02/2021 | | Renovação de Reconhecimento |
| 23 | ZS | 1484220 | Engenharia Civil | Bacharelado | | Nº 10 de 15/04/2019 | Autorização |
| 24 | SEDE | 1458139 | Engenharia de Computação | Bacharelado | | Nº 3 de 26/10/2018 | Autorização |
| 25 | SEDE | 1458137 | Engenharia de Controle e Automação | Bacharelado | | Nº 3 de 26/10/2018 | Autorização |
| 26 | SEDE | 1162836 | Engenharia de Produção | Bacharelado | PORTARIA Nº 109 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021 DOU 05/02/2021 | | Renovação de Reconhecimento |
| 27 | ZS | 1484204 | Engenharia de Produção | Bacharelado | | Nº 10 de 15/04/2019 | Autorização |
| 28 | SEDE | 1156978 | Engenharia Elétrica | Bacharelado | PORTARIA Nº 109 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021 DOU 05/02/2021 | | Renovação de Reconhecimento |
| 29 | SEDE | 1458138 | Engenharia Mecânica | Bacharelado | | Nº 3 de 26/10/2018 | Autorização |
| 30 | ZS | 1458193 | Engenharia Mecânica | Bacharelado | | Nº 6 de 29/10/2018 | Autorização |
| 31 | SEDE | 1259759 | Estética e Cosmética | Tecnológico | PORTARIA Nº 109 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021 DOU 05/02/2021 | | Renovação de Reconhecimento |
| 32 | ZL | 1453385 | Estética e Cosmética | Tecnológico | | Nº 4 de 27/07/2018 | Autorização |
| 33 | ZS | 1484221 | Estética e Cosmética | Tecnológico | | Nº 10 de 15/04/2019 | Autorização |
| 34 | SEDE | 1304677 | Farmácia | Bacharelado | PORTARIA Nº 554 DE 08 DE JUNHO DE 2021 DOU 11/06/2021 | | Autorização |
| 35 | ZL | 1458195 | Farmácia | Bacharelado | | Nº 6 de 29/10/2018 | Autorização |
| 36 | SEDE | 98746 | Fisioterapia | Bacharelado | PORTARIA Nº 109 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021 DOU 05/02/2021 | | Renovação de Reconhecimento |
| 37 | ZS | 1484206 | Fisioterapia | Bacharelado | | Nº 10 de 15/04/2019 | Autorização |
| 38 | SEDE | 1153405 | Fonoaudiologia | Bacharelado | PORTARIA Nº 109 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021 DOU 05/02/2021 | | Renovação de Reconhecimento |
| 39 | SEDE | 1151741 | Gastronomia | Tecnológico | PORTARIA Nº 203, DE 25 DE JUNHO DE 2020 DOU 07/07/2020 | | Renovação de Reconhecimento |
| 40 | SEDE | 1458189 | Gestão Comercial | Tecnológico | | Nº 5 de 26/10/2018 | Autorização |
| 41 | SEDE | 1150707 | Gestão da Qualidade | Tecnológico | PORTARIA Nº 203, DE 25 DE JUNHO DE 2020 DOU 07/07/2020 | | Renovação de Reconhecimento |
| 42 | SEDE | 1152558 | Gestão da Produção Industrial | Tecnológico | PORTARIA Nº 914 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018 DOU 28/12/18 | | Renovação de Reconhecimento |
| 43 | SEDE | 1204411 | Gestão de Recursos Humanos | Tecnológico | PORTARIA Nº 203, DE 25 DE JUNHO DE 2020 DOU 07/07/2020 | | Renovação de Reconhecimento |
| 44 | ZL | 1453386 | Gestão de Recursos Humanos | Tecnológico | | Nº 4 de 27/07/2018 | Autorização |
| 45 | ZS | 1484234 | Gestão de Recursos Humanos | Tecnológico | | Nº 10 de 15/04/2019 | Autorização |
| 46 | SEDE | 1458190 | Gestão Financeira | Tecnológico | | Nº 5 de 26/10/2018 | Autorização |
| 47 | SEDE | 1304682 | Jornalismo | Bacharelado | PORTARIA Nº 217 de 13 DE MAIO DE 2019 DOU 14/05/19 | | Reconhecimento |

| | | | | | | | |
|----|------|---------|------------------------|--------------|--|---------------------|-----------------------------|
| 48 | SEDE | 1149905 | Logística | Tecnológico | PORTARIA Nº 203, DE 25 DE JUNHO DE 2020 DOU 07/07/2020 | | Renovação de Reconhecimento |
| 49 | ZL | 1453387 | Logística | Tecnológico | | Nº 4 de 27/07/2018 | Autorização |
| 50 | ZS | 1484231 | Logística | Tecnológico | | Nº 10 de 15/04/2019 | Autorização |
| 51 | SEDE | 1206130 | Marketing | Tecnológico | PORTARIA Nº 203, DE 25 DE JUNHO DE 2020 DOU 07/07/2020 | | Renovação de Reconhecimento |
| 52 | SEDE | 1385538 | Medicina | Bacharelado | PORTARIA Nº 1228 de 28 DE NOVEMBRO DE 2017 DOU 29/11/2017 | | Autorização |
| 53 | SEDE | 1259764 | Medicina Veterinária | Bacharelado | PORTARIA Nº 1041 de 23 DE DEZEMBRO DE 2015 DOU 23/12/2015 | | Autorização |
| 54 | ZS | 1484207 | Medicina Veterinária | Bacharelado | | Nº 10 de 15/04/2019 | Autorização |
| 55 | SEDE | 104480 | Nutrição | Bacharelado | PORTARIA Nº 949 de 30 DE AGOSTO DE 2021 DOU 31/08/2021 | | Renovação de Reconhecimento |
| 56 | SEDE | 1158378 | Odontologia | Bacharelado | PORTARIA Nº 806 de 16 DE DEZEMBRO DE 2016 DOU 19/12/16 | | Autorização |
| 57 | SEDE | 99818 | Pedagogia | Licenciatura | PORTARIA Nº 914 de 27 DE DEZEMBRO DE 2018 DOU 28/12/18 | | Renovação de Reconhecimento |
| 58 | ZL | 1453388 | Pedagogia | Licenciatura | | Nº 4 de 27/07/2018 | Autorização |
| 59 | ZS | 1484233 | Pedagogia | Licenciatura | | Nº 10 de 15/04/2019 | Autorização |
| 60 | ZN | 1486415 | Pedagogia | Licenciatura | | Nº 4 de 10/06/2019 | Autorização |
| 61 | SEDE | 1158558 | Petróleo e Gás | Tecnológico | PORTARIA Nº 65 de 28 DE JANEIRO DE 2015 DOU 30/01/15 | | Reconhecimento |
| 62 | SEDE | 99652 | Psicologia | Bacharelado | PORTARIA Nº 948 de 30 DE AGOSTO DE 2021 DOU 31/08/2021 | | Renovação de Reconhecimento |
| 63 | ZS | 1454541 | Psicologia | Bacharelado | PORTARIA Nº 566 de 31 DE MARÇO DE 2022 DOU 01/04/2022 | | Autorização |
| 64 | ZL | 1454367 | Psicologia | Bacharelado | PORTARIA Nº 520 de 14 DE MARÇO DE 2022 DOU 15/03/2022 | | Autorização |
| 65 | SEDE | 1043904 | Química | Licenciatura | PORTARIA Nº 914 de 27 DE DEZEMBRO DE 2018 DOU 28/12/18 | | Renovação de Reconhecimento |
| 66 | SEDE | 1285113 | Radiologia | Tecnológico | PORTARIA Nº 497 de 24 DE NOVEMBRO DE 2020 DOU 27/11/2020 | | Autorização |
| 67 | SEDE | 1155584 | Segurança no Trabalho | Tecnológico | PORTARIA Nº 109 de 04 DE FEVEREIRO DE 2021 DOU 05/02/2021 | | Renovação de Reconhecimento |
| 68 | SEDE | 82664 | Serviço Social | Bacharelado | PORTARIA Nº 203, DE 25 DE JUNHO DE 2020 DOU 07/07/2020 | | Renovação de Reconhecimento |
| 69 | SEDE | 98595 | Sistemas de Informação | Bacharelado | PORTARIA Nº 914 de 27 DE DEZEMBRO DE 2018 DOU 28/12/18 | | Renovação de Reconhecimento |
| 70 | ZL | 1453389 | Sistemas de Informação | Bacharelado | | Nº 4 de 27/07/2018 | Autorização |
| 71 | ZS | 1484236 | Sistemas de Informação | Bacharelado | | Nº 10 de 15/04/2019 | Autorização |
| 72 | SEDE | 54605 | Turismo | Bacharelado | PORTARIA Nº 203, DE 25 DE JUNHO DE 2020 DOU 07/07/2020 | | Renovação de Reconhecimento |

Fonte: MEC (2021)

Na modalidade de Ensino a Distância a Instituição oferta 29 cursos de graduação EAD, incluindo o curso de Bacharelado em Arquitetura EAD. Encontram-se em processo de autorização para os Cursos de Graduação em Psicologia e Direito.

Tabela 6 - Cursos de graduação EAD do CEUNI FAMETRO

| Nº | CÓDIGO | CURSO DE GRADUAÇÃO | MODALIDADE | PORTARIA MEC | RESOLUÇÃO IES (AUTONOMIA) | ATO |
|----|--------|--------------------|------------|--------------|---------------------------|-----|
|----|--------|--------------------|------------|--------------|---------------------------|-----|

| | EMEC | | | | | |
|----|---------|---------------------------------------|--------------|---|--------------------------|-------------|
| 1 | 1478302 | Administração | Bacharelado | | Res.nº 01 de 12/02/2019 | Autorização |
| 2 | 1597235 | Análise e Desenvolvimento de Sistemas | Tecnológico | | Res. nº 13 de 01/12/2021 | Autorização |
| 3 | 1517445 | Arquitetura | Bacharelado | | Res.nº 15 de 20/08/2019 | Autorização |
| 4 | 1487769 | Ciências Contábeis | Bacharelado | | Res.nº 15 de 20/08/2019 | Autorização |
| 5 | 1597255 | Educação Física | Licenciatura | | Res. nº 13 de 01/12/2021 | Autorização |
| 6 | 1497904 | Arquitetura | Bacharelado | Portaria nº 1290 de 25/11/2021 DOU 26/11/2021 | | |
| 7 | 1487772 | Engenharia Civil | Bacharelado | | Res.nº 15 de 20/08/2019 | Autorização |
| 8 | 1487771 | Eng. Elétrica | Bacharelado | | Res.nº 15 de 20/08/2019 | Autorização |
| 9 | 1487776 | Estética e Cosmética | Tecnológico | | Res.nº 15 de 20/08/2019 | Autorização |
| 10 | 1600333 | Farmácia | Bacharelado | | Res.nº 02 de 14/02/2022 | Autorização |
| 11 | 1597236 | Gestão Ambiental | Tecnológico | | Res. nº 13 de 01/12/2021 | Autorização |
| 12 | 1597235 | Gestão Comercial | Tecnológico | | Res. nº 13 de 01/12/2021 | Autorização |
| 13 | 1597237 | Gestão da Qualidade | Tecnológico | | Res. nº 13 de 01/12/2021 | Autorização |
| 14 | 1351279 | Gestão de Recursos Humanos | Tecnológico | Portaria provisória Nº 370 de 20.04.2018 Portaria definitiva Nº 137 de 21.03.19 D.O.U. 22/03/19 | | Autorização |
| 15 | 1597240 | Gestão da Tecnologia da Informação | Tecnológico | | Res. nº 13 de 01/12/2021 | Autorização |
| 16 | 1597238 | Gestão do Agronegócio | Tecnológico | | Res. nº 13 de 01/12/2021 | Autorização |
| 17 | 1597251 | Gestão de Segurança Privada | Tecnológico | | Res. nº 13 de 01/12/2021 | Autorização |
| 18 | 1597243 | Gestão de Turismo | Tecnológico | | Res. nº 13 de 01/12/2021 | Autorização |
| 19 | 1597247 | Gestão Financeira | Tecnológico | | Res. nº 13 de 01/12/2021 | Autorização |
| 20 | 1597248 | Gestão Hospitalar | Tecnológico | | Res. nº 13 de 01/12/2021 | Autorização |
| 21 | 1597249 | Gestão Portuária | Tecnológico | | Res. nº 13 de 01/12/2021 | Autorização |
| 22 | 1597250 | Gestão Pública | Tecnológico | | Res. nº 13 de 01/12/2021 | Autorização |
| 23 | 1351278 | Logística | Tecnológico | Portaria provisória Nº 370 de 20.04.2018 Portaria definitiva Nº 137 de 21/03/19 D.O.U. 22/03/19 | | Autorização |

| | | | | | | |
|----|---------|----------------------|--------------|--|--------------------------|-------------|
| 24 | 1597246 | Marketing | Tecnológico | | Res. n° 13 de 01/12/2021 | Autorização |
| 25 | 1487777 | Nutrição | Bacharelado | | Res.n° 15 de 20/08/2019 | Autorização |
| 26 | 1487790 | Pedagogia | Licenciatura | | Res.n° 15 de 20/08/2019 | Autorização |
| 27 | 1597253 | Processos Gerenciais | Tecnológico | | Res. n° 13 de 01/12/2021 | Autorização |
| 28 | 1487785 | Serviço Social | Bacharelado | | Res.n° 01 de 12/02/2019 | Autorização |
| 29 | 1597252 | Segurança Pública | Tecnológico | | Res. n° 13 de 01/12/2021 | Autorização |

Fonte: MEC (2021)

Ainda para a Modalidade de Ensino à Distância o Centro Universitário conta com um parque tecnológico próprio composto por estúdios, equipe gestora, equipe pedagógica, de suporte em tecnologia da informação e tecnologias educacionais, redatores, revisores e designers que contribuem para a oferta de serviços educacionais de graduação; pós-graduação e cursos livres à distância para 6 polos próprios no interior do Estado do Amazonas e 3 polos na capital (Manaus), em seu plano de expansão conta hoje com 7 polos ativos no interior do Amazonas e mais dois polos em cidades fora do Estado (Manaus), além de mais 8 polos em fase de implantação. Atualmente o Núcleo de Educação à Distância oferta 38 cursos de graduação em EAD.

A IES também atua no segmento da pós-graduação lato sensu e em 2020 com 87 cursos ofertados nas mais diversas áreas do conhecimento:

Tabela 7- Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu

| CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E NEGÓCIOS |
|--|
| Administração Pública e Processo Legislativo |
| Administração Pública |
| Auditoria e Perícia contábil |
| Assistência Social e Família |
| Contabilidade, Auditoria e Controladoria |
| Gestão de Negócios com Ênfase em Gerenciamento de Projetos |
| Gestão Financeira de Negócios e Análise de Risco |
| Gestão Comercial e Marketing de Negócios |
| Gestão Organizacional e Recursos Humanos |
| Gestão de Projetos e Planejamento de Equipes |
| Gestão de Compras e Suprimentos |
| Gerontologia e Família |
| Gestão em Políticas Públicas |

| |
|--|
| Gestão Estratégica de Serviços e Clientes |
| Gestão de Eventos, Serviços Hoteleiros e Negócios de Turismo |
| Logística empresarial |
| Logística Estratégica e Sistemas de Transporte |
| Logística e Cadeia de Suprimentos |
| Patrimônio Cultural em Centros Urbanos |
| Recursos Humanos: Rotinas e Cálculos Trabalhistas |
| DIREITO |
| Ciências Criminais |
| Direito Tributário |
| Direito Processual Civil |
| Direito Educacional |
| Segurança Pública e Direitos Humanos |
| Psicologia Jurídica |
| SAÚDE E BEM-ESTAR SOCIAL |
| Audiologia Clínica e Ocupacional |
| Análises Clínicas |
| Obesidade e Emagrecimento |
| Bioquímica |
| Doenças Tropicais e Infecciosas |
| Arquitetura do Trabalho |
| Arquitetura em Cardiologia e Hemodinâmica |
| Arquitetura em Urgência e Emergência |
| Arquitetura em Urologia |
| Arquitetura em UTI |
| Arquitetura Geriátrica-Gerontologia |
| Arquitetura Obstétrica |
| Gastronomia Funcional |
| Gestão em Políticas Públicas de Saúde |
| Microbiologia e Imunologia |
| Neuropsicologia |
| Nutrição Clínica |
| Parasitologia e Urinálise |
| Psicologia Hospitalar |
| Reabilitação Musculoesquelética e Desportiva |

Saúde Coletiva

ARQUITETURA, ENGENHARIA, PRODUÇÃO E CONSTRUÇÃO

Arquitetura e Design de Interiores

Engenharia de Petróleo e Gás Natural

Engenharia de Segurança do Trabalho

Engenharia de Produção e Qualidade nos Processos

Gestão da Construção Civil

Gerenciamento de Obras e Empreendimentos na Construção Civil

Gestão Industrial e Processos Produtivos

Gestão da Produção e Qualidade

Gestão de Projetos em Engenharia e Arquitetura

Gestão em Refino de Petróleo, Petroquímica e Biocombustíveis

Perícia, Auditoria e Gestão ambiental

Planejamento e Orçamento de Obras e Serviços de Engenharia

EDUCAÇÃO

Docência Universitária

Docência da Educação Básica

Gestão de Ensino a Distância (EAD)

Gestão, Supervisão Escolar e Orientação Educacional

Metodologia do Ensino à Docência Superior

Psicopedagogia e Educação inclusiva

Psicopedagogia Clínica e Institucional

CIÊNCIAS, MATEMÁTICA E COMPUTAÇÃO

Banco de Dados

Desenvolvimento de Sistemas para Ambiente WEB

Redes de Computadores

Segurança e Auditoria em Informática

MBA

MBA em Direito Empresarial

MBA em Engenharia da Produção e Serviços e Gestão da Qualidade

MBA em Gestão de Pessoas e Coaching

MBA em Estratégia do Negócio e Competitividade de Mercado

MBA em Gerenciamento de Projetos e Resultados

MBA em Gestão de Restaurantes e Negócios Alimentícios

MBA em Gestão do Varejo e Inteligência Competitiva

| |
|--|
| MBA em Estratégica de Finanças, Auditoria e Controladoria |
| MBA em Gestão Estratégica de Metas e Planejamento Organizacional |
| MBA em Gestão Hospitalar |
| MBA em Gestão de Finanças e Tributos da Zona Franca de Manaus |
| MBA em Licitações e Contratos Administrativos |
| MBA em Recursos Humanos, Gestão de Equipes, Liderança e Resultados |
| MBA em Supply Chain e Management |
| MBA em Gestão de Redes Sociais e Marketing Digital |
| MBA em Lean Manufacturing e Logística |
| MBA em Gestão De Comércio Exterior e Negócios Internacionais |

No que compete à estrutura física, o Centro Universitário tem a sua sede situada em um amplo complexo educacional formado por 4 prédios, e mais três unidades em Zonas distintas da Cidade de Manaus (Zona Leste, Zona Sul e Zona Sul), em seu complexo educacional, oferta área de convivências, praça de alimentação, auditórios somando 1100 lugares, biblioteca central e setoriais, estacionamento com mais de 2000 vagas, laboratórios para didáticos em todas as áreas de conhecimento, laboratórios de informática com terminais, softwares e acesso à internet para uso de professores e alunos mediante sistema agendado e suporte de um técnico de informática, e 02 unidades móveis com laptops para suporte às atividades acadêmicas. Oferece ainda internet Wi-Fi – disponível em todos os seus prédios e unidades.

Para os docentes oferta ainda salas de reuniões, espaço para atendimento ao aluno, sala de professores e gabinetes para professores integrais nos 03 turnos. Os Coordenadores de Curso possuem espaço de trabalho adequado, atendidos com a infraestrutura física e de pessoal para o eficiente exercício de suas funções. Estão ainda disponíveis para uso sala de reunião de NDE, Sala da Comissão Própria de Avaliação (CPA). Os alunos são atendidos em suas demandas acadêmicas em espaço apropriado que abriga a Secretaria Acadêmica, o Núcleo de Atendimento ao Aluno (NADI); a Ouvidoria e o Setor de Empregabilidade.

Além da sede e unidades na Cidade de Manaus, o CEUNI FAMETRO está em processo de credenciamento do campus fora de sede na cidade de Tabatinga, com processos de autorização vinculados ao credenciamento dos cursos de Direito, Arquitetura e Psicologia.

Tabela 8 – Cursos em processo de autorização do campus fora de sede CEUNI FAMETRO

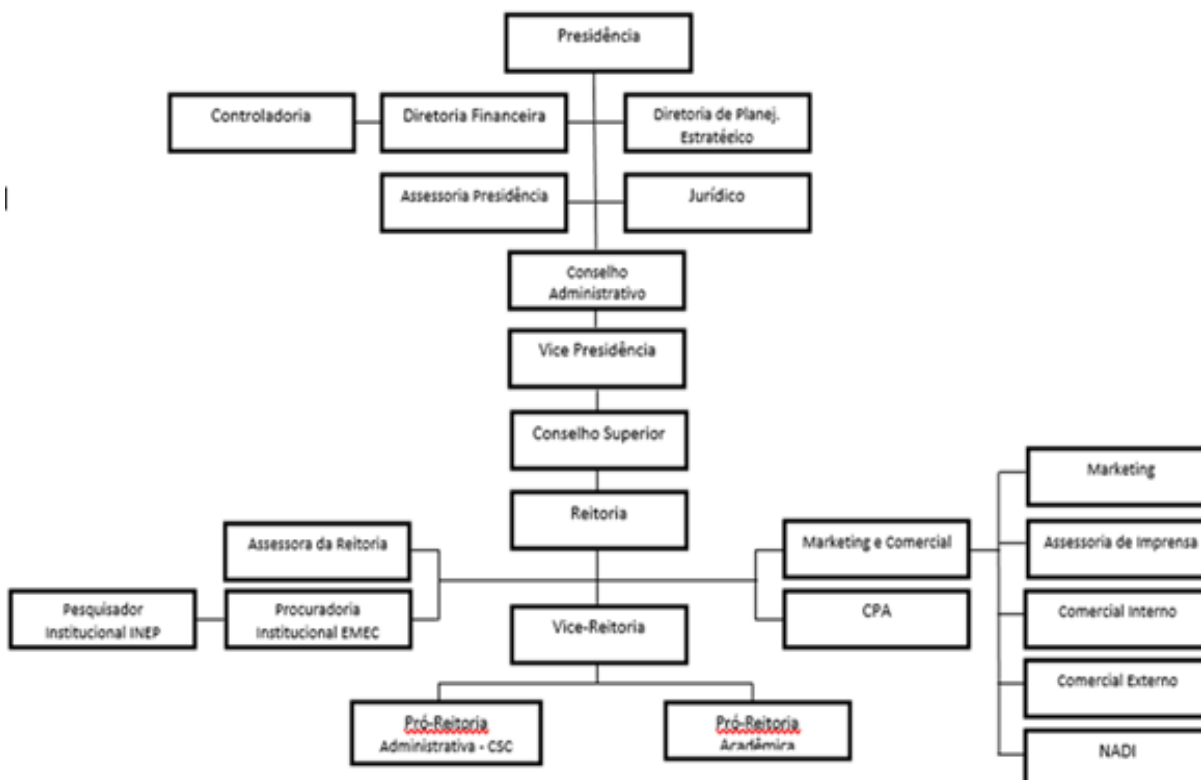
| CURSO | Nº PROCESSO E-MEC | NOTA |
|-------|-------------------|------|
|-------|-------------------|------|

| | | |
|----------------|-----------|----|
| Credenciamento | 202013628 | 05 |
| Direito | 202013631 | 04 |
| Arquitetura | 202013632 | 05 |
| Psicologia | 202013633 | 05 |

3. ORGANOGRAMA



ORGANOGRAMA – GERAL



4. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

4.1 Nome do curso e modalidade de oferta

Nome do Curso: Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo (Bacharelado).

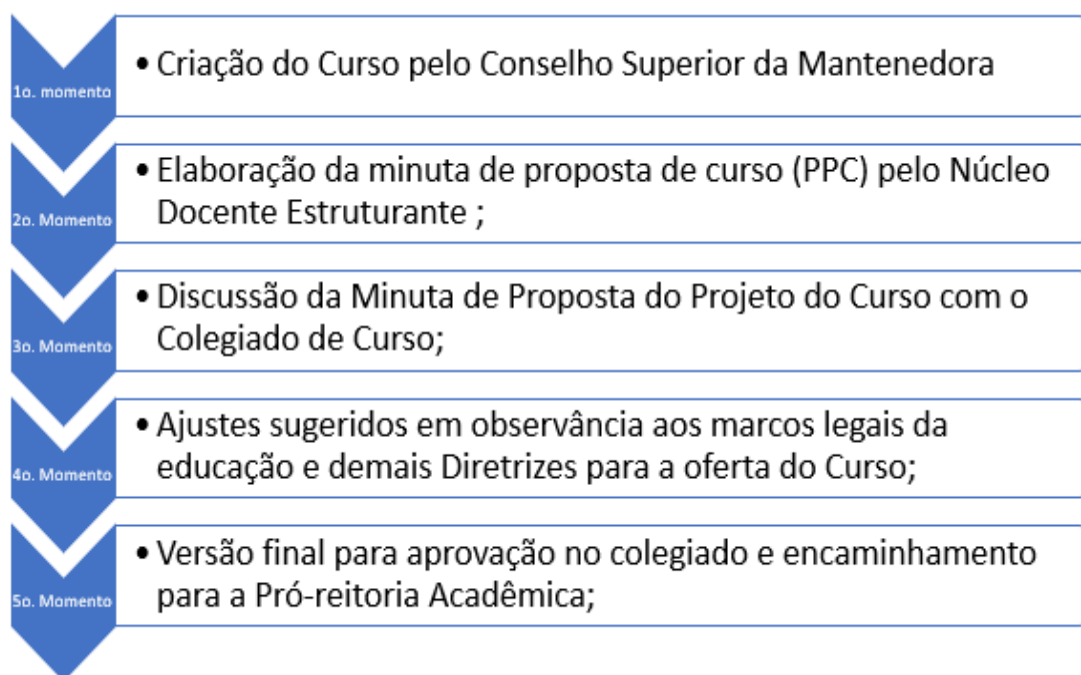
Modalidade de Oferta: Presencial

4.2 Relato do Processo de Construção/Implantação/Consolidação do PPC

O PPC foi construído pelo NDE do curso observando-se as diretrizes curriculares nacionais do curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, a RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 2, DE 17 DE JUNHO DE 2010, as demais diretrizes pertinentes ao ensino superior, o PDI da IES bem como as necessidades locais e regionais para formação de Arquiteto e Urbanista.

A implantação ocorreu a partir da primeira turma do curso com o acompanhamento do NDE e do colegiado e a consolidação ocorre na medida em que se buscam melhorias para o curso com base na análise das avaliações internas e externas, e reuniões periódicas do NDE e colegiado, bem como, por meio da elaboração conjunta do Plano acadêmico-administrativo, o qual prevê ações contínuas de melhorias do curso.

Fluxo de Processos de Criação dos Cursos de Graduação



4.3 Endereço de Funcionamento do Curso

Avenida Constantino Nery, 3.204, Bairro Chapada, Manaus/AM, CEP 69050-001.

Avenida Constantino Nery, 1.937, Bairro Chapada, Manaus/AM, CEP 69050-001.

4.4 Atos Legais do Curso e Data da Publicação (Autorização/Reconhecimento/Renovação)

Curso em processo de Reconhecimento

Cadastro no emec: 99519

Processo: Renovação de Reconhecimento

Autorização: Portaria Nº 109, de 4 de fevereiro de 2021 Dou 05/02/2021

4.5 Conceitos do curso (CC, CPC, ENADE)

Não se aplica

4.6 Número de Vagas do Curso e Turnos de Funcionamentos

250 vagas anuais na modalidade presencial

Sendo: 100 vagas no turno matutino; 50 vagas no turno vespertino; e 100 vagas no turnos noturno.

4.7 Carga Horária Total do Curso e Tempo Mínimo e Máximo de Integralização

Carga Horária Total do Curso: 3688 h

Tempo Mínimo para integralização = 10 semestres

Tempo Máximo para integralização = 20 semestres.

4.8 Protocolo de Compromisso ou Termo de Saneamento de Deficiência, medidas Cautelares, Termos de Supervisão

Não se aplica

4.9 Perfil do coordenador

4.9.1 Nome, formação, titulação, tempo de experiência dentro e fora do magistério

- a) Nome: Ulli Guerreiro de Toledo
- b) Formação: Arquitetura e Urbanismo
- c) Titulação: Especialização em Iluminação e Design de Interiores pela Faculdade Oswaldo Cruz (2010)
- d) Experiência dentro do magistério superior: 11 anos
- e) Experiência fora do magistério superior: 18 anos
- f) Tempo de gestão de curso de graduação: 02 anos

4.10 Tempo médio de permanência do NDE

O Núcleo Docente Estruturante da Instituição, é a instância dedicada a proceder o acompanhamento do Projeto Pedagógico de Curso, seus membros atuam em regime parcial ou integral, preferencialmente com titulação *stricto sensu*.

Na instituição os Núcleos Docentes Estruturantes participam juntamente com os membros do Colegiado de Curso, do acompanhamento, consolidação e atualização do PPC, promovendo estudos regulares a fim de buscar a melhor integração entre o perfil do egresso, as Diretrizes Curriculares Nacionais e as demandas atuais e futuras do mundo do trabalho.

Cabe ressaltar que existe um Regulamento que orienta a atuação do NDE na instituição, e que a permanência dos membros deve ser vigente até o ato regulatório subsequente. Assim, em caso de autorização é desejável que a maioria dos membros permaneçam até o ato de reconhecimento de curso e no caso de reconhecimento, seja observada a permanência até a renovação de reconhecimento, ou seja pelo menos até o próximo ato.

A substituição de membros pode ser realizada mediante solicitação do próprio membro ou a partir de sugestão do colegiado de curso, observando sempre, o caráter de continuidade das ações em curso, bem como a possibilidade de renovação parcial dos membros a fim de garantir um maior engajamento do corpo docente na reflexão qualificada acerca do curso.

4.11 Tempo médio de permanência do Colegiado

O Colegiado da Instituição, é a instância dedicada a proceder o acompanhamento do Projeto Pedagógico de Curso, seus membros são o coordenador de curso, os professores do curso e os um discente eleito por seus pares. Na instituição o Colegiado de Curso participa juntamente

com os membros do Núcleo Docente Estruturante, do acompanhamento, consolidação e atualização do PPC, promovendo estudos regulares a fim de buscar a melhor integração entre o perfil do egresso, as Diretrizes Curriculares Nacionais e as demandas atuais e futuras do mundo do trabalho. Cabe ressaltar que existe um Regulamento no PDI, que orienta a atuação do Colegiado na instituição, bem como a permanência dos membros. Assim, em caso de autorização é desejável que a maioria dos membros permaneçam até o ato de reconhecimento de curso e no caso de reconhecimento, seja observada a permanência até a renovação de reconhecimento.

4.12 Disciplinas em língua estrangeira

A matriz do curso possui as disciplinas de English for the Job Market e de Ethics, Sustainability and Human Rights in Brazil que serão ofertadas em língua inglesa, além disso a IES mantém convênio com Centro de idiomas oferecem descontos aos discentes de todos os cursos de graduação e pós-graduação como forma de estimular o aprendizado de diferentes idiomas.

4.13 Convênio

O Centro Universitário CeUNi- FAMETRO, possui convênios com empresas de escritório de arquitetura e de construção civil como: AJZ ARQUITETURA E CONSULTORIA LTDA, fjr Fernandes ARQUITETURA E ENGENHARIA, MODULO ARQUITETURA E PLANEJAMENTO LTDA, MRV CONSTRUÇÕES LTDA, MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S/A, NC SERVIÇOS NAVAIS EIRELI, PROSOLO ENGENHARIA E FUNDAÇÕES LTDA, VERTICE ENGENHARIA E REPRESENTAÇÕES LTDA, ARAÚJO ABREU ENGENHARIA S/A, CADD CIBERTEC ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, EQS ENGENHARIA S/A, J.NASSER ENGENHARIA LTDA, PONTO DE LUZ MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, CASA MODELO COMÉRCIO DE CONSTRUÇÃO E MOVEIS LTDA também possui convênios e/ou temos de compromisso com as Secretarias Municipais como a SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA-SEINFRA todos esses convênios permitem o pleno funcionamento de campos para Estágios Supervisionados a IES.

Para a realização de intercâmbios e mobilidade acadêmica o Centro Universitário está conveniado com as universidades de: Évora em Portugal, Bologna na Itália, Nihon Gakko no Paraguai, com o Santander Universidades que mantém convênio com 85 países. Além disso a IES mantém convênio com o Centro de idiomas oferecem descontos aos discentes de todos os cursos de graduação e pós-graduação como forma de estimular o aprendizado em diferentes idiomas.

4.14 Quantitativo anual do corpo discente, desde o último ato autorizativo (ingressantes matriculados em TCC, participantes de projetos de pesquisa por ano, participantes em projetos de extensão por ano, participantes de financiamento por ano

| | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 |
|----------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|
| Ingressantes | 203 | 109 | | | | | 169 |
| Concluintes | - | - | 64 | 82 | 78 | | 67 |
| Estrangeiros | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| Estágio | - | - | 75 | 92 | 80 | 45 | 92 |
| TCC | - | - | 75 | 98 | 86 | 111 | |
| Proj Pesquisa | 2 | 2 | 4 | 5 | 3 | 2 | |
| Proj. Extensão | 34 | 36 | 45 | 48 | 12 | 35 | |
| Financiamento FIES | 175 | | | | | | |
| Financiamento PROUNI | 71 | | | | | | |
| Financiamento Bolsa Universidade | | | | | | | |

4.15 Justificativa para a criação do curso e número de IES que ofertam o curso no Município

O Curso se justifica em função das demandas loco regionais de natureza econômica, social, política, cultural e ambiental.

4.15.1 Demandas de Natureza Econômica

O Amazonas, maior extensão territorial do Brasil, possui o maior PIB da região norte e nordeste, atingindo cerca de R\$ 98,754 bilhões em 2019. De acordo com os estudos da SEDECTI - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, o setor da Indústria totalizou um montante de R\$ 29 bilhões, o Setor de Serviços totalizou um valor de R\$ 48 bilhões, e o setor agropecuário contribuiu com R\$ 6,5 bilhões no quarto trimestre de 2019.

A capital do Estado é a cidade de Manaus, que tem uma contribuição expressiva na região com um PIB de R\$ 73 bilhões de reais, com participação de 78,54% do PIB do estado em 2019. O município de Manaus corresponde a 94,54% da Indústria do Estado.

O polo agropecuário abriga projetos relacionados à produção de alimentos, piscicultura, beneficiamento, dentre outros. O setor terciário, conhecido por abranger as atividades de comércio de bens e prestação de serviços, demonstra expressiva relevância na economia brasileira e não é diferente em Manaus, onde o setor é composto de: Comércio e serviços de manutenção e reparação; Transportes e armazenagem e correio; Serviços de alojamento e alimentação; Atividades imobiliárias e aluguel; Serviços prestados às empresas; Serviços prestados às famílias

e associativos; Serviços de informação; Intermediação financeira, seguros e previdência complementar; Administração, saúde e educação públicas; Saúde e educação mercantis; Serviços domésticos.

O segmento de comércio teve seu grande destaque na década de 80 com o modelo de economia fechada. Atualmente o setor de comércio e serviços possui grande relevância, pois representa 51,92% da participação do PIB da região. E a Câmara dos Dirigentes Lojistas do Amazonas - CDL regulamenta a atividade mercantil realizada pela cidade através da prestação de serviços e comércio. O apoio aos profissionais ativistas no comércio local oportuniza soluções e suporte ao desenvolvimento das atividades comerciais, orientando e defendendo os interesses dos comerciantes e prestadores de serviços.

A Junta Comercial do Estado do Amazonas- JUCEA registrou, no período de 1º de janeiro a 31 de março de 2019, 1.310 novas empresas no Amazonas, um crescimento de 5,3% em comparação a mesma data em 2018. O balanço, ainda, aponta que a maioria das novas constituições, mais precisamente 668 registros, são do tipo Empresa Individual (EI), empreendedor que atua como o único titular de seu negócio, sendo este uma pessoa física e sem a presença de outros sócios, não se enquadrando como Microempreendedor individual (MEI).

Outro dado interessante é que no segundo semestre de 2019, cerca de 90 lojas de diversos segmentos foram inauguradas em todo o Estado. E comparando o resultado estimado para 2019 de alguns segmentos do varejo com o apurado em 2018, os setores de bens duráveis são os que mais se destacaram, com crescimento de 8%; os semi e não duráveis cresceram em um patamar de 5%, em média. As lojas de móveis e decoração, de materiais de construção, de autopeças e acessórios e as farmácias e perfumarias registraram dois dígitos de aumento nas vendas em comparação a 2018.

A indústria é a base da sustentação da Zona Franca de Manaus, modelo de incentivos fiscais que protege a floresta e impede o desmatamento da região, instalada em 1967 e aprovada até 2.073, a ZFM gera 770 mil empregos diretos e indiretos. Dados da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) atestam que em 2019, só o Polo Industrial de Manaus contava com um Setor Industrial consolidado e tecnologicamente avançado, formado por cerca de 450 empresas com projetos incentivados pelos órgãos de desenvolvimento do Estado do Amazonas e do Governo Federal, gerando mais de 92 mil postos de trabalho, sendo que 03 subsetores empregam juntos 60% do total de funcionários do PIM, a área de eletroeletrônicos, duas rodas e de termoplásticos. Esse crescimento aponta para novos desafios econômicos e sociais que implicam em novas e volumosas demandas por serviços educacionais.

Novas oportunidades vêm crescendo de acordo com a evolução social, com o mundo moderno. O surgimento de novas questões sociais, novas lides, que surgem naturalmente nesse processo de evolução e dinâmica cultural e social geram uma nova gama de demanda para os profissionais da Arquitetura, que podem em funções essenciais à saúde, como na atenção básica, na assistência ao idoso, atendimento à população indígena, assistência ao paciente grave, tanto na capital, quanto nas cidades do interior do estado, tanto em instituições públicas ou privadas.

4.15.2 Demandas de Natureza Social

Aliado a todo esforço de desenvolvimento econômico da indústria, da agropecuária e do turismo que tem avançado, persiste a condição de um Estado com graves problemas sociais. A cidade de Manaus apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil, IDH = 0,649. Isto significa que entre as outras cidades do estado ocupa a 1ª posição.

Os números da educação no estado em que Manaus se encontra, são considerados os mais baixos do país, de acordo com dados do IBGE, pois está em 27º colocado no número de matriculados no ensino fundamental (93.652) e no ensino médio (22.838) para 2018. Entretanto, é um dos estados que mais investe em educação. Considerando apenas a educação o índice é de 0,910 (muito elevado), enquanto o do Brasil é 0,702; o índice da longevidade é de 0,725 (o brasileiro é 0,638); e o de renda é de 0,738 (o do país é 0,723). O município possui a maioria dos indicadores médios e parecidos com os da média nacional segundo o PNUD.

A capital Manaus concentra em torno de dois terços da população do Estado de Roraima. A densidade demográfica no Estado é de 2,02 hab/Km², a cidade de Manaus tem sido o lugar para onde fluem os fluxos migratórios do interior do Estado e, recentemente da Venezuela.

Com relação a distribuição das IES e das matrículas na Educação superior no Brasil que demonstra desigualdades regionais, sobretudo uma discrepância muito grande comparando-se a Região Sudeste do país.

Dados do próprio Censo/MEC apontam uma deficiência de IES de ensino superior no Norte do país, haja vista que a Região Nordeste abarca 18% das IES privadas do país enquanto o Sudeste possui 48,9% das IES, o Centro-Oeste 9,9% e apenas 6,4% se concentram no Norte.

O mapa do ensino superior no Brasil publicado em 2015 apresenta os seguintes dados: A distribuição das matrículas da Educação Superior no Brasil: Região Sudeste é responsável por 47,2% de matrículas em cursos presenciais no ensino superior no país, seguida pelas regiões Nordeste (20,9%), Sul (15,6%), Centro-Oeste (9,4%) e Norte (6,9%).

Entretanto a procedência de alunos matriculados no ensino superior privado continua predominantemente de alunos do ensino médio público.

Podemos afirmar inclusive com base no exposto que o Norte do País carece de oferta de mais vagas como forma de equalizar a distribuição da educação de nível superior existente e diminuir as desigualdades sociais, promovendo a inclusão social por meio da oferta do ensino superior.

O ritmo de crescimento da região e as exigências do mercado de trabalho além da responsabilidade social com o meio requerem um profissional habilitado para preencher uma lacuna existente e destinada ao Arquiteto e Urbanista, levando-se em conta as perspectivas de urbanização que existem em abundância em toda a Região.

Assim, com a oferta do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, a Faculdade Metropolitana de Manaus estará contribuindo para a ampliação das oportunidades de acesso à formação superior em área cuja atual oferta não é capaz de absorver as demandas da sociedade e do mercado de trabalho, haja vista possuir apenas 02 IES ofertando o curso presencial em Manaus, a Universidade Federal de Roraima com 35 vagas e o Centro Universitário Estácio da Amazônia com 120 vagas.

4.15.3 Demandas Culturais

Em Manaus, a expansão urbana desordenada e sem planejamento gerou progresso para a cidade, mas também provocou sérias agressões ao meio ambiente e impactos devido as irregularidades. Com o êxodo rural e os grandes fluxos migratórios vindo de países vizinhos, as populações que antes habitavam o interior do Estado migraram para capital a procura de melhores perspectivas e devido à baixa renda, começaram a viver nas chamadas zonas de irregularidade. Muitas destas moradias foram construídas em áreas de fundo de vale, onde há uma grande incidência de apropriação irregular. O Arquiteto e Urbanista, neste contexto é o profissional necessário na organização e conscientização desse hábito popular.

E mexer com a diversidade regional e sua complexidade é um dos grandes desafios do planejamento de desenvolvimento regional sustentável, principalmente em uma região com uma ampla extensão territorial. Além do desafio de levar infraestrutura para o interior, principalmente para comunidades carentes.

A formação de um profissional Arquiteto e Urbanista com visão sob os aspectos e particularidades regionais é essencial para o crescimento de maneira concisa e ordenada, respeitando as limitações e especificidades do ambiente regional.

4.15.5 Demandas de Natureza Ambiental

A região é considerada Patrimônio da Humanidade e abriga 50% da biodiversidade de nosso planeta.

A arquitetura contemporânea apoia-se em fundamentos que incluem questões sobre ecoeficiência, sustentabilidade, utilização das condições climáticas naturais, incorporação de novas formas de energia. Dentre outros aspectos relevantes e fundamentais diante das condições atuais de uma cidade em desenvolvimento ou mesmo em qualquer outra do nosso país, sejam na diminuição da exploração dos recursos naturais, da poluição e resíduos sólidos, como na utilização da eficiência energética e da qualidade ambiental. A arquitetura sustentável e a arquitetura verde tem o mesmo significado de uma arquitetura ecológica e o resultado final é um edifício ecoeficiente e com o mínimo impacto ambiental. De fato, o discurso em torno de práticas ambientais, verdes, ecológicas ou sustentáveis definitivamente já entrou no universo da arquitetura.

4. 16 Número de IES que ofertam o curso no Município

O PPC foi construído pelo NDE do curso observando-se as diretrizes curriculares nacionais do curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, a Resolução CNE/CES N° 02, de 17 de junho de 2010 do Conselho Nacional de Educação, as demais diretrizes pertinentes ao ensino superior, o PDI da IES bem como as necessidades locais e regionais para formação do Arquiteto e Urbanista.

A implantação ocorre a partir da primeira turma do curso com o acompanhamento do NDE e do colegiado e a consolidação ocorre na medida em que se buscam melhorias para o curso com base na análise das avaliações internas e externas, e reuniões periódicas do NDE e colegiado, bem como, por meio da elaboração conjunta do Plano acadêmico-administrativo do curso nas Semanas Pedagógicas.

Com base no dados no E-MEC (2020), Roraima conta com apenas duas instituições ofertando o curso de Arquitetura e Urbanismo no modelo presencial, sendo uma Faculdade Privada (Estácio) e a Universidade Pública Federal.

Relato sobre a coerência entre o PPC e o contexto educacional e necessidade locorregionais, missão da IES, DCNs e PDI e perfil do egresso

O PPC do curso busca coerência como o contexto educacional, necessidades locorregionais, missão da IES, DCNs e PDI.

A profissão de Arquiteto e Urbanista abrange amplo campo de atuação nas áreas de planejamento e projetos, construção civil, mercado imobiliário, educação, entre outras.

Na Região do Norte há um déficit do número de profissionais comprometidos com o ramo da Arquitetura e Urbanismo que possam contribuir na melhoria das condições de geração,

transmissão e distribuição de energia e atuar no desenvolvimento cultural, social e econômico da região. Dessa forma, o PPC de Arquitetura e Urbanismo tem essa vocação, sem perder de vista a formação preconizada nas DCNs do curso.

Quanto à missão da IES e as DCNs o curso visa formar o Arquiteto e Urbanismo como um profissional da área de exatas com formação em práticas projetuais e soluções tecnológicas para a preservação, compreensão dos sistemas estruturais, crítica, conhecimento da história das artes e da estética, capacitado para o trabalho nos diferentes níveis de complexidade, com base no rigor científico e intelectual. Atuando com base nos princípios éticos e na compreensão da realidade social, cultural e econômica do seu meio, dirigindo sua atuação para a transformação da realidade em benefício da sociedade.

Em relação ao contexto educacional e as necessidades locais o curso busca atendê-las por meio de uma matriz que contemple a formação das competências e habilidades propostas, além das diversas atividades oferecidas que trazem subsídios ao futuro profissional para lidar com as relações humanas e as particularidades da região. O curso propicia o aprendizado técnico e científico embasado na teoria e na prática e em consonância com as diretrizes desenvolvendo habilidades de tomada de decisões, comunicação, administração e gerenciamento, trabalho individual e em equipe e liderança. Assim, o Arquiteto e Urbanista formado é preparado para ser dinâmico, adaptável e flexível às mudanças.

DIMENSÃO 1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

1.1 Políticas institucionais no âmbito do curso

Uma política se constitui como um conjunto de princípios e diretrizes norteadoras que garantem a direção de programas, projetos e ações que tem como finalidade executar e garantir o alcance dos objetivos institucionais, neste sentido, uma política deve ser sempre pensada em termos sistêmicos e em articulação com a Missão e os Valores atribuídos.

1.1.1 Política de Ensino

A Política de ensino da IES está fundamentada na construção de relações de ensino/aprendizagem com vistas aos melhores indicadores de qualidade da educação superior, no desenvolvimento de competências do perfil do egresso das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação e no Catálogo Nacional de Cursos Tecnológicos, bem como em uma formação ética e humanística prezando pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão realizada por meio dos programas na graduação e na pós-graduação.

A Política de Ensino da IES considera as diretrizes abaixo:

- ✓ atender aos requisitos legais educacionais e as orientações das diretrizes curriculares nacionais para a formação do perfil do egresso, considerando, as demandas da região norte, a missão e visão da IES;
- ✓ promover a articulação permanente entre ensino, pesquisa e extensão, por meio do Programa de Articulação Pesquisa, Ensino e Extensão - PAPEERI;
- ✓ desenvolver o Ensino para a formação de competências e habilidades prevista na DCN, considerando os aspectos de atualização curricular; utilização e desenvolvimento de material didático; oferta de componentes curriculares semipresenciais e promovendo a formação de profissionais capazes de atender as demandas econômicas, sociais, culturais, políticas e ambientais da região;
- ✓ promover a disseminação de valores éticos, humanísticos, ambientais e socialmente responsáveis, por intermédio do Programa de Educação Ambiental e o Programa de Educação para os Direitos Humanos obedecendo ao que determina a legislação pertinente;
- ✓ promover a qualidade do ensino e a inovação pedagógica estabelecidos no Programa de Qualidade de Ensino e no Programa de Inovação Pedagógica utilizando-se de metodologias ativas por meio da interação teórico prática, da pedagogia de projetos e acessibilidade pedagógica e atitudinal, ensino interdisciplinar, transversal e flexível com

processos de avaliação que tenham como foco a aprendizagem e que se dão de maneira somativa - com base na teoria de resposta ao item e, formativa - visando o desenvolvimento de competências;

- ✓ atender os estudantes, ofertando apoio acadêmico, pedagógico e psicopedagógico necessários ao suporte de sua vida acadêmica e estudantil, tendo como meta o acolhimento ao ingressante, o nivelamento, a monitoria, atividades extracurriculares, a acessibilidade e a permanência do mesmo em condições excelentes de aprendizagem, bem como o acompanhamento de egresso, por meio do Programa de Apoio ao Discente; Programa de Acessibilidade e Programa de Acompanhamento do Egresso;
- ✓ promover a gestão participativa por meio dos NDE's e colegiados docentes e discentes, garantindo inclusive a representatividade discente em órgãos colegiados;
- ✓ desenvolver o Programa de Monitoria, como estímulo à formação de novos quadros docentes.

Focada nessas diretrizes norteadoras, a IES define os seguintes princípios que servirão como base de sua política de ensino:

- ✓ Princípio da proximidade: recomenda que o ensino e aprendizagem, sejam quais forem seus métodos e técnicas, inicie pelo conhecimento que seja o mais próximo possível da vida do aluno, partindo dos fatos mais imediatos para os mais remotos, do conhecido para o desconhecido;
- ✓ Princípio da direção: recomenda ao professor o planejamento, a previsão, a sequência lógica, estruturada, do conhecimento, a clareza de objetivos e o enfoque de questões essenciais do conteúdo, sem deter-se em questões periféricas;
- ✓ Princípio da adequação: recomenda que os métodos e técnicas sejam apropriados ao aluno, à natureza e tipo de conteúdo, ao contexto, às fases evolutivas do desenvolvimento e da aprendizagem;
- ✓ Princípio da participação: recomenda que se observem, nos alunos em formação, em todas as áreas, a atividade, o envolvimento, o estudo, a atenção, o trabalho com o conhecimento, a organização, a disposição, a conscientização do valor do estudo, da aprendizagem e seus métodos;
- ✓ Princípio da diversidade: recomenda preservar, em qualquer método de ensino-aprendizagem, o valor de condutas que propiciem a livre manifestação de ideias, a qualificação e acolhimento das pessoas, a confiança, a iniciativa, a criatividade e criação, o respeito às diferenças e à pluralidade;

- ✓ Princípio da vivência: aplica-se à consideração ao conhecimento formado no cotidiano e nas práticas anteriores dos alunos, assim como suas experiências atuais, associando-os aos significados do conhecimento teórico e suas relações com fatos da realidade, da vida;
- ✓ Princípio da descoberta: aplica-se ao conhecimento tanto ao teórico e suas fontes, como ao conhecimento pessoal, de si e do outro, incluindo ainda o conhecimento dos fatos da realidade e a vivência do prazer de aprender;
- ✓ Princípio da construção do conhecimento: refere-se à sua integração, articulação, irradiação à vida, ao cotidiano, onde se encontram os seus significados concretos;
- ✓ Princípio da reflexão: recomenda incorporar aos métodos de ensino-aprendizagem os processos de análise, conclusões e avaliação do conhecimento;
- ✓ Princípio da Interdisciplinaridade e da Transversalidade: pretende-se abordar os conteúdos da formação de maneira a garantir o trânsito interdisciplinar e transversal, ou seja, os conteúdos devem ser abordados de maneira a evidenciar as relações interdisciplinares e transversais do conhecimento, superando a abordagem fragmentada e isolada o saber.

Uma política se constitui como um conjunto de princípios e diretrizes norteadoras que garantem a direção de programas, projetos e ações que tem como finalidade executar e garantir o alcance dos objetivos institucionais, neste sentido, uma política deve ser sempre pensada em termos sistêmicos e em articulação com a Missão e os Valores, atribuídos.

1.1.2 Núcleos de apoio ao ensino

NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica- responsável por assessorar os projetos de inovação tecnológica dos cursos de graduação, com atribuições de:

- ✓ analisar e emitir parecer sobre a viabilidade técnica e econômica do licenciamento e da transferência de produtos, processos e serviços oriundos da propriedade intelectual;
- ✓ deliberar sobre propostas e indicações, representações ou consultas de interesse da Faculdade em matéria de inovação tecnológica e proteção da propriedade intelectual;
- ✓ estabelecer regras e procedimentos para avaliação e classificação de resultados decorrentes de atividades e projetos acadêmicos da IES em atendimento às disposições da Lei nº 10.973/2004, da Lei nº 13.243/2016 e do Decreto nº 9.283/2018;
- ✓ estabelecer regras e procedimentos para avaliação de solicitação de inventor independente para adoção de invenção na forma dos artigos 22 e 22-A da Lei nº 10.973/2004;

- ✓ estabelecer regras e procedimentos para a execução, acompanhamento de pedidos de proteção e manutenção dos títulos de propriedade intelectual da IES;
- ✓ estabelecer regras e procedimentos para a transferência, licenciamento e comercialização de tecnologias da IES.

NAPA - Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade:

O apoio psicopedagógico na IES dar-se-á por meio de uma estrutura pedagógica/administrativa denominada Núcleo e Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade. Neste espaço, a partir da intersecção da pedagogia com outras áreas de conhecimento, a IES realiza ações de prevenção e de apoio aos alunos com problemas, distúrbios, dificuldades de aprendizagem e ainda aqueles com necessidades educativas especiais específicas de natureza permanente. Para cursos na modalidade à Distância, o acadêmico poderá agendar via ambiente virtual um atendimento com os especialistas do núcleo de maneira online, ou solicitar atendimento presencial nos polos vinculados aos cursos.

O NAPA tem como objetivo geral promover, por meio do atendimento psicopedagógico e social, a saúde dos relacionamentos interpessoais e institucionais, contribuindo para o processo de aprendizagem e inclusão do aluno para seu pleno desenvolvimento. O Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico e Acessibilidade encontra-se em pasta anexa.

NADI- Núcleo de Apoio ao Discente:

O apoio ao discente do NADI, responsável pela captação de vagas de emprego e estágio não obrigatório, bem como pela promoção de palestras de formação para o mercado de trabalho, e ainda, por ações de reversão, no caso de alunos que eventualmente tenham intenção de desistir dos estudos. Para cursos na modalidade à Distância, o acadêmico poderá agendar via ambiente virtual um atendimento com os especialistas do núcleo de maneira online, ou solicitar atendimento presencial nos polos vinculados aos cursos. O Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico e Acessibilidade encontra-se em anexo a este.

1.1.3 Programas de Ensino

Uma política se constitui como um conjunto de princípios e diretrizes norteadoras que garantem a direção de programas, projetos e ações que tem como finalidade executar e garantir

o alcance dos objetivos institucionais, neste sentido, uma política deve ser sempre pensada em termos sistêmicos e em articulação com a Missão e os Valores, atribuídos. Esta Política de Ensino se realiza por intermédio dos seguintes programas institucionais, em anexos:

- ✓ PAPEERI – Programa de Articulação de Pesquisa, Ensino e Extensão e Responsabilidade Social Institucional;
- ✓ PEA – Programa de Educação Ambiental;
- ✓ PEDH – Programa de Educação para os Direitos Humanos;
- ✓ PQE- Programa de Qualidade de Ensino e Inovação Pedagógica;
- ✓ PAD – Programa de Apoio ao Discente.

Os referidos programas estão disponíveis nas pastas, apêndices do PPC.

Estes Programas Institucionais por sua vez se desdobram no âmbito dos cursos de graduação nos seguintes Projetos institucionais:

- ✓ Projeto de Recepção de Calouros;
- ✓ Projeto de Nivelamento (Português; Matemática e Informática);
- ✓ Projeto de Monitoria;
- ✓ Projeto de Atividades Complementares;
- ✓ Projeto de Atividades Extracurriculares (Natal solidário; Workshop de Empregabilidade; Escola de Líderes; Escola de Empreendedores)
- ✓ Projeto de Acompanhamento do Desempenho Acadêmico;
- ✓ Projeto de Monitoramento da Evasão;
- ✓ Projeto de Atividade Interdisciplinar;
- ✓ Projeto de Atividade Transversal;
- ✓ Projeto Artístico Cultural;
- ✓ Projetos de Articulação de Ensino, Pesquisa e Extensão
- ✓ Projeto de Responsabilidade Social;
- ✓ Projeto de Acompanhamento de Egressos.

Os referidos programas estão disponíveis nas pastas, apêndices do PPC.

1.1.4 Ações de Ensino

Desta maneira, a Política de Ensino da IES deve promover ações acadêmico-administrativas no âmbito do ensino que incentivem a produção do conhecimento com qualidade relacionada com o seu contexto regional e sem perder de vista a formação humana, ética e tecnológica integrada a partir das inovações metodológicas, tecnológicas da avaliação continuada, das relações teoria-prática e ensino-serviço, da interdisciplinaridade, transversalidade, da educação para os direitos humanos e do incentivo aos percursos curriculares mais abertos, contemplando as atividades complementares.

Assim o Ensino na Instituição é desenvolvido por meio de atividades acadêmicas curriculares e extracurriculares, que constituem a base da produção de novos conhecimentos, tendo como ponto de partida os saberes já produzidos mediante conhecimento científicos. A proposta de ensino se estrutura a partir do entendimento de que o ato educativo, dentro e fora da sala de aula, é sempre um ato intencional e interessado. Assim, os professores devem desenvolver o papel de mediadores no processo de construção do conhecimento, compreendendo o aluno como protagonista no processo de ensino e aprendizagem.

Nesta perspectiva, se propõe que o ensino deve estar pautado nos princípios de:

- ✓ Flexibilização de métodos e concepções pedagógicas;
- ✓ Equilíbrio nas dimensões acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão; Respeito à diversidade étnica ideológica, cultural; e
- ✓ Valorização dos profissionais envolvidos com os processos de ensino e aprendizagem.

No que compete a construção do currículo, para a graduação, pensamos que os currículos oferecidos devem ainda demonstrar comprometimento com as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais, tendo em vista princípios norteadores da organização curricular dos cursos de graduação, a saber:

- ✓ Flexibilização - sistema integrado e flexível, articulado ao ensino, pesquisa, e ainda possibilidade de o aluno traçar um perfil formativo personalizado podendo cursar disciplinas em outros cursos e aproveitar as mesmas como disciplinas optativas ou atividades complementares. A flexibilidade também é um princípio a ser adotado pela IES, no que diz respeito a acessibilidade pedagógico para os alunos portadores de deficiência ou com dificuldades de aprendizagem, neste sentido são adotados critérios mais flexíveis de tempo para realização de atividades, progressão curricular para que o aluno possa ter seu tempo de aprendizagem considerado no seu percurso formativo.

- ✓ Curricularização da extensão - a extensão possibilita ao acadêmico a imersão e de problematização da realidade social devendo este processo ser integrado sempre que possível com a pesquisa e com o próprio ensino.
- ✓ Problematização - processo pedagógico desenvolvido por meio de situações problemas, com vistas à elaboração de conhecimentos complexos.
- ✓ Contextualização - processo de articulação, diálogo e reflexão entre teoria e prática, incluindo a valorização do conhecimento extraescolar do aluno (práticas sociais e mundo do trabalho).
- ✓ Competência- capacidade do docente e do discente de acionar recursos cognitivos, visando resolver situações complexas.
- ✓ Interdisciplinaridade e Transversalidade - Processo de intercomunicação entre os saberes e práticas necessários à compreensão da realidade ou objeto de estudo, sustentando-se na análise crítica e na problematização da realidade. Esta se desenvolve a partir de atividades e/ou aulas com conteúdo afins de diferentes disciplinas que se entrecruzam pelo viés da interdisciplinaridade, desta maneira estas ações se constituem com este enfoque. E na transversalidade pela discussão de temas de Educação Ambiental e Educação Étnica Racial por meio da Pedagogia de Projetos.
- ✓ Educação para os Direitos Humanos- com objetivo central na formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural. Baseada nos princípios de: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; e sustentabilidade socioambiental. Esta última, ocorre como conteúdo específico de disciplinas da matriz e também como disciplina optativa.

1.1.5 Sistemática de atualização de currículos e novas competências

Ainda sobre os currículos nossa instituição possui uma sistemática de atualização curricular, como um dos elementos essenciais de sua política de ensino assim, a elaboração, implantação e desenvolvimento de Projetos Pedagógicos de Curso, são pensados a partir de critérios e padrões de qualidade, considerando as diretrizes curriculares nacionais e demais documentos legais pertinentes, tais como o Catálogo Nacional de Cursos Tecnológicos. Consideramos também as Normativas dos Conselhos e Entidades de Classe. Grosso modo o

processo de atualização curricular da Instituição prediz que os currículos se orientem por intermédio das seguintes premissas:

- ✓ Coerência do currículo com os objetivos do curso;
- ✓ Coerência do currículo com o perfil do egresso;
- ✓ Coerência do currículo face às Diretrizes Curriculares Nacionais e o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia;
- ✓ Adequação da metodologia de ensino à fundamentação teórico-metodológica do curso;
- ✓ Inter-relação e integração entre as disciplinas;
- ✓ Dimensionamento correta e de acordo com a natureza dos conteúdos da carga horária teórico-prático dos componentes curriculares;
- ✓ Adequação e atualização das ementas e programas das disciplinas;
- ✓ Adequação, atualização e relevância da bibliografia;
- ✓ Currículos baseado na prática interdisciplinar e transversal;
- ✓ As necessidades do mundo do trabalho e as emergências do mercado de trabalho;
- ✓ A realidade local/nacional e global.

Na construção dos projetos pedagógicos adota-se uma concepção que prioriza não só os conteúdos universais, mas também o desenvolvimento de competências e habilidades, na busca do aperfeiçoamento da formação cultural, técnica e científica do alunado. Os projetos pedagógicos dos cursos devem estar sintonizados com os novos paradigmas da educação e da sociedade, garantindo uma formação global e crítica aos envolvidos no processo, como forma de capacitá-los, para o exercício da cidadania, bem como para se tornarem sujeitos de transformação da realidade, apresentando respostas aos grandes problemas da atualidade.

Assim seguimos a orientação de que mais que a aquisição pura e simples de conhecimento pronto, o currículo deve estar voltado para o desenvolvimento de competências no sentido da orientação do ensino para a formação de competências cabe destacar que os conteúdos são considerados em seu aspecto tridimensional, ou seja, na sua face conceitual, atitudinal e procedimental. É claro que nos passa despercebido que tal divisão só é possível do ponto de vista didático, mas nos cabe ressaltar que compreendemos que ao tempo que um conteúdo é um todo unificado, a complexidade atribuída aos mesmos faz crê que devemos observar em que momento uma dimensão de um conteúdo ressalta e exige do professor uma abordagem metodológica distinta.

Assim um conteúdo de natureza procedimental, que enseja um saber fazer, deve conter uma articulação entre uma atitude e um conceito, sem o que, um procedimento adquire uma faceta

mecânica de simples reprodução do que já é feito, retirando assim a possibilidade de invenção ou de reinvenção de um saber fazer. Do mesmo modo um conceito sem um contexto que permita ao aluno localizar a aplicação do mesmo, torna-se um conteúdo desprovido de sentido e de significado. E por fim, a aprendizagem de um conceito e suas possíveis aplicações, a realização de uma prática, sua reelaboração e reinvenção deve pressupor que o aluno adquira um conjunto de atitudes compatíveis com a sua inserção social, compromisso cidadão, aliado ao desenvolvimento pessoal e profissional. Além do princípio da competência, conforme apontam as diretrizes curriculares nacionais, entende-se que o processo educacional deve estar centrado nos conteúdos relevantes para a formação do cidadão, respeitadas as especificidades das diferentes disciplinas e o acadêmico deverá ser avaliado na mesma direção, ou seja, no sentido de aferir o desenvolvimento de competências e habilidades, por meio da aprendizagem significativa daqueles conteúdos previstos.

Para além dessa dimensão, se entende que o desenvolvimento metodológico dos conteúdos requer estratégias que mobilizem e desenvolvam várias competências cognitivas básicas, como a observação, compreensão, argumentação, organização, análise, síntese, comunicação de ideias, planejamento, memorização etc. Ao selecionar os conteúdos, os professores trabalham conforme suas visões de mundo, suas ideias, suas práticas, suas representações sociais, pois se toda prática educativa apresenta determinado conteúdo, a questão maior é saber quem escolhe os conteúdos, a favor de quem e de como proporá o trabalho sobre estes aos seus estudantes, para fazer a seleção de conteúdo de maneira coerente ao que preconiza estará o seu ensino e, para tanto, nas suas disciplinas os docentes irão:

- ✓ Tomar como referência a prática profissional, analisar criticamente as formas de seleção e organização dos objetivos e conteúdo, assim como o seu significado no processo de ensino, identificando qual a concepção de homem, mundo e educação que estão orientando essa prática;
- ✓ Discutir a importância da determinação dos objetivos como elementos que orientam o processo, envolvendo a seleção de conteúdo, procedimentos, avaliação, e definindo o tipo de relação pedagógica a ser estabelecida;
- ✓ Considerar que o conteúdo só adquire significado quando se constitui em um instrumental teórico-prático para a compreensão da realidade do aluno, tendo em vista a sua transformação;
- ✓ Interligar a formação baseada em competências com os princípios do ensino da IES e as necessidades do mercado.

No que compete os parâmetros para seleção de conteúdos e elaboração de currículos nos Projetos Pedagógicos de Curso, a IES considera que a seleção de conteúdo é o resultado de um universo maior de conhecimentos e saberes conforme o objetivo que se tenha de educação. Para formar um ser humano crítico e participativo na sociedade é necessário selecionar conhecimentos diferentes daqueles que são tradicionalmente escolhidos, priorizando assim a criticidade. Os Conteúdos são ainda considerados em seus aspectos cognitivos e técnicos, ou seja, como já apontamos, tomando como perspectiva a sua característica conceitual, procedimental, e atitudinal, estabelecidas nas diretrizes curriculares pertinentes.

A definição dos conteúdos para elaboração dos currículos a serem desenvolvidos nos diferentes cursos, deve ter em perspectiva:

I. A análise da realidade e o foco nos aspectos da inserção regional da Instituição;

II. As dimensões:

- ✓ Sócio antropológica, que considera os diferentes aspectos da realidade social em que o currículo será aplicado. Visam despertar no aluno a consciência para os problemas brasileiros e mundiais, de modo que possa capacitá-los a exercer uma profissão na sociedade com respostas conscientes e livres para a construção de um mundo onde todos tenham oportunidades iguais, onde todos participem na produção consciente do espaço, exercendo a cidadania e, conseqüentemente, a democracia plena;
- ✓ Psicológica, que se volta para o desenvolvimento cognitivo do aluno;
- ✓ Epistemológica, que se fixa nas características próprias das diversas áreas do saber tratadas pelo currículo;
- ✓ Orientada para o desenvolvimento de competências, os conteúdos a ser ensinados devem estar orientados para a construção das competências e habilidades que estruturam o perfil do egresso de cada curso.

Nesta perspectiva os Currículos serão ajustados trienalmente considerando o resultado da avaliação interna e externa dos cursos, o resultado do ciclo avaliativo de Avaliações externas, ou sempre que a legislação concernente tiver alteração. São propostas de ações acadêmicas administrativas para a sistemática de atualização curricular são:

- ✓ Manter em pleno funcionamento com reuniões periódicas os Núcleos Docentes Estruturantes dos Cursos para acompanhamento e avaliação contínua dos projetos pedagógicos dos cursos, assumindo lugar de protagonista nesse processo conforme determina a Resolução CONAES Nº 01, de 17 de junho de 2010, onde:
- ✓ Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

- ✓ Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- ✓ Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- ✓ Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação são as suas principais funções.

No processo de atualização curricular é fundamental a participação dos Colegiados na aprovação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos que são por excelência o espaço de discussão próprio das questões pedagógicas e acadêmicas afetas aos currículos.

Assim, os Currículos serão atualizados em periodicidade trienal, ou quando, alguma alteração de fundo e relevante se fizer necessária, advinda de uma determinação legal, normativa ou ainda por algum novo conteúdo surgido. Estas discussões, orientações e deliberações serão registradas em atas de reunião as quais servirão de documento e registro das alterações pretendidas, estas, por sua vez, doravante propostas pelos Núcleos Docentes Estruturantes dos cursos, e aprovadas em colegiado de curso devem primar por assegurar a qualidade dos currículos e conseqüentemente do ensino na Instituição e garantir o atendimento às diretrizes pedagógicas estabelecidas, as seguintes atividades são desenvolvidas.

Destaca-se no processo de construção dos Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação, a participação fundamental do Núcleo Docente Estruturante, com a orientação de realização das seguintes ações:

- ✓ A revisão contínua dos currículos;
- ✓ A atualização de programas ementas, bibliografias e planos de ensino, trienalmente, com a elaboração de Relatório de Estudo
- ✓ A Adequação do Perfil docente ao componente curricular, considerando o critério de sinergia entre a formação, a produção acadêmica, a experiência profissional fora do magistério e a experiência profissional como docente, com elaboração de Relatório de Estudo;
- ✓ A revisão dos projetos pedagógicos dos cursos trienalmente;
- ✓ A auto avaliação visando ao aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido.
- ✓ Promover a participação dos docentes na elaboração dos projetos pedagógicos é condição primordial para a IES, uma vez que estará proporcionando a integração das equipes; efetivando a responsabilidade e o envolvimento de todos na consecução dos objetivos

propostos; e caracterizando tanto o próprio projeto como as ações e metas neles contidas como parâmetro para o direcionamento de todas as atividades, como também para as necessárias avaliações dos respectivos cursos.

- ✓ Elaborar os projetos pedagógicos dos cursos prevendo a articulação das atividades acadêmicas da Instituição, direcionando objetivos e metas destinadas a promover o desenvolvimento integral do aluno, de maneira a conter núcleos interdisciplinares e transdisciplinares e de Educação para os Direitos Humanos predispostos à flexibilização e integração, tendo o Núcleo Docente Estruturante, um papel fundamental nesse processo.
- ✓ Projetar ações de ensino e extensão em estreita correlação com o ensino, para fortalecimento dos currículos de graduação, articulando programas, integrando professores e alunos e proporcionando dessa forma, o ambiente condutor e desafiador para o desenvolvimento dos conhecimentos e das habilidades, direcionando a qualidade das formações.
- ✓ Realizar ações de formação para melhoria dos processos pedagógicos, por meio do Núcleo de Apoio Pedagógico e Experiência Docente.

Por fim, a Política de Ensino da IES pretende realizar os seguintes objetivos:

Objetivo Geral

Promover a construção de relações de ensino/aprendizagem em sala de aula e demais espaços educativos com qualidade socialmente referenciada em índices de avaliações externas e internas, focadas no desenvolvimento de competências expressas no perfil do egresso estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação e no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, na modalidade presencial e a distância, a partir da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Objetivos Específicos

- ✓ Elaborar e desenvolver Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos de Graduação, consonantes com as necessidades formativas e do mundo do trabalho para o alcance dos objetivos e da missão institucional, articulados com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;
- ✓ Melhorar continuamente os resultados institucionais;
- ✓ Ampliar a oferta nos cursos da IES, democratizando o acesso ao ensino superior, por meio da ampliação de vagas e oferta de cursos nos bairros da região.

Outro aspecto que a política de ensino da instituição estimula é o desenvolvimento e a utilização de material didático-pedagógico produzido a partir das necessidades de formação dos estudantes, neste caso consideramos como material didático pode ser definido como instrumento e produto pedagógico utilizado em sala de aula, especificamente como material instrucional que se elabora com finalidade didática.

Ou seja, o material didático tem a estrita finalidade de ensinar, fortalecendo o ensino. De natureza diversa, os materiais didáticos podem ser físicos ou virtuais e, podem se constituir em um número significativo de tipos e modelos. Considerando a complexidade e amplitude deste conceito, serão considerados materiais didáticos na Instituição, em forma impressa e virtual em processo de elaboração:

- ✓ Cadernos de Textos
- ✓ Cadernos de Exercícios
- ✓ Blogs e sites interativos
- ✓ Livros
- ✓ Manuais
- ✓ Revistas Científicas

O desenvolvimento de material didático-pedagógico é muito importante para a análise e seleção dos conteúdos a serem desenvolvidos dentro dos componentes curriculares, e essa é uma atividade que envolve dedicação do corpo docente e da equipe de apoio técnico da Instituição. A IES, compreende que o desenvolvimento do material didático deve ter critérios estruturados para que os projetos pedagógicos atendam aos requisitos de formação exigidos pelas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais e no Catálogo Nacional de Cursos Tecnológicos, e que também possam expressar o pensamento da Instituição quanto, à cultura, à ciência e à formação profissional cidadã.

A elaboração de materiais didático-pedagógicos exige uma concepção interdisciplinar, capaz de garantir ao mesmo tempo abrangência, atualização e fundamentação, reunindo conhecimento científico (clássico e contemporâneo) e também valorizar a experiência docente (magistério e profissional). Como perspectiva de atendimento à dinâmica do processo de ensino-aprendizagem, o desenvolvimento de materiais didáticos tem o foco na interdisciplinaridade, na aquisição de competências, habilidades e atitudes profissionais condizentes com as expectativas da sociedade e do mercado de trabalho, balizadas pela proposta curricular do curso.

São diretrizes para o desenvolvimento de material didático-pedagógico da IES:

- ✓ Elaboração de referenciais de conhecimentos fundamentais para a compreensão crítica dos problemas e para a intervenção no contexto social, político e cultural a que se referem;
- ✓ Desenvolvimento de materiais didáticos pelos autores, a interdisciplinaridade que deve ser alcançada na apresentação de problemas reais enfrentados pelos alunos em seu cotidiano e no desenvolvimento do seu processo de trabalho;
- ✓ Fornecer conteúdos mínimos que possibilite a organização do conhecimento prévio trazido pelo aluno, indicar referências e, principalmente, estimular o próprio aluno a buscar novos conteúdos;
- ✓ Propor ferramentas e informações necessárias à pesquisa qualificada de novos conteúdos, a partir das necessidades reais do aluno;
- ✓ Facilitar a aquisição das competências técnicas específicas, como, também, estimular o desenvolvimento de competências necessárias ao trabalho em equipe, à atitude de liderança e à ética profissional;
- ✓ Construir um material que amplie a visão do aluno, que permita o aprofundamento dos assuntos principais, fornecendo sempre uma vasta bibliografia de apoio, sugestões de sites para navegação, textos para complementação dos assuntos abordados etc.;
- ✓ Estruturar o material de forma clara, que propicie fácil manuseio e identificação de cada uma de suas partes/elementos;
- ✓ Prever a inclusão, no material didático, de seções especiais, como, por exemplo, de questões para reflexão, de dicas, de glossário etc., que se constituem recursos para maior interação do aluno com o material; para dialogar com o texto; e, ainda, para facilitar a navegação (em caso de material virtual) e articulação dos conteúdos. Estas seções, definidas principalmente em função dos objetivos e conteúdo do curso e do público a que ele se destina, devem ser apresentadas de modo a serem claramente identificadas/percebidas pelo aluno quanto ao que elas propõem, devendo estar em perfeita harmonia com o conteúdo e a estrutura do material;
- ✓ Observação quanto à linguagem utilizada, privilegiando sempre a linguagem clara, objetiva e coloquial, adequada às características dos alunos, principalmente quanto a sua escolaridade, idade e interesses.

Em relação à estrutura de um material didático indicamos que deve conter:

- ✓ Sumário: o geral, abrangendo os grandes itens contemplados no material;

- ✓ Apresentação e/ou Introdução: traz considerações gerais dos autores; objetivos do material/curso, importância dos temas tratados, contexto em que a publicação se situa; agradecimentos (se for o caso);
- ✓ Unidades de Aprendizagem: cada unidade pode ter uma página especial de abertura (opcional), que traria, no mínimo, os seguintes elementos: título da unidade, seu respectivo número e os títulos dos subitens que ela compreende;
- ✓ Mapa Referencial da Unidade – vem logo após a página de abertura da unidade (caso exista), trazendo informações sobre os grandes blocos temáticos da unidade e os principais assuntos tratados em cada um deles. O desenvolvimento da Unidade propriamente dito, com as atividades ao longo e outras ao final, que necessariamente serão enviadas ao tutor para correção e aferição de nota/conceito.
- ✓ Referências bibliográficas: podem ser apresentadas para o material como um todo e, nesse caso, devem vir ao final de todos os textos e antes dos anexos; também podem ser específicas para cada Unidade de Aprendizagem do curso, sendo apresentadas ao final delas.
- ✓ Anexos: ainda em relação à estrutura do material didático, é necessário lembrar que existem critérios editoriais pré-definidos para os elementos que deverão compor as capas e as páginas iniciais do material, que antecedem o sumário.

Em relação ao formato, indicamos que em se tratando de um material didático impresso, o seu formato está diretamente relacionado ao seu feito, às suas dimensões (largura e altura) expressas em centímetros. O formato é geralmente definido pelos autores em conjunto com o designer, não só em função da estética, mas, principalmente, do objetivo do material, do conteúdo que será veiculado, do público-alvo do curso e da economia de papel, tendo em vista o tipo de corte que será efetuado. São exemplos de formato de material didático impresso:

- ✓ Formato A4 – bastante usual, com dimensões de 21 x 29,7cm;
- ✓ Formato oblongo – aquele em que a largura da página é maior que a altura;
- ✓ Formato almaço – com dimensões de 33 x 44cm, peculiar ao papel almaço, e que, dobrado ao meio, produz o formato ofício;
- ✓ Formato tablóide – correspondente à metade do formato corrente de um jornal.

Em relação as fontes, parágrafo e entrelinhas: embora o projeto gráfico de um material didático impresso defina a fonte, o parágrafo e o entrelinhamento que serão adotados nos textos, nos títulos, nas legendas das figuras, nas notas de rodapé etc., é recomendável que o original entregue à

empresa encarregada da produção gráfica seja digitalizado segundo alguns critérios, visando normalizar e, assim, facilitar a transposição do texto para o programa de edição apropriado. Dentre os critérios para a digitalização dos originais do material didático, em sua forma final, ressaltamos alguns mais relevantes:

- ✓ Editor de texto – Word
- ✓ Fonte – Times New Roman, corpo 11
- ✓ Parágrafo – justificado
- ✓ Entrelinhas – 1,5
- ✓ Caixa alta e baixa (Cab) – usar em todo o material, ou seja, nos textos, títulos,
- ✓ Legendas de figuras etc.

Com o objetivo de estimular os autores a fazerem uma autoavaliação do material didático produzido, nas suas diferentes etapas de elaboração, sugerimos algumas questões para problematização, são elas:

- ✓ Os conteúdos estão dando suporte ao desenvolvimento das competências identificadas;
- A linguagem está clara, compreensível, propiciando entendimentos e reflexões;
- ✓ As estratégias pedagógicas propostas (atividades, questões para reflexão, uso de imagens, casos etc.) possibilitam que o aluno realize uma atividade consciente, reflexiva e crítica;
 - ✓ O material permite partir do contexto do aluno, de suas experiências e vivências para que, a partir delas, ele possa construir o seu próprio conhecimento;
 - ✓ As atividades de avaliação estão contemplando todo o percurso do processo educativo.

1.1.6 Política de Pesquisa

A Política de pesquisa da IES visa o processo de formação científica, tecnológica, artística e cultural na geração de conhecimentos entre a faculdade e a comunidade externa articulando ensino, pesquisa, extensão e responsabilidade social institucional por meio dos programas e projetos baseada nas DIRETRIZES. A Política de Pesquisa e Iniciação Científica da IES, no nível da graduação e da pós-graduação, com vistas à inovação tecnológica, científica, artístico e cultural, se baseiam nas seguintes diretrizes:

- ✓ Indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão - visando a responsabilidade social;
- ✓ Interação dialógica - por meio do desenvolvimento de relações entre a faculdade e;
- ✓ Setores sociais em uma troca de saberes para superação de desigualdades e exclusão;

- ✓ Transformação social - estando voltada aos interesses e necessidades das comunidades e para a implementação do desenvolvimento regional e de políticas públicas;
- ✓ Pesquisa como processo educativo - na formação de pessoas e de geração de conhecimento baseado na flexibilização da formação discente para uma formação cidadã em que o discente se reconhece agente da garantia de direitos e deveres e ao mesmo tempo técnica onde o aluno obtém competências necessárias e atuação profissional.

1.1.7 Programas de Pesquisa

a) PAPREV

É um programa que visa estimular a produção acadêmica e divulgação de resultados das pesquisas dos projetos de iniciação científica de docentes e discentes da IES. Os docentes que forem participar de apresentação de eventos dessa natureza, receberão uma ajuda de custo por titulação, mediante o atendimento dos seguintes critérios:

- ✓ Submissão e aprovação do projeto de pesquisa ou de inscrição em evento científico, tecnológico, artístico ou cultural contemplando as linhas de pesquisa da IES ou eventos relacionados às áreas de formação do PAPEERI conforme edital da coordenação de pesquisa;
- ✓ Entrega de relatório com comprovação de participação em anexo;
- ✓ Deferimento da direção em Comunicação Interna C.I da Coordenação de Pesquisa de solicitando a inclusão da ajuda de custo no contracheque do docente;
- ✓ Parecer analisado pelo setor jurídico para aprovação e em seguida encaminhado para o setor de Recursos Humanos da IES.

O incentivo às publicações científicas, tecnológicas, artísticas e culturais serão estimuladas, com a designação de ajuda de custo, mediante os seguintes critérios:

- ✓ Submissão e aprovação da publicação ou de inscrição em evento científico, tecnológico, artístico ou cultural contemplando as linhas de pesquisa ou eventos relacionados às áreas de formação do PAPEERI conforme edital da coordenação de pesquisa;
- ✓ Entrega de relatório com comprovação de participação em anexo.

b) PAPEERI

É um programa cujo objetivo é promover a articulação entre o Ensino, Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Institucional, para a promoção de práticas de ensino, pesquisa, extensão e responsabilidade social na perspectiva da transversalidade. Trata-se de um projeto em que existe a inter-relação entre ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social de será realizado por docentes com titulação de mestres e doutores.

c) PROMICT

Este programa institucional de Iniciação Científica e Tecnológica visa a promoção da indissociabilidade em que se assenta a universidade e as instituições de ensino superior. Para o PROMICT, a IES publica edital semestralmente para projetos de IC e de IT, com recursos próprios originados do setor de Extensão - cursos livres da Extensão, para bolsa para os discentes, e forma de desconto no valor de 15% da mensalidade de seu curso. Os projetos terão duração de 01 ano, podendo ser estendido por mais 01 ano. Dentro do PROMICT, tem-se o convênio da IES com o Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq, em que são disponibilizadas 04 bolsas de PIBIT e 02 bolsas de PIBIC.

Para o discente, que desenvolve projetos de IC ou IT com duração de 12 meses, renovável por mais 12 meses de acordo com a necessidade e justificativa do projeto com acompanhamento do orientador (com nível de doutorado e coorientador com nível de mestrado), recebe bolsas do CNPq.

d) PIBIC

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

e) PIBITI

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

1.1.8 Ações acadêmico administrativas para a pesquisa, iniciação científica, inovação tecnológica

As ações previstas para a Pesquisa, Iniciação Científica e Iniciação Tecnológica são:

- ✓ Apoio financeiro a discentes e docentes para participação em eventos científicos promovidos por outras instituições ou organizações;
- ✓ Apoio financeiro a docentes para publicação de livros e produção de materiais didático pedagógicos;
- ✓ Realização do Congresso Científico, aberto a participação da comunidade acadêmica interna e externa, sobre temas emergentes;
- ✓ Eventos culturais e artísticos, geridos pela Coordenação de Extensão;
- ✓ Realização de Seminário de Iniciação Científica, por meio dos quais os alunos possam divulgar seus trabalhos científicos em anais;
- ✓ Portal de Periódicos onde teremos revistas: para a publicação de artigos de docentes e discentes;
- ✓ Apoio aos Grupos de Pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica - GPEDI que contribuam para promoção da melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento regional.
- ✓ Iniciação científica: Objetivando contribuir para a formação na área de pesquisa, oferecendo programa de iniciação científica com bolsas concedidas mediante a apresentação de projetos de pesquisa orientados por professores da área; (Cf. o manual de pesquisa).

O curso estimula a iniciação científica por meio de:

- ✓ Incentivar pesquisadores produtivos a envolverem os alunos de graduação no processo acadêmico, otimizando a capacidade de orientação à pesquisa da instituição;
- ✓ Despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais entre os alunos mediante suas participações em projetos de pesquisa;
- ✓ Aprimorar o processo de formação dos alunos visando sua qualificação profissional para o setor produtivo e empreendedor;
- ✓ O estímulo à formação de estudantes do ensino superior ao desenvolvimento e transferência de novas tecnologias e informação;
- ✓ Os professores e os alunos dos cursos de graduação vistos como agentes vitais das atividades de Iniciação Científica;

- ✓ As atividades de Iniciação Científica desenvolvidas sob a orientação ampla de incentivar o envolvimento de alunos e professores de graduação nas atividades de pesquisa também de natureza extracurricular.

Neste processo a Coordenação de Pesquisa e Inovação é responsável pelo suporte ao desenvolvimento e estímulo de atividades de pesquisa e inovação da IES tendo como objetivo regulamentar a pesquisa institucional e estabelecer definições, critérios de avaliação e instrumentos de apoio à pesquisa. Desta maneira, busca-se promover a pesquisa científica produzida pelo seu corpo acadêmico, baseado no saber local relevante a formação de uma sociedade sustentável com respeito aos princípios éticos e aprimoramento dos processos de ensino, aprendizagem e inovação.

1.1.9 Política de Extensão e Responsabilidade Social

A Extensão da IES é definida como “prática acadêmica que interliga a Universidade nas suas atividades de ensino e pesquisa com as demandas da população”. Isso sugere que a formação profissional só será completa com a aplicação do produto da aprendizagem na sociedade e permite supor que a extensão da IES é fundamental para diminuir as desigualdades sociais existentes, por ser uma associação de processo educativo com as ações culturais e científicas aplicadas à realidade encontrada.

A Política de Extensão da IES visa o processo de formação de pessoas e serviços na geração de conhecimentos entre a faculdade e a comunidade externa articulando ensino, pesquisa, extensão e responsabilidade social institucional por meio dos programas, projetos, cursos, eventos, visitas técnicas e prestação de serviços extensionistas baseada nas diretrizes:

- ✓ A indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, visando à responsabilidade social;
- ✓ A interação dialógica por meio do desenvolvimento de relações entre a faculdade e setores sociais em uma troca de saberes para superação de desigualdades e exclusão;
- ✓ A busca pela transformação social, estando voltada aos interesses e necessidades da comunidade e para a implementação do desenvolvimento regional e de políticas públicas;
- ✓ Extensão como processo educativo na formação de pessoas e de geração de conhecimento baseado na flexibilização da formação discente para uma formação cidadã em que o discente se reconhece agente da garantia de direitos e deveres e ao mesmo tempo técnica onde o aluno obtém competências necessárias e atuação profissional;
- ✓ Extensão como componente curricular e processo interdisciplinar;

- ✓ Extensão como processo solidário.

1.1.10 A indissociabilidade entre as Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

O princípio da indissociabilidade perpassa duas relações:

- ✓ Relação ensino/extensão, pela qual se torna viável a democratização do saber acadêmico, propiciando que esse saber retorne à IES reelaborado e enriquecido;
- ✓ Relação pesquisa/extensão, através da qual ocorre uma produção do conhecimento capaz de contribuir positivamente para a alterações significativas das relações sociais.

Tais relações integram-se organicamente à formação acadêmica, permitindo que alunos e professores interajam como sujeitos do ato de aprender, de forma que a extensão se transforma dialeticamente num instrumento capaz de articular teoria e prática, dando suporte às mudanças necessárias ao processo pedagógico.

a) Caráter interdisciplinar das ações extensionistas.

A extensão é um dos espaços que propiciam a realização de atividades acadêmicas, possibilitando a interlocução entre as áreas distintas do conhecimento e o desenvolvimento de ações interprofissionais e interinstitucionais. Na medida em que investe numa nova forma do fazer científico, a extensão articula e integra conhecimentos, constituindo-se como um dos profícuos caminhos para reverter a tendência de departamentalização do conhecimento sobre a realidade, revelando o compromisso social da IES na busca de solução dos problemas mais urgentes da maioria da população.

A extensão constitui-se assim em canal privilegiado para que a missão social das Instituições de Ensino Superior seja cumprida, visto que, em sendo a Instituição um espaço aberto às discussões que contribuem para a formação técnica, para o exercício da cidadania e para a superação das formas de exclusão, ratifica-se que as ações de extensão devem ser desenvolvidas em direção à autonomia das comunidades, evitando-se qualquer forma de dependência, assistencialismo ou paternalismo, compreendendo o:

- ✓ Reconhecimento dos saberes tradicionais e da grande relevância das suas interações com o saber acadêmico.

- ✓ As interações entre os saberes tradicionais e o saber acadêmico potencializam a produção do conhecimento, estendendo-a, orgânica e continuamente, à recíproca decodificação e sistematização dos resultados alcançados.
- ✓ Incentivo ao debate permanente em torno da realidade regional propiciando a implementação de ações correspondentes às demandas das populações locais.

Observa-se que a Extensão possibilita, ainda, o confronto com a realidade e a efetiva participação das comunidades tradicionais em face da atuação institucional. Ou seja, ao articular o ensino e a pesquisa de forma indissociável, a extensão viabiliza uma relação transformadora no seio da sociedade. Desta maneira, o espaço das ações extensionistas oportuniza possibilidades ímpares de reflexão acerca da realidade sócio - ambiental da região, debruçando-se sobre questões que afligem as comunidades atendidas. Possibilita, ainda, a construção de alianças e parcerias em defesa dessas populações, contribuindo para o seu fortalecimento enquanto sujeitos de direitos.

1.1.11 Programas de Extensão

A política de extensão da IES se operacionaliza por meio dos seguintes programas:

- ✓ PAPEERI – Programa de Articulação Ensino Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Social;
- ✓ PAPREV – Programa de Apoio a Participação e Realização de Eventos Internos e Externos e à produção Discente e Docente e da Publicação das revistas científicas da IES;
- ✓ PEFC – Programa de Educação e Formação Continuada de docentes, discentes e técnicos administrativos.

a) Projetos de extensão

Poderão ser encaminhados à coordenação de extensão da IES, propostas de ações de extensão nas modalidades descritas neste Guia de Orientação, em conformidade com as áreas de conhecimento, áreas temáticas e linhas de extensão. Além desses quesitos, cada proponente deverá embasar sua decisão de encaminhamento nos seguintes aspectos:

- ✓ Coerência com a missão e valores institucionais;
- ✓ Relevância acadêmica, manifestando relação de compromisso com as áreas constantes no projeto pedagógico do curso, bem como aos eixos temáticos de cada disciplina que compõem o currículo, contribuindo para estreitar a relação teoria/prática;

- ✓ Relevância social, assegurando ações comprometidas com as expectativas sociais, com o desenvolvimento local e regional e com a consolidação das diferentes manifestações culturais;
- ✓ Viabilidade econômica, sendo autossustentáveis ou com custos compatíveis com a disponibilidade de recursos da instituição e, quando possível, gerando receitas através da prestação de serviços;
- ✓ Caráter globalizante sistemático (continuidade temporal);
- ✓ Articulação com as linhas de pesquisa da graduação e pós-graduação;
- ✓ Previsão de parcerias internas e externas de mecanismos de colaboração interinstitucional que assegurem a efetividade das ações, sendo que as parcerias externas devem ser formalizadas através de contrato de risco para ambas as partes;
- ✓ Caráter interdisciplinar e/ ou multidisciplinar;
- ✓ Relação entre a formação acadêmico-profissional do proponente da ação de extensão e a natureza/área de conhecimento da atividade proposta.

b) Tramitação das Propostas de Extensão

Para efeito de controle interno, as ações de Extensão poderão assumir as seguintes situações:

- ✓ Em tramitação (TR);
- ✓ Não iniciado (NI);
- ✓ Em andamento (AN);
- ✓ Interrompido temporariamente (IT);
- ✓ Interrompido definitivamente (ID);
- ✓ Encerrado (EN);
- ✓ Concluído (CO);
- ✓ Cancelado (CA).

1.1.12 Política Ambiental

A Política Ambiental da IES, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Meio Ambiente (BRASIL, 1981), está orientada no disposto no Artigo 225 da Constituição Federal de 1988, segundo o qual todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de

uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Nessa perspectiva, a Política Ambiental Institucional e seus diferentes setores e segmentos acadêmicos, quais sejam discentes, docentes e técnicos administrativos, tem por objetivo a conservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, necessária à sadia qualidade de vida, visando assegurar condições para o crescimento e desenvolvimento socioeconômico e cultural na região Amazônica, numa perspectiva ética, humanista e preocupada com as questões ambientais atendidas os seguintes princípios:

- ✓ Ação institucional visando assegurar o equilíbrio do meio ambiente, necessário à sadia qualidade de vida, tendo em vista o uso coletivo;
- ✓ Planejamento e fiscalização do uso de recursos ambientais;
- ✓ Controle de atividades com potencial ou efetivamente causadoras de significativa alteração ambiental;
- ✓ Incentivo à pesquisa, ensino e extensão orientados para o uso racional dos recursos naturais, bem como compreensão da dinâmica socioambiental relacionada;
- ✓ Educação ambiental crítica em todos os segmentos acadêmicos, inclusive numa perspectiva extensionista, tendo a comunidade como alvo.

Para alcançar os princípios norteadores da presente Política Ambiental, a IES e seus diferentes setores e segmentos acadêmicos, quais sejam discentes, docentes e técnicos administrativos visarão, cotidiana e rotineiramente:

- ✓ Compatibilizar as atividades institucionais com a manutenção do equilíbrio e da boa qualidade ambiental;
- ✓ Estabelecer critérios e padrões, normativos e procedimentais, para utilização de recursos ambientais;
- ✓ Estabelecer padrões e critérios, normativos e procedimentais, para o gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes líquidos, observado o disposto no texto da Lei nº 12.305/10 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- ✓ Desenvolver pesquisa, ensino e extensão orientados para uso racional dos recursos naturais e resolução ou mitigação de questões e conflitos socioambientais;
- ✓ Desenvolver programas e projetos de educação ambiental, numa perspectiva crítica e participativa, transversal e interdisciplinar, contínua e permanente, observado o disposto no texto da Lei no 9.795/99 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

a) Serão Instrumentos da Política Ambiental da IES:

- ✓ O Dia Mundial do Meio Ambiente;
- ✓ A Semana da Responsabilidade Social;
- ✓ Cadastro institucional de programas e projetos de educação ambiental;
- ✓ Cursos e oficinas de educação ambiental para a comunidade;
- ✓ Pesquisas sobre uso racional de recursos, energias renováveis e dinâmicas socioambiental;
- ✓ A publicação e a divulgação científica de pesquisas sobre uso racional de recursos, energias renováveis e dinâmicas socioambiental;
- ✓ Incentivo ao uso racional de água nos diferentes setores da instituição;
- ✓ Incentivo ao uso racional de energia nos diferentes setores da instituição;
- ✓ Uso racional da impressão em papel;
- ✓ Reutilização de papel para rascunho de documentos extraoficiais;
- ✓ A coleta seletiva dos resíduos;
- ✓ A utilização de lixeiras para coleta seletiva;
- ✓ A criação de postos de coleta de pilhas e baterias;
- ✓ A destinação e disposição final adequadas de resíduos sólidos e efluentes líquidos;
- ✓ O estabelecimento de critérios e padrões, normativos e procedimentais, de atividades institucionais causadoras de dano ambiental;
- ✓ O tratamento e, quando compatível, o reuso da água.

A preocupação da sociedade com o meio ambiente passou a ser uma questão de sobrevivência para as empresas que estão inseridas nesse ambiente e depende dele para se manter competitiva no mercado em que atual. Com isso a IES por meio do curso irá desenvolver os seguintes projetos transversais de educação ambiental.

Tabela 10 - Temas Transversais de Educação Ambiental aplicados no curso de Arquitetura e Urbanismo.

| SEMESTRE | ATIVIDADE TRANSVERSAL | AÇÕES DESENVOLVIDAS | TURMAS ENVOLVIDAS |
|----------|---|---|-------------------|
| Ano-1/1 | HABITAÇÕES E MEIO AMBIENTE | Nas atividades transversais voltadas a educação ambiental sempre será realizado a metodologia da problematização. Os alunos visitarão a comunidade pré-selecionada, verificarão os principais problemas | 1º e 2º períodos |
| Ano-1/2 | A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A PRÁTICA DA GESTÃO URBANA | | |

| | | | |
|---------|--|--|--|
| Ano-2/1 | A SUSTENTABILIDADE AO LONGO DO CICLO DE VIDA DE EDIFÍCIOS: A IMPORTÂNCIA DA ETAPA DE PROJETO ARQUITETÔNICO | relacionados ao tema, voltarão a sala de aula para o embasamento científico com o uso de dados epidemiológicos e artigos científicos. Farão a discussão e, por fim, retornarão à comunidade para palestras de educação ambiental voltada para o tema do semestre | |
| Ano-2/2 | A SUSTENTABILIDADE AO LONGO DO CICLO DE VIDA DE EDIFÍCIOS: A IMPORTÂNCIA DA ETAPA DE PROJETO ARQUITETÔNICO | | |

1.1.13 Política de Direitos Humanos

Vivemos em uma sociedade profundamente desigual que apresenta indicadores alarmantes de violência e violação de direitos. Os Mapas da Violência (2013, 2015 e 2016) apresentam dados de evolução dos homicídios por armas de fogo no país, dos homicídios de mulheres e revela indicadores gravíssimos de assassinatos de jovens negros.

Vários estudos brasileiros vêm sistematicamente denunciando essa situação, onde alguns elementos são persistentes: além das elevadas taxas de homicídios por armas de fogo e por violência de gênero (quase sempre doméstica, intrafamiliar e sexual) e racial, temos ainda elevadíssimos índices de mortes por acidentes de trânsito e as ocorrências continuadas de abusos, violências e maus tratos de crianças, jovens e idosos, travestis e transexuais, a violência agrária e contra indígenas, entre outras. Essa situação dramática, todavia, ocorre a partir de padrões históricos de opressão que revela a efetiva concentração destes eventos: na população jovem, negra e do sexo masculino, nas mulheres e nos pobres.

Sabemos também da complexidade e multideterminada que envolve esses fenômenos. Entre os principais fatores que caracterizam a violação de direitos no Brasil encontramos aspectos relacionados a fatores socioeconômicos, conjunturais e estruturais, a fraqueza e descrédito das instituições e a carência do Estado (que deveria ser o maior protetor da vida das pessoas e de seus direitos, mas é com frequência um dos maiores violadores e promotores de mais violência) para administrar a repressão e propiciar a prevenção.

Na dimensão microssocial e da vida cotidiana, é importante destacar a presença de uma cultura naturalizada da violação de direitos em nosso país que se reproduz por meio das formas arraigadas de opressão de populações e segmentos socialmente e historicamente estigmatizados.

Uma forma de intervir nessa situação se encontra nas políticas educacionais, no investimento ostensivo e efetivo em educação, o que exige a restauração da autoridade do Estado para, no mínimo, atenuar essa realidade.

O Estado, além de se constituir como protetor legítimo e como árbitro entre os conflitos que dividem os cidadãos ou os grupos privados têm a competência de fomentar e construir um sistema educacional capaz de disseminar uma cultura dos direitos humanos, dessa forma, fará parte da matriz curricular do curso a disciplina de Direitos Humanos, assim como o tema será trabalhado em Projetos Transversais previstos para os primeiros anos do curso.

1.1.14 Política de Internacionalização e Mobilidade Acadêmica

A Política de Internacionalização da IES consiste na inserção da IES no contexto internacional por meio da realização de convênios com instituições de ensino estrangeiras a fim de promover o intercâmbio e a troca de experiências entre diferentes culturas. A IES conta com convênio com o Santander Universidades, com a Universidade de Évora em Portugal, com a Universidade de Bologna na Itália e com a Universidade Nihonn Gakko para intercâmbio docente e discente.

O intercâmbio para a internacionalização será coordenado por uma comissão nomeada e regulamentada, responsável por sistematizar acordos e convênios internacionais e de atividades realizadas durante a mobilidade docente e discente.

A política de internacionalização da IES também consiste na oferta de disciplinas ministradas em língua estrangeira, a saber: disciplina de Inglês e disciplina de Direitos Humanos ofertadas em todas as matrizes curriculares da IES.

As ações para a internacionalização consistem na divulgação dos convênios com as universidades estrangeiras para docentes e discentes por meio de edital, e controle por meio dos formulários nos apêndices do PDI no regulamento de Internacionalização.

E compete à coordenação de ensino junto a Secretaria Acadêmica a responsabilidade de certificar que todas as matrizes constem a oferta das disciplinas em língua estrangeira.

1.1.15 Programa de Internacionalização e Mobilidade Acadêmica

A Política de Internacionalização e Mobilização Acadêmica da IES ocorre por meio do PROGRAMA DE MOBILIDADE E O INTERCÂMBIO ACADÊMICO INTERNACIONAIS DA IES tem

como objetivo oferecer oportunidade de estudo a discentes em universidades do exterior, permitir a atualização de conhecimento, interagindo com outras culturas e povos além de estimular iniciativas de internacionalização na IES.

A participação do aluno em atividades de mobilidade e intercâmbio acadêmico internacionais terá a duração de um semestre letivo, podendo ser prorrogado por mais um semestre consecutivo.

O IME – INSTITUTO METROPOLITANO DE ENSINO LTDA, com sede na AVENIDA CONSTANTINO NERY, 3.000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.817.341/0001-42, doravante denominada Instituição de Ensino Superior (IES), firmou convênio com o BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, instituição financeira com sede na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2235, Bloco A, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04543-011, inscrita no CNPJ/MJ sob o nº 90.400.888/0001-42.

O referido Convênio tem como objetivo a viabilização da participação das IES mantidas pelo IME, no Programa de Bolsas Ibero-Americanas para Estudantes de Graduação Santander Universidades, doravante PROGRAMA, de acordo com a fundamentação contida nos “Princípios Gerais do Programa de Bolsas Ibero-Americanas para Estudantes de Graduação Santander Universidades”, devidamente registrados sob nº 5.314.648, junto ao 4º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de São Paulo/SP, que se regerá, ainda, pelas seguintes cláusulas e condições.

Liberar a realização no(s) campus (i) da IES de ao menos 04 (quatro) vezes ao ano, de ações de divulgação e apresentação de produtos e serviços bancários, inclusive distribuição de material proporcional, em local de grande fluxo de alunos, professores e funcionários, de acordo com o seguinte procedimento:

- ✓ O SANTANDER enviará comunicado à IES informando a data em que a ação de divulgação será realizada;
- ✓ A IES terá o prazo de 02 (dois) dias, contados do envio do comunicado pelo SANTANDER, para manifestar sua ciência e liberação quanto a realização da ação de divulgação no(s) campus(i).
- ✓ Ao aderir a este PROGRAMA a IES se compromete a divulgar a logomarca do SANTANDER UNIVERSIDADES em espaço de destaque de sua homepage, durante a vigência deste contrato, com direcionamento automático (link) ao site www.santanderuniversidades.com.br.

- ✓ Cumprir, rigorosamente, com o cronograma das atividades relativas ao PROGRAMA, em especial aos prazos estabelecidos no Edital deste convênio, sob pena de rescisão do presente instrumento e conseqüente cancelamento das bolsas ora concedidas.

Para acessar a plataforma disponibilizada pelo SANTANDER, mediante o uso de login e senha, e cumprir o disposto nos Princípios Gerais do Programa e no presente Convênio, a IES deverá indicar em até 5 (cinco) dias úteis após a data de assinatura do convênio, a pessoa que será responsável pelo PROGRAMA, encaminhando os dados (nome completo, CPF e e-mail) para a caixa universidades@santander.com.br. Após envio dos dados a pessoa indicada receberá via e-mail a notificação para acessar a plataforma e criar a senha.

A IES assegura o bom uso da senha e login de acesso e compromete-se a não divulgar ou emprestar a senha a terceiros, se responsabilizando por todos os dados inseridos no sistema e a devida adequação aos Princípios Gerais do Programa.

O presente instrumento fornece 02 (duas) bolsas-auxílio no valor em Reais equivalente a €3.000 (três mil euros).

1.1.16 Políticas Institucionais e Ações de Estímulo Relacionadas à Difusão das Produções Acadêmicas: Científica, Didático-Pedagógico, Tecnológica, Artística e Cultural.

A Política Institucional de estímulo à difusão das produções acadêmicas tais como: produções científicas, didático pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais envolve ações que serão executadas por meio de ações, o qual prevê auxílio financeiro em forma de ajuda de custo e bolsas a docente dos grupos de pesquisa institucionalizados, alunos e professores ligados ao PAPEERI – Programa de Articulação Ensino, Pesquisa e Extensão e Responsabilidade Institucional mediante submissão e aprovação em editais anuais da coordenação de pesquisa e extensão.

O principal objetivo desta é ofertar ações de estímulo à difusão das produções acadêmicas tais como:

- ✓ as produções científicas,
- ✓ didático pedagógicas,
- ✓ tecnológicas, artísticas e culturais que são executadas pela IES por meio Programa de apoio a participação e realização de eventos internos e externos;
- ✓ produção discente e docente, no qual preveem ações de auxílio financeiro, apoio institucional, patrocínio e subvenções a grupo de pesquisa, a publicação de alunos e

professores, a participação de sujeitos da comunidade acadêmica em eventos relevantes em âmbito local, nacional e internacional.

A Política de estímulo à difusão das produções acadêmicas será divulgada para a comunidade acadêmica.

1.1.17 Políticas de Estímulo à Participação em Eventos

A IES prevê na vigência desde PDI, a implantação do Programa de apoio a realização de eventos, com o objetivo de apoiar a realização de eventos científicos no Estado do Distrito Federal, sob a responsabilidade de professores e pesquisadores da nossa IES. O Programa será coordenado pela Coordenação de Pesquisa e Extensão mediante a publicação de um Edital anual interno para a seleção de propostas. O apoio previsto é destinado a pesquisadores e professores dos Cursos da IES, responsáveis pela organização de eventos científicos, de abrangência local, regional, nacional, ou internacional, a serem realizados no período especificado em edital. O apoio prevê a cobertura de despesas com aquisição de passagens aéreas nacionais, hospedagem, inscrição do evento, material de consumo e pagamento de pró-labore a professores convidados e aos discentes como forma de incentivo à produção científica.

Serão destinados às propostas selecionadas no âmbito da IES, valores a serem definidos posteriormente, mas que sejam adequados e suficientes para a realização de eventos de médio porte. E a apresentação de proposta deverá seguir rigorosamente as condições descritas por ocasião da publicação dos editais.

Poderão candidatar-se ao auxílio previsto no edital, pesquisadores e professores e coordenadores de curso em nível de graduação e pós-graduação, não sendo apoiados eventos que se configurem como reuniões, eventos profissionais, ou eventos de outra natureza, que não possuam as características de eventos científicos.

A avaliação das propostas será realizada por comissão designada pela Direção Geral, em fases que compreendem. A análise técnica da proposta, observando-se a compatibilidade com as exigências do Edital, bem como a suficiência da documentação apresentada, compreendendo: a abrangência do evento, duração e público estimado e a relevância da Temática do Evento para o Desenvolvimento Científico e Cultural da Região.

1.1.18 Política de Acompanhamento de Egressos

A Política de acompanhamento de egressos consiste em uma pesquisa de acompanhamento de egressos dividida em duas etapas: a primeira levanta dados sobre a condição dos alunos no mercado de trabalho ao ingressar na faculdade, e na segunda etapa, levanta dados sobre a condição dos alunos no mercado de trabalho na situação de egressos. Ao comparar os dados levantados poderemos avaliar de que forma os cursos de graduação da IES estão contribuindo para a empregabilidade, ascensão de carreira e remuneração de nossos egressos.

O PROAE – Programa de Acompanhamento do Egresso tem como objetivo geral o acompanhamento da condição do egresso dos cursos de bacharelado, licenciaturas e tecnológicos da IES como forma de demonstrar a importância da IES para a sociedade amazonense na qualificação da mão de obra para o desenvolvimento da região.

Tendo ainda como objetivos institucionais e educacionais: proporcionar sólida fundamentação humanística, técnica e científica, orientada à compreensão dos conceitos inerentes a cada profissão, o programa de acompanhamento dos egressos dos respectivos cursos de graduação, licenciaturas e tecnológicos da IES será relevante uma vez que atenderá aos interesses da própria Instituição, pois está é uma maneira de verificar o impacto da formação recebida na vida dos nossos egressos, ofertando indicadores que contribuam para qualificar cada vez mais a oferta do ensino.

Considere-se ainda que para a Instituição este acompanhamento trará dados para avaliar seus cursos, tendo em vista a aproximação desses às demandas do mundo do trabalho. Já para os próprios acadêmicos, ainda cursistas, os benefícios serão traduzidos por meio do acesso a informações dos egressos que subsidiarão a melhoria contínua dos cursos oferecidos.

O Acompanhamento do egresso, se traduz pela responsabilidade social institucional, para a contribuição com o desenvolvimento da região por meio não somente com a qualificação de mão de obra, mas com sua empregabilidade.

Atuação dos Egressos da IES no Ambiente Socioeconômico:

A partir do acompanhamento do trabalho realizado com o acompanhamento do egresso, esperamos que os alunos formados por nossa instituição possam se inserir no mundo do trabalho de maneira crítica e consciente com dentro de princípios éticos e humanístico, com responsabilidade social, reconhecendo o valor das entidades de classe que lhe representarão.

Espera-se igualmente que a formação ofertada possa formar egressos com competências éticas, pessoais, profissionais, sócio afetivas, cognitivas e de comunicação que possibilitem a compreensão de si mesmo e do mundo em que vive, através da formação adquirida, agir de forma crítica contribuindo para a vida em sociedade.

Portanto, é Requerida ao Egresso a Capacidade de:

- ✓ Dominar conhecimentos que lhe favoreçam maior flexibilidade na sua atuação profissional; possuir capacidade de trabalhar em equipe;
- ✓ Desenvolver e praticar atitudes que possibilite aprender a aprender aprendendo;
- ✓ Exercer com ética e proficiência as atribuições que lhes são prescritas através de legislação específica de acordo com sua área de atuação;
- ✓ Ter atitudes inovadoras e criativas;
- ✓ Utilizar diferentes fontes de informações e recursos tecnológicos para construir/reconstruir conhecimento, em seu setor e, na medida do possível, em seu meio;
- ✓ Saber intervir na realidade com consciência, espírito crítico positivo e autonomia, como indivíduo e como integrante de uma coletividade;
- ✓ Integrar conhecimentos amplos e especializados, para aplicá-los em situações concretas;
- ✓ Atuar para além dos preconceitos culturalmente herdados e/ou impostos pelas formas de organização estabelecidas;
- ✓ Compreender a diversidade cultural para inserir-se no mundo internacionalizado, inclusive nas relações de trabalho;
- ✓ Compreender a importância de ampliar e atualizar o conhecimento e a prática da vida, do mundo e da profissão, de forma permanente e desenvolver meios ou integrar-se nos que lhe são oferecidos para aprender ao longo de toda vida;
- ✓ Desenvolver técnicas apropriadas à área de formação, visando ao acompanhamento e à avaliação constante, buscando interagir com o mercado de trabalho na perspectiva de continuidade de sua formação;
- ✓ Atuar como empreendedor de ações inovadoras que promovam o desenvolvimento econômico, político, social e cultural, no contexto local, regional e nacional.

1.1.19 PAPEERI – Programa de Articulação, Ensino, Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Social

De acordo com a legislação, o tripé formado pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão constitui o eixo fundamental da Universidade brasileira e não pode ser compartimentado. O artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988 dispõe que “as universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Equiparadas, essas funções básicas merecem igualdade em tratamento por parte das instituições de ensino superior, que, do contrário, violarão o preceito legal.

Este programa dedica-se a promover a indissociabilidade em que se assenta a universidade e as instituições de ensino superior em geral, o que exige, no nível mais abrangente de análise, sempre uma perspectiva ternária que inclua as atividades de ensino, pesquisa e extensão, com igual importância e íntima unidade.

A indissociabilidade é um princípio orientador da qualidade da produção universitária, porque afirma como necessária a tridimensionalidade do fazer universitário autônomo, competente e ético. Ora, a universidade tem sido palco de análises e debates que têm dado destaque seja ao ensino, seja à pesquisa, seja ainda à extensão.

Assim, se considerados apenas em relações duais, a articulação entre o ensino e a extensão aponta para uma formação que se preocupa com os problemas da sociedade contemporânea, mas carece da pesquisa, responsável pela produção do conhecimento científico. Por sua vez, se associados o ensino e a pesquisa, se ganha terreno em frentes como a tecnologia, por exemplo, mas se incorre no risco de perder a compreensão ético-político-social conferida quando se pensa no destinatário final desse saber científico (a sociedade).

Enfim, quando a – com frequência esquecida – articulação entre extensão e pesquisa exclui o ensino, perde-se a dimensão formativa que dá sentido à universidade. Embora se reconheça a importância dessas articulações duais, o que aqui se defende é um princípio que, se posto em ação, impede os reducionismos que se verificam na prática universitária: ou se enfatiza a produção do novo saber, ou a intervenção nos processos sociais, ou ainda a transmissão de conhecimentos na formação profissional.

Envolvidos nessa experiência, podemos refletir um pouco acerca das práticas universitárias, muitas delas isoladas ou, no máximo, duais. Defendemos assim, duas ideias centrais: a primeira delas é de que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ainda não é levada em conta na prática de muitos docentes, seja porque na graduação a ênfase recai sobre o ensino ou porque na pós-graduação acentuasse a pesquisa. A segunda ideia, decorrente de nossa experiência é de que o estágio de docência na pós-graduação é uma excelente forma de investigação do conhecimento abordado em sala de aula.

A perspectiva de um conhecimento plural não beneficia apenas as comunidades que têm seus saberes levados em conta. Como bem mostram os autores citados, particularmente, Santos (2004), a própria universidade renova-se nesse processo. O ensino é, provavelmente, o melhor exemplo dessa renovação, à medida que, integrado ao conhecimento produzido através da pesquisa e aos anseios da sociedade considerados nas atividades de extensão, ganha em relevância e significado para a comunidade universitária.

Desse modo, ensinar termina por ser uma atividade que, ao mediar a pesquisa e a extensão, enriquece e amadurece nesse processo: o professor universitário, ao integrar seu ensino à pesquisa e à extensão, mantém-se atualizado e conectado com as transformações mais recentes que o conhecimento científico provoca ou mesmo sofre na sua relação com a sociedade, além de formar novos pesquisadores, críticos e comprometidos com a intervenção social. Logo, não há pesquisa nem extensão universitária que não desemboquem no ensino.

1) Objetivos do PAPEERI

Objetivo geral

- ✓ Promover a articulação entre o Ensino; Pesquisa e Extensão, na perspectiva de promover práticas de ensino, pesquisa e extensão na perspectiva da interatividade, por meio do desenvolvimento de projetos que tenham atividades nas três dimensões (Ensino, Pesquisa e Extensão)

1) Metodologia do PAPEERI

Os projetos desenvolvidos pelo PAPEERI atendem a um edital anual específico e devem ter como princípio:

- ✓ Indissociabilidade entre as Atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Social: O princípio da indissociabilidade perpassa duas relações:
- ✓ Relação ensino/extensão, pela qual se torna viável a democratização do saber acadêmico, propiciando que esse saber retorne à IES reelaborado e enriquecido;
- ✓ Relação pesquisa/extensão, através da qual ocorre uma produção do conhecimento capaz de contribuir positivamente para a alterações significativas das relações sociais.

Tais relações integram-se organicamente à formação acadêmica, permitindo que alunos e professores interajam como sujeitos do ato de aprender, de forma que a extensão se transforme dialeticamente num instrumento capaz de articular teoria e prática, dando suporte às mudanças necessárias ao processo.

1.1.20 Projeto do PAPEERI do curso

Tendo como princípio os objetivos do PAPEERI da IES, o curso desenvolverá seus projetos da seguinte forma:

Projeto do PAPPERI do Curso:

| | |
|--------------------------------------|--|
| NOME DO PROJETO DO PAPEERI DO CURSO: | Mapear as ocupações irregulares, de risco e em áreas de preservação ambiental em um fragmento urbano informal consolidado. |
|--------------------------------------|--|

1) Metodologia de Desenvolvimento do PAPEERI:

Utilizará metodologia ativa com base na pedagogia de projetos e no paradigma epistemológico socioconstrutivista com desenvolvimento de ações de intervenção na comunidade mediante a realidade local.

1) Etapas:

- ✓ Etapa 1 Ensino - diagnóstico da situação da comunidade a priori utilizando como base conteúdos curriculares aprendidos em sala de aula e laboratórios;
- ✓ Etapa 2 Extensão – intervenção na comunidade com aplicação de ferramentas e metodologias de melhoria;
- ✓ Etapa 3 Pesquisa – resumo expandido com fundamentação teórica e análise dos dados comparativos do antes e do depois da ação de intervenção na comunidade.

O projeto abordará inclusive as providências tomadas em âmbito institucional curricular, visando atender as Diretrizes Nacionais de Educação Étnico-raciais e de Educação Ambiental. Atendendo o que determina as Diretrizes Curriculares Nacionais da lei nº 10.639/03 de 09 de janeiro de 2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana na Educação Básica, alterando a LDB nº 9.394/96 nos seus artigos 26ª e 79B, que reconhece a temática como uma política curricular fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e por isso se propõem a introduzir a temática nos estabelecimentos de ensino afins, de maneira a sensibilizar educadores e educandos da importância social e dos fundamentos da lei, pautados na reeducação das relações étnico-raciais.

Acrescido ainda a Educação Ambiental que é um processo participativo, onde o educando assume o papel de elemento central do processo de ensino e aprendizagem pretendido.

Participando ativamente dos problemas ambientais em busca de soluções, através de uma conduta ética, condizente ao exercício da cidadania.

Para formalizar e institucionalizar tais ações a Coordenação e os professores do curso desenvolverá atividades que contemplem o espaço para o desenvolvimento das temáticas transversais nos dois temas em EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAIS E DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, envolvendo todos os períodos em suas disciplinas que precisam de aprofundamento e de abordagem Inter conceitual.

Estes projetos terão como objetivos geral desenvolver por meio de exposição de banners, trabalho em equipes de forma prática, desenvolvendo a comunicação e reflexão dispensando o plenário e a centralização do encontro em uma só pessoa de acordo com os temas de investigação e interpretação do estudo.

O projeto irá proporcionar inclusive aos acadêmicos do Curso, atividades interdisciplinares que promovam o diálogo entre as disciplinas, áreas de conhecimento e conteúdos curriculares, na perspectiva de garantir a formação integral para compreensão sistêmica e holística das relações entre diferentes conhecimentos que se comunicam na teoria e na prática.

1.1.21 Projetos Interdisciplinares do Curso

O desenvolvimento dos Projetos Interdisciplinares adotará a metodologia ativa.

Metodologia Ativa com base na pedagogia de projetos – Requisitos de leituras e interpretação de livros clássicos, textos, artigos e atividades integrando todas as disciplinas do período. Requisitos: leitura individual e participação em oficinas de leitura e interpretação.

O processo de ensino e aprendizagem se dará por meio do envolvimento de cada docente na elaboração das estratégias específicas e inerentes ao tema e material designado para leitura.

Na tabela a seguir constam as atividades interdisciplinares do curso:

Atividades Transversais do Curso: Educação ambiental

| SEMESTRE | ATIVIDADE INTERDISCIPLINAR | AÇÕES DESENVOLVIDAS | TURMAS ENVOLVIDAS |
|-----------------|-----------------------------------|----------------------------|--------------------------|
|-----------------|-----------------------------------|----------------------------|--------------------------|

| | | | |
|---------------|---------------------------------|---|----------------------------|
| 2021/2 | O que é cultura popular? | Produção textual: fichamento comentado. - Bibliografia: ARANTES, Antônio Augusto. O que é cultura popular? | Todos os períodos vigentes |
| 2022/1 | Quadro da arquitetura no Brasil | Produção textual: fichamento comentado. - Bibliografia: FILHO, Nestor Goulart Reis. Quadro da arquitetura no Brasil. | |
| 2022/2 | Planejamento Urbano | Cada período contará com um subtema, de acordo com as disciplinas ministradas. Serão utilizados artigos, para embasamento científico. A atividade finalizará com a visita em um bairro, levando palestras a cerca do subtema | |
| 2023/1 | Habitação Social | Cada período contará com um subtema, de acordo com as disciplinas ministradas. O uso da análise SWOT será norteador para o levantamento de pontos fortes e fracos. Também serão utilizados artigos, para embasamento científico. A atividade finalizará com a visita na comunidade, levando palestras informativas. | |

1.1.22 Projetos Transversais do Curso

A Instituição intenta proporcionar aos acadêmicos do Curso, atividades transversais que promovam o a sensibilização para temáticas de Educação Ambiental e Educação Étnico racial como parte importante da formação do acadêmico. O desenvolvimento dos projetos transversais adotará a metodologia ativa.

- 1) Metodologia: Uso de metodologias ativas com base na pedagogia de projetos. Requisitos de leituras de livros, textos e artigos científicos de subtemas dos temas geradores Étnico racial e Educação Ambiental e atividades integrando todas as disciplinas do período. Para fins de desenvolvimento deste projeto, algumas disciplinas estão diretamente envolvidas, assim como seus respectivos professores.
- 1) Projetos transversais sobre educação étnico racial e educação ambiental

Tabela 11 – Atividades Transversais do Curso: Educação Ambiental

| SEMESTRE | ATIVIDADE TRANSVERSAL | AÇÕES DESENVOLVIDAS | TURMAS ENVOLVIDAS |
|-----------------|--|---|--------------------------|
| 2021/2 | Revitalização Urbana em locais sem saneamento básico | <p>Nas atividades transversais voltadas a educação ambiental sempre será realizado a metodologia da problematização. Os alunos visitarão a comunidade pré-selecionada, verificarão os principais problemas relacionados ao tema, voltarão a sala de aula para o embasamento científico com o uso de dados coletados e artigos científicos. Farão a discussão com estudos de caso.</p> | <p>1º e 2º períodos</p> |
| 2022/1 | Poluição Regional: consequências do sistema viário | | |
| 2022/2 | Consequências do descarte incorreto do lixo residencial no meio ambiente | | |
| 2023/1 | O impacto ambiental da construção civil | | |

Tabela 12 – Atividades Transversais do Curso: Educação Étnico-Racial

| SEMESTRE | ATIVIDADE TRANSVERSAL | AÇÕES DESENVOLVIDAS | TURMAS ENVOLVIDAS |
|-----------------|---|--|--------------------------|
| 2021/2 | Conhecendo as edificações da região: com respeito as diferenças | <p>Nas atividades transversais étnico-raciais sempre discutido o tema dentro das salas de aula. O respeito entre as diferenças, o conhecimento da cultura, costumes e histórica de cada comunidade selecionada para o semestre. Além disso, deverá ser feito um levantamento com estudos de casos e referenciais teóricos em artigos científicos para embasar a discussão.</p> | <p>3º e 4º períodos</p> |
| 2022/1 | Responsabilidade socioambiental respeitando as diferenças culturais | | |
| 2022/2 | Tradição cultural: Arquitetura Vernacular | | |
| 2023/1 | Quilombolas da região centro-oeste: Arquitetura Brasileira | | |

| | | | |
|--|--|--|--|
| | | Por fim, visitarão, uma comunidade quilombolas ou indígenas das proximidades para troca de experiências. | |
|--|--|--|--|

1.1. 23 Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica previstos para o curso

O aluno será incentivado a realizar trabalhos científicos à medida que for ampliando o seu conhecimento teórico. O professor será corresponsável por este objetivo, inserindo artigos científicos e discussão de trabalhos e estando a disposição para orientar os alunos interessados a desenvolverem projetos acadêmicos.

Tabela 13 – Atividades de Iniciação Científica e/ou Tecnológica.

| ANO | ATIVIDADE DE I.C./I.T. | AÇÕES DESENVOLVIDAS | ALUNO |
|------|--|--|-------------------|
| 2021 | Pesquisa de ocupações irregulares, de risco e em áreas de preservação ambiental em fragmentos urbanos informais consolidados | Mapear as ocupações irregulares, de risco e em áreas de preservação ambiental em fragmentos urbanos informais consolidados | 1 aluno envolvido |
| 2022 | Arquitetura Vernacular adaptada ao uso de materiais reciclados | Desenvolver projetos com aplicação de materiais reciclados na Arquitetura Vernacular | 1 aluno envolvido |

1.1.24 Projeto de Inovação Pedagógica do Curso

Tabela 14 – Atividades de Inovação Pedagógica do Curso

| SEMESTRE | PROJETO DE INOVAÇÃO PEDAGÓGICA | AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS |
|----------|---|--|
| 2021 | Inovação Pedagógica no Âmbito Arquitetônico | Desenvolvimento de um projeto intercursos (engenharia e arquitetura) habitacional com materiais reaproveitados – Moradia Popular |
| 2022 | | Desenvolvimento de um projeto modular minimizando os impactos da construção civil, Escritório Modelo |

1.1.25 Projetos de Extensão previstos para os primeiros anos do curso

A coordenação do curso junto com professores e alunos devem apresentar e desenvolver projetos de Extensão baseados nas premissas da Política de Extensão e Responsabilidade Social.

Tabela 15 – Atividades de Extensão do Curso

| ANO | ATIVIDADE DE EXTENSÃO | AÇÕES DESENVOLVIDAS | TURMAS ENVOLVIDAS |
|-------------|---|--|----------------------------|
| 2021 | Educação Urbana: em fragmentos urbanos informais e consolidados | Por meio da atividade interdisciplinar, os alunos visitarão diversas comunidades e farão uma produção literária infantil com temática meio ambiente, sustentabilidade e fragmentos urbanos, áreas informais e consolidadas | Todos os períodos vigentes |
| 2022 | Projeto: Regularização de imóveis em comunidades de baixo poder aquisitivo. | Por meio da atividade interdisciplinar, os alunos visitarão diversas comunidades e farão uma triagem dos imóveis contemplados com o levantamento cadastral para auxiliar na regularização de uma autoconstrução. | |

1.1.26 Projetos de Atividades Complementares do Curso

A atividade complementar visa proporcionar a construção de um conhecimento globalizante, rompendo com as fronteiras das disciplinas, conteúdo obrigatório e complementar do perfil de egresso pretendido. Para isso, integrar conteúdos através de uma atitude que leve a postura interdisciplinar, atitude de busca, envolvimento, compromisso, reciprocidade diante do conhecimento é que se procura com estas atividades. Atividades dinâmicas e voltadas a realidade em que o discente está inserido e com aderência ao curso, devem ser estimuladas a fim de que o acadêmico possa expandir as capacidades de formação.

Tabela 16 – Atividades Complementares do Curso

| ANO | ATIVIDADES COMPLEMENTARES | AÇÕES DESENVOLVIDAS | TURMAS ENVOLVIDAS |
|------------|----------------------------------|--|----------------------------|
| 2021 | Jornada Arquitetônica | Serão abordados temas emergentes e atuais por meio de palestras, minicursos e oficinas durante três dias | Todos os períodos vigentes |
| 2022 | | | |

* demais atividades constam no Regulamento de Atividades Complementares

1.1.27 Projetos de Atividades Extracurriculares do Curso

Tabela 17 – Projetos de atividades Extracurriculares do Curso

| SEMESTRE | ATIVIDADES EXTRACURRICULARES | AÇÕES DESENVOLVIDAS | TURMAS ENVOLVIDAS |
|-----------------|---|---|----------------------------|
| 2021/2 | <ul style="list-style-type: none"> - Workshop de Empregabilidade - Palestras do Núcleo - Natal Solidário - Escola de Líderes e Empreendedores | <p>Serão desenvolvidas as seguintes atividades semestralmente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Workshop de empregabilidade: palestras de diferentes profissionais renomados e professores da área, mostrando as principais tendências do mercado; - Palestras no Núcleo: por meio da equipe pedagógica e professores, abordando diversos temas como acessibilidade, sustentabilidade, Conforto Ambiental, Reciclagem; - Natal Solidário: por meio de uma palestra com tema atual, os alimentos arrecadados serão doados para uma Instituição de Caridade selecionada semestralmente, com a entrega por meio dos alunos e coordenadores. | Todos os períodos vigentes |
| 2022/1 | | | |
| 2022/2 | | | |
| 2023/1 | | | |

1.1.28 Projeto de Atividades Artísticas Culturais do Curso

Tabela 18 – Projetos de Atividades Artísticas Culturais do Curso

| ANO | ATIVIDADES ARTÍSTICAS CULTURAIS | AÇÕES DESENVOLVIDAS | TURMAS ENVOLVIDAS |
|------|--|---|----------------------------|
| 2021 | Prêmio Ópera Prima de Desempenho Acadêmico | Serão premiados os três alunos de cada turma do curso de ARQUITETURA com os maiores coeficientes de rendimento acadêmico - CRA, de cada semestre. No caso de 2020, será realizado apenas no segundo semestre. | Todos os períodos vigentes |
| 2022 | | | |

1.1.29 Práticas Exitosas ou Inovadoras do Curso

Tabela 19 – Práticas Exitosas ou Inovadoras do Curso

| ANO | ATIVIDADE DE RESPONSABILIDADE SOCIAL | AÇÕES DESENVOLVIDAS | TURMAS ENVOLVIDAS |
|------|---|---|----------------------------|
| 2021 | O papel do arquiteto na educação ambiental para instrução dos recursos de saneamento básico | Todas as ações de responsabilidade social são realizadas em conjunto com os outros cursos da IES. Seleciona-se uma comunidade semestralmente e então os alunos realizam atendimento arquitetônico voltado ao tema selecionado. Esse serviço pode ser palestras, distribuição de informes, atividades lúdicas para as crianças, dentre outros. | Todos os períodos vigentes |
| 2022 | Consequências da ocupação desordenada | | |

Quanto ao que se refere às políticas relacionadas com o advento de práticas exitosas e inovadoras, a IES preza pela a provisão do acompanhamento e revisão das práticas consideradas exitosas, realizando a sua inflexão nos diversos cursos buscando tornar comum a resultante de inovação. Através da análise dos relatórios consolidados das práticas exitosas e de inovação, o corpo diretivo, juntamente com o administrativo e pedagógico, deve construir novas formas de expandir as experiências análogas ao dinamismo encontrado no mundo do trabalho e pesquisa.

Além de garantir a perfeita articulação com o ensino, pesquisa e extensão, sempre sob o critério da ótica inovadora de estratégias sustentáveis e aderência das necessidades loco regionais.

1.1.30 Projetos de Responsabilidade Social do Curso

A proposta do Curso em promover as atividades de Extensão e Responsabilidade social é de integrar as atividades acadêmicas com a comunidade nas adjacências da Instituição na qual o aluno recebe orientações do docente para realizar as atividades extra-institucionais e os atendimentos a comunidade. Ações de responsabilidade social do curso:

| ANO | ATIVIDADE DE RESP. SOCIAL | AÇÕES DESENVOLVIDAS | TURMAS ENVOLVIDAS |
|--------|---|---|----------------------------|
| 2018/1 | Conscientização ambiental através da comunicação visual. | Oficinas de criatividade e conscientização ambiental aos carente do código de linguagem visual | Todos os períodos vigentes |
| 2018/2 | Ação social Fametro na escola. | Os alunos apresentaram o curso de arquitetura e urbanismo, realizaram uma atividade prática de Mobilidade Urbana. | |
| 2019/1 | Educação Urbana: em fragmentos urbanos-áreas informais e consolidadas | Ação continuada na comunidade com palestras, oficinas voltadas para orientação da preservação e sustentabilidade do fragmento urbano em questão | Todos os períodos vigentes |
| 2019/2 | Educação Urbana: em fragmentos urbanos-áreas informais e consolidadas | Ação continuada na comunidade com palestras, oficinas voltadas para orientação da preservação e sustentabilidade do fragmento urbano em questão | Todos os períodos vigentes |
| 2020/1 | | Período Pandêmico | |
| 2020/2 | | Período Pandêmico | |
| 2021/1 | | Período Pandêmico | |
| 2021/2 | Escritório Modelo | Creche da Associação de pais do Exército Brinquedoteca Institucional | 8 períodos |
| 2022/1 | Moradia Popular | Revitalização residencial da Sra. Rosa, comunidade Riacho Doce II | 5 ao 8 período |

1.2 Objetivos do curso

Os objetivos de um curso devem ser sempre pensados de maneira a considerar o perfil do egresso articulados a estrutura curricular, sem perder de vista o contexto educacional, a fim de que os acadêmicos possam ter sempre presente o diálogo e a percepção crítica da realidade em que está inserido à luz dos conhecimentos que irão se apresentando no seu percurso de formação.

Assim, a prática pedagógica se revela a partir de uma proposta intencional e organizada na perspectiva de formar os profissionais com o perfil desejado e prospectado no perfil do egresso.

No que diz respeito ainda aos objetivos de um curso de graduação há de se pensar que estes objetivos não só guardam uma relação indissociável com o perfil do egresso, como também apontam para outros elementos que necessitam se apresentar articulados, são eles: matriz, contexto educacional, características locoregionais e as práticas emergentes na área do conhecimento, neste último item a própria formação mediada por tecnologias, no momento atual configuram-se como práticas emergentes na área. Estas relações se apresentam representadas no diagrama abaixo:

Objetivo Geral

De acordo com as Diretrizes do Curso de Graduação em ARQUITETURA, Resolução N° 2, de 17 de junho de 2010, o curso tem como o objetivo a formação de profissionais generalistas, capazes de compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação à concepção, à organização e à construção do espaço interior e exterior, abrangendo o urbanismo, a edificação, o paisagismo, bem como a conservação e a valorização do patrimônio construído, a proteção do equilíbrio do ambiente natural e a utilização racional dos recursos disponíveis.

Objetivos Específicos

Atender a Resolução CNE/CES 02/2010 (Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior), que institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo; Formar um profissional generalista, com habilitação tanto nas áreas de recursos naturais quanto em gestão ambiental e que atenda às necessidades do mercado de trabalho regional e nacional; Considerar os princípios da ética e da moral que orientam o

desempenho da profissão; Oferecer ao aluno condições de se tornar um bom profissional, um cidadão com pleno conhecimento das suas responsabilidades dentro da realidade atual de seu país, e das medidas a serem adotadas na promoção do bem-estar da sociedade.

1.3 Perfil profissional do egresso

1.3.1 Perfil do egresso em consonância com as DCNs

O curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo tem como perfil do egresso, o arquiteto e urbanista, com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, capacitado a absorver e desenvolver novas tecnologias, estimulando a sua atuação crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade.

O curso de Arquitetura e Urbanismo, atendendo a Resolução CNE/CES 02/2010 (Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior) deverá ensejar condições para que o futuro egresso tenha como perfil:

- I - Sólida formação de profissional generalista;
- II - Aptidão de compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação à concepção, organização e construção do espaço interior e exterior, abrangendo o urbanismo, a edificação e o paisagismo;
- III - conservação e valorização do patrimônio construído;
- IV - Proteção do equilíbrio do ambiente natural e utilização racional dos recursos disponíveis.

Objetiva, ainda, contribuir para a formação de um profissional apto a atuar concomitantemente nas três áreas: Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo. O conteúdo de cada disciplina do currículo pleno propiciará ao futuro Arquiteto e Urbanista condições para desenvolver de forma sólida e eficaz um trabalho generalista, estando assim, apto a compreender e traduzir as necessidades dos indivíduos, grupos sociais e comunidades locais, levando em consideração os aspectos relativos ao regionalismo, relacionadas à concepção, organização e construção do espaço interno e externo, bem como a valorização e preservação da arquitetura, do urbanismo e da paisagem como patrimônio e responsabilidade coletiva e ainda atuar com respeito a questões ecológicas, levando em consideração o equilíbrio do ambiente natural e a utilização racional dos recursos naturais disponíveis e a conservação e valorização do patrimônio construído.

1.3.2 Competências e Habilidades Gerais

A formação do arquiteto e urbanista oferecida pelo Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da IES, em consonância com a Resolução CNE/CES nº 02/2010, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, terá por objetivo dotar o profissional dos conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes competências e habilidades gerais:

I - o conhecimento dos aspectos antropológicos, sociológicos e econômicos relevantes e de todo o espectro de necessidades, aspirações e expectativas individuais e coletivas quanto ao ambiente construído;

II - a compreensão das questões que informam as ações de preservação da paisagem e de avaliação dos impactos no meio ambiente, com vistas ao equilíbrio ecológico e ao desenvolvimento sustentável;

III - as habilidades necessárias para conceber projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo e para realizar construções, considerando os fatores de custo, de durabilidade, de manutenção e de especificações, bem como os regulamentos legais, de modo a satisfazer as exigências culturais, econômicas, estéticas, técnicas, ambientais e de acessibilidade dos usuários;

IV - o conhecimento da história das artes e da estética, suscetível de influenciar a qualidade da concepção e da prática de arquitetura, urbanismo e paisagismo;

V - os conhecimentos de teoria e de história da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo, considerando sua produção no contexto social, cultural, político e econômico e tendo como objetivo a reflexão crítica e a pesquisa;

VI - o domínio de técnicas e metodologias de pesquisa em planejamento urbano e regional, urbanismo e desenho urbano, bem como a compreensão dos sistemas de infraestrutura e de trânsito, necessários para a concepção de estudos, análises e planos de intervenção no espaço urbano, metropolitano e regional;

VII - os conhecimentos especializados para o emprego adequado e econômico dos materiais de construção e das técnicas e sistemas construtivos, para a definição de instalações e equipamentos prediais, para a organização de obras e canteiros e para a implantação de infraestrutura urbana;

VIII - a compreensão dos sistemas estruturais e o domínio da concepção e do projeto estrutural, tendo por fundamento os estudos de resistência dos materiais, estabilidade das construções e fundações;

IX - o entendimento das condições climáticas, acústicas, lumínicas e energéticas e o domínio das técnicas apropriadas a elas associadas;

X - as práticas projetuais e as soluções tecnológicas para a preservação, conservação, restauração, reconstrução, reabilitação e reutilização de edificações, conjuntos e cidades;

XI - as habilidades de desenho e o domínio da geometria, de suas aplicações e de outros meios de expressão e representação, tais como perspectiva, modelagem, maquetes, modelos e imagens virtuais;

XII - o conhecimento dos instrumentais de informática para tratamento de informações e representação aplicada à arquitetura, ao urbanismo, ao paisagismo e ao planejamento urbano e regional;

XIII - a habilidade na elaboração e instrumental na feitura e interpretação de levantamentos topográficos, com a utilização de aerofotogrametria, fotointerpretação e sensoriamento remoto, necessários na realização de projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo e no planejamento urbano e regional.

1.3.3 Competências e Habilidades Específicas

E pretende desenvolver as seguintes competências e habilidades específicas:

Assim, tal qual preconiza as Diretrizes Nacionais do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, o objetivo de curso expressa-se pela intenção de formar bacharéis em Arquitetura e Urbanismo que estejam preparados para o mercado de trabalho e que possuam uma postura crítica reflexiva frente aos desafios da sociedade tendo sempre no horizonte as especificidades regionais dos saberes e da cultura local, galgando:

- Sólida formação cultural e tecnológica;
- Participação em sistemas de educação continuada;
- Capacidade de trabalhar em grupo e de liderar pessoas;
- Capacidade de utilização da informática como ferramenta cultural e rotineira;
- Criatividade, capacidade e hábito de pesquisar;

1.3.4 Planejamento para Ampliação do Perfil do Egresso para o Mundo do Trabalho

Nunca presenciamos em tão pouco tempo mudanças tão significativas na produção da vida material. Os modos de viver, de se comunicar, de estabelecer relações sociais, afetivas modificou-se de maneira substancial, com o advento de novas tecnologias que nos permitiram vencer distâncias sem sair do lugar.

Especialmente nas últimas duas décadas, toda essa mudança tem também alteraram de maneira bastante significativa as relações de trabalho e por conseqüentemente as maneiras de empregar a força de trabalho – o que chamamos de emprego ou empregabilidade foi aos poucos sendo substituído por uma nova terminologia, a saber - a trabalhabilidade. Estas mudanças contribuíram para alterar o mundo do trabalho, deslocando o foco do emprego para o trabalho, e os dados estatísticos não nos deixam fugir a essa realidade, cada vez mais observamos a diminuição dos índices de emprego em escala mundial.

Assim, o que temos visto é uma nova configuração do mercado de trabalho, onde o mesmo se torna cada vez mais competitivo, exigente, flexível, adotando critérios e padrões cada vez mais altos para a seleção de pessoas, este novo momento testemunhado por todos, traz inúmeros desafios as instituições de Ensino Superior, pois se duas décadas atrás bastava quase que um diploma de graduação para que o emprego estivesse garantido, hoje, o porte de um diploma não é suficiente para a estabilidade de um posto de trabalho.

Nesta nova onda de mudanças também conhecida como a “terceira revolução industrial”, outras capacidades além do conhecimento técnico são necessárias para o ingressar e permanecer empregado, são estas competências novas e habilidades diversificadas que devemos observar no processo de formação dos nossos futuros egressos em todas as áreas do conhecimento.

O acompanhamento do egresso e sua condição de inserção no mundo do trabalho deve ser planejado prevendo a aceitação do nosso egresso a partir da oferta de cursos de graduação orientados para a formação de competências, de processos de avaliação da aprendizagem que sejam de captar a progressiva consolidação das mesmas na consolidação do Perfil do Egresso.

Todo esse esforço deve está aliado com um projeto de formação continuada que seja capaz de oferecer constantes formas de aprimoramento profissional, por meio dos cursos de aperfeiçoamento profissionais disponibilizados, além é claro de oportunidades de participar de oportunidade de novas graduações (segunda graduação) além de obter titulação em modernos cursos de pós-graduação, os quais deve estar alinhado as exigências formativas do mundo do trabalho.

Desta maneira se estabelece um cenário onde a formação teve necessariamente articular conceitos, habilidades e atitudes numa perceptiva prospectiva, ou seja, que o processo de formação inicial seja capaz de criar perspectiva de criação e de autonomia para cenários cada vez mais mutáveis e incertos.

Assim para o planejamento institucional que visa uma coerência entre o perfil do egresso e as necessidades do mundo do trabalho em uma perspectiva de ampliação do mesmo em vista

de novas necessidades emergentes, a instituição orienta que as atividades propostas no curso busquem:

- Tratar de atributos futuros do formando de um curso de graduação, ou seja – os perfis correntes referem-se a características de pessoas existentes em cujo desempenho se deseja espelhar;
- Observem os critérios de concretude, factibilidade e relevância, estabelecidos por MCLELLAND (1973) para que os descritores de comportamentos fossem realmente úteis ao mundo do trabalho;
- Relacionar-se com as atividades pedagógicas formativas, mormente comunicar-se com a taxonomia dos objetivos instrucionais de Bloom; e
- Descrever atributos complexos e flexíveis, exigência da competência intelectual da economia do conhecimento.

A partir destas orientações as atividades que serão planejadas deverão considerar:

- Projetos de formação continuada que permitam o contínuo aperfeiçoamento e ajuste do perfil do egresso com as necessidades emergentes do mundo do trabalho;
- Realização de pesquisas acerca da aderência dos nossos profissionais formados para identificar possíveis pontos de ajuste e/ou melhoria no perfil do egresso;
- Promover a contínua interação entre os profissionais atuantes e referência em suas áreas, assim como conselhos fiscais e reguladores da profissão para que tenhamos uma maior integração entre as temáticas abordadas e as projeções profissionais que estes realizam.

1.4 Estrutura Curricular (LIBRAS- obrigatória para licenciaturas e Fonoaudiologia)

Fundamentado em uma perspectiva mais abrangente e dinâmica de currículo, o Curso Superior pretende uma estrutura curricular onde em uma análise sistêmica e global estejam presentes os aspectos flexibilidade, interdisciplinaridade, acessibilidade pedagógica e atitudinal, compatibilidade da carga horária total (em horas), articulação da teoria com a prática.

A organização curricular dos cursos superiores contemplará o desenvolvimento de competências profissionais e será formulada em consonância com o perfil profissional de conclusão do curso, o qual define a identidade do mesmo e caracteriza o compromisso ético.

Em aspectos gerais os indicadores apontados aqui podem ser assim apontados:

Flexibilidade: Todas as matrizes dos cursos da IES possuem disciplinas optativas ofertadas periodicamente, tendo em vista, flexibilizar o perfil de formação proporcionando ao aluno a

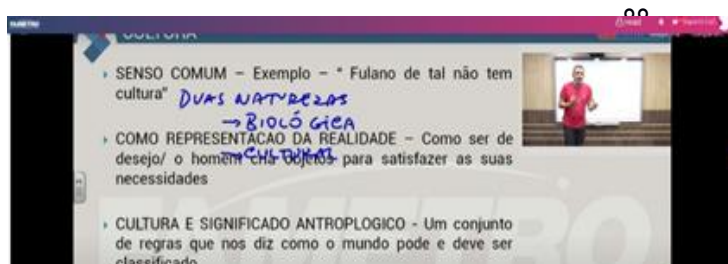
construção de um processo formativo diferenciado. Bem como ele pode cursar as disciplinas optativas de outros cursos.

Interdisciplinaridade: Todos os cursos da IES desenvolverão projetos interdisciplinares promovendo a integração das disciplinas de um mesmo período por meio da pedagogia de projetos. Esta metodologia de projeto se encontra no Regulamento Institucional de Interdisciplinaridade anexo a este documento.

Transversalidade: Todos os cursos da IES desenvolverão projetos transversais promovendo a integração das disciplinas discutindo as temáticas de Educação Étnicas racial e Educação Ambiental em um mesmo período em todo o curso por meio da pedagogia de projetos. Esta metodologia de projeto se encontra no Regulamento Institucional de Transversalidade anexo a este documento.

Acessibilidade Metodológica, Pedagógica e Atitudinal: A acessibilidade metodológica já faz parte das políticas acadêmicas, especificamente das ações de ensino. A IES promoverá a acessibilidade pedagógica e atitudinal por meio da utilização de metodologias e técnicas de estudo que favoreçam o aprendizado e o desenvolvimento de competências objetivando que todos possam aprender e se desenvolver, para tanto são planejadas e utilizadas metodologias de ensino com o uso de recursos tecnológicos que favoreçam a remoção de qualquer barreira ao ato de aprender. Estes processos metodológicos encontram-se normatizados em regulamentação própria e no manual de metodologia de ensino e avaliação da IES.

A exemplo dessa acessibilidade estão as disciplinas ofertadas em EAD ora implantadas no Ambiente Virtual com recursos de acessibilidade para alunos de baixa visão, permitindo a ampliação do tamanho de fonte e luminosidade da tela, legenda automática para alunos com surdez, tradução automática dos vídeos aulas e demais processos que incluem áudio na oferta de libras.





Compatibilidade de Carga Horária: a estrutura curricular é organizada mediante a disposição de disciplinas no semestre. As disciplinas tem a sua carga horária calculada, considerando a complexidade dos objetos de estudo. A Estrutura Curricular dos Cursos considera disciplinas contabilizadas em hora relógio. Na Matriz Curricular estão dispostas as cargas horárias destinadas as tipologias de atividades propostas.

Articulação entre os Componentes Curriculares: os componentes curriculares previstos para o Curso, se apresentam articulados em Núcleos de Estudos dos quais ensejam um conjunto de competências esperadas.

1.4.1 Elementos Inovadores da Estrutura Curricular

Quando falamos de elementos inovadores da estrutura curricular, estamos tratando sobretudo de currículo, e o currículo, na dimensão que assumimos, não representa apenas a sequência dos componentes curriculares, mas comumente chamados de disciplinas, dentro de uma organização hierarquizada que atende ao modelo disciplinar. Para falar de inovação ou de elementos inovadores da estrutura curricular é preciso falar de currículo como uma articulação de conhecimentos, saberes e competências que incluem também as experiências, vivências e valores apresentados de maneira integrada, orientada para a formação de competências previstas no perfil do egresso.

Nesta perspectiva um fator fundamental nesta dimensão de inovação curricular, é a construção de uma prática curricular, onde professores especialistas saiam de dentro dos muros da sala de aula e comecem a incluir em seus programas temáticas de estudo que estejam articuladas com a realidade do seu entorno, como por exemplo: as mudanças que estão se operando, as necessidades atuais da população, o mercado de trabalho e as novas exigências das carreiras profissionais, bem como as representações e os contatos com a realidade, principalmente por meio da curricularização da extensão e por meio da inserção de carga horária

específica para o desenvolvimento dos estudos interdisciplinares ao final de cada ciclo de disciplinas semestrais.

Alguns avanços já foram produzidos em termos de inovação na estrutura curricular dos cursos de graduação do CEUNI FAMETRO, assim algumas propostas já estão sendo implantadas no âmbito de todos os cursos de graduação.

Inserção de Novas Tecnologias de Informação e Comunicação, como mediadora do processo ensino-aprendizagem, por meio do ambiente: digital@fametro.edu.br e Inserção de disciplinas ministradas a distância, além disso temos ofertado algumas disciplinas que abordam temáticas instrumentais e transversais na grade curricular, como por exemplo:

- ✓ Ethics, Sustainability and Rights Human
- ✓ English of the Market Job
- ✓ Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS
- ✓ Tópicos Especiais
- ✓ Empreendedorismo e Inovação
- ✓ Responsabilidade Socioambiental e Sustentabilidade

Outros processos têm sido incluídos como estratégias inovadoras na estrutura Curricular dentre elas podemos citar ainda novas e diversificadas formas de aproveitamento de competências desenvolvidas em contexto externos à academia, além da presença cada vez maior de elementos virtualizados de ensino, o que confere maior flexibilidade de tempo além de conferir a possibilidade de ampliação das oportunidades educacionais com inúmeras possibilidades de ampliação das maneiras de se construir conhecimento.

Figura 1 – Princípios para a inovação curricular



Fonte: adaptado de Gesser e Ranghetti (2011).

Tomando como referência os estudos de Daniel Romão da Silva, em seu texto *Currículos Inovadores no Ensino Superior* (2019), a figura acima inspira os movimentos de inovação curricular por nós adotados, a saber:

Nesta perspectiva, no CEUNI FAMETRO, algumas iniciativas de organização e trato da estrutura curricular vem sendo praticada, dentre elas destacamos:

- ✓ A Interdisciplinaridade e a Transversalidade como proposta epistemológica a partir do desenvolvimento de projetos.
- ✓ A inserção cada vez maior da interlocução dos conteúdos curriculares com o contexto profissional, de maneira precoce e permanente;
- ✓ A pesquisa como princípio educativo, articulada ao ensino e a extensão
- ✓ A articulação constante entre teoria e prática
- ✓ A flexibilização curricular por meio da assimilação e novas formas de aproveitamento de competências adquiridas fora da instituição e também a articulação entre presencialidade e virtualização por meio de componentes curriculares a distância ou incorporação de atividades virtuais no currículo presencial.

1.4.2 Políticas de ensino de pós-graduação lato sensu

Sendo a pós-graduação que subsidia mais proximamente o desenvolvimento das pesquisas, que devem ser ampliadas, qualificadas e internacionalizadas, assim, é fundamental a

ampliação do financiamento de suas atividades. Outro desafio é aumentar a inserção docente nos programas ofertados.

Os projetos pedagógicos dos cursos de pós-graduação Lato Sensu devem ser aprovados pelo Colegiado de Curso, e homologado pelo Conselho Maior da Instituição, garantindo aos Coordenadores de Curso e corpo docente a participação no planejamento da oferta de cursos de pós-graduação.

No CEUNI FAMETRO os cursos de pós-graduação apresentam-se articulados ao ensino de graduação, tendo em vista estabelecer a possibilidade de aprofundamento de estudos dos nossos alunos em diferentes níveis (especialização, mestrado e doutorado).

Depois de implantados os Cursos de pós-graduação são acompanhados e avaliados sistematicamente pela Coordenação de pós-graduação, a qual promoverá a avaliação dos currículos e a atualização da proposta pedagógica dos mesmos, para o alcance de padrões excelentes de qualidade.

A relação de Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu, bem como a programação de oferta na vigência deste PDI, se encontra nos quadros apresentados a seguir, e seguirá a nota técnica 509/2015 e a resolução n. 1/2007.

A Política de Pós-Graduação Lato Sensu, deve ser executada por meio dos seguintes Programas:

- ✓ PEFC/CEUNI - FAMETRO: Programa de estímulo à formação contínua, por meio de bolsas e descontos: Funcionários, egresso (10%), ENADE (50% a 100%), mérito acadêmico (50%, 75% e 100% por curso e semestre), consanguíneo (10%), grupo IME (10%).
- ✓ Programa de Qualidade de Ensino e Inovação Pedagógica: planejamento, atualização curricular, elaboração de material didático, avaliação formativa e somativa, acompanhamento e avaliação dos cursos, oferta de componentes curriculares à distância, oferta de pós-EAD.
- ✓ Programa de Acompanhamento ao Egresso da Pós-graduação: Onde serão acompanhados os egressos da pós-graduação nas suas conquistas no mercado a partir de reuniões anuais, bem como incentivar na formação continuada em busca do mestrado e doutorado.
- ✓ Programa de Apoio ao Discente da Pós-graduação: psicopedagógico, atividade extraclasse, representatividade discentes, apoio financeiro por meios de programas e descontos, internacionalização e mobilidade acadêmica, ouvidoria, portal acadêmico.

É objetivo da Pós-graduação Lato Sensu:

Aprofundar o conhecimento em áreas determinadas ou em áreas afins do saber, proporcionando o desenvolvimento de competências e habilidades que venham a contribuir para a adequação profissional às necessidades do mercado de trabalho, consolidando assim os estudos realizados em nível de graduação.

1.4.3 Políticas de ensino de pós-graduação stricto sensu

No que compete à modalidade stricto sensu o CEUNI FAMETRO pretende passar a ofertar primeiro por meio de convênio interinstitucional e depois por processos próprios, cursos de Mestrado e Doutorado nas áreas de:

- ✓ Saúde;
- ✓ Educação;
- ✓ Gestão;
- ✓ Tecnologia;
- ✓ Humanas;
- ✓ Biológicas;
- ✓ Exatas.

Em acordo com o que determina a CAPES os Programas de Mestrado e Doutorado tem a sua importância apresentam como finalidades dos Programas de Pós-Graduação “stricto sensu”:

- ✓ Proporcionar o aprimoramento em diferentes áreas do saber, visando a oferecer ao aluno elevado padrão técnico, científico e profissional;
- ✓ Desenvolver um ambiente de incentivo à produção de conhecimento, através do ensino e da pesquisa no CEUNI - FAMETRO;
- ✓ Formar recursos humanos que atendam às exigências de qualificação e expansão do ensino superior e da pesquisa.

Estes Programas devem ainda se apresentar articulados a graduação, tendo em vista a verticalização e o aprofundamento das áreas de conhecimento onde a IES atua. Os cursos de mestrado e doutorado do CEUNI - FAMETRO buscarão ser uma alternativa de aperfeiçoamento e de acadêmico do recém-graduado e dos próprios profissionais do CEUNI - FAMETRO, haja vista a histórica escassez desse tipo de formação no norte do país.

Esta busca de ampliação de oportunidades de pós-graduação está, no nosso do Amazonas, ligada a criação de novos cursos stricto sensu para profissionais que demandam requalificação de

alto nível, porque dela depende a manutenção do profissional no mercado, o desenvolvimento de todo um setor empresarial ou a prestação de melhores serviços ao segmento social correspondente à área do conhecimento.

O desafio de ter que atender ou buscar atender a uma demanda muito grande, que procura qualificação em Instituição de alto nível, envolve não apenas o profissional recém-formado, mas também o profissional que está atuando num mercado cada vez mais exigente. Esses profissionais sabem que precisam se qualificar para poder acompanhar as vertiginosas transformações da ciência e da tecnologia, o que nos faz acreditar que estaríamos dando uma grande contribuição para a nossa região ao nos lançarmos ao desafio de propor e ofertar este nível de formação.

Assim a Pós-Graduação *Stricto Sensu* da IES, tem como política, o fortalecimento da formação continuada por meio da pesquisa e aperfeiçoamento profissional, conforme as linhas de pesquisas institucionais, devendo ser operacionalizada mediante os seguintes programas:

Projeto:

PEFC/CEUNI - FAMETRO: Projeto de Estímulo à Formação Continuada, por meio de bolsas e descontos: Funcionários, egressos, consanguíneos, Grupo IME.

É objetivo da Política de Ensino para Pós-Graduação *Stricto Sensu*:

Promover a formação continuada em nível de mestrado e doutorado acadêmico e profissional, para atuar na pesquisa e no ensino superior com finalidade didática, científica ou tecnológica, tendo em vista a produção, ampliação e difusão de conhecimentos por meio de parcerias acadêmicas e científicas com programas congêneres oferecidos por instituições de ensino superior brasileira e estrangeiras.

1.4.4 Matriz Curricular com Quadro de Optativas e Quadro Resumo do Curso

No que compete à construção do currículo, para a graduação, pensamos que as propostas curriculares oferecidas devem demonstrar comprometimento com as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais, tendo em vista princípios norteadores da organização do trabalho pedagógico nos cursos de graduação. Institucionalmente a IES, admite algumas premissas que devem balizar a construção de bons itinerários de formação, são elas:

- ✓ Coerência do currículo com os objetivos do curso;
- ✓ Coerência do currículo com o perfil do egresso;
- ✓ Coerência do currículo face às Diretrizes Curriculares Nacionais e o Catálogo Nacional de Cursos Tecnológicos (quando for o caso);

Outros princípios também concorrem para que os currículos ofereçam experiências qualitativas de aprendizagem, dentre os quais devemos destacar a acessibilidade pedagógica, a flexibilidade (processo inerente à educação à distância), a constante articulação entre teoria e prática, a possibilidade de inserir e promover processos de ambiência com os espaços profissionais futuros, e por fim, a articulação entre os componentes curriculares que devem promover uma perspectiva menos fragmentada do conhecimento.

Observando os destaques acima, a proposta de itinerário de formação que será executada por meio da matriz curricular apresentada, prevê que os acadêmicos possam experimentar a articulação entre teoria e prática no interior dos componentes curriculares, assim como possam também compreender a interpelação entre diferentes saberes com o fito de compreender realidades complexas, neste sentido, o currículo se organiza por meio de núcleos de estudos, onde as disciplinas promovem trocas de saberes que se concretizam em estudos interdisciplinares, os quais irão se construindo no decorrer da formação, no interior dos núcleos, sendo finalizados quando o núcleo de estudos completa o seu ciclo.

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO

| CURSO SUPERIOR DE ARQUITETURA E URBANISMO Presencial | |
|--|---------------|
| 1° Período | Carga horária |
| Desenho : meios de expressão, perspectiva e apresentação | 66 |
| Forma - Espaços e Objetos | 66 |
| Geometria Aplicada | 66 |
| História da Arte e Estética | 66 |
| Leitura, interpretação e produção textual | 88 |
| Subtotal | 352 |
| 2° Período | Carga horária |
| Conforto Ambiental | 66 |
| Desenho Técnico | 66 |
| Sociologia e Antropologia | 88 |
| Tecnologia da Construção – Técnicas e Sistemas Construtivos | 66 |
| Teoria e História da Arq. e Urbanismo - da Pré História ao Barroco | 66 |
| Subtotal | 352 |

| 3° Período | Carga horária |
|--|---------------|
| Estabilidade das estruturas e resistência dos materiais | 66 |
| Estudos Sociais e Econômicos | 66 |
| Projeto de Arquitetura I – Unifamiliar | 66 |
| Teoria e História da Arq. e Urbanismo – do neoclassicismo ao pós-modernismo: Repertório nacional e Internacional | 66 |
| Topografia | 66 |
| Subtotal | 330 |
| 4° Período | Carga horária |
| Geoprocessamento | 66 |
| Informática aplicada à arquitetura e urbanismo – 2 e 3D | 66 |
| Projeto de Arquitetura II- reciclagem de edificações | 66 |
| Projeto Urbano I – Escala de Bairros | 66 |
| Responsabilidade Socioambiental Sustentabilidade | 88 |
| Subtotal | 352 |
| 5° Período | Carga horária |
| Ergonomia e Segurança do Trabalho | 88 |
| Estruturas de Concreto Armado, Madeira e Aço | 66 |
| Infraestrutura Urbana | 66 |
| Paisagismo | 66 |
| Projeto de arquitetura III – Habitação Social | 66 |
| Subtotal | 352 |
| 6° Período | Carga horária |
| Arquitetura sustentável | 66 |
| Conservação, restauro e reestruturação: patrimônio cultural | 66 |
| Instalações Hidrossanitárias | 66 |
| Mobilidade Urbana e Transporte Público | 66 |
| Projeto de arquitetura IV – grandes vãos: comércio e/ou serviço | 66 |
| Subtotal | 330 |
| 7° Período | Carga horária |
| Fundamentos de Economia | 88 |
| Instalações Elétricas | 66 |
| Mecânica dos solos | 66 |
| Projeto de arquitetura V – técnicas retrospectivas | 66 |
| Projeto urbano II – Ambiental | 66 |
| Subtotal | 352 |

| 8° Período | Carga horária |
|--|---------------|
| Direito Urbano e Ambiental | 66 |
| Metodologia do Estudo Científico | 88 |
| Planejamento Urbano Regional | 66 |
| Projeto de Arquitetura VI – Edificação verticalizada | 66 |
| Projeto de interiores | 66 |
| Subtotal | 352 |
| 9° Período | Carga horária |
| Administração de Sistemas em Engenharia, Arquitetura e Urbanismo | 66 |
| Estágio supervisionado I | 110 |
| Estudos Ambientais | 66 |
| Fundamentos de Trabalho de Curso: Estudo Preliminar | 66 |
| Optativa (Tópicos Especiais) | 66 |
| Subtotal | 374 |
| 10° Período | Carga horária |
| Desenho Universal | 66 |
| Empreendedorismo e Inovação | 88 |
| Estágio Supervisionado II | 110 |
| Legislação e Ética Profissional | 66 |
| TCC – Trabalho de conclusão de curso | 88 |
| Subtotal | 418 |
| Optativas | Carga horária |
| Tópicos Especiais | 66 |
| Direito Urbano E Ambiental | 66 |
| Aprendizagem e Inovação Tecnológica | 66 |
| Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS | 66 |
| English for the job market | 66 |
| Ethics, Sustainability and Human Rigghths in Brazil | 66 |
| Relações Étnico-Raciais e Afrodescendência | 66 |
| Educação Ambiental | 66 |
| RESUMO DO CURSO | |
| Disciplinas Presenciais | 2.940 |
| Disciplinas EAD (18,71%) | 704 |
| Atividades Complementares | 80 |
| CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO | 3.644h |
| Na carga horário total já estão incluídas: | |
| Estágio Supervisionado | 220 |
| Trabalho de Conclusão de Curso | 154 |
| Optativa | 66 |

1.4.5 Ementário e Bibliografias das Disciplinas Obrigatórias e Optativas

1º PERÍODO

DESENHO - MEIOS DE EXPANSÃO, PERSPECTIVA E REPRESENTAÇÃO: Introduzir os alunos a Representação gráfica a mão-livre, estimulando a prática do Desenho como a ferramenta de comunicação do Arquiteto. Desenvolver a habilidade da representação gráfica através de diversas técnicas do desenho. Detalhes arquitetônico; Perspectiva interna e externa, com um e dois pontos de fuga, Luz e Sombra; Perspectivas Axonométricas, Representação gráfica: desenvolvimento de propostas utilizando diferentes técnicas e materiais para a apresentação de projetos. Programação e linguagem visual e Planejamento Visual Urbano: Estratégias e técnicas visuais de diagramação.

Bibliografia Básica:

CHING, Francis D. K.; JUROSZEK, Steven P. Desenho para arquitetos. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

DOYLE, Michael. Desenho a cores: técnicas de desenho de projeto para arquitetos, paisagistas e designers de interiores. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MONTENEGRO, Gildo A. Desenho arquitetônico. 5.ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2017.

Bibliografia Complementar:

BOERBOOM, Peter. Desenhar o espaço. São Paulo: GG, 2018.

CRUZ, Michele David da. Desenho técnico: medidas e representação gráfica. São Paulo: Érica, 2014.

KANDINSKY, Wassily. Ponto e linha sobre plano: contribuição à análise dos elementos da pintura. São Paulo: Martins Fontes. 2012 (Coleção Mundo da Arte).

NIEMEYER, Oscar. Oscar Niemeyer (1907-2012): territórios da criação. São Paulo: Pinakothek, s.d.

OSTROWER, Fayga. Criatividade e processos de criação. 30.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

FORMA ESPAÇO E OBJETOS: Espaço e matéria. Espaço e linha. Espaço e plano. Espaço e cor. Espaço e luz; Princípios ordenadores da forma. A exploração do espaço de maneira sensível através de construções plásticas bidimensionais e tridimensionais suas variações e relações. O espaço como resultado do processo projetual apresentado através de exercícios de composição com elementos arquitetônicos executados em maquetes básicas que levem em consideração os elementos estudados. A linguagem arquitetônica, tipos e modelos: O espaço interno, forma e estrutura; Relações e Organizações do espaço, instrumento de composição; Relação Espaço Público versus Espaço Privado Criatividade formal, com elementos arquitetônicos simples; levando em consideração a escala, textura, cor e materiais e representado através de maquetes.

Bibliografia Básica:

CHING, Francis D. K. Arquitetura: Forma, Espaço e Ordem. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

NIEMEYER, Oscar. A forma na Arquitetura. 4 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

THE PLAN. Forma: arquitetura em detalhes. São Paulo: Queen Books, 2012

Bibliografia Complementar:

BAKER, Geoffrey H. Le Corbusier: uma análise da forma. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
FRASER, Tom; BANS, Adam. O guia completo da cor. 2.ed. São Paulo: Senac, 2010.
BARROS, Lilian Ried Miller. A cor no processo criativo: um estudo sobre a Bauhaus e a teoria de Goethe. 4.ed. São Paulo: SENAC, 2009.
CONSALEZ, Lorenzo. Maquetes: A representação do espaço no projeto arquitetônico. Barcelona: Gustavo Gili, 2014.
WONG, Wucius. Princípios de forma e desenho. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

GEOMETRIA APLICADA: Estudo da Introdução à Geometria Descritiva e ao Desenho Geométrico aplicado à produção arquitetônica. Desenvolvimento da habilidade para representação de um objeto tridimensional, através do desenho bidimensional.

Bibliografia Básica:

CAMARGO, Ivan de; BOULOS, Paulo. Geometria analítica: um tratamento vetorial. 3.ed. São Paulo: Pearson, 2005
MORLING, Ken. Desenho técnico e geométrico. São Paulo: Alta Books, 2016.
MACHADO, Silvana Rocha Brandão. Expressão gráfica instrumental: desenho geométrico, desenho técnico, desenho de arquitetura e termos técnicos. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2014.

Bibliografia Complementar:

CARDOSO, Wanderson Coelho. Geometria plana simples assim. Rio de Janeiro: Moderna, 2010.
FALLOW, Lindsey; GRIFFITHS, Dawn. Geometria 2D. Rio de Janeiro: Alta Books, 2011.
LACOURT, H. Noções e fundamentos de geometria descritiva. Rio de Janeiro: LTC, 2017.
MONTENEGRO, Gildo A. Geometria descritiva. v.1. 2.ed. São Paulo: Edgard Blücher. 2016.
_____. Geometria descritiva. v.2. São Paulo: Edgard Blücher, 2015.

HISTÓRIA DA ARTE E ESTÉTICA: Aborda os ideais, as mudanças na representação, e no papel do artista, seus compromissos teóricos e sua formação profissional. Destaque para os períodos do Antigo Egito, Greco-Romano, Medieval, Renascimento, Maneirismo, Barroco, Arte Moderna, Dadaísmo e cubismo e Arte Contemporânea. Enfatiza o debate constante, nas artes locais, entre o universal e o regional, o erudito e o popular e investiga o fenômeno da aproximação da arte às ciências sociais e à tecnologia.

Bibliografia Básica:

GOMBRICH, Ernst Hans. História da Arte. 16 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.
CATTANI, Icleia Borsa. Arte moderna no Brasil. Belo Horizonte: C/Arte, 2011
PROENÇA, Graça. História da Arte. 17.ed. São Paulo: Ática, 2018.

Bibliografia Complementar:

CANTON, Katia. Do moderno ao contemporâneo. São Paulo: Martins Fontes, 2009 (Temas de Arte Contemporânea).
HEGEL, Georg W. F. Curso de estética: o sistema das artes. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010

WOLFFILLING, Heinrich. Conceitos fundamentais da história da arte. 4.ed. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2015.

OCVRIK, Otto G.; STINTSON, Robert E.; WIGG, Philip R. Fundamentos de arte: teoria e prática. 12.ed. Rio de Janeiro: Bookman, 2014.

LEITURA E INTERPRETAÇÃO E PRODUÇÃO DE TEXTO: Leitura: Estudo de Diretrizes para leitura. Interpretação: Análise textual, temática interpretativa. Problematização. Análise interpretativa de textos diversos. Análise semiótica de textos com gráficos, tabelas, figuras, charges, letras de música e poesia. Produção textual: introdução, desenvolvimento, conclusão. Estudo de Coesão, Coerência e informatividade. Desenvolvimento de Práticas de produção de textos variados. Revisão e reescrita orientada de textos.

Bibliografia Básica:

AZEVEDO, Roberta Adalgisa Gê-Acaiaba de. Português básico. Porto Alegre: Penso, 2015.

BRASILEIRO, Ada Magaly Matias. Leitura e produção textual. Porto Alegre: Penso, 2016

SANTOS, Leonor Werneck; RICHE, Rosa Cuba; TEIXEIRA, Claudia Souza. Análise e produção de textos. São Paulo: Contexto, 2018 (Coleção Linguagem & Ensino).

Bibliografia Complementar:

CARVALHO, José Augusto. Gramática superior da língua portuguesa. 2.ed. Brasília: Thesaurus, 2014

HAUY, Amini Boainain. Gramática da língua portuguesa padrão. São Paulo: EDUSP, 2015 (Didática, 5)

KOCH, Ingedore G. Villaça. Argumentação e linguagem. 13.ed. São Paulo: Cortez, 2011

KÖCHE, Vanilda Salton; BOFF, Odete Maria Benetti; PAVANI, Cinara Ferreira. Prática textual: atividades de leitura e escrita. 11.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015

PINKER, Steven. Guia de escrita: como conceber um texto com clareza, precisão e elegância. São Paulo: Contexto, 2016.

2º PERÍODO

CONFORTO AMBIENTAL: Iluminação natural e artificial, aspectos climáticos (insolação/ventilação); Gráfico de insolação; Ergonomia, conceitos e aplicação; Normas e regulamentos pertinentes. Acústica, condições térmicas, Luminotécnica, conceitos e aplicações. Normas e regulamentos pertinentes.

Bibliografia Básica:

FROTA, Anésia Barros et SCHIFFER, Sueli Ramos. Manual do Conforto Térmico. 8.ed. São Paulo: Studio Nobel, 2007.

BISTAFA, Sylvio R. Acústica aplicada ao controle do ruído. 2.ed. Rio de Janeiro: Edgard Blucher, 2011.

IDA, Itiro. Ergonomia: projeto e produção. 3.e.d. São Paulo: Edgard Blücher, 2016.

Bibliografia Complementar:

FALZON, Pierre. Ergonomia. 2.ed. São Paulo: Blucher, 2018 (Biblioteca Virtual. E-book)
JOURDA, Françoise-Hélène. Pequeno manual do projeto sustentável. São Paulo: GG, 2009
MONTENEGRO, Gildo A. Ventilação e cobertas: a arquitetura tropical na prática. São Paulo: Edgard Blücher, 1984.
KEELER, Maria; BURKE, Bill. Fundamentos de projeto de edificações sustentáveis. Porto Alegre: Bookman, 2010.
CORTESE, Tatiana Tucunduva Philippi; KNIESS, Cláudia Terezinha; MACCARI, Emerson Antonio (Orgs.) Cidades inteligentes e sustentáveis. São Paulo: Manole, 2017.

DESENHO - TÉCNICO: Representação gráfica do projeto arquitetônico. Simbologia. Normas (ABNT-NB-8) e especificações. Escala. Instrumentalização e materiais de desenho. Etapas do desenho e a estrutura básica para a apresentação dos projetos (implantação, cobertura, planta-baixa, cortes, fachadas, escada, rampa e outros detalhes construtivos).

Bibliografia Básica:

MACHADO, Silvana Rocha Brandão. Expressão gráfica instrumental: desenho geométrico, desenho técnico, desenho de edificações e termos técnicos. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2014
MONTENEGRO, Gildo A. Desenho arquitetônico. 5.ed. São Paulo: Blücher, 2017.
SPECK, Handerson Jose; PEIXOTO, Virgílio. Manual básico de desenho técnico. 8.ed. São Carlos: UFSC, 2014

Bibliografia Complementar:

BARETA, Delves Roberto. Fundamentos de desenho técnico mecânico. Caxias do Sul: EDUCS, 2010 (Biblioteca Virtual. E-book)
KUBBA, Sam A. A. Desenho técnico para construção. Porto Alegre: Bookman, 2014 (Série Tekne. Eixo Infraestrutura).
PACHECO, Beatriz de Almeida; SOUXA-CONCILIO, Ilana de Almeida; PESSOA FILHO, Joaquim. Desenho técnico. Curitiba: Intersaberes, 2017 (Biblioteca Virtual. E-book)
SILVA, Ailton Santos (Org.) Desenho técnico. São Paulo: Pearson, 2015 (Biblioteca Virtual. E-book)
ZATTAR, Izabel Cristina. Introdução ao desenho técnico. Curitiba: Intersaberes, 2016 (Biblioteca Virtual. E-book)

SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA: considerando a base biológica e cultural de nossa espécie e enfatizar a complexidade do conceito de cultura como seu uso pelo senso comum em comparação com as relações étnicas raciais, inclusão social e fronteiras nacionais. No âmbito da discussão em torno da sociedade, a disciplina amplia o entendimento social para a compreensão do capitalismo global, da globalização e tecnologias de informação e comunicação, bem como as transformações no mundo do trabalho no mundo contemporâneo e as consequências econômicas, sociais (mercado, consumo, precarização, informatização, terceirização, sazonalização, flexibilização, etc); e ambientais (sub-habitação, lixo, mobilidade, saúde pública).

Bibliografia Básica:

GIDDENS, Anthony. Sociologia. 6.ed. Porto Alegre: Penso, 2012
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Sociologia geral. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2018

SANTOS, Milton. Técnicas, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: EDUSP, 2013 (Coleção Milton Santos, 11)

Bibliografia Complementar:

DURKHEIM, Émile. Lições de sociologia. São Paulo: Martins Fontes, 2016 (Biblioteca do Pensamento Moderno)

GIL, Antonio Carlos. Sociologia geral. São Paulo: Atlas, 2011

KESSING, Roger M.; STRATHERN, Andrew J. Antropologia cultural: uma perspectiva contemporânea. Rio de Janeiro: Vozes, 2014

MELO, Lucas Pereira de; GUALDA, Dulce Maria Rosa; CAMPOS, Edemilson Antunes de. Enfermagem, antropologia e saúde.v.3. São Paulo: Manole, 2013 (Série Enfermagem e Saúde) (Biblioteca Virtual. E-book)

OLIVEIRA, Allan de Paula. Antropologia: questões, conceitos e histórias. Curitiba: Interesaberes, 2018 (Biblioteca Virtual. E-book).

TECNOLOGIA DA CONSTRUÇÃO TÉCNICAS E SISTEMAS CONSTRUTIVOS: Fonte de materiais de construção. Familiarização com as técnicas usuais da construção de edifícios no Brasil e seus recursos, normas, métodos, especificações dos materiais como: Aglomerantes, agregados para concreto, cerâmicos, madeiras, metais, aço para concreto, vidros, plásticos, tintas e aço para estrutura metálica estudo das interações entre o Espaço Natural, os materiais de construção e as técnicas construtivas de instalações, fundações, alvenarias, coberturas, revestimentos e impermeabilizações. Conceito de sistema construtivo, com alguns sistemas construtivos alternativos. Importância dos sistemas construtivos na arquitetura. Sistemas construtivos tradicionais. Inovações tecnológicas. Alvenaria portante e estrutural independente. Alvenaria armada. Solo-cimento, Argamassa armada. Pré-moldados em concreto armado. Concreto protendido. Pré-fabricação metálica. Implantação da infra e supra estrutura com especificações de pisos, vidros, esquadrias e pinturas. Capacitar o aluno em avaliar as características e propriedades de materiais e aplicar as técnicas de construção mais adequadas para construção com qualidade, desempenho e durabilidade. Familiarizar o aluno com termos técnicos e desenvolver postura crítica na análise de materiais e técnicas construtivas. Técnicas construtivas tradicionais e vernaculares.

Bibliografia Básica:

FUSCO, Péricles Brasiliense. Técnicas de armar as estruturas de concreto. 2.ed. São Paulo: PINI, 2013

PINHEIRO, Antonio Carlos da Fonseca Bragança; CRIVELARO, Marcos. Tecnologia de obras e infraestrutura. São Paulo: Érica, 2014

TAUIL, Carlos Alberto; NESSE, Flavio José Martins. Alvenaria estrutural: metodologia do projeto, detalhes, mão de obra, normas e ensaios. São Paulo: PINI, 2010

Bibliografia Complementar:

ALLEN, Edward; IANO, Joseph. Fundamentos da engenharia de edificações: materiais e métodos. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2013

AZEREDO, Hélio Alves de. O Edifício e seu acabamento. São Paulo: Edgard Blucher, 1987.

BAUER, L. A. Falcão. Materiais de Construção 2vs. 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2018

CHING, Francis D.K. Técnicas de construção ilustrada. 4.ed. Porto Alegre: Bookman, 2017.

CARTWRIGHT, Peter. Alvenaria. Porto Alegre: Bookman, 2014 (Série Eixos - Infraestrutura)

TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA E URBANISMO - PRÉ HISTÓRIA AO BARROCO:

Estudo e análise da produção arquitetônica e urbanística, na civilização segundo seus principais condicionantes socioeconômicos, culturais, construtivos e estilísticos, da Pré-História até o Barroco, enfatizando produtos dessa relação: as tecnologias construtivas, os edifícios, a cidade e a apropriação do meio ambiente.

Bibliografia Básica:

BENEVOLO, Leonardo. História da Cidade. 6.ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.
CHING, Francis D. K.; ECKLER, James F. Introdução à arquitetura. Porto Alegre: Bookman, 2014
CHOAY, Françoise. O Urbanismo: utopias e realidade - uma antologia. 7.ed. São Paulo: Perspectiva, 2018. (Col. Estudos, 67).

Bibliografia Complementar:

COLE, Emily. História ilustrada da arquitetura. São Paulo: Publifolha, 2011.
DENISON, Edward. Arquitetura: 50 conceitos e estilos fundamentais explicados de forma clara e rápida. São Paulo: Publifolha, 2014.
PROENÇA, Graça. História da Arte. 17.ed. São Paulo: Ática, 2017.
HOPKINS, Owen. Arquitetura: guia visual de estilos arquitetônicos ocidentais do período clássico até o século XXI. São Paulo: Publifolha, 2017.
LIERA, Ramon Rodriguez. Breve História da Arquitetura. São Paulo: Estampa, s.d.

3º PERÍODO

ESTABILIDADE DAS ESTRUTURAS E RESISTÊNCIA DOS MATERIAIS: Resistência dos materiais e estabilidade das construções. Classificação das estruturas, introduz os princípios fundamentais da Teoria das Estruturas. Apresenta, ao nível operacional, os conceitos de equilíbrio e de resistência. Ensina como vincular corretamente uma estrutura e a determinar suas reações de apoio. Introduz o conceito de esforços solicitantes e mostra sua determinação em estruturas planas, isostáticas. Apresenta a determinação das tensões internas. Noções de história das estruturas como: concreto armado, protendido, madeira e aço, completam as explicações teóricas.

Bibliografia Básica:

BOTELHO, Manoel Henrique Campos. Resistência dos materiais para entender e gostar. 4.ed. São Paulo: Nobel, 2017.
CHING, Francis D. K. Sistemas estruturais ilustrados: padrões, sistemas e projetos. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.
SANTOS, José Sérgio dos. Desconstruindo o projeto estrutural de edifícios: concreto armado e protendido. Rio de Janeiro: Oficina de Textos, 2017.

Bibliografia Complementar:

BOTELHO, Manoel Henrique Campos. Resistência dos materiais para entender e gostar. 4.ed. São Paulo: Nobel, 2017.
BOTELHO, Manoel Henrique Campos; FERRAZ, Nelson Newton. Concreto armado eu te amo vai para a obra. São Paulo: Blucher, 2016

BEER, Ferdinand P.; JOHNSTON JR., E. Russel; MAZUREK, David F.; EISENBERG, Elliot R. Mecânica vetorial para engenheiros: Estática. 9.ed. Porto Alegre: AMGH, 2012
HIBBELER, R. C. Resistência dos materiais. 10.ed. São Paulo: Pearson, 2018 (Biblioteca Virtual. E-book)
ONUYE, Barry; KANE, Kevin. Estática e resistência dos materiais para arquitetura e construção de edificações. 4.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015

ESTUDOS SOCIAIS E ECONÔMICOS: Caracterização do processo de urbanização. Industrialização e urbanização. A apropriação do espaço urbano. O papel do Estado na urbanização. Política e planificação urbanas. Crise urbana e movimentos sociais. As bases conceituais e metodológicas da Geografia Urbana. Processo de Urbanização da humanidade: natureza e a formação das cidades. Urbanização do Brasil. Estrutura interna das cidades. Temas e objetivos atuais de estudo da cidade.

Bibliografia Básica:

CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; ESPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2016 (27exs)
SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. 7.ed. São Paulo: EDUSP, 2014 (Coleção Milton Santos, 8) (27exs)
_____. Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: EDUSP, 2014. (Coleção Milton Santos, 10) (27exs)

Bibliografia Complementar:

ARANTES, Otília; VAIMER, Carlos; MERICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. 5.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009
CARLOS, Ana Fani Alessandri; SANTOS, César Simoni; ALVAREZ, Isabel Pinto (Orgs.) Geografia urbana crítica: teoria e método. São Paulo: Contexto, 2018 (Coleção Metageografia) (Biblioteca virtual. E-book)
GARBOSSA, Renata Ariana, SILVA, Rodolfo dos Santos. O processo de produção do espaço urbano: impactos e desafios. Curitiba: Intersaberes, 2016 (Biblioteca virtual. E-book)
SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: EDUSP, 2013 (Coleção Milton Santos, 11)
SINGER, Paul. Urbanização e desenvolvimento. São Paulo: Perseu Abramo, 2017 (Pensadores do Brasil: do tempo da ditadura ao tempo da democracia) (Biblioteca virtual. E-book)

PROJETO DE ARQUITETURA I - UNIFAMILIAR: Projeto de edificação com característica unifamiliar e que utilize sistemas estruturais para mais de um pavimento e que contemple os aspectos relacionados com o conforto ambiental. Deve ser adequado às condições topográficas apresentadas. Desenvolver a prática do desenho e da representação gráfica, em nível de complexidade médio. Entendimento do projeto desde a implantação, programa de necessidades e organização espacial de uma unidade habitacional, sua relação com o contexto.

Bibliografia Básica:

FROTA, Anésio Barros; SCHIFFER, Suely Ramos. Manual de conforto térmico. São Paulo: Studio Nobre, s.d.
NEUFERT, Ernst. Arte de Projetar em Arquitetura. 18.ed. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.

YUDELSON, Jerry. Projeto integrado e construções sustentáveis. Porto Alegre: Bookman, 2013

Bibliografia Complementar:

BUXTON, Pamela. Manual do arquiteto: planejamento, dimensionamento e projeto. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2017

CRIVELARO, Marcos; PINHEIRO, Antonio Carlos da Fonseca. Conforto ambiental: iluminação, cores, ergonomia, paisagismo e critérios para projetos. São Paulo: Érica, 2014

KEELER, Marian; BURKE, Bill. Fundamentos de projeto de edificações sustentáveis. Porto Alegre: Bookman, 2010

NEUFERT, Peter; NEEF, Ludwig. Casa, apartamento, jardim : projetar com conhecimento, construir corretamente. 2.ed. São Paulo: GG, 2015

PERRONE, Rafael Antonio Cunha; VARGAS, Heliana Comin. Fundamentos de projeto: arquitetura e urbanismo. São Paulo: EDUSP, 2014.

TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA E URBANISMO DO NEOCLÁSSICO AO PÓS-MODERNO REPERTÓRIO NACIONAL E INTERNACIONAL: Caracterização das configurações urbanas do mundo no período compreendido entre a metade do século XIX e a metade do século XX, através de suas relações entre sociedade e espaço. Avaliação dos impactos da Revolução Industrial na sociedade e na produção, arquitetônica e urbanística; Estudo e análise da produção, arquitetônica e urbanística do século XX, pioneiros e vanguardistas do movimento moderno; Primeira e segunda época do Movimento Moderno; Nova fase dos "mestres" do Movimento Moderno; Historicismo e Século XX. Pós-modernismo e Novo Urbanismo. Repertório nacional: Análise de formação da cidade a partir do período pré-colonial. Evolução da produção e teoria da arquitetura e do urbanismo no Brasil ocorridas durante o período colonial, pondo-se em destaque os aspectos do programa, partido adotado, técnicas construtivas e tipologias dos edifícios: a arquitetura religiosa, civil e oficial. A formação da rede urbana e o espaço urbano. Análise da produção arquitetônica no Brasil Imperial e Republicano. Compreensão na formação de desenvolvimento de vocabulário formal da arquitetura moderna brasileira, assim como localizar os principais paradigmas teóricos que justificam a atuação dos arquitetos brasileiros neste período e sua postura. Interpretação e análise da produção arquitetônica brasileira pré-colonial, colonial e contemporânea, suas influências internas e externas e desdobramentos regionais. Análise da produção arquitetônica e urbana.

Bibliografia Básica:

BENEVOLO, Leonardo. História da Cidade. 6.ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

_____. História da arquitetura moderna. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 2014

BRUAND, Yves. Arquitetura contemporânea no Brasil. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

Bibliografia Complementar:

CHOAY, Françoise. O Urbanismo: utopias e realidade - uma antologia. 7.ed. São Paulo: Perspectiva, 2018. (Col. Estudos, 67)

FRAMPTON, Kenneth. História crítica da arquitetura moderna. São Paulo: Martins Fontes, 2008

GHIRARDO, Diane. Arquitetura contemporânea: uma história concisa. São Paulo: Martins Fontes, 2009

PEVSNER, Nikolaus. Origens da arquitetura moderna e do design. São Paulo: Martins Fontes, s.d

REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da arquitetura no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 2010

TOPOGRAFIA: Levantamentos planimétricos e altimétricos, desenhos de plantas, perfis de seções de área levantada, traçado de curvas de nível, Fechamento de poligonal, Azimutes e Distâncias; Movimento de terra, corte e aterro, transporte de materiais.

Bibliografia Básica:

BORGES, Alberto de Campos. Topografia aplicada à engenharia civil. 2vs. São Paulo: Edgard Blücher, 2013.
DAIBERT, João Dalton. Topografia: técnicas e práticas de campo. 2.ed. São Paulo: Érica, 2015 (Série Eixos. Infraestrutura).
TULER, Marcelo; SARAIVA, Sérgio. Fundamentos de topografia. Porto Alegre: Bookman, 2014 (Série Tekne).

Bibliografia Complementar:

BORGES, Alberto de Campos. Exercícios de topografia. 3.ed. São Paulo: Blucher, 1975 A
BOTELHO, Manoel Henrique Campos; FRANCISCHI JR., Jarbas Prado de; PAULA, Lyrio Silva de. ABC da topografia. São Paulo: Blucher, 2018 (Biblioteca virtual. E-book)
CASACA, João Martins; MATOS, João Luiz de; DIAS, José Miguel B. Topografia geral. 4.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013
McCORMAC, Jack; SARASUA, Wayne; DAVIS, William. Topografia. 6.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016
SILVA, Irineu da; SEGANTINE, Paulo Cesar Lima. Exercícios de topografia para engenharia: teoria e prática de geomática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018

4º PERÍODO

GEOPROCESSAMENTO: Evolução da Ciência Geográfica. Sistemas Geodésicos de Referência e de Coordenadas. Introdução à Cartografia Temática. Introdução à Geodésia geométrica e Projeções Cartográficas. Modelagem Digital de Terrenos-MDT; Fundamentos da Fotogrametria Analítica e Digital; Fundamentos de Sensoriamento Remoto; Sistemas de Posicionamento por Satélites – GNSS (GPS, GLONASS, GALILEO). Aplicações em Arquitetura.

Bibliografia Básica:

FITZ, Paulo Roberto. Geoprocessamento sem complicação. São Paulo: Oficina de Textos, 2010.
_____. Geoprocessamento sem complicação. São Paulo: Oficina de Textos, 2008
FLORENZANO, Tereza Gallot. Iniciação em sensoriamento remoto. 4.ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

Bibliografia Complementar:

BLASCHKE, Thomas; KUX, Herman. Sensoriamento remoto e sig avançados: novos sistemas sensores, métodos inovadores. São Paulo: Oficina de Textos, 2014.
LANG, Stephan; BLASCHKE, Thomas. Análise da Paisagem com SIG. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.
MENEZES, Paulo Márcio Leal de; FERNANDES, Manoel do Couto. Roteiro de cartografia. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.
NOVO, Evelyn M. I. de Moraes. Sensoriamento remoto: princípios e aplicações. São Paulo: Edgard Blucher, 2012.
BIELENKI JÚNIOR, Cláudio; BARBOSA, Ademir Paceli. Geoprocessamento e recursos hídricos: aplicações práticas. São Carlos: EDUFSCAR, 2012.

INFORMÁTICA APLICADA 2D e 3D: Recursos gráficos, metodológicos e operacionais da informática, como um instrumento à prática projetual do arquiteto. Técnicas de apresentação e de desenhos e Representação bidimensional. Técnicas de apresentação de projetos em 3D; técnicas de ilustração e apresentação de projetos através dos diversos recursos tecnológicos.

Bibliografia Básica:

GONÇALVES, Márcio da Silva. Fundamentos de computação gráfica. São Paulo: Érica, 2014. (Série Eixos. Informação e Comunicação)

MACHADO, Silvana Rocha Brandão. Expressão gráfica instrumental: desenho geométrico, desenho técnico, desenho de arquitetura e termos técnicos. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2014.

WONG, Wucius. Princípios de forma e desenho. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

Bibliografia Complementar:

CRUZ, Michel David da; MORIOKA, Carlos Alberto. Desenho técnico: medidas e representação gráfica. São Paulo: Érica, 2014 (Série Eixos. Controle e Processos Industriais)

GÓES, Anderson Roges Teixeira. Introdução à expressão gráfica: tópicos de desenho geométrico e geometria descritiva. Curitiba: Intersaberes, 2020 (Biblioteca virtual. E-book)

NETTO, Claudia Campos. Estudo dirigido de autocad. São Paulo: Saraiva, 2017

RIBEIRO, Antonio Clélio; PERES, Mauro Pedro; ISIDORO, Nacir. Curso de desenho técnico e AutoCAD. São Paulo: Pearson, 2013.

SILVEIRA, Samuel João da. Autocad 2020. Rio de Janeiro: Brasport, 2020. (Biblioteca virtual. E-book)

PROJETO E ARQUITETURA II - RECICLAGEM DE EDIFICAÇÕES: Elaboração de projeto de reciclagem, reforma renovação e/ou adaptação de edificações, de uso residencial e/ou comercial ou serviços, de pequeno ou médio porte, abordando os princípios ordenadores da forma e do espaço. Nível de anteprojeto conforme a NBR 6492.

Bibliografia Básica:

NEUFERT, Ernst. Arte de Projetar em Arquitetura. 18.ed. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.

PERRONE, Rael Cunha; Vargas, Heliana Comin. Fundamentos de projeto: arquitetura e urbanismo. São Paulo: EDUSP, 2014.

RHYNE, Janie. Arte e gestalt: padrões que convergem. São Paulo: Summus, 2000.

Bibliografia Complementar:

CHING, Francis D. K. Arquitetura: Forma, Espaço e Ordem. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

SANTOS, José Sérgio dos. Desconstruindo o projeto estrutural de edifícios: concreto armado e protendido. Rio de Janeiro: Oficina de Textos, 2017

JOURDA, Françoise Hélène. Pequeno manual do projeto sustentável. São Paulo: GG, 2013

KEELER, Marian; BURKE, Bill. Fundamentos de projeto de edificações sustentáveis. Porto Alegre: Bookman, 2010

YUDELSON, Jerry. Projeto integrado e construções sustentáveis. Porto Alegre: Bookman, 2013

PROJETO URBANO I - ESCALA DE BAIRROS: O Espaço do desenho Urbano. Conceitos e noções de planejamento urbano. Instrumentos de Intervenção com usuários e de Implementação de Planos Urbanísticos. Morfologia urbana. Modelos de Assentamentos Urbanos. Diagnóstico e proposta.

Bibliografia Básica:

MASCARO, Juan Luís. Manual de loteamentos e urbanização. 2 ed. Porto Alegre: Sagra: Luzzatto, 1997.

ALFONSIN, Betânia de Moraes; FERNANDES, Edésio. Direito à moradia e segurança da posse no Estatuto da Cidade: diretrizes, instrumentos e processos de gestão. Belo Horizonte: Fórum, 2004.

BRASIL. Medida Provisória nº 2.220, de 04 de setembro de 2001. Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU) e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 04 set. 2001..

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Estatuto da Cidade. – 3. ed. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. 102 p. (Disponível em site-<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70317/000070317.pdf>)

BONDUKI, Nabil. Habitat: as práticas bem sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

DUARTE, Cristiane Rose et al. Favela, um Bairro: propostas metodológicas para intervenção pública em favelas do Rio de Janeiro. São Paulo: Pró-editores, 1996.

MOREIRA, Antonio Cláudio Moreira Lima et al. Favelas e cortiços: análise de uma experiência didática. São Paulo: FAUUSP, 2000.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE: Introdução e conceitos básicos; Ambientes Natural e Econômico Social; Paisagem Natural e Paisagem Construída; Meio ambiente no Gerenciamento Urbano; Conceito de impacto ambiental – IEA – RIMA; Planejamento Ambiental do território; Meio Ambiente e Desenvolvimento Integral; Conceito de Desenvolvimento Sustentável. Avaliação de impactos ambientais EIA/RIMA e licenciamento ambiental. Tutela do Risco. Responsabilidade civil ambiental: o dano ambiental e a sua reparação. Infrações administrativas e crimes ambientais. Termos de compromisso e ajustamento de conduta – TAC. Tutela jurídica da biodiversidade e florestas: o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC e o Código Florestal. Compensação Ambiental. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Direito de Águas. Ar e Atmosfera. A crise socioambiental, causas e cenários. Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade corporativa. Responsabilidade ambiental e gestão ambiental pública e privada. Ferramentas de gestão ambiental. Responsabilidade Social. Corporativa. Desenho e implementação de programas de Responsabilidade Social Corporativa. Performance Social Corporativa. Instrumentos de auditoria e divulgação de resultados de ações sustentáveis.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, Isabel Cristina de. Educação ambiental: formação do sujeito ecológico. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2012

MILLER JR., G. Tyler. Ecologia e sustentabilidade. 6.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012

PHILIPPI JR., Arlindo; PELICONI, Maria Cecília Focesi. Educação ambiental e sustentabilidade. 2.ed. São Paulo: Manole, 2014. (Coleção Ambiental, 14)

Bibliografia Complementar:

BARSAÑO, Paulo Roberto. Gestão ambiental. São Paulo: Saraiva, 2014

DIAS, Genebaldo. Educação ambiental: princípios e práticas. 9.ed. São Paulo: Gaia, 2010

ODUM, Eugene P.; BARRET, Gary W. Ecologia. São Paulo: Cengage Learning, 2015

ROSA, André Henrique; FRACETO, Leonardo Fernandes; MOSCHINI-CARLOS, Viviane (Orgs.) Meio ambiente e sustentabilidade. Porto Alegre: Atmed, 2016.

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. São Paulo: Atlas, 2014

5º PERÍODO

ERGONOMIA E SEGURANÇA DO TRABALHO: Conceito do trabalho, tarefa, atividade, variabilidade, carga de trabalho e regularização. Metodologia e análise ergonômica do trabalho. Métodos e técnicas e de análise de variáveis em ergonomia. Métodos e técnicas para análise de atividade. Fatores ambientais de ergonomia. Ergonomia e projeto. Programa de ergonomia para empresas.

Bibliografia Básica:

DUL, Jan; WEERDMEESTER, Bernard. Ergonomia prática. 3.ed. São Paulo: Blucher, 2013.

IIDA, Itiro. Ergonomia: projeto e produção. 2.ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2012.

KROEMER, K. H. E. Manual de ergonomia: adaptando o homem ao trabalho. 5.ed. Porto Alegre: Atmed, 2008.

Bibliografia Complementar:

ABRAHÃO, Júlia; SZELMAR, Laerte; SILVINO, Alexandre; SARMET, Maurício [et.al.] Introdução à ergonomia: da prática à teoria. São Paulo: Blucher, 2014.

COSTA, Enio Cruz da. Arquitetura ecológica: condicionamento térmico natural. São Paulo: Blucher, 2010.

CYBIS, Walter; BETIOL, Adriana Holt; FAUST, Richard. Ergonomia e usabilidade: conhecimentos, métodos e aplicações. 2.ed. São Paulo: Novatec, 2010.

MÁSCULO, Francisco Soares; VIDAL, Mario César (Org.) Ergonomia: trabalho adequado e eficiente. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

VIEIRA, Jair Lot. Manual de ergonomia: manual de aplicação da Norma Regulamentadora 17. 2.ed. São Paulo: EDIPRO, 2014.

ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO, MADEIRA E AÇO: Principais sistemas estruturais planos: treliça, viga, cabo, arco e pórtico. Métodos de resolução das treliças: métodos dos nós, métodos de Ritter; Estruturas de concreto armado: modelos de funcionamento das peças de concreto armado e de concreto protendido; Estruturas hiperestáticas (vigas e pórticos planos); Determinação de reações de estruturas hiperestáticas (Método de Cross ou Equação dos três Momentos). Cálculo estrutural e estruturas de concreto: paradigma, metodologias e cálculo; Estruturas de metal: Conceitos, paradigmas e metodologias; Estruturas de madeira: Aspectos Gerais e Campo de Aplicação, Propriedades Físicas e Mecânicas, Ações e Segurança, Noções sobre Projetos Estruturais em Madeira regionais. Conceitos dos processos construtivos em estruturas de madeira e aço e sua aplicabilidade no projeto de arquitetura.

Bibliografia Básica:

BOTELHO, Manoel Henrique Campos; MARCHETTI, Oswaldemar. Concreto armado eu te amo (Inclui as alterações incorporadas pela NBR6118/2014. v.1. 8.ed. São Paulo: Blucher, 2016

BELLEI, Ildony H.; PINHO, Fernando O.; PINHO, Mauro O. Edifícios de múltiplos andares em aço. 2.ed. São Paulo: PINI, 2014

CHING, Francis D. K. Sistemas estruturais ilustrados: padrões, sistemas e projetos. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2015

Bibliografia Complementar:

MASSARO JUNIOR, Mário. Manual de concreto armado. Tatuapé: Weber, 1980.

MADY, Francisco Tarcísio Moraes. Conhecendo a madeira: informações sobre 90 espécies comerciais. Programa de Desenvolvimento Empresarial e Tecnológico. Edição SEBRAE/AM. 2000.

SILVA, Ademir Castro e. Madeiras da Amazônia: Características gerais, nome vulgar e usos. Edição SEBRAE/AM. 2002.

DIAS, Luís Andrade de Matos. Estruturas de aço: conceitos, técnicas e linguagem. São Paulo: Zigurate, 1997.

BAUER, L. A. F. Revista Estudos Tecnológicos I: Engenharia – número especial madeira: Uso de Madeiras de florestas plantadas em estruturas, 1999.

INFRAESTRUTURA URBANA: Sistemas que compõem a infraestrutura urbana, de forma integrada para proporcionar o desempenho satisfatório da “urbe”, com a utilização dos sistemas ativos, passivos, a hierarquia viária e organizacional dos assentamentos. Intervenção, em macro escala, em espaços já ocupados/urbanizados.

Bibliografia Básica:

CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; EXPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2016.

SILVA, Elielton Souza. Da infraestrutura urbana à susceptibilidade populacional: mudanças, impactos e especulações sócioespaciais. São Paulo: PINI, s.d.

HALL, Peter. Cidades do amanhã. São Paulo: Perspectiva, 2016.

Bibliografia Complementar:

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MERICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. 5.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

CASTELLS, Manuel. A questão urbana. v.48. São Paulo: Paz & Terra, 2000.

DANTAS, Fernando Antonio de Carvalho. Planos Diretores no Estado do Amazonas. Manaus: UEA, 2010 4.

FARR, Douglas. Urbanismo sustentável: desenho urbano com a natureza. Porto Alegre: Bookman, 2013.

LE CORBUSIER. Planejamento urbano. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

PAISAGISMO: Conceitos e História do Paisagismo no mundo, ontem e hoje; Paisagismo no Brasil. Estilos de Jardins. O sítio e o contexto da paisagem, o clima, a terra, a água, as plantas, a topografia e suas características; Elementos de Composição Paisagística; A Vegetação como Elemento do Projeto: estrutura, cores, formas, função e espaço. Materiais utilizados no Paisagismo. Fundamentos do Projeto Paisagístico e da Paisagem. Espaço Privado/Público: fases preliminares, anteprojeto, a representação do projeto e Memoriais.

Bibliografia Básica:

ABBUD, Benedito. Criando paisagens: guia de trabalho em arquitetura paisagística. 4.ed. São Paulo: Senac, 2011.

SCHLEE, Mônica Bahia. Arquitetura paisagística contemporânea no Brasil. São Paulo: Senac, 2010.

TIM, Waterman. Fundamentos de paisagismo. Porto Alegre: Bookman, 2011.

Bibliografia Complementar:

LORENZI, Harri. Plantas ornamentais no Brasil: arbustivas, herbáceas e trepadeiras. 4.ed. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2008.

Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. 3Vols. 3.ed. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2009.

MASCARÓ, Juan; MASCARÓ, Lúcia. Vegetação urbana. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MARX, Roberto Burle. Arte e paisagem: conferências escolhidas. 2.ed. São Paulo: Studio Nobel, 2004.

PEIXOTO, Nelson Brissac. Paisagens urbanas. 3.ed. São Paulo: SENAC, 2003

PROJETO DE ARQUITETURA III - HABILITAÇÃO SOCIAL: Quadro histórico e atual da questão habitacional no Brasil; Direito a moradia e conceito de moradia adequada; O Estatuto da Cidade e a função social da propriedade; Projetos de habitação social regionais, nacionais e internacionais; A produção do espaço e as Áreas de assentamento humano precário na cidade; Parâmetros urbanísticos em áreas de especial interesse social; Levantamento e diagnóstico de área de assentamento humano precário na cidade; Elaboração de projeto arquitetônico de habitação social.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, Cláudio; RIBEIRO, Guilherme; RODRIGUES, Raoni. Em busca da cidade: a luta pela moradia adequada como força motriz da reforma urbana. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

BONDUKI, Nabil; KOURY, Ana Paula. Os pioneiros da habitação social: onze propostas de morar para o Brasil moderno. 3vs. São Paulo: UNESP/SESC, 2014.

FERREIRA, Antonio Domingos Dias. Habitação de interesse social: aspectos históricos, legais e construtivos. São Paulo: Interciência, 2015.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Estatuto da Cidade. – 3. ed. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. 102 p. (Disponível em site-
<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70317/000070317.pdf>)

BENETT, Pablo. Habitação social e sociedade: desafios para o ensino de projetos. Rio de Janeiro: Rio Books, 2012

FOLZ, Rosana Rita. Mobiliário na habitação popular: discussões de alternativas para melhoria da habitabilidade. São Paulo: RIMA, 2003.

BONDUKI, Nabil. Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. 4.ed. São Paulo: Estação Liberdade: 2004.

MENDES, José F. G. O futuro das cidades. São Paulo: Interciência, 2014

6º PERÍODO

ARQUITETURA SUSTENTÁVEL: Estudo do conceito de desenvolvimento sustentável, princípios, tendências e aplicação da sustentabilidade na Arquitetura e Urbanismo. Perspectivas para o futuro:

arquitetura que se utiliza de recursos naturais, regionais e tecnologias avançadas no que diz respeito aos aspectos bioclimáticos em sua concepção, buscando, após a sua implantação, a sustentabilidade da comunidade e conservação da biodiversidade. Introdução ao estudo do projeto, técnicas, tecnologias, materiais e equipamentos apropriados para a arquitetura sustentável e eficiência energética na edificação.

Bibliografia Básica:

KEELER, Maria; BURKE, Bill. Fundamentos de projeto de edificações sustentáveis. Porto Alegre: Bookman, 2010.

JOURDA, Françoise-Hélène. Pequeno manual do projeto sustentável. São Paulo: GG, 2009.

GEHL, Jan. Cidades para pessoas. São Paulo: Perspectivas, 2013.

Bibliografia Complementar:

CORBELLA, Oscar; YANNAS, Simos. Em busca de uma arquitetura sustentável para os trópicos. 2.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2009.

COSTA, Ennio Cruz da. Arquitetura ecológica: condicionamento térmico natural. São Paulo: Blücher, 2010 3.

CUNHA, Eduardo Graia da (Org.) Elementos de arquitetura de climatização natural. 2.ed. São Paulo: Mais Quatro, 2006.

GURGEL, Miriam. Design passivo: baixo consumo energético (guia para conhecer, entender e aplicar os princípios do design passivo em residências). São Paulo: SENAC, 2012.

LEITE, Carlos; AWAD, Juliane di Cesare Marques. Cidades sustentáveis, cidades inteligentes. Rio de Janeiro: Bookman, 2012.

CONSERVAÇÃO, RESTAURO E REESTRUTURAÇÃO PATRIMÔNIO CULTURAL:

Conceituação do Patrimônio Cultural, natural, abiótico e biótico, tangível e intangível. Análise das diferentes linhas teóricas e alternativas conceituais e metodológicas da conservação e da restauração do patrimônio cultural edificado. Análise da Proteção do Patrimônio quanto ao meio legal, nos três níveis do poder público: Federal, estadual e Municipal. Análise quanto a edificação, o meio físico (relativo à preservação e restauro) e social (relativos à justificativa social da proteção). As diferentes linhas teóricas, alternativas conceituais e metodológicas de restauração. Reciclagem nos elementos construtivos. Educação patrimonial. Estudos de Casos.

Bibliografia Básica:

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, s.d. 2.

MARCHETE, Tatiana Dantas. Educação patrimonial e políticas públicas de preservação no Brasil. Curitiba: Intersaberes, 2016.

NARDI, Letícia. Centro Histórico: entre a preservação e a dinâmica urbana. Curitiba: Appris, 2015.

Bibliografia Complementar:

CHING, Francis D. K. Sistemas estruturais ilustrados: padrões, sistemas e projetos. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

HING, Francis D. K. Representação gráfica em arquitetura. 3.ed. Porto Alegre: Bookman. 2000

NEUFERT, Ernst. Arte de Projetar em Arquitetura. 18.ed. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.

PERRONE, Rael Cunha; Vargas, Heliana Comin. Fundamentos de projeto: arquitetura e urbanismo. São Paulo: EDUSP, 2014.

BRASIL. Estatuto da Cidade. – 3. ed. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. 102 p. (Disponível em site-<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70317/000070317.pdf>) (Disponível em site).

INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS: Noções gerais de hidráulica, instalações prediais (aspectos gerais). Instalações prediais de água fria, instalações prediais de água quente, instalações prediais de esgoto sanitário, Estações de tratamento de efluentes, instalações prediais de águas pluviais, Instalações de sistema de prevenção e combate a incêndio, instalações prediais de gás (GLP). Elaboração de projeto técnico. Hidro sanitárias: água fria e quente (Painel solar e boiler), Combate à Incêndios, águas Pluviais, esgoto sanitário: sistemas construtivos, técnicos, materiais, mão-de-obra, equipamentos disponíveis no local, na região e no país; Sistemas de fossas que não poluem o meio ambiente.

Bibliografia Básica:

CARVALHO JR, Roberto de. Instalações Hidráulicas e o Projeto de Arquitetura. Edgard Blücher, 12 ed. 2019.
CREDER, Hélio. Instalações Hidráulicas e Sanitárias. Rio de Janeiro: LTC, 6ª ed, 2006.
TSUTIYA, Milton Tomoyuki. Coleta e transporte de esgoto sanitário. Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária, 2000.

Bibliografia Complementar:

AZEVEDO NETTO, José Martiniano. Manual de hidráulica. Edgard Blücher, 1998.
BOTELHO, Manoel Henrique Campos. Instalações hidráulicas prediais feitas para durar: usando tubos de PVC. Pro Editores, 1998.
GARCEZ, L. N. Et.al. Elementos de Engenharia Hidráulica e Sanitária. (apostila publicada pelo serviço gráfico da FAUUSP, s/d.), 1976.
MACINTYRE, Archibald Joseph. Manual de instalações hidráulicas e sanitárias. LTC - Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1990.
RICHTER, Carlos A. Tratamento de água: tecnologia atualizada. Edgard Blücher, 2003.

MOBILIDADE URBANA E TRANSPORTE: Conceitos e tecnologias existentes de mobilidade urbana com as legislações em vigor (NBR 9050 e Lei de Mobilidade Urbana); Diagnóstico de uma área na cidade e intervenção modelo. Utilização de transportes públicos coletivos para minimizar os efeitos dos engarrafamentos nos centros urbanos.

Bibliografia Básica:

GURGEL, Adriana; MELHADO, Ana Rocha; SANTOS, Aurélie dos; MELHADO, Silvio. (Coord.). Projetar e construir bairros sustentáveis. São Paulo: Pini, 2013.
MARANDOLA JR., Eduardo. Habitar em risco: mobilidade e vulnerabilidade na experiência metropolitana. São Paulo: Blucher, 2014.
SOUZA, Luciana Correia Gaspar. Município e poder normativo na criação de novos instrumentos urbanísticos: o estatuto da cidade como normativa do direito público por uma política urbana. Curitiba: Juruá, 2014.

Bibliografia Complementar:

DUARTE, Fábio; LIBARDI, Rafaela. Introdução a mobilidade urbana. Curitiba: Juruá, 2007.

SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos; MONTANDON, Daniel Todtmann (Orgs.). Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade: balanço crítico e perspectivas. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011.

SANTOS, Milton. A urbanização desigual: a especificidade de fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. 3.ed. São Paulo: Edusp, 2011.

SALGADO, Ivone; BERTONI, Angelo (Orgs.). Da construção do território ao planejamento das cidades: competências técnicas e saberes profissionais na Europa e nas Américas (1850-1930). São Carlos: Rima, 2010.

SILVA, Jussara Maria Pordeus e. Ordenação das cidades e o papel do direito urbanístico: o licenciamento urbanístico no município de Manaus. Manaus: Editora da Amazônia, 2014

PROJETO DE ARQUITETURA IV - GRANDES VÃOS COMERCIO E/OU SERVIÇO: Crítica e conceituação das obras existentes a nível de pesquisa em temas, comerciais, de serviços, de lazer, institucionais; Implantação de programação própria às atividades propostas com temas que possuam as seguintes características: Edificações de grande porte, com predominância horizontal e grandes áreas cobertas, livres de apoios (grandes vãos), em grandes centros urbanos, utilização da estrutura metálica; Partido geral e anteprojetado e executivo.

Bibliografia Básica:

DIAS, Luis Andrade de Mattos. Estruturas de aço: conceitos, técnicas e linguagem. São Paulo: Zigurate, 2019.

_____. Edificações de aço no Brasil. 4.ed. São Paulo: Zigurate, 2015.

_____. Aço e arquitetura: estudo de edificações de aço no Brasil. São Paulo: Zigurate, 2014.

Bibliografia Complementar:

CHING, Francis D. K. Sistemas estruturais ilustrados: padrões, sistemas e projetos. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

CHING, Francis D. K. Representação gráfica em arquitetura. 3.ed. Porto Alegre: Bookman. 2000.

NEUFERT, Ernst. Arte de Projetar em Arquitetura. 18.ed. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.

PERRONE, Rael Cunha; Vargas, Heliana Comin. Fundamentos de projeto: arquitetura e urbanismo. São Paulo: EDUSP, 2014.

BRASIL. Estatuto da Cidade. – 3. ed. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. 102 p. (Disponível em site-<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70317/000070317.pdf>)

7º PERÍODO

FUNDAMENTOS DE ECONOMIA: Conceitos fundamentais em economia. Evolução do pensamento econômico. O problema econômico. Sistemas econômicos. Noções sobre mercados e preços. Noções sobre custos de produção. Estudos introdutórios da economia monetária, mercado financeiro, relações econômicas internacionais.

Bibliografia Básica:

ARENDT, Hannah. A condição humana. 13.ed. São Paulo: Forense Universitária, 2016

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. Políticas públicas: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012.

SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015

Bibliografia Complementar:

BACHA, Carlos José Caetano. Entendendo a economia brasileira. São Paulo: Alínea, 2011

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. Economia brasileira contemporânea. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SILVA, César Roberto Leite da. Economia e mercados: introdução à economia. 19.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

VARIAN, Hal R. Microeconomia: uma abordagem moderna. 8.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

VIAN, Carlos Eduardo de Freitas; PELLEGRINO, Anderson César Gomes Teixeira; PAIVA, Cláudio César de. Economia: fundamentos e práticas aplicados à realidade brasileira. 2.ed. São Paulo: Alínea, 2013.

INSTALAÇÕES ELÉTRICAS: Generalidades sobre sistemas elétricos. Instalações elétricas e correlatos conceitos básicos, normas, materiais e equipamentos. Instalações elétricas e eletromecânicas: Instalações de ar condicionado (split e unidade), Elevadores, esteiras rolantes (vertical e horizontal), Instalações de telefone e lógica (rede de computadores), Instalações de Antena de TV e cabo: sistemas construtivos, técnicos, Elaboração de projeto técnico materiais, mão-de-obra, equipamentos disponíveis no local, na região e no país.

Bibliografia Básica:

CAMINHA, Amadeu C. Introdução à proteção dos sistemas elétricos. São Paulo: Blucher, 1997.

CREDER, Hélio. Instalações elétricas. 16.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016 3.

NISKIER, Júlio. MACINTYRE, Archibald Joseph. Instalações elétricas. 6.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

Bibliografia Complementar:

CAVALIN, Geraldo; CERVELIN, Severino. Instalações elétricas prediais: conforme Normas NBR 5410:2004. 20.ed. São Paulo: Erica, 2010

COTRIM, Ademaro A. M. B. Instalações elétricas. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2008

LIMA FILHO, Domingos Leite. Projetos de instalações elétricas prediais. 12.ed. São Paulo: Érica, 2010

NEGRISOLI, Manoel E. M. Instalações elétricas: projetos prediais em baixa tensão. 3.ed. São Paulo: Blucher, 2016

NISKIER, Júlio. Manual de instalações elétricas. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016

MECÂNICA DOS SOLOS: Mecânica dos solos e fundações. Caracteriza os tipos de solos, suas propriedades e comportamentos associados. Indica os diversos tipos de fundações, critérios de escolha, noções de dimensionamento, informações sobre custos, noções de avaliação de desempenho, ensaios de granulometria e índices de plasticidade e umidade etc. Trata ainda de muros de arrimo e também fornece noções de avaliação de estabilidade

Bibliografia Básica:

BOTELHO, Manoel Henrique Campos. Princípios de Mecânica dos Solos e Fundações para construção civil. São Paulo: Edgard Blucher, 2011.

CAPUTO, H.P. Mecânica dos Solos e suas aplicações. Rio de Janeiro: LTC, 2015. Volumes I, II, III.

DAS, B.M. Fundamentos de Engenharia Geotécnica. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

Bibliografia Complementar:

PINTO, C.S. Curso básico de Mecânica dos Solos. São Paulo: Oficina de Textos, 2006.

AZEREDO, Hélio Alves. O edifício até a sua cobertura. São Paulo: Edgar Blucher, 1998.

CHING, F. D.K. Técnicas de construções ilustradas. São Paulo: Bookman, 2002.

YAZIGI, W. A técnica de Edificar. São Paulo: PINI, 2003.

Construção Passo a Passo, Volume 1. São Paulo: PINI, 2011.

PROJETO DE ARQUITETURA V – TÉCNICAS RETROSPECTIVAS: Contextualização e programação de temas relacionando fragmentos urbanos integrados ao conjunto arquitetônico de interesse histórico; o Patrimônio Cultural edificado, em paralelo às questões relacionadas à reutilização ou requalificação de espaços existentes, com a utilização de técnicas retrospectivas. Projeto de despoluição visual das fachadas. Processo de composição arquitetônica, vias públicas e mobiliário urbano, existente versus nova; Partido geral e anteprojeto e executivo.

Bibliografia Básica:

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, s.d. 2.

MARCHETE, Tatiana Dantas. Educação patrimonial e políticas públicas de preservação no Brasil. Curitiba: Intersaberes, 2016.

NARDI, Letícia. Centro Histórico: entre a preservação e a dinâmica urbana. Curitiba: Appris, 2015.

Bibliografia Complementar:

CHUVA, Márcia Romeiro; NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos (Orgs.) Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2012.

KOK, Glória. Memórias do Brasil: uma viagem pelo patrimônio artístico, histórico, cultural e ambiental. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

GARBOSSA, Renata Adriana; SILVA, Rodolfo dos Santos. O processo de produção do espaço urbano: impactos e desafios de uma nova urbanização. Curitiba: Intersaberes, 2016.

MASCARÓ, Lucia, MASCARÓ, Juan José (Orgs.) Ambiente urbano (Urban environment) São Paulo: Mais Quatro, 2009.

NARDI, Letícia. Centro Histórico: entre a preservação e a dinâmica urbana. Curitiba: Appris, 2015.

PROJETO URBANO II – AMBIENTAL: Processo urbano e as variáveis existentes na estrutura urbana. Paisagem urbana e natural que envolve um conjunto de edifícios e sua paisagem natural como elementos do relevo, hidrografia, posição geográfica, qualidade do solo, orientação solar, direção dos ventos, microclimas, vistas privilegiadas e significativas, áreas de interesse de preservação, áreas degradadas, cobertura vegetal e fauna, circulação de pedestres e de veículos, sistema viário, infraestrutura voltada ao saneamento básico. Intervenção para corrigir ou minimizar os impactos ou otimizar a contextualidade analisada. Legislação urbana.

Bibliografia Básica:

LEITE, Carlos; AWAD, Juliane di Cesare Marques. Cidades sustentáveis, cidades inteligentes. Rio de Janeiro: Bookman, 2012.

MAZZAROTTO, Angelo Augusto Valles de Sá; SILVA, Rodrigo de Cássio da. Gestão da sustentabilidade urbana: leis, princípios e reflexões. Curitiba: Intersaberes, 2017 (Série Gestão Pública).

VAN LENGEN, Johan. Manual do arquiteto descalço. São Paulo: BA Editores, 2014.

Bibliografia Complementar:

AMBROZEWICZ, Paulo Henrique Laporte. Construção de edifícios do início ao fim da obra. São Paulo: PINI, 2015.

AZEREDO, Hélio Alves. O edifício e seu acabamento. São Paulo: Blucher, 2009.

BELLEI, Ildony H.; PINHO, Fernando O.; PINHO, Mauro O. Edifícios de múltiplos andares em aço. 2.ed. São Paulo: Pini, 2008.

RODRIGUES, Ivan Lippi. Especificações para estrutura de aço de edifícios. São Paulo: PINI, 2013.

YAZIGI, Walid. A técnica de edificar. 10.ed. São Paulo: PINI, 2010.

8º PERÍODO

DIREITO URBANO E AMBIENTAL: Direito à Cidade. Função Social da Propriedade Urbana. Instrumentos de intervenção urbana. Plano Diretor. Instrumentos de Regularização Fundiária. Parcelamento do solo Urbano. Ênfase no Estatuto da Cidade e Legislação correlata. Ênfase na proteção do meio ambiente e nos princípios fundamentais do Direito Ambiental. Principal legislação brasileira aplicável. Meios jurídicos de proteção ambiental. Aspectos jurídicos da proteção ao meio ambiente na esfera nacional.

Bibliografia Básica:

LA ROVERE, Emilio Lébre (Coord). Manual de Auditoria Ambiental. Rio de Janeiro:Qualymark, 2001 3ª. Reimpressão, 2008.

SANCHES, Luis Enrique. Avaliação de impactos ambientais: conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de textos, 2008.

SCOTO, Gabriela et al. Desenvolvimento Sustentável. Col. Conceitos fundamentais. Ed: Petrópolis: Vozes, 2007.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Ministério das cidades. Plano Diretor Participativo: guia para elaboração pelos municípios e os cidadãos. 2ª Ed. Coord. Raquel Ronilk e Otília Marcedo Pinheiro. Brasília: Ministério das cidades/Confea, 2005.

LOPES, Ignez Vidigal. Gestão ambiental no Brasil. São Paulo: FGV, 1996.

BRASIL. Lei 12.651, de 25 de maio de 2012. Institui o Código Florestal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm.

SAULE JR, Nelson. Direito às cidades: trilhas legais para o direito às cidades sustentáveis. São Paulo: Max Limonad, 1999.

SILVA, Luiz Christian da.(ORG). Desenvolvimento Sustentável: um modelo analítico, integrado e adaptativo. Petrópolis: Rio de Janeiro. Ed. Vozes, 2006.

METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO: Estudo da metodologia científica para a compreensão da ciência como método e técnica de pesquisa. Entendimento da estrutura básica do conhecimento humano em seus diferentes níveis, tais como, o senso comum, o mítico, o

religioso, o filosófico e o científico. Organização do trabalho científico conforme as normas da ABNT. A estrutura de um projeto de pesquisa, aplicação prática do mesmo na coleta, tratamento estatístico e análise dos dados.

Bibliografia Básica:

KAHLMAYER-MERTENS, Roberto; FUMANGA, Mario; TOFFANO, Claudia Benevento; SIQUEIRA, Fábio. Como elaborar projetos de pesquisa: linguagem e método. Rio de Janeiro: FGV, 2007 (Coleção FGV Prática)

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico (Projetos de pesquisa. Pesquisa bibliográfica. Teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso). 8.ed. São Paulo: Atlas, 2020.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 24.ed. São Paulo: Cortez, 2016

Bibliografia Complementar:

AQUINO, Italo de Souza. Como escrever artigos científicos. 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2019

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2021

KOLLER, Sílvia H.; COUTO, Maria Clara P. de Paula; HOHENDORFF, Jean von. Manual de produção científica. Porto Alegre: Penso, 2014.

MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: práticas de fichamentos, resumos, resenhas. 13.ed. São Paulo: Atlas, 2019

SANTOS, Izequias Estevam dos. Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica. 12.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2016

PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL: Desenvolvimento espacial urbano regional. Políticas públicas/urbanas, conforme os instrumentos normativos vigentes. Ênfase no planejamento urbano e controle do uso do Solo Urbano. Realização de uma análise crítica, após levantamento operacional e diagnóstico, de um fragmento urbano, com base na conceituação estudada a nível regional. Desenvolver um projeto da paisagem, em local previamente selecionado, onde deverá se relacionar com o entorno, integrando as características do processo de urbanização.

Bibliografia Básica:

MARICATO, Ermínia. O impasse da política urbana no Brasil. 3.ed. Rio de Janeiro: Vozes, s.d.

MOTA, Maurício Jorge Pereira da; TORRES, Marcos Alcino de Azevedo. Desafios do planejamento urbano no século XXI. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2018.

VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard de (Orgs.). Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados. 3.ed. São Paulo: Manole, 2015.

Bibliografia Complementar:

LEMOS, Carlos a. C. Como nasceram as cidades brasileiras. Rio de Janeiro: Studio Nobel, 2016.

MARICATO, Ermínia. Brasil, cidades alternativas para a crise urbana. 7.ed. Rio de Janeiro: Vozes, s.d.

VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. 2.ed. São Paulo: Studio Nobel, 2009. 4.

VASCONCELLOS, Andrea Araújo de. Infraestrutura verde aplicada ao planejamento da ocupação urbana. Curitiba: Appris, 2015.

MÁSCARO, Juan Luiz. Infra estrutura da paisagem. São Paulo: Masquatro, 2008.

PROJETO DE ARQUITETURA VI EDIFICAÇÃO VERTICALIZADA: Exploração dos valores simbólicos e culturais dos espaços públicos e privados com a proposição de espaços abertos e fechados para atividades sociais; Interação edifício, cidade e sociedade; projeto com características de edifícios verticais. Legislação urbana e código de obras; Lançamento dos elementos da estrutura. Instalações hidrossanitárias e elétricas. Impacto urbano da edificação.

Bibliografia Básica:

BORGES, Alberto Nogueira. Curso prático de cálculo em concreto armado: projetos de edifícios. 3.ed. São Paulo: Imperial Novo Milênio, 2010.

CASTILHO, José Robert; MANCINI, Marcelo. Legislação urbanística básica: coletânea de legislação de direito urbanístico. 2.ed. São Paulo: Pillares, 2014.

MACINTYRE, Archibald Joseph. Instalações hidráulicas: prediais e industriais. 4.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

Bibliografia Complementar:

AMBROZEWICZ, Paulo Henrique Laporte. Construção de edifícios do início ao fim da obra. São Paulo: PINI, 2015.

AZEREDO, Hélio Alves. O edifício e seu acabamento. São Paulo: Blucher, 2009.

BELLEI, Ildony H.; PINHO, Fernando O.; PINHO, Mauro O. Edifícios de múltiplos andares em aço. 2.ed. São Paulo: Pini, 2008.

RODRIGUES, Ivan Lippi. Especificações para estrutura de aço de edifícios. São Paulo: PINI, 2013.

YAZIGI, Walid. A técnica de edificar. 10.ed. São Paulo: PINI, 2010.

PROJETO DE INTERIORES: Processo de projeto de arquitetura de interiores: aspectos conceituais, estéticos, funcionais, detalhamento e representação gráfica. Parâmetros de ergonomia e detalhamentos construtivos, instalações, revestimentos e mobiliário. Técnicas de estudo de cor. Elementos do design contemporâneo. Relação teoria, tecnologia e projeto.

Bibliografia Básica:

GURGEL, Mirian. Projetando espaços: design de interiores. 7.ed. São Paulo: SENAC, 2013.

GIBBS, Jenny. Design de interiores: guia útil para estudantes e profissionais. São Paulo: GG Brasil, 2010.

CHING, Francis D. K.; BINGGELI, Corky. Arquitetura de interiores ilustrada. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

Bibliografia Complementar:

BOOTH, Sam; PLUNKETT, Drew. Mobiliário para o design de interiores. São Paulo: GG Brasil, 2015.

BROWN, Rachael; FARRELLY, Lorraine. Materiais no design de interiores. São Paulo: GG Brasil, 2014.

FRASER, Tom; BANS, Adam. O guia completo da cor. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2010.

HIGGINS, Ian; SALVATERRA, Alexandre. Planejar espaços para o design de interiores. São Paulo: GG Brasil, 2015.

MANCUSO, Clarice. Arquitetura de interiores e decoração. 9.ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

9º PERÍODO

ADMINISTRAÇÃO DE SISTEMAS EM ENGENHARIA, ARQUITETURA E URBANISMO: A administração e gerenciamento em sistemas de engenharia e arquitetura e urbanismo e uma atribuição de arquitetos e engenheiros civis, regulamentada pela Lei 5.194, de 1966. Etapas e metodologias projetuais, arquitetônicas, paisagísticas e urbanas; do segmento público e privado. Leis, contratos, modelos, honorários e pagamentos; com ênfase aos cronogramas físicos financeiros em canteiros de obras nos segmentos supracitados.

Bibliografia Básica:

GUERRINI, Fábio Müller; ESCRIVÃO FILHO, Edmundo; ROSIM, Daniela. Administração para engenheiros. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

MATTOS, Aldo Dorea Planejamento e controle de obras. São Paulo: PINI, 2010.

TCPO, Tabelas de Composição de Preços para Orçamentos. 14. ed. São Paulo: Pini, 2012.

Bibliografia Complementar:

LIMMER, Carl V. Planejamento, orçamento e controle de projetos e obras. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

PORTUGAL, Marco Antonio. Como gerenciar projetos de construção civil. São Paulo: BRASPORT, 2016.

QUALHARINI, Eduardo. Canteiro de obras. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

POLITO, Giulliano. Gerenciamento de obras: boas práticas para a melhoria da qualidade e da produtividade, São Paulo: PINI, 2016.

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. Manual do arquiteto e urbanista. 2.ed. Brasília: CAU/BR, 2015.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I: Prática de gerenciamento em obra /ou de gabinete, sob supervisão de professor orientador conforme as atribuições profissionais do arquiteto e urbanista vigente.

Bibliografia Básica:

BORGES, Alberto de Campos. Prática das pequenas construções. 2vs. 9.ed. São Paulo: Blucher, 2010

CHING, Francis D. K.; ECKLER, James F. Introdução à arquitetura. Porto Alegre: Bookman, 2014

PINHEIRO, Antonio Carlos da Fonseca Bragança; CRIVELARO, Marcos. Materiais de construção. São Paulo: Érica, 2014

Bibliografia Complementar:

YAZIGI, Walid. A técnica de edificar. 10.ed. São Paulo: PINI, 2010

BAUD, Gerard. Manual de pequenas construções. Curitiba: Hemus, 2002.

CASTILHO, José Roberto Fernandes. O arquiteto e a Lei: elementos de direito da arquitetura (Contém a análise da Lei Federal no. 12.378/10 que cria o Conselho de Arquitetura no Brasil) São Paulo: Pilares, 2012

FORSETH, Kevin. Projetos em arquitetura. Curitiba: Hemus, 2004

GUEDES, Milber Fernandes. Caderno de encargos. 5.ed. São Paulo: PINI, 2009.

ESTUDOS AMBIENTAIS: Impactos Ambientais e suas aplicações práticas: Estudo de Impacto Ambiental, Avaliação de Risco e Avaliação Ambiental Estratégica. Etapas de planejamento e

execução de estudos ambientais. Etapa de análise dos impactos e suas ferramentas, Etapas pós-aprovação de AIA e do acompanhamento ambiental.

Bibliografia Básica:

LA ROVERE, Emilio Lébre (Coord). Manual de Auditoria Ambiental. Rio de Janeiro:Qualymark, 2001 3ª. Reimpressão, 2008.

SANCHES, Luis Enrique. Avaliação de impactos ambientais: conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de textos, 2008.

SCOTO, Gabriela et al. Desenvolvimento Sustentável. Col. Conceitos fundamentais. Ed: Petrópolis: Vozes, 2007.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Ministério das cidades. Plano Diretor Participativo: guia para elaboração pelos municípios e os cidadãos. 2ª Ed. Coord. Raquel Ronilk e Otilie Marcedo Pinheiro. Brasília: Ministério das cidades/Confea, 2005.

LOPES, Ignez Vidigal. Gestão ambiental no Brasil. São Paulo: FGV, 1996.

BRASIL. Lei 12.651, de 25 de maio de 2012. Institui o Código Florestal e dá outras providências.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm.

SAULE JR, Nelson. Direito às cidades: trilhas legais para o direito às cidades sustentáveis. São Paulo: Max Limonad, 1999.

SILVA, Luiz Christian da.(ORG). Desenvolvimento Sustentável: um modelo analítico, integrado e adaptativo. Petrópolis: Rio de Janeiro. Ed. Vozes, 2006.

FUNDAMENTOS DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO: ESTUDO PRELIMINAR: O

trabalho deverá ser de livre escolha do aluno, dentro das atribuições do arquiteto e urbanista em vigor, e sob supervisão de um professor orientador, arquiteto e urbanista, pertencente à instituição. A escolha do tema será conforme o interesse pessoal do acadêmico, de teor arquitetônico, urbanístico e/ou paisagístico, sendo, ainda, submetido à da aprovação por parte do professor orientador, onde deverá ser de temática exequível. O trabalho a ser desenvolvido deverá seguir as regras da metodologia científica, deve resultar em uma produção de interesse acadêmico, social, cultural e científico, possibilitando a aplicação dos conhecimentos adquiridos no curso de arquitetura e urbanismo. A produção deverá atingir nível de estudo preliminar.

Bibliografia Básica:

BUXTON, Pamela. Manual do arquiteto: planejamento, dimensionamento e projeto. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2017.

FERRAREZI JÚNIOR, Celso. Guia do trabalho científico: do projeto à redação final. (Monografia, dissertação e tese). São Paulo: Contexto, 2013.

NEUFERT, Ernst. Arte de Projetar em Arquitetura. 18.ed. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.

Bibliografia Complementar:

Editora PINI. Construção passo a passo. v.2.ed. São Paulo: Pini, 2009.

Editora PINI. Construção passo a passo.v.3. São Paulo: Pini, 2011.

PERRONE, Rael Cunha; VARGAS, Helliana Comin. Fundamentos de projeto: arquitetura e urbanismo. São Paulo: EDUSP, 2014.

SALGADO, Julio Cesar Pereira. Mestre de obras: gestão básica para construção civil. São Paulo: Érica, 2011.

VASSALO, Francisco Rino. Manual do construtor e mestre de obras. Curitiba: Hemus, 2004.

OPTATIVA - TÓPICOS ESPECIAIS: Temas relevantes na Arquitetura e no Urbanismo, seguindo cronograma de prioridades definido pela Coordenação do Curso, professores Arquitetos da disciplina e de acordo com a Instituição; predefinição dos temas a serem posteriormente trabalhados no desenvolvimento do trabalho de conclusão do curso. Nessa etapa o aluno deverá rever as disciplinas de projeto de arquitetura e urbanismo, paisagismo, sistemas estruturais, legislação, ética e cidadania e planejamento urbano regional.

Bibliografia Básica:

BENEVOLO, Leonardo. História da Cidade. 6.ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

CHING, Francis D. K.; ECKLER, James F. Introdução à arquitetura. Porto Alegre: Bookman, 2014.

CHOAY, Françoise. O Urbanismo: utopias e realidade - uma Antologia. 7.ed. São Paulo: Perspectiva, 2018.

Bibliografia Complementar:

CASTILHO, José Robert; MANCINI, Marcelo. Legislação urbanística básica: coletânea de legislação de direito urbanístico. 2.ed. São Paulo: Pillares, 2014.

COELHO NETTO, J. Teixeira. A construção do sentido na arquitetura. São Paulo: Perspectiva, 2009.

MAX, Roberto Burle. Arte e paisagem: conferências escolhidas. 2.ed.

São Paulo: Studio Nobel, 2004.

OLIVEIRA, José Aldemar de. Cidades brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais. 2vs. Manaus: EDUA, 2010.

VIGORELLI, Rino. Manual Prático do construtor e mestre de obras. Curitiba: Hemus, 2004
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) 1. FOINA, Paulo Rogério.

10º PERÍODO

DESENHO UNIVERSAL - Normalização e legislação específica. Análise dos parâmetros antropométricos. Principais barreiras arquitetônicas. Soluções de acessibilidade nos espaços construídos. Noções de acessibilidade no design, mobiliário urbano e materiais de acabamento. A relação da ergonomia com as condições na qualidade no trabalho. Controle do ambiente. Proteção coletiva e individual. Segurança no projeto. Acidentes. Seleção, treinamento e motivação pessoal.

Bibliografia Básica

DUL, Jan.; WEERDMEEESTER, Bernard. Ergonomia prática. 3.ed. São Paulo: Edgard Blucher. 2012.

ILDA, Itiro. Ergonomia: projeto e produção. São Paulo: Edgard Blucher, 2010.

KROEMER, K. H. E.; GRANDJEAN, E. Manual de ergonomia: adaptando o trabalho ao homem. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.

Bibliografia Complementar

BARSANO, Paulo Roberto; BARBOSA, Rildo Pereira. Segurança do trabalho: guia prático e didático. São Paulo: Érica, 2014.

OLIVEIRA, Cláudio Antonio Dias de. Segurança e saúde no trabalho: guia de prevenção de riscos. São Paulo: Yendis, 2014.

REIS, Jair Teixeira dos.; BATISTA, José Carlos. A empreitada na indústria da construção civil: o acidente de trabalho e a responsabilidade civil. São Paulo: LTR, 2009.
SALIBA, Tuffi Messias; PAGANO, Sofia C. Reis Saliba. Legislação de segurança, acidente do trabalho e saúde do trabalhador. 7.ed. São Paulo: LTR, 2010.
VIEIRA, Jair Lot. Manual de ergonomia - Norma Regulamentadora 17. (Manual de aplicação da Nr 17 conforme publicação oficial do Ministério do Trabalho. São Paulo: EDIPRO, 2014. (Série Legislação).

EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO: Conceitos e definições de empreendedor: "entrepreneur" versus "intrapreneur". Inovação, criatividade e espírito empreendedor. Fatores que devem ser analisados na montagem e ou expansão de um negócio. Fatores que o empreendedor deve definir ou delimitar antes de se lançar no mercado. O papel do empreendedor na criação e desenvolvimento de pequenas organizações. Plano de Negócios.

Bibliografia Básica:

DORNELAS, Jose Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 5.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2014.
DRUCKER, Peter F. Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship): prática e princípios. São paulo: Cengage Learning, 2011.
OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. Empreendedorismo: vacação, capacitação e atuação direcionadas para o plano de negócios. São Paulo: Atlas, 2014.

Bibliografia Complementar:

BERNARDI, Luiz Antonio. Manual de empreendedorismo e gestão: fundamento, estratégias e dinâmicas. São Paulo: Atlas, 2003.
MILAGRES, R. Redes de empresas, a chave para inovar. São Pailo: Saraiva, 2013.
SEIFFERT, Peter Quadros. Empreendendo novos negócios em corporações: estratégias, processo e melhores práticas. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.
DRUCKER, Peter; Malferrari, Carlos J. (Trad.). Inovação e Espírito Empreendedor (entrepreneurship): Prática e Princípios: Thomson, 2003. 378p. ISBN: 85-221-0085-3.
DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando Ideias em negócios. 4 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011. ISBN: 85-352-0771-6.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO II: Prática de gerenciamento e/ou de acompanhamento de obras, sob supervisão de professor orientador conforme as atribuições profissionais do arquiteto e urbanista vigente.

Bibliografia Básica:

FUSCO, Péricles Brasiliense. Técnicas de armar as estruturas de concreto. 2.ed. São Paulo: PINI, 2013.
PINHEIRO, Antonio Carlos da Fonseca Bragança; CRIVELARO, Marcos. Qualidade na construção civil. São Paulo: Érica, 2014 (Série Eixos. Infraestrutura).
SOHLER, Flávio Augusto Settimi; SANTOS, Sérgio Botassi dos. (Coords.) Gerenciamento de obras, qualidade e desempenho da construção. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2017.

Bibliografia Complementar:

AZEREDO, Hélio Alves. O edifício até a sua cobertura. 2.ed. São Paulo: Blucher, 1997.
AZEREDO, Hélio Alves O edifício e seu acabamento. São Paulo: Blucher, 1987.
Lei 12.378, de 31 de dezembro de 2010. Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal - CAUs; e dá outras providências. (Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/L12378.htm).
SALGADO, Júlio César Pereira (Org.) Mestre de obras: gestão básica para a construção civil. São Paulo: Érica, 2014.
YÁZIGI, Walid. A técnica de edificar. 10.ed. São Paulo: PINI, 2010

LEGISLAÇÃO E ÉTICA PROFISSIONAL: Conceito de ética, seus objetivos e sua ligação com a cidadania. A ética e responsabilidade social do profissional. Legislação vigente, Código de ética, atribuições profissionais do arquiteto e urbanista. As instituições, órgãos oficiais regulares e fiscalizadores e entidades de classe da profissão; Contrato de Prestação de Serviço.

Bibliografia Básica:

CASTILHO, José Roberto Fernandes. O arquiteto e a lei: elementos do direito da arquitetura: contém a análise da lei Federal n. 12.378/10, que cria o Conselho de Arquitetura do Brasil. São Paulo: Pillares, 2012.
ASBEA. Manual de Contratação dos Serviços de Arquitetura e Urbanismo. 2ª. São Paulo: Pini, 2000.
Manual do Arquiteto e Urbanista. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 1. Ed – Brasília: CAU/BR, 2013.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Estatuto da Cidade. – 3. ed. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. 102 p. (Disponível em site-<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70317/000070317.pdf>) Resolução Nº 51 DE 12 DE JULHO DE 2013– Áreas de atuação privativas dos arquitetos e urbanistas e as áreas de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas, Conselho de Arquitetura e Urbanismo.
Resolução Nº 52, DE 6 DE SETEMBRO DE 2013 - Código de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil.
Resolução Nº 91, DE 09 DE OUTUBRO DE 2014 - Dispõe sobre o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) referente a projetos, obras e demais serviços técnicos no âmbito da Arquitetura e Urbanismo e dá outras providências.
CASTILHO, José Roberto Fernandes; MANCINI, Marcelo. Legislação urbanística básica: coletânea de legislação de direito urbanístico. 2.ed. São Paulo: Pillares, 2014

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO: Nesta etapa o aluno deverá desenvolver com detalhes, dando continuidade ao que foi desenvolvido em fundamentos do trabalho final de graduação: estudo preliminar, a proposta e finalizá-la com apresentação da monografia. Neste período, a produção deverá atingir nível de anteprojeto e de projeto executivo e apresentação de painéis.

Bibliografia Básica:

CASTRO, Claudio de Moura. Como redigir e apresentar um trabalho científico. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório publicações e trabalhos científicos. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

TISAKA, Maçahico. Orçamento na construção civil: consultoria, projeto e execução. 2.ed. São Paulo: PINI, 2011.

Bibliografia Complementar:

CASTILHO, José Roberto Fernandes. Legislação profissional da arquitetura. São Paulo: Pilares, 2014.

LIMMER, Karl V. Planejamento, orçamentação e controle de projetos e obras. Rio de Janeiro: LTC, 2008

NEUFERT, Ernst. Arte de Projetar em Arquitetura. 18.ed. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.

SALGADO, Julio Cesar Pereira. Mestre de obras: gestão básica para construção civil. São Paulo: Érica, 2011.

VIGORELLI, Rino. Manua Prático do construtor e mestre de obras. Curitiba: Hemus, 2004.

OPTATIVAS

APRENDIZAGEM E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA: A Quarta Revolução Industrial. Contexto histórico. Mudança sistemática e profunda. Impulsionadores. Megatendências. Categoria física. Categoria digital. Biológica. Pontos de inflexão. Impactos. Economia. Crescimento. Emprego. A natureza do trabalho. Negócios. As expectativas dos consumidores. Produtos inteligentes. Inovação colaborativa. Novos modelos operacionais. Nacional e global. Governos. Países, regiões e cidades. Segurança internacional. Sociedade. A desigualdade e a classe média. Comunidade. O indivíduo. Identidade, moralidade e ética. Conexão humana. Gerenciamento de informações públicas e privadas. Automação com Arduino. O que é Arduino. Hardware (alimentação de arduino). Software do Arduino. Fundamentos da programação no Arduino. Habilidades para a indústria 4.0

Bibliografia Básica:

A Quarta Revolução Industrial [Livro] / A. Schwab Klaus. - São Paulo : Edipro, 2016.

GORDON, Steven R., GORDON, Judith R. Sistemas de informação – uma abordagem gerencial. Rio de Janeiro; LTC, 2006, 3. ed.

Bibliografia Complementar:

ALBERTIN, Alberto L. Administração de informática - funções e fatores críticos de sucesso. São Paulo, Atlas, 2004.

CORRÊA, Henrique L., GIANESI, Irineu G. N. e CAON, Mauro. Planejamento, Programação e Controle da Produção – MRP II / ERP: conceitos, uso e implantação. São Paulo: Atlas, 2000

OLIVEIRA, Fátima B. Tecnologia da informação e da comunicação – a busca de uma visão ampla e estruturada. São Paulo: Pearson Prentice Hall: Fundação Getulio Vargas, 2007.

REZENDE, Alcides D., ABREU, Aline F. Tecnologia da informação aplicadas a sistemas de informação empresariais. SÃO PAULO: Atlas, 2006, 4. ed.

LAUDON, Kenneth C., LAODON, Jane P. Sistemas de informação gerenciais. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007, 7. ed

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: A Educação Ambiental no Brasil e no mundo. Complexidade ambiental. Princípios e estratégias de educação ambiental. A Educação Ambiental como eixo do Desenvolvimento Sustentável. Elaboração, execução e avaliação de Projetos e práticas de educação ambiental. Dimensões e desafios de Projetos pedagógicos em educação ambiental.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, Isabel Cristina de Mendonça. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

DIAS, Genebaldo Freire. Educação ambiental: Princípios e práticas. 9.ed. São Paulo: Gaia. 2010.

PHILIPPI JR., Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi Pelicioni. (Eds.). Educação ambiental e sustentabilidade. 2.ed. Barueri: Manole, 2013.

Bibliografia Complementar:

BARCELOS, Valdo. Educação ambiental: sobre princípios, metodologia e atitudes. Petrópolis, 2008.

LEFF, Enrique. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder. 7.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009

REIGOTA, Marcos. O que é educação ambiental? 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 2009. (Coleção Primeiros Passos).

PEDRINI, Alexandre de Gusmão; SAITO, Carlos Hiroo. Paradigmas metodológicos em educação ambiental. Petrópolis: Vozes, 2014. 122

RUSCHEINSKY, Aloísio. Educação ambiental: abordagens múltiplas. 2.ed. Porto Alegre: penso, 2012.

ENGLISH FOR THE JOB MARKET

TRADUÇÃO: INGLÊS PARA O MERCADO DE TRABALHO

Content: Development of communication skills in English with emphasis on disciplines focused on the work market. Focus on the vocabulary of the area. Coaching activities.

Bibliografia Básica:

BADGER, Ian. Flash on english for business conversation. (Book with MP3 audio files). London: ELI, 2016.

COMFORT, Jeremy; MASCULL, Bill. Best practice intermediate (Business english in a global context). Boston: Cengage Learning, 2007.

GEFFNER, Andrea B. Business english: the writing skills you need for today's workplace. 5.ed. New York: Barrons Education, 2010.

Bibliografia Complementar:

Cambridge business english dictionary. São Paulo: Cambridge University Press do Brasil, 2011.
DAY, Jeremy; SANDFORD, George. Cambridge english for human resources (Student's Book with 2 Audio CD). São Paulo: Cambridge University Press do Brasil, 2011.
ELLISON, Patrícia T. Business english for the 21ST Century. 4.ed. New Jersey: Prentice Hall, 2006.
LIVING LANGUAGE. Business english. New York: Living Language/Random House, 2009.
ROSENBERG, Marjorie. Communicative business english activities. Newbury: Express Publishing, 2018.

LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS: Introdução: aspectos clínicos, educacionais e sócio-antropológicos da surdez. A Língua de Sinais brasileira – Libras: características básicas da fonologia. Noções básicas de léxico, de morfologia e de sintaxe com apoio de recursos audiovisuais; Noções de variação. Práticas Libras: desenvolver a expressão visual-espacial.

Bibliografia Básica:

GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.
QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais: instrumentos de avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2011.
PEREIRA, Maria Cristina da Cunha; CHOI, Daniel; VIEIRA, Maria Inês; GASPARG, Priscila; [et al.]. Libras: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

Bibliografia Complementar:

CARVALHO, Rosita Edler. A nova LDB e a educação especial. 4.ed. Rio de Janeiro: WVA, 2007.
CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte; MAURICIO, Alice Cristina L. Novo dicionário deit-Libras: sinais de A a Z. 2vols. 3.ed. São Paulo: EDUSP, 2013.
HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. Livro ilustrado de língua brasileira de sinais desvendando a comunicação usadas pelas pessoas com surdez. v.1. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.
_____. Livro ilustrado de língua brasileira de sinais desvendando a comunicação usadas pelas pessoas com surdez. v.2. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.
QUADROS, Ronice Müller de. Educação de surdos: aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 2008.

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E AFRODESCENDÊNCIA: Os Fundamentos filosóficos nas perspectivas clássica, moderna e contemporânea. As principais questões filosóficas nas áreas da lógica, política, ética e epistemologia. A Filosofia enquanto método do pensar criativo, útil para o pensamento estratégico e para a solução de problemas. O estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

Bibliografia Básica:

ALVES, M. T. G.; FRANCO, C.A pesquisa em eficácia escolar no Brasil; evidências associadas à eficácia escolar. In: SOARES, J. F.; BROOKE, N. Pesquisa em eficácia escolar; origem e trajetórias. Belo Horizonte; Editora da UFMG, p. 482-500.

BATISTA, A. A. G.; RIBEIRO, V. M. (2004). Cultura escrita no Brasil: modos e condições de inserção. Educação e Realidade, Porto Alegre, jul./dez. 2004.
CRAHAY, M. Poderá a escola ser justa e eficaz? Lisboa: Instituto Piaget, 2002.

Bibliografia Complementar:

DUBET, F. (2003) A escola e a exclusão. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 119, p. 29-45, jul 2003.
DUBET, F. (2004) O que é uma escola justa? Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 34, n. 123, p. 539-555, set/dez.2004. <http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n123/a02v34123.pdf>
ÉRNICA, M.; BATISTA, A. A. G. A escola, a metrópole e a vizinhança vulnerável. Caderno de Pesquisa, Ago 2012, vol.42, no.146, p.640-666. ISSN 0100-1574
MARINHO, M.; CARVALHO, G. T. (Orgs.) Cultura escrita e letramento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
KAZTMAN, E.; RIBEIRO, L. Q. A cidade contra escola? Segregação urbana e desigualdades em grandes cidades da América Latina. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2008.

TRANSPORTE E LOGÍSTICA: Principais modos de transporte. Programação da operação de sistemas de transporte de passageiros. Rotas de transportes, caminhos mínimos e aplicações. Terminais de carga e de passageiros. Instalações de apoio à operação. Configuração de terminais. Fluxos de passageiros e de cargas em terminais. Objetivos: Avaliar a operação e projeto de sistemas de transporte de passageiros e de carga.

Bibliografia Básica:

CASTIGLIONI, José Antônio de Mattos; PIGOZZO, Linomar. Transporte e distribuição. São Paulo: Érica, 2014 (Série Eixos: Gestão e negócios).
CAMPOS, Vânia Barcelos Gouvêa. Planejamento de transportes: conceitos e modelos. Rio de Janeiro: Interciência, 2013.
VIEIRA, Hélio Flávio. Logística aplicada à construção civil. 3.ed. São Paulo: Pini, 2006.

Bibliografia Complementar:

NOVAES, Antônio G.; ALVARENGA, Antônio C. Logística aplicada: suprimentos e distribuição física. 3.ed. São Paulo: Blucher, 2000.
FREITAS, Aimberê; PORTUGAL, Licínio de Silva (Orgs.). Estudos de transporte e logística na Amazônia. Manaus: Novos Tempos, 2016.
GONÇALVES, Paulo S. Logística e Cadeia de Suprimentos. Barueri: Manole, 2013
SALGADO, Júlio César Pereira. Tecnologias de obras e infraestrutura. São Paulo: Érica, 2014. (Coleção Eixos: Infraestrutura).
WANKE, Peter F. Logística e transporte de cargas no Brasil: produtividade e eficiência no século XXI. São Paulo: Atlas, 2010. (Coleção Coppead de Administração).

1.5 Conteúdo Curriculares

Os conteúdos curriculares dos cursos de graduação da IES obedecem no que compete aos conteúdos curriculares aquilo que determinam suas respectivas diretrizes curriculares. Estes por sua vez apresentam estreita relação entre o desenvolvimento do perfil profissional do egresso, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: atualização, acessibilidade, adequação das cargas horárias (em horas), adequação da bibliografia abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.

Seguindo o que preconiza a Resolução Nº 2, de 17 de junho de 2010, do CNE que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais em seu Art. 6º, os conteúdos curriculares do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo deverão estar distribuídos em dois núcleos e um Trabalho de Curso, recomendando-se sua conexão entre as partes: I - Núcleo de Conhecimentos de Fundamentação; II - Núcleo de Conhecimentos Profissionais; III - Trabalho de Curso.

1.5.1 Relação das Disciplinas da Matriz com os Conteúdos Curriculares Exigidos nas DCNs.

No que compete à construção do currículo, para a graduação, pensamos que as propostas curriculares oferecidas devem demonstrar comprometimento com as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais, tendo em vista princípios norteadores da organização do trabalho pedagógico nos cursos de graduação. Institucionalmente a IES, admite algumas premissas que devem balizar a construção de bons itinerários de formação, são elas:

- Coerência do currículo com os objetivos do curso;
- Coerência do currículo com o perfil do egresso;
- Coerência do currículo face às Diretrizes Curriculares Nacionais e o Catálogo Nacional de Cursos Tecnológicos (quando for o caso);

Outros princípios também concorrem para que os currículos ofereçam experiências qualitativas de aprendizagem, dentre os quais devemos destacar a acessibilidade pedagógica, a flexibilidade, a constante articulação entre teoria e prática, a possibilidade de inserir e promover processos de ambiência com os espaços profissionais futuros, e por fim, a articulação entre os componentes curriculares que devem promover uma perspectiva menos fragmentada do conhecimento.

Núcleo de
Conhecimento de
Fundamentação

Núcleo de
Conhecimentos
Profissionais

Trabalho de
Conclusão de
Curso

| 1º período | 2º período | 3º período | 4º período | 5º período | 6º período | 7º período | 8º período | 9º período | 10º período |
|--|---|---|---|---|---|--|--|--|---------------------------------------|
| Desenho : meios de expressão, perspectiva e apresentação | Conforto Ambiental | Estabilidade das estruturas e resistência dos materiais | Geoprocessamento | Ergonomia e Segurança do Trabalho | Arquitetura sustentável | Fundamentos de Economia (EAD) | Direito urbano e ambiental | Administração de Sistemas em Engenharia, Arquitetura e Urbanismo | Desenho Universal |
| Geometria Aplicada | Desenho Técnico | Estudos Sociais e Econômicos | Informática aplicada à arquitetura e urbanismo – 2 e 3D | Estruturas de Concreto Armado, Madeira e Aço | Conservação, restauro e reestruturação: patrimônio cultural | Instalações Elétricas | Metodologia do Estudo Científico | Estágio supervisionado I | Empreendedorismo e Inovação (EAD) |
| História da Arte e Estética | Sociologia e Antropologia | Projeto de Arquitetura I – Unifamiliar | Projeto de Arquitetura II- reciclagem de edificações | Infraestrutura Urbana | Instalações Hidrossanitárias | Mecânica dos solos | Planejamento Urbano Regional | Estudos Ambientais | Estágio Supervisionado II |
| Forma - Espaços e Objetos | Tecnologia da Construção – Técnicas e Sistemas Construtivos | Teoria e História da Arq. e Urb. – neoclassicismo ao pós-modernismo : Repertório nacional e Internacional I | Projeto Urbano I – Escala de Bairros | Paisagismo | Mobilidade Urbana e Transporte Público | Projeto de arquitetura V – técnicas retrospectivas | Projeto de Arquitetura VI – Edificação verticalizada | Fundamentos de Trabalho de Curso: Estudo Preliminar | Legislação e Ética Profissional (EAD) |
| Leitura, Interpretação e Produção de Textos | Teoria e História da Arq. e Urb. - da Pré História ao Barroco | Topografia | Responsabilidade socioambiental sustentabilidade | Projeto de arquitetura III – Habitação Social | Projeto de arquitetura IV – grandes vãos: comércio e/ou serviço | Projeto urbano II – Ambiental | Projeto de interiores | Optativa (tópicos especiais) | TCC – Trabalho de conclusão de curso |

Todos os elementos presentes foram organizados observando a correta proposição em carga horária teórica e prática e ainda com bibliografia atualizada privilegiando títulos com edições dos últimos três anos, sempre que possível.

A bibliografia básica e complementar presente no ementário do curso foi indicada pelos professores das respectivas disciplinas – especialistas da área, observando a pertinência da mesma e a adequada relação entre o que indica a ementa das unidades curriculares.

Ressaltamos que os conteúdos curriculares de **educação ambiental, educação étnico-racial, de direitos humanos, artístico cultural, memória cultural e patrimônio cultural** serão

abordados de maneira transversal e interdisciplinar a partir de projetos de trabalhos organizados e desenvolvidos para a integração das disciplinas.

Além dos componentes curriculares obrigatórios (disciplinas, atividades complementares e práticas profissionais), são ofertadas disciplinas optativas, atendendo à parte flexível do currículo, com o objetivo de possibilitar ao estudante selecionar disciplinas que atendam a seus interesses e ampliem os conhecimentos, contribuindo para o desenvolvimento de sua autonomia. Todos os elementos presentes foram organizados observando a correta proposição em carga horária teórica e prática e ainda com bibliografia atualizada privilegiando títulos com edições dos últimos três anos, sempre que possível.

| Perfil do egresso (Núcleos de formação e os conteúdos curriculares da diretriz) | Estrutura curricular (disciplinas da matriz que atendem os conteúdos curriculares da diretriz) | Contexto educacional (demandas do curso) |
|--|---|---|
| Núcleo de Conhecimentos de Fundamentação | Estética e História das Artes; Estudos Sociais e Econômicos; Estudos Ambientais; Desenho e Meios de Expressão e Representação; | Oferecer conteúdo composto por campos de saber que forneçam o embasamento teórico necessário para que o futuro profissional possa desenvolver seu aprendizado |
| Núcleo de Conhecimentos Profissionais | Teoria e História da Arquitetura, do Urbanismo e do Paisagismo; Projeto de Arquitetura, de Urbanismo e de Paisagismo; Planejamento Urbano e Regional; Tecnologia da Construção; Sistemas Estruturais; Conforto Ambiental; Técnicas Retrospectivas; Informática Aplicada à Arquitetura e Urbanismo; Topografia | Permitem ao acadêmico entrar em contato com conteúdo composto por campos de saber destinados à caracterização da identidade profissional do egresso |
| Trabalho de Conclusão de Curso | Fundamentos de Trabalho de Conclusão de Curso: Estudo Preliminar e Trabalho de Conclusão de Curso | Constitui-se na etapa final da graduação sendo supervisionado por um docente, de modo que envolva todos os procedimentos de uma investigação técnico-científica, a serem desenvolvidos pelo acadêmico ao longo da realização do último ano do curso |
| Estágio | Estágio Curricular Obrigatório | |

1.6 Metodologia

1.6.1 Metodologia de Ensino de Educação a Distância e sua Acessibilidade

A IES busca desenvolver os talentos e competências de seus estudantes para que se tornem profissionais éticos, críticos, empreendedores e comprometidos com o desenvolvimento social e ambiental. Para que esse objetivo seja atingido, incorpora as premissas apontadas pela Unesco como norteadoras da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver e aprender a ser e apoia-se no referencial cognitivista das teorias de aprendizagem para fundamentar suas ações pedagógicas. Os novos conhecimentos são, pois, construídos por meio da relação estabelecida entre o novo conhecimento e o pré-existente.

É esse movimento que torna a aprendizagem significativa. Quanto mais os novos conceitos se relacionam, de maneira substancial e não arbitrária, com aqueles que já estão na estrutura cognitiva do indivíduo, mais significativa é a aprendizagem. O que torna necessária a atenção do docente em relação ao levantamento de conhecimentos prévios, que são sempre o ponto de partida para a aprendizagem, já que as informações a que o estudante é exposto devem sempre adquirir significado para serem incorporadas a um repertório já existente.

Nesse contexto, a Educação a Distância – EaD surgiu como uma experiência de aprendizagem flexível, dinâmica e conectada, que permite utilizar multimeios de aprendizagem e recursos de interação, tratando-se de um aprendizado colaborativo e conectado com o conhecimento em rede. A concepção para modalidade EaD adotada pela Instituição é coerente com as bases legais, e encontra-se em conformidade com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Pedagógico Institucional (PPI), resultando da construção de um processo educativo fortemente baseado em novas tecnologias e metodologias apoiadas na modalidade web-based.

No modelo web-based o processo educativo é realizado com base na aprendizagem colaborativa e significativa mediada por docentes e tutores, por meio das TICs. O objetivo é proporcionar uma relação de aprendizagem que supere as dimensões de espaço/tempo e que desenvolva competências, habilidades e atitudes necessárias para a formação dos futuros profissionais. Com base nessa concepção foram estruturadas as metodologias de planejamento, design e acompanhamento de atividades de aprendizagem, tendo como valores essenciais a autonomia do estudante para estudar e o exercício constante de articulação entre teoria e prática, currículo e vida profissional.

É entendimento institucional que a melhor forma de garantir a qualidade dos processos pedagógicos depende de uma metodologia que sirva de referência para a construção paulatina de recursos de ensino e de aprendizagem. Alinhada com esse pressuposto, na Instituição a modalidade a distância está alicerçada nos seguintes pilares pedagógicos:

Estudo Individualizado: apoiado no conjunto de materiais didáticos que permitem ao estudante ter acesso aos fundamentos necessários para pesquisar, estudar e resolver problemas com autonomia, tendo seu ritmo de aprendizagem respeitado;

Estudo Mediado: a interação entre estudantes, docentes e tutores auxilia no processo de aprendizagem com trocas síncronas e assíncronas; Estudo Colaborativo: a interação e socialização de conhecimentos construídos nas disciplinas permitem uma troca constante entre estudantes, docentes e tutores;

Estudo Mobile: dispositivos móveis ampliam as oportunidades de participação e interação na construção do conhecimento e, conseqüentemente, melhores resultados de aprendizagem e de pesquisa.

A metodologia apresentada ao estudante tem por característica principal a proximidade estrutural das disciplinas ofertadas no cotidiano presencial. Dessa feita, não há diversificação ou diferenças substanciais que possam causar estranheza por parte do estudante ao cursar tais disciplinas. O planejamento das atividades e experiências de aprendizagem que coloca o estudante no centro do processo de aprendizagem e utiliza a aprendizagem ativa não pode prescindir do uso de tecnologias.

Nessa perspectiva são utilizadas inúmeras estratégias, adequadas ao desenvolvimento de profissionais das mais diferentes áreas, propiciando uma experiência segura e sobretudo, mais próxima da realidade. A aprendizagem ativa implica ainda o desenvolvimento de atividades práticas realizadas nos laboratórios, oficinas, cozinhas e outros ambientes de experimentação, totalmente equipados com o que há de mais atual para cada curso. Neles os estudantes, com supervisão dos docentes especialistas, poderão desenvolver atividades práticas que garantam que os objetivos de aprendizagem sejam alcançados.

Essas perspectivas teóricas sobre aprendizagem se concretizam a partir do desenho do currículo de cada curso, que começam sempre a partir de um conjunto de competências que os profissionais egressos devem apresentar. Uma vez definidos os objetivos de aprendizagem do curso, passa-se a desenvolver os objetivos de cada disciplina, alinhando-os sempre com as competências finais e exprimindo-os em comportamentos, habilidades e atitudes observáveis e mensuráveis.

Tendo-se clareza de onde se quer chegar, o momento seguinte é desenvolver as avaliações necessárias para verificar o domínio de conhecimentos e habilidades. As metodologias ativas combinadas a diferentes esforços de diferentes áreas e setores da Instituição, permitem que se garanta a acessibilidade em sua magnitude, compreendendo a eliminação de barreiras arquitetônicas, pedagógicas/metodológicas, atitudinais, comunicações e digitais.

Dentre as principais metodologias de ensino adotadas pela instituição destacamos: Estudo dirigido e exercícios de fixação; Mapas mentais e conceituais; Estudos de casos; Treino de Habilidades; Simulação; Práticas laboratoriais ativas com uso de estações de aprendizagem; Problematização; Aprendizagem baseada em problemas (ABP), dentre outras.

Tendo em vista a necessidade de atender aos requisitos da formação acadêmica, os estudantes participarão de experiências de articulação entre teoria e prática referentes aos conhecimentos específicos da área em atividades laboratoriais desenvolvidas internamente e estendem-se para as atividades de visitas técnicas e oficinas pedagógicas, além de estágio curricular supervisionado em campo de atividade profissional.

As aulas práticas de laboratório, as visitas técnicas, as oficinas pedagógicas, serão realizadas no pólo EAD sob tutoria e o estágio supervisionado, monitorado em campo por docentes e/ou supervisores que realizam o acompanhamento dos estudantes na realização das atividades e as orientações de Estágio e TCC ocorrerão no pólo EAD sob tutoria. Sendo, portanto, assim definidas:

Aulas Práticas de Laboratório: realizam-se preferencialmente nos laboratórios, nas instalações da IES e atendem a diferentes componentes curriculares, sobretudo das disciplinas específicas do curso;

Visitas Técnicas: consistem no propósito de levar o estudante ao local de uma atividade profissional relacionada à sua formação, para que o mesmo possa aprofundar sua percepção sobre as rotinas profissionais a partir do conhecimento teórico obtido em sala de aula, desenvolvendo estudos, análises e avaliações;

Oficinas Pedagógicas: são atividades de ensino e aprendizagem realizadas em ambientes destinados ao desenvolvimento das aptidões e habilidades, mediante atividades orientadas por docentes capacitados ou profissionais convidados. Nestas oficinas deverão estar disponíveis diferentes tipos de equipamentos e materiais para o ensino ou aprendizagem, nas diversas modalidades do desempenho profissional, podendo ocorrer em espaços da instituição ou fora dela.

Estágio Supervisionado: é considerado o momento em que as teorias aprendidas pelos acadêmicos são aliadas à prática bem como o momento em que o futuro profissional experimenta e atua efetivamente em seu campo de formação; **TCC:** um trabalho acadêmico para a avaliação final para contemplar os aspectos da formação universitária.

Acessibilidade Metodológica

Outro aspecto relevante no campo metodológico está a acessibilidade pedagógica e atitudinal, acerca desta questão vale a pena destacar é o da Acessibilidade. O aumento crescente

de estudantes com necessidades educativas especiais e de atendimento pedagógico diferenciado, tem demandando das instituições de ensino superior a implantação e a consolidação de políticas de inclusão e de acessibilidade, que estão para além de garantir o acesso as instalações físicas das IES, mas que sejam ofertadas todo um conjunto de ações que garantam que estes alunos estejam inclusos em condições excelentes de aprendizagem e desenvolvimento.

Neste sentido, o conceito de acessibilidade exige a formulação de políticas institucionais, das quais emergem ações articuladas no âmbito pedagógico e da gestão. Sendo assim a acessibilidade e a inclusão passam a ser integrante de outro conceito fundamental que é o da Responsabilidade Social, conforme preconiza o documento REFERENCIAIS DE ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A AVALIAÇÃO IN LOCO DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES), publicado em 2013. Como indicado neste documento especificamente a responsabilidade social ultrapassa a perspectiva do compromisso para se tornar um dever constituindo a essência de ser das instituições de ensino superior.

Citando a Lei do SINAES, a finalidade de uma instituição de educação superior deve ser a de promover:

[...] a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (Lei nº 10.861/04 – SINAES).

É neste sentido que a IES, concebeu o seu Programa Institucional de Acessibilidade e Inclusão, observando Decreto nº 5.296/2004, onde as Barreiras de Acessibilidade no campo das edificações, na dimensão urbanística, de transportes, de comunicação e de informações devem ser retiradas e ainda no campo da acessibilidade atitudinal/pedagógica para onde devem convergir todos os esforços para garantir acesso ao currículo onde haja:

- Adequação nos materiais didáticos e pedagógicos;
- Adequação nos mobiliários e equipamentos;
- Adequação de objetivos;
- Adequação de conteúdos;
- Adequação de métodos e didática;
- Adequação nas avaliações;
- Adequação de tempo.

Estas adequações, por sua vez encontram respaldo legal principalmente no Decreto nº 3.298/1999, o qual afirma que as instituições de ensino superior deverão oferecer adaptações de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador de deficiência, inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme as características da deficiência. E também no conceito de acessibilidade como a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida presente no Decreto nº 5.296/2004.

Para a IES, a acessibilidade pedagógica entende que a comunidade acadêmica deve desenvolver medidas pedagógicas diferenciadas, compreendendo que as necessidades educacionais são específicas, podendo ser permanentes ou temporárias, a ser consideradas as seguintes características dos/as alunos/as com:

- Altas habilidades e superdotação;
- Deficientes físicos, intelectuais, sensoriais e múltiplos;
- Transtornos mentais, distúrbios de humor e outras situações classificadas pelo CID ou DSMV-TR;
- Transtornos globais;
- Alterações orgânicas como insuficiências.

Neste sentido, nosso programa defende acessibilidade integral enquanto prática institucional entendendo como um dos fundamentos das práticas pedagógicas e de gestão no ensino superior, considerando,

- Mapeamento das necessidades dos estudantes: preenchimento de ficha cadastral; registro de observação em sala de aula; registro de impressões dos professores; registro das impressões dos próprios acadêmicos; mapeamento de estudos e rotina realizados;
- Orientação pedagógica aos coordenadores de cursos e professores;
- Encaminhamento/solicitação de adequações didático-pedagógicas;
- Encaminhamento de adequações de materiais didáticos;
- Promoção de cursos, palestras e eventos de capacitação de funcionários e docentes;
- Trabalho colaborativo com outros profissionais por meio de convênio com entidades e/ou associações que possam contribuir com o desenvolvimento de práticas de acessibilidade;
- Os estudantes e funcionários surdos são acompanhados por profissional intérprete de LIBRAS;
- Empréstimos de materiais para estudantes e servidores: notebooks, gravadores, lupas e ampliadores eletrônicos, bengala;
- Formação em Libras para funcionários, alunos e professores.

- Sala de Multimeios.
- Realização de campanhas de Sensibilização para a sensibilização e estímulo de práticas inclusivas.

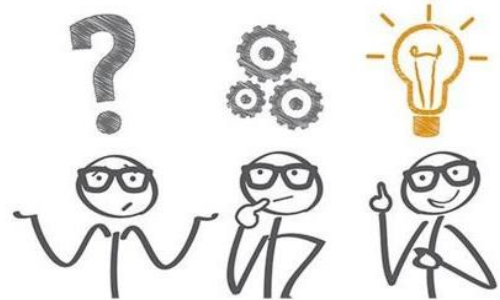
1.6.2 Metodologia das Atividades Presenciais Obrigatórias

Para FAMETRO a aprendizagem está relacionada com a atividade de pesquisa tanto do aluno quanto do professor, e a aprendizagem universitária está associada ao aprender a pensar e ao aprender a aprender. Acreditamos que o ensino universitário precisa hoje ajudar o aluno a desenvolver habilidades de pensamento e identificar procedimentos necessários para aprender.

Mais do que isto, pensamos que o ensino superior deve adotar outra lógica epistemológica que favoreça a ruptura com modelos disciplinares e fechados em si mesmos. Assim as metodologias de ensino, entendidas, como o caminho da mediação entre o sujeito cognoscente e o objeto do conhecimento, devem favorecer a aproximação desses dois polos, a partir de mediações qualitativas que permitam ao aluno a construção do conhecimento, tendo em vista a formação das competências que se deseja no perfil de cada curso de graduação.



PARA COLOCAR A INTELIGÊNCIA EM FUNCIONAMENTO É PRECISO PROVOCAR UM CERTO DESQUILÍBRIO COGNITIVO, CRIAR UMA TENSÃO ENTRE O SABIDO E O NÃO SABIDO, UM PROBLEMA PROVOCA UMA ATIVIDADE COGNITIVA, A MEDIAÇÃO DO PROFESSOR DEVE CONTRIBUIR PARA QUE O ALUNO ENCONCONTRE A MELHOR FORMA DE RESOLVE-LO



- Conceituais
 - conceituais
 - fatos (dados)
 - sistemas conceituais ou princípios
- Procedimentais
 - motores (perfurar, recortar, abotoar)
 - cognitivo (... ler, traduzir, observar, classificar, estratégias de aprendizagem)
- Atitudinais
 - valores
 - normas
 - atitudes

assumem um caráter tridimensional que avança e busca superar o entendimento unidimensional dos conteúdos centrados na maioria das vezes no conceito. Admitimos assim que para a formação das competências um conteúdo curricular deve proporcionar ao acadêmico saber o que fazer e porque fazer, saber como fazer e querer fazer. A competência seria então um campo de intersecção que se forma a partir do contato com diferentes aspectos de um conteúdo

Neste contexto, considerando que os métodos de ensino se constituem em um ponto fundamental do planejamento da disciplina/aulas, propomos que os mesmos devem conter uma visão dialógica do processo de construção do conhecimento. Para garantir esse tipo de dinâmica, propomos a interdisciplinaridade e a transversalidade como modos de integração do conhecimento a partir de uma pedagogia de projetos.



A metodologia de ensino aprendizagem assim delineada deve buscar:

- Superar as aulas meramente expositivas por aulas dialógicas, seminários, debates e mesas-redondas, onde se procurará estimular o aluno a atividades individuais e coletivas de construção do conhecimento, e não a assimilar um conjunto de saberes, como usualmente acontece;
 - Conferir maior ênfase aos trabalhos de pesquisa para as diversas disciplinas do curso, sendo sugerido que os docentes possam exigir, sempre que possível, a realização de trabalhos e artigos de conclusão das disciplinas;
 - Recorrer à utilização de recursos multimídias postos à disposição dos professores na Instituição, através de mecanismos que, preferencialmente, o aproximem da atividade profissional a ser futuramente desempenhada;
 - Valer-se das Tecnologias da Informação como ferramenta de multiplicação do saber. Os Cursos presenciais possuem como apoio um ambiente virtual de aprendizagem denominado digital Fametro, onde o professor e o aluno podem estender a experiência pedagógica a partir do repositório para estudo dos conteúdos ministrados, indicação de estudos complementares, fóruns, chats, exercícios online e videoconferência permitindo a interação dos alunos entre turmas, cursos e unidades diferentes. Possui ainda acesso à biblioteca virtual e laboratórios virtuais, por meio do convênio com a Algetech.
- Realizar a problematização para a elaboração dos projetos tendo em vista as temáticas de interesse do aluno e que estejam pertinentes ao momento da formação dos mesmos.

Há ainda que se considerar o trabalho com as temáticas voltadas para as questões étnico-raciais e aquelas relativas à educação ambiental, que devem ser incorporadas ao dia a dia da sala de aula de modo permanente e contínuo como apregoa a legislação. Neste sentido é previsto que a abordagem desses temas se realize de maneira transversal nos currículos da graduação promovendo discussões que ressaltem a importância da compreensão de tais temáticas no contexto geral da formação dos alunos.

Isto significa afirmar que tais abordagens dar-se-ão na oportunidade do desenvolvimento das disciplinas do curso, sendo contemplada, como mecanismo de reflexão e de sensibilização para as discussões sociais que essas implicam.

Neste sentido, como já afirmamos a opção pela Pedagogia de Projetos deve-se à orientação metodológica para o desenvolvimento das atividades de ensino/aprendizagem, que coloquem o aluno como sujeito ativo do seu processo de ensino-aprendizagem, tendo em vista a necessidade de desenvolver o perfil do egresso do curso.

Assim, outras técnicas de ensino devem ser incorporadas para que os objetivos, as competências e as habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico possam se consolidar. Neste contexto, está indicado que o professor assuma o conhecimento dentro de uma perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar, que incorpore técnicas e atividades variadas no dia a dia da sala de aula, que realize o planejamento de projetos que contenham situações didáticas que privilegiem o aluno como protagonista da construção do saber e que por fim demonstre a importância do papel social de todos na construção de uma sociedade mais justa a partir de uma inserção consciente e cidadã no mundo do trabalho.

Como técnicas de ensino, indicamos, dentre outros, o uso de:

- Aulas Expositivas Dialogadas: a aula expositiva dialogada deve permitir que a partir da exposição realizada o aluno possa interagir com o conteúdo sendo provocado, a partir das questões apresentadas pelo professor, mais do que expor um assunto numa perspectiva definida e acabada, o professor deve a partir do que apresenta indagar o aluno, para que a partir do que este já sabe, avançar na construção de um novo conhecimento. Neste sentido o professor deve sempre iniciar sua exposição a partir de uma pergunta problematizadora que tenha o poder de mobilizar o já sabido em direção ao não-sabido
- Aulas Expositivas dialogadas com uso de recursos audiovisuais: semelhante ao processo da aula expositiva está diferencia-se da primeira por incluir recursos audiovisuais na dinâmica da exposição. Esses recursos audiovisuais podem ser desde o uso do Datashow com projeções de imagens ou textos, até a apresentação de pequenos vídeos, ou trechos de filmes, músicas, manchetes de jornais, trechos de

programas de televisão, telejornais, ou seja, as possibilidades do trabalho pedagógico são ampliadas pela quantidade significativa de informações que os professores podem acessar e apresentar, encontrando neste recurso os elementos problematizadores para a partir de então inserir os elementos teóricos necessários a reflexão.

- Atividades em grupo tais como seminário; painel integrado; grupos de observação e de verbalização: estas atividades além de favorecerem a construção do conhecimento e o aprendizado de conteúdos conceituais, são também excelentes fontes para o desenvolvimento de competências e conteúdos



atitudinais, para que isso aconteça, estas devem ser muito bem preparadas, devendo ter seus objetivos e procedimentos claros e compartilhados com os alunos. Estas atividades conferem bastante dinamismo à sala de aula, além de serem excelente fonte de construção coletiva de conhecimento.

- Estudos Dirigidos: os estudos dirigidos privilegiam as habilidades destinadas fundamentalmente a capacidade de leitura e escrita, devendo também ser objeto de planejamento do professor, onde a partir de um texto ou conjunto de textos, localiza as informações pertinentes ao estudo, sinalizando onde deseja que os alunos realizem o devido aprofundamento.
- Exercícios de Fixação de Conteúdos: realização de exercícios teóricos para a fixação de conteúdos, ou treino de habilidades específicas
- Estudos de Caso: realização de estudos como um problema que reproduz os questionamentos, as incertezas e as possibilidades de um determinado contexto mobilizando conhecimentos para a tomada de decisão. O processo de chegar a uma decisão, por meio da análise e discussão individual e coletiva das



informações expostas no estudo de caso, promove o raciocínio crítico e argumentativo dos alunos. Em função dessas características, o caso é

considerado um valioso instrumento pedagógico, que desafia o aluno a raciocinar, argumentar, negociar e refletir – habilidades bastante demandantes do ponto de vista cognitivo e social.

- Elaboração de projetos de ação ou de investigação: elaboração, desenvolvimento e aplicação de ações ou ainda realização de pesquisas acerca de temas relativos as disciplinas do currículo que por sua relevância mereçam aprofundamento.
- Atividades de extensão: atividades que proporcionem a execução de atividades na comunidade externa a partir de conteúdos aprendidos e produzidos no transcurso da graduação, favorece a integração de conhecimentos em caráter interdisciplinar e transversa, além de proporcionar excelente articulação entre teoria e prática
- Atividades Práticas Supervisionadas em Laboratórios ou Espaços Externos: atividades de aplicação de conhecimentos ou de treinos de habilidades no sentido da integração entre teoria e prática que podem ser simuladas quando realizadas em laboratório, ou reais quando realizadas em espaços externos à instituição.
- Workshops ou oficinas pedagógicas: a partir de um conceito ou um problema, professor proporciona a interação e a troca de experiências em sala de aula, tendo em vista a elaboração de um produto. Este produto pode ser desde produto material, quando um produto conceitual. O sentido do Workshop e Oficinas pedagógicas e o aprender fazendo, ou seja, integrando teoria e prática mediadas pelo professor com vista a alcançar um objetivo comum.
- Jogos; Gincanas; Feiras e Exposições Temáticas: realização das atividades em grupo que tenham como objetivo o exercício de algum conhecimento específico, o treino de uma habilidade ou a exposição do produto final de uma aprendizagem consolidada pelos alunos.



o

um

das

- **Minipalestras:** integração dos alunos com profissionais da área no sentido de



atualização do conhecimento a partir da abordagem de temas atuais pertinentes ao exercício da profissão. As mini palestras devem ser realizadas em sala de aula, e deve priorizar conhecimentos atuais e inovadores.

- **Círculo de debates ou discussões:** atividade, orientadas e mediadas pelo

professor que deve organizá-la de modo a favorecer a participação de todos os envolvidos. Estas atividades podem ser realizadas como forma de socialização do conhecimento a partir da leitura de textos, ou de qualquer outra atividade que tenham os conceitos teóricos como fundamento. Nestas atividades os professores tem a excelente oportunidade de promover o desenvolvimento da autonomia do pensamento, da capacidade de argumentação e de negociação para a criação de consensos.



- **Elaboração de paper /artigos científicos; resumos, resenhas e textos escritos argumentativos ou dissertativos, participar de eventos científicos:** atividades que devem considerara a capacidade de integração conceitual dos alunos, além de excelentes oportunidades para o exercício da capacidade de articulação de conceitos e de treino das capacidades de leitura e escrita dos alunos.

- **Aulas Práticas em Laboratórios e/ou ambientes externos:** tendo em vista a necessidade de atender aos requisitos da formação proporciona experiências acadêmicas de articulação entre teoria e prática referentes aos conhecimentos específicos da química, até aqueles referentes aos conhecimentos



pertinentes ao exercício da docência, estas atividades aulas práticas são proporcionadas em espaços internos que são nossos laboratórios e estende-as

as atividades de visita técnicas e oficinas pedagógicas além de estágio curricular utilizando instituições públicas e privadas conveniadas. As aulas práticas, as visitas técnicas, as oficinas pedagógicas, assim como os estágios, são atividades acadêmicas monitorada em campo por professores e/ou preceptores que realizam o acompanhamento dos alunos na realização das atividades em diferentes disciplinas do currículo. Sendo, portanto, assim definidas:

- As Visitas Técnicas: consiste no propósito de levar o aluno ao local de uma atividade profissional relacionada a sua formação, para que o mesmo possa a partir do conhecimento teórico obtido em sala de aula, aprofundar o mesmo através de estudo, análise e avaliação. A mesma não deve ser encarada como um passeio, mas sim, com uma atividade formal, a qual precisa de planejamento prévio. Durante a Visita, o registro e as anotações devem ser atividades prioritários. As visitas devem ser realizadas com objetivos didáticos, sendo orientada e operacionalizada com técnica e discutida previamente. Os professores, na oportunidade, estarão avaliando: postura, pontualidade, conhecimento técnico e respeito com os colegas. O relatório final deverá ser elaborado e entregue para que o professor possa avaliar a efetividade da atividade na aprendizagem dos alunos.
- Oficinas Pedagógicas: são atividades de ensino e aprendizagem realizadas em ambientes destinados ao desenvolvimento das aptidões e habilidades, mediante atividades orientadas por professores capacitados. Nestas oficinas deverão estar disponíveis diferentes tipos de equipamentos e materiais para o ensino ou aprendizagem, nas diversas modalidades do desempenho profissional, podendo ocorrer em espaços da instituição ou fora dela.

Tanto as Aulas Práticas como os Estágios, ocorrem em instituições que possuam convênio ou termo de cooperação com a IES.

1.6.3 Metodologia das Atividades Interdisciplinares

No âmbito da IES, entendemos Interdisciplinaridade por uma abordagem de tratamento do conhecimento em que duas ou mais disciplinas/unidades curriculares ofertadas simultaneamente estabelecem relações de análise e interpretação de conteúdo, com o fim de propiciar condições de apropriação, pelo discente, de um conhecimento mais abrangente e contextualizado. Na Fametro, a interdisciplinaridade será uma estratégia para a abordagem e tratamento do conhecimento de caráter obrigatório, a ser desenvolvida por meio de projetos

interdisciplinares, os quais serão realizados em todos os períodos letivos, em todos os cursos, a partir da integração horizontal dos componentes curriculares de um determinado período.

Assim, o Projeto Interdisciplinar tem como objetivo geral a aplicação dos conhecimentos adquiridos pelos alunos em situações ou problemas teórico-práticos, selecionados de maneira a permitir a integração entre disciplinas, aprofundamento da socialização dos alunos, contextualização dos conhecimentos adquiridos em sala de aula, organização, pontualidade e desenvolvimento de habilidades. Além de promover e incentivar atividades de pesquisa e trabalho em equipe, identificar habilidades e aplicar conceitos.

O Projeto Interdisciplinar deve também contribuir para:

- a) Desenvolver uma proposta de intercomunicação entre disciplinas;
- b) Promover atividade extraclasse, para que se possa investigar e colher informações;
- c) Despertar nos discentes o gosto pela investigação científica;
- d) Orientar o desenvolvimento de trabalhos seguindo normas específicas;
- e) Oportunizar aos alunos atividades práticas nas quais possam vivenciar os conteúdos trabalhados em sala de aula;
- f) Registrar as conclusões dos participantes do projeto expondo-as aos demais integrantes da série.

A interdisciplinaridade será desenvolvida por meio da pedagogia de projetos, onde a partir de um tema gerador, de uma situação problema, de necessidades de intervenção práticas, do desenvolvimento de novas técnicas, de soluções inovadoras para problemas pertinentes as disciplinas, os alunos desenvolverão atividades de teórico e práticas, utilizando como referência os conteúdos curriculares das disciplinas com a finalidade de compreender e analisar o tema, resolver o problema, ou desenvolver novas técnicas que os remetam a compreensão da interligação e da intercomunicação do conhecimento numa perspectiva integradora.

Este tema gerador, a situação problema, ou atividade teórico-prática a ser realizada deve necessariamente concorrer para a integração das disciplinas de um mesmo período letivo, prevendo a utilização dos conteúdos previstos para as mesmas em acordo com as suas ementas, sempre com foco na articulação temática com as necessidades do mundo do trabalho.

Os projetos interdisciplinares fazem parte da pedagogia de projetos, a qual pretende proporcionar ao aluno uma aprendizagem ativa para a construção de conhecimento, por meio de ações executadas pelos alunos e acompanhadas pelos professores envolvidos no projeto, sendo planejados ao início de cada semestre letivo a partir da contribuição dos professores de um mesmo período letivo, visando a integração horizontal das disciplinas de um mesmo período.

Já as atividades que serão realizadas no decorrer do projeto e o seu produto final, deve obedecer ao nível de maturidade intelectual dos alunos no período em que estes estão cursando,

devendo também guardar coerência como as competências e habilidade previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso, com a finalidade de fortalecer o perfil do egresso, para seu pleno desenvolvimento O projeto interdisciplinar é de caráter obrigatório e para a sua realização será destinado até 20% da carga horária total de cada disciplina envolvida, com EMENTA da atividade a ser realizada como projeto interdisciplinar deverá estar contido obrigatoriamente no plano de aprendizagem em espaço reservado para este fim.

1.6.4 Metodologia das Atividades Transversais de Educação Ambiental e Educação Étnico Racial

Por Transversalidade a FAMETRO entende ser à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real e de sua transformação (aprender na realidade e da realidade). Assim, a Transversalidade será uma estratégia para a abordagem e tratamento do conhecimento de caráter obrigatório, a ser desenvolvida por meio de Projetos Transversais, os quais serão realizados em todos os períodos letivos, em todos os cursos, a partir da integração vertical e horizontal dos componentes curriculares de um determinado período em duas áreas temáticas específicas, a saber:

- a) Educação Ambiental
- b) Relações Étnico-Raciais

O Projeto Transversal tem como finalidade proporcionar aos alunos a compreensão da importância de debater esses temas para a melhoria da qualidade de vida da comunidade onde atuam e vivem, e para uma atuação cidadã dos futuros profissionais formados pela instituição.

O Projeto Transversal deve também contribuir para:

- Promover atividade extraclasse, para que se possa investigar e colher informações; debater e obter conhecimento acerca de temas contemporâneos relativos as áreas temáticas identificadas;
- Despertar nos discentes o gosto pelo debate, pela troca de experiência, pela intercomunicação de conhecimentos e vivência e pela tolerância na perspectiva da acessibilidade atitudinal e da consciência ambiental.

Neste escopo a Transversalidade será desenvolvida por meio da pedagogia de projetos, onde a partir de um tema gerador, os alunos desenvolverão atividades teóricas e/ou práticas, utilizando como referência temáticas pertinentes a Educação Ambiental e as Relações Étnico-raciais, com destaque para as temáticas culturais locais.



<https://www.youtube.com/watch?v=udp1WrAHRW0&t=10s>

Este tema gerador, por sua vez, deve necessariamente concorrer para a integração da realidade refletida a luz de conhecimentos adquiridos e desenvolvidos no percurso formativo dos alunos, nesta direção os projetos Transversais fazem parte da pedagogia de projetos, a qual pretende proporcionar ao aluno uma reflexão acerca das questões ambientais e étnico-raciais, proporcionando aos alunos uma aprendizagem ativa para a construção de conhecimento, por meio de ações executadas pelos alunos e acompanhadas pelos professores envolvidos no projeto.

Os projetos serão planejados ao início de cada semestre letivo a partir da contribuição dos professores um mesmo período letivo, visando à integração transversal dos conteúdos relacionados à Educação Ambiental e Relações Étnico-Raciais, e terão caráter permanente e contínuo, devem conter ainda, a indicação de quais professores, e de quais disciplinas, estarão envolvidas no projeto, trazendo também, a indicação de quais temas serão abordados referentes áreas temáticas indicadas neste regulamento. De caráter curricular o projeto transversal terá para sua realização será destinado até 20% da carga horária total de cada disciplina envolvida.



de

às

As atividades que serão realizadas no decorrer do projeto e o seu produto final, devem obedecer ao nível de maturidade intelectual dos alunos no período em que estes estão cursando, devendo também guardar coerência como as competências e habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso.

1.6.5 Metodologia da Educação para os Direitos Humanos

Esta ocorre como conteúdo específico de disciplinas da grade e também como disciplina optativa, cujo ementário trata dos princípios de: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; e sustentabilidade socioambiental.

Direitos Humanos são modernamente, entendidos como aqueles direitos fundamentais que o homem possui pelo fato de ser homem, por sua própria natureza humana, pela dignidade que a ela é inerente. São direitos que não resultam de uma concessão da sociedade política. Pelo contrário, são direitos que a sociedade política tem o dever de consagrar e garantir. O conceito de “Direitos Humanos” resultou de uma evolução do pensamento filosófico, jurídico e político da Humanidade. O retrospecto dessa evolução permite visualizar a posição que o homem desfrutou, aqui e ali, dentro da sociedade, através dos tempos.

Mas a ressalva maior está no que condiz ao sistema de ensino. Este deve ter uma responsabilidade de enquadrar-se na formação do Estado Democrático, pois o sistema de ensino deve contemplar a formação do cidadão, desenvolvendo uma visão moderna e bem fundamentada dos direitos civis, políticos e sociais, e também uma consciência mais abrangente dos direitos humanos.

Frente a pergunta de como abarcar o ensino e aprendizagem dos Direitos Humanos no sistema educativo, alinham-se diversas respostas, pois por um lado estão todas aquelas que podem denominar-se de incorporação dos conteúdos. Estas consideram que é suficiente a inclusão desta temática em alguma das disciplinas existentes, ou, no máximo, o estudo de uma disciplina específica, para que os acadêmicos logrem os objetivos que, sobre este aspecto, orientam a ação do sistema educativo.

Duas objeções podem ser formuladas a esta postura. Uma delas consiste em que atrás desta posição, existe uma concepção meramente declaratória, nominalista, dos Direitos Humanos, que os reduz a um conjunto de informações cuja formulação é suficiente para assegurar sua existência real. Por outro lado, se fundamenta na difundida crítica que se faz dos sistemas educativos em relação ao enciclopedismo curricular. O conjunto de temas ou disciplinas reforça este enciclopedismo e torna mais questionável a ação das instituições de ensino.

O tema direito humanos e cidadania assume papel importante em nossa sociedade, principalmente através das transformações ocorridas nos últimos séculos. A noção de cidadania foi fortalecida, e ganhou novo significado a partir da Constituição Federativa de 1988 que reforçou a ideia de cidadãos como sujeitos sociais ativos que contribuem para o desenvolvimento de um Estado Democrático Social de Direito.

A educação está intimamente ligada à cidadania, desde o ensino primário até o superior, pois é neste cenário imbuído de significação que são apresentados aos estudantes o real valor em ser cidadão. Desta maneira trabalha-se para despertar no aluno este anseio em se tornar um ser partícipe das transformações sociais. A educação torna-se o pilar para o desenvolvimento e crescimento do sujeito como cidadão, assim:

A educação para a cidadania e os programas educacionais voltados para esse fim pressupõem a crença na tolerância, a marca do bom senso, da razão e da civilidade que faz com que os homens possam se relacionar entre si. Pressupõem também a crença na possibilidade de formar este homem, ensinando a tolerância e a civilidade dentro do espaço e do tempo da escola (SANTOS, 2001).

Os Direitos Humanos e Fundamentais constituem o pilar para a organização de um sistema constitucional e do próprio Estado. As normas constitucionais elaboradas pelo Estado para a organização da sociedade têm como alguns de seus fundamentos a cidadania e a dignidade da pessoa humana. A consolidação de tais direitos eleva a condição do cidadão que vive em uma sociedade e zela pelo respeito mútuo. É de grande importância o reconhecimento, pelos cidadãos de seus direitos visto que desta maneira os mesmos podem lutar por melhorias na qualidade de vida.

Ao exercer o papel de cidadão na sociedade, o sujeito visa participar da efetivação dos direitos que o tutelam e da afirmação dos Direitos Humanos e Fundamentais. Desta forma a educação passa a ter um papel essencial no conhecimento e construção de tais Direitos.

Assim, se o conhecimento dos Direitos Humanos deve ser divulgado na sociedade, tanto mais se deve exigí-lo quando se trata de estudantes do ensino superior pois estes, em face de sua posição privilegiada na sociedade brasileira, devem conhecer a fundo seus direitos e buscar seu reconhecimento na sociedade. Tratar da questão dos Direitos Humanos significa não apenas defender os direitos próprios, é também buscar a defesa dos direitos que envolvem a sociedade como um todo.

Certos desse propósito a IES, atendendo ao chamado de sua vocação institucional expressa na sua missão institucional, a Educação para os Direitos Humanos será ofertada como prevê os termos legais, conforme dispõe as Diretrizes Nacionais em Direitos Humanos CNE/CP No. 08 de 06/03/2012, em formato de uma disciplina “Educação e Direitos Humanos” em todas as matrizes curriculares dos cursos.

Ademais, a IES já vem desde 2017, trabalhará com a Temática das Relações étnico-raciais e indígenas no formato dos projetos transversais, fato que reafirma o compromisso institucional da IES com o desenvolvimento de competências atitudinais em nossos alunos como nosso contributo para a formação de uma sociedade mais justa, igualitária e tolerante para com as diferenças.



1.6.6 Metodologia da Articulação do Ensino, Pesquisa e Extensão

O Artigo 3º. da Resolução N 7/2018: “A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa”.

Assim as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos, conforme o estabelecido nos Artigos acima, devem ser inseridas nas matrizes dos cursos 10% do total da carga horária de cada disciplina para desenvolvimento de atividades do Projeto PAPEERI.

A articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico, estruturam a sua concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:

- I - A contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável;

III - A promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;

IV - A promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa;

V - O incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural;

As atividades extensionistas, segundo sua caracterização nos projetos políticos pedagógicos dos cursos, se inserem nas seguintes modalidades:

I - Programas;

II - Projetos;

III - Cursos e oficinas;

IV - Eventos;

V - Prestação de serviços

Os Projetos Políticos Pedagógicos (PPC's) dos cursos de graduação devem ressaltar o valor das atividades de extensão, caracterizando-as adequadamente quanto à participação dos estudantes, permitindo-lhes, dessa forma, a obtenção de créditos curriculares ou carga horária equivalente após a devida avaliação, e as atividades de Extensão nos projetos devem ser informadas ao discente (NOTA E CARGA HORÁRIA) no início do período.

Devem também, ter sua proposta, desenvolvimento e conclusão, devidamente registrados, documentados e analisados, de forma que seja possível organizar os planos de trabalho, as metodologias, os instrumentos e os conhecimentos gerados, estando sistematizadas e acompanhadas, com o adequado assentamento, além de registradas, fomentadas e avaliadas por instâncias administrativas institucionais, devidamente estabelecidas, em regimento próprio.

As atividades de extensão podem ainda ser realizadas com parceria entre instituições de ensino superior, de modo que estimule a mobilidade interinstitucional de estudantes e docentes. Os cursos podem fazer parcerias com outras IES e empresas para desenvolvimento das atividades de Extensão. A partir de 2023, a IES passará adotar o processo de Curricularização da Extensão.

1.6.7 Metodologia de Avaliação do ensino Aprendizagem

As avaliações são consideradas nesse documento a partir de três dimensões: diagnósticas; formativas e somativas. Essas dimensões se apresentam articuladas em torno de obter, ao fim e ao cabo, um perfil do desempenho acadêmico, que não se restringe unicamente a obtenção de notas. O que se espera é que por meio das mesmas, possamos encontrar uma maneira de monitorar e impulsionar o desempenho dos nossos acadêmicos, com vista ao alcance pleno do perfil do egresso. Neste sentido no Projeto Pedagógico assim estão metodologicamente assim designadas:

- ✓ **As diagnósticas:** as avaliações diagnósticas constituem mais do que instrumentos avaliativos, elas formam uma dimensão da avaliação, adentrando inclusive nos instrumentos das avaliações formativas e somativas, podendo também se constituir como instrumento específico que pode ser aplicado com esse propósito. E quanto ao instrumento avaliativo diagnóstico específico, no primeiro contato com a disciplina, os discentes terão a oportunidade de realização de uma avaliação diagnóstica que servirá como subsídio para as abordagens das introduções teóricas das aulas. Ainda, quanto à dimensão da avaliação diagnóstica nos instrumentos das avaliações formativas e somativas, essa subsistirá na ponderação dos resultados de desempenhos dos discentes nos referidos instrumentos para a correção de rumos e aperfeiçoamento do curso. Será realizada no início de cada disciplina uma avaliação diagnóstica com cinco questões sem atribuição de nota.
- ✓ **As formativas:** serão realizadas após as aulas em cada unidade da disciplina, quando os discentes responderão a questionário contendo itens de múltipla escolha sobre os conteúdos estudados na respectiva unidade e em abordagem interdisciplinar. Bem como, serão realizadas pela elaboração de produtos dos estudos autoinstrucionais dirigidos que serão apresentados pelos discentes ao final de cada unidade didática e corrigidos pelo professor da disciplina.
- ✓ **As somativas:** serão realizadas ao final da disciplina considerando os conteúdos específicos desenvolvidos no percurso da mesma.

A nota atribuída ao aluno ao final de cada disciplina será assim composta:

- ✓ **Formativa:** somatória de até oito pontos atribuídos aos exercícios realizadas ao final das unidades referentes as disciplinas específicas. Serão realizados para cada disciplina quatro exercícios no valor de até dois

pontos. Compõe ainda, a nota dos exercícios o produto final apresentado nos estudos interdisciplinares previstos para cada núcleo de estudo.

- ✓ **Somativa:** Avaliação Institucional presencial de até dez pontos atribuídos referentes aos conteúdos específicos desenvolvidos no conjunto das unidades de uma disciplina.

Para ser aprovado o aluno deverá obter cinco pontos de média, observando a seguinte norma:



Caso o aluno não obtenha média 5,0, estando em patamar de Média Final igual ou superior a 4,0, este poderá realizar o Exame Final Presencial.

Exame Final (EF): os discentes aptos à realização do EF, conforme calendário acadêmico, realizarão uma avaliação somativa individual composta por 10 questões de múltipla escolha com 5 alternativas cada, sendo apenas 1 correta, e com valor de 1 ponto cada. A média final ser composta na seguinte razão: $Média\ Final = (Média + EFP) \div 2$

Assim, somam-se a média obtida anteriormente à nota do Exame Final Presencial e divide-se por 2 para obter a média final. Os discentes que obtiverem nessa média aritmética nota igual ou superior a 5,0 serão considerados aprovados (se preenchidas as demais condições). Os acadêmicos que obtiverem nessa média aritmética nota inferior a 5,0 serão considerados reprovados.

A 2ª Chamada será realizada da seguinte maneira: as provas de 2ª chamada seguirão os mesmo formatos e valores das avaliações de 1ª chamada e deverão ser realizadas conforme calendário institucional e mediante prévio requerimento na forma dos regulamentos internos da IES. Não haverá 2ª chamada de Exame Final Presencial.

1.7 Estágio curricular supervisionado

1.7.1 Introdução

A Lei de Diretrizes e Básicas da Educação Superior define que a finalidade do ensino de terceiro grau é profissionalizante. Dessa forma, esse curso visa antes de tudo, preparar os alunos para atuação no mercado de trabalho. Por outro lado, as características da profissão de Arquiteto, de predominância prática, em um mercado de trabalho que evolui em velocidade crescente, tornam o estágio supervisionado de especial relevância para este profissional.

O Estágio Supervisionado do Curso de Graduação em Arquitetura do Centro Universitário – Fametro na formação profissional e pessoal dos acadêmicos é de suma importância para o desenvolvimento de atitudes, comportamentos e habilidades, para a interação com a equipe multiprofissional da construção civil, clientes e, principalmente, para a possibilidade de analisar crítica e reflexivamente as interfaces do conhecimento teórico e prático.

1.7.2 Justificativa

Tendo em vista a consolidação do perfil do egresso das Diretrizes Curriculares Nacionais, o Estágio Supervisionado é uma atividade de capacitação indispensável para a formação profissional, pois, objetiva a integração do conhecimento teórico com a realidade prática nas diversas áreas de atuação. Como importante instrumento da formação acadêmica deve possibilitar a articulação entre o pensar e o agir, da teoria e da prática, constituindo-se como um momento privilegiado do processo ensino e aprendizagem e de desenvolvimento profissional. Na elaboração da programação e no processo de supervisão do aluno, em estágio supervisionado, pelo professor, será assegurada efetiva participação dos Arquitetos junto aos escritórios, entidades públicas ou como auxiliar na supervisão de obras onde se desenvolve o referido estágio, de mínimo 110 horas por período, realizado nos dois últimos semestres do Curso de Graduação em Arquitetura.

1.7.3 Determinação das DCNS para o estágio supervisionado

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Arquitetura – Resolução CNE/CES Nº 02 de 17 de junho de 2010, a formação do Arquiteto deve assegurar o contato do formando com situações, contextos e instituições, permitindo que conhecimentos, habilidades e atitudes se concretizem em ações profissionais. O perfil do egresso requer uma sólida formação de profissional generalista; aptidão de compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação à concepção, organização e construção do espaço interior e exterior, abrangendo o urbanismo, a edificação e o paisagismo; conservação e valorização do patrimônio construído e a proteção do equilíbrio do ambiente natural e utilização racional dos recursos disponíveis.

1.7.4 Áreas de Estágio, Período Forma de Integralização da Carga Horária, Critério de Avaliação e Produto do estágio

Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do Curso de Arquitetura deve ser ofertado em escritórios de Arquitetura, Estabelecimentos com departamento de projeto ou Engenharia, setor público ou privado, no 9º e 10º período letivo do curso e corresponderá à carga horária total de 220 horas. Deverá ser observada, por parte do estagiário, a carga horária no Termo de Compromisso, documento obrigatório (Lei nº 11.788 de 25/09/2008), firmado entre a Coordenação de Estágio, Entidade Concessionária e o Estagiário, quando for o caso. Os estágios são sempre ofertados no contraturno no qual o aluno está matriculado.

A divisão dos Estágios Curriculares na Matriz do Curso, segue a DCN que determina que o estágio seja obrigatório, cabendo a Instituição de Ensino de Educação Superior em colegiado aprovar o regulamento, para diferentes modalidades de operação.

1.7.5 Convênios Para Estágio Supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório deverá ser realizado em convênio com estabelecimentos públicos ou privados. Dessa forma, a IES possui convênio com a Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEINFRA e escritórios privados.

1.7.6 Forma de Orientação e Planejamento para Acompanhamento pelo Docente Orientado do Estágio Supervisionado

Atendendo os preceitos legais, as práticas são consideradas como uma forma de complementar o ensino e a aprendizagem acadêmica subsidiando a formação profissional e devem ser: “planejadas, executadas, acompanhadas e avaliadas em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, a fim de se constituírem em instrumentos de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano”.

A prática profissional é estabelecida para permitirão estudante qualificar seu processo de formação ao longo do curso. Nesse sentido, a prática profissional na IES pode ser realizada tanto no ambiente interno da Instituição, quanto na comunidade, mas de forma que estabeleça interação com essa comunidade.

Na Faculdade, a formação do Bacharel em Arquitetura incluirá como etapa integrante da graduação o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, deverá ser realizado em convênio com estabelecimentos da rede pública ou privada, e sob supervisão direta dos docentes da própria IES e/ou profissionais contratados como supervisores de Estágio. As atividades serão orientadas de forma planejada e programada conjuntamente com o(s) professor(es) da disciplina sendo submetidas a aprovação da Coordenação de Curso. A carga horária máxima do Estágio Curricular Supervisionado deverá atingir 220h.

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do Curso de Bacharel em Arquitetura será realizado a partir do nono período até o décimo período, de forma a fazer com que o aluno-estagiário compreenda a prática profissional do Arquiteto, e realize a devida articulação entre teoria e prática tendo na vivência do estágio local privilegiado para a compreensão da dinâmica das relações entre ensino e aprendizagem.

O planejamento, supervisão e a avaliação das atividades de Estágio serão levadas a efeito por meio de professores do corpo docente, com a corresponsabilidade da IES, observado o nível de formação e a etapa do curso em que se encontra o estagiário. Na Faculdade, o Estágio Curricular Supervisionado para os Arquitetos objetiva:

Integrar os alunos em espaços profissionais que se utilizem da aplicação do saber didático-científico na área de conhecimento, visando a elevar o nível do seu aprendizado dos nossos alunos;

Conscientizar os futuros profissionais da importância da qualidade nos serviços que haverão de prestar;

Melhorar o nível do ensino-aprendizagem dos processos, princípios, métodos e técnicas aplicados na área de conhecimento em questão;

Aperfeiçoar o aprendizado mediante um maior aprofundamento técnico científico no campo de estágio;

Oferecer ao aluno a oportunidades de conhecimento, in loco, das diferentes atividades próprias do exercício da profissão;

Oportunizar, mediante a observação e a intervenção na prática, a articulação das informações obtidas em diversas disciplinas que integram o currículo do Curso;

Promover o contato com pessoas, instituições e profissionais, a fim de que possa aquilatar, melhor, as necessidades e carências dos que buscam os serviços profissionais nas diversas áreas de conhecimento;

Desenvolver atividades de prática pré-profissional, em situações reais de trabalho.

O planejamento, a supervisão e a avaliação das atividades do estágio serão levadas a efeito sob a responsabilidade da IES, com a coparticipação da Instituição que oferecer o campo de estágio. Os campos de estágio para os alunos do Curso serão as Instituições que firmarem convênio para este fim.

São escolhidas, preferencialmente, para campos de estágio, instituições que compõem a rede pública e privada no campo da Construção Civil, que possuam condições estruturais e organizacionais compatíveis com as subáreas em que deverão se desenvolver as tarefas do estagiário. À medida que os resultados do estágio forem sendo verificadas, interpretadas e avaliadas, o estagiário tomará ciência do seu perfil na ocasião. Com isso, ele próprio poderá reconhecer a necessidade:

Da retificação da aprendizagem nos conteúdos em que revelar equívoco ou insegurança de domínio;

Da própria reprogramação da prática.

Com vistas ao mais elevado padrão de qualidade do processo ensino-aprendizagem, a Faculdade FAMETRO assegura, ao aluno/estagiário, essa reorientação e reprogramação teórico-prática. Os estágios são coordenados pela Coordenação de Curso em conjunto com a Coordenação de Estágio e os docentes supervisores por ela designados. Os estágios obedecem às normas Gerais dos Regimentos Interno e ao seu Regulamento próprio.

No Curso de Graduação em Arquitetura o Estágio Curricular Supervisionado é cumprido pelo aluno a partir do nono período letivo do curso e corresponde à carga horária total de 220 horas. É observada, por parte do estagiário, a carga horária no Termo de Compromisso, documento obrigatório (Lei nº 11.788 de 25/09/2008), firmado entre a Coordenação de Estágio, Entidade Concessionária e o Estagiário, quando for o caso.

E de acordo com a diretriz curricular nacional o estágio curricular poderá ser realizado na Instituição de Ensino Superior e/ou fora dela, em instituição/empresa credenciada, com orientação docente e supervisão local, devendo apresentar programação previamente definida em razão do processo de formação.

1.7.7 Forma de Supervisão do Estágio Supervisionado

Nessas disciplinas, o aluno observa e atua como profissional, sob supervisão do Arquiteto preceptor, permitindo que o aluno complete a sua formação generalista. Com vistas ao mais elevado padrão de qualidade do processo ensino-aprendizagem, a IES assegura, ao aluno/estagiário, essa reorientação e reprogramação teórico-prática.

1.7.8 Forma de Coordenação do Estágio Supervisionado

Os estágios são coordenados pela Coordenação de Curso, respeitando normas Gerais dos Regimentos Interno e ao seu Regulamento próprio.

1.7.9 Práticas do Estágio e Estratégias para a Gestão da Integração entre o Ensino e o Mundo do Trabalho

Através das práticas do estágio o acadêmico tem a oportunidade de consolidar seu conhecimento teórico construindo crescimento profissional e pessoal. Sendo ferramenta fundamental para formação de um profissional crítico e reflexivo afim de garantir a construção de linhas de cuidado integral, a partir das necessidades dos usuários, em prol da transformação social, considerando contexto histórico e social. As práticas de estágio contemplam um rol de disciplinas gerais nas áreas humanas e exatas, assim como aquelas específicas das áreas da Arquitetura. As competências gerenciais presentes nas DCN são: liderança, tomada de decisão, comunicação e administração e gerenciamento dos serviços de arquitetura. A partir disso, as estratégias serão elaboradas através da educação problematizadora, onde o aluno deverá buscar soluções adequadas e resolução dos problemas. Para isso, o processo formativo deve ocorrer de forma articulada com o mundo do trabalho, visando a transformação e melhora das práticas assistenciais. Onde o docente supervisor de estágio será o mediador do processo de ensino-aprendizagem.

O docente será responsável pelo ato pedagógico, o qual buscará desenvolver a capacitação dos acadêmicos com competência, comprometendo-se, desta forma, com o próprio aprendizado, de forma a incentivar o aluno a dedicar-se ao processo de aprender. Nessa perspectiva, a introdução de estratégias pedagógicas inovadoras, que rompam com o paradigma tradicional. Destacando-se a gerência, por meio da realização de práticas de Arquitetura junto a indivíduos, famílias, grupos e comunidade, vivenciando, dessa maneira, situações concretas do mundo do trabalho, interligadas às demandas da população e aos desafios e possibilidades dos

serviços de arquitetura, planejar os recursos, orientar e acompanhar atividades que promovam situações que possibilitem uma aprendizagem significativa e crítica-reflexiva.

Art. 1. Tendo em vista a consolidação do perfil do egresso das Diretrizes Curriculares Nacionais, o Estágio Supervisionado é uma atividade de capacitação indispensável para a formação profissional, pois, objetiva a integração do conhecimento teórico com a realidade prática nas diversas áreas de atuação. Como importante instrumento da formação acadêmica deve possibilitar a articulação entre o pensar e o agir, da teoria e da prática, constituindo-se como um momento privilegiado do processo ensino e aprendizagem e de desenvolvimento profissional.

II - DA LEGISLAÇÃO

Art. 2. O presente instrumento tem como fundamento a legislação abaixo relacionada:

I) Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, publicada no DOU de 26.09.2008;
II) Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Artigo 82).

III) Resolução CNE/CES nº 2, de 17 de junho de 2010, instituidora das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Arquitetura.

III - DA DEFINIÇÃO

Art. 3. Considera Estágio Curricular como ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido em ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo dos estudantes que estejam frequentando o ensino regular, em instituições de educação superior, de educação profissional, conforme Projeto Pedagógico do Curso.

IV- DA CARGA HORÁRIA

Art. 4. O estágio supervisionado curricular é cumprido pelo aluno com carga horária total de 220 (duzentos e vinte) horas.

V - DOS OBJETIVOS

Art. 5. É definido como Objetivo Geral do estágio:

I) Proporcionar a experiência da atuação profissional com base nos conhecimentos teóricos fornecidos pelas disciplinas durante o ensino do curso de graduação.

Art. 6. Para o estágio são estabelecidos os seguintes Objetivos Específicos:

I) Promover a integração do aluno com o mercado de trabalho, propiciando o seu desenvolvimento profissional e acadêmico;

II) Proporcionar aos alunos condições de desenvolver suas habilidades, analisar criticamente situações e propor mudanças no ambiente organizacional;

III) Promover a transição da passagem da vida profissional abrindo aos estagiários oportunidades de conhecer a tecnologia, diretrizes, organização e funcionamento das instituições;

IV) Possibilitar a aplicação das competências adquiridas ao longo do curso em situações reais;

V) Incentivar o desenvolvimento das potencialidades individuais, propiciando surgimento de profissionais empreendedores, capazes de implantar novas técnicas, métodos e processos inovadores;

VI) Consolidar o processo ensino-aprendizagem e incentivar a busca do aprimoramento pessoal e profissional;

VII) Permitir ao aluno correlacionar conhecimentos teórico-práticos já construídos à realidade social;

VIII) Permitir ao aluno vivenciar o cotidiano das diversas instituições visando conhecer os problemas técnicos, científicos, econômicos, políticos e humanos existentes nestes ambientes;

IX) Favorecer a participação do aluno em atividades de pesquisa.

VI - DA ORGANIZAÇÃO

Art. 7. A disciplina Estágio Supervisionado Obrigatório é oferecida para os acadêmicos do 9º e 10º, Semestres do Curso de Graduação em Arquitetura, subdivididos de acordo com a reunião de colegiado do curso.

O acadêmico estagiário deve, obrigatoriamente, cursar todos os ciclos previstos na disciplina, e avaliado em todas as suas etapas, sendo, ao final de cada uma, atribuída uma nota. Ao término desse processo, é obtida uma média final de todas as etapas cursadas, que deverá ser igual ou maior que 5,0 (cinco) para fim de aprovação na disciplina.

Os grupos são formados pela divisão aleatória do conjunto de alunos matriculados na disciplina, respeitando a relação de, no máximo 06 alunos por preceptor.

Art. 8. Os Estágios serão organizados sob a supervisão da Coordenação de Curso e orientação e supervisão do professor de estágio.

Art. 9. Fica a cargo da coordenação do curso a escolha da organização para realização do estágio.

Art. 10. Os estágios ocorrerão somente após convênios firmados entre as instituições privadas e/ou públicas e FAMETRO.

Art. 11. O Estágio Supervisionado Obrigatório do Curso de Bacharelado em Arquitetura será integralizado após o aluno/estagiário cumprir a carga horária total.

Não haverá prorrogação nem antecipação do Estágio Supervisionado Obrigatório, devendo o aluno/estagiário concluir a programação dentro do prazo estabelecido;

O aluno/estagiário que, por qualquer motivo, deixar de frequentar o estabelecimento, não poderá concluir o curso enquanto não cumprir a carga horária da mesma.

Não será permitido ao aluno/estagiário a interrupção ou abreviamento do Estágio Supervisionado Obrigatório do Curso.

Serão considerados feriados (dias sem atividades) somente os que constam do calendário oficial da IES.

Cada aluno/estagiário deverá, diariamente, por ocasião de sua entrada e saída, assinar o livro ponto de frequência que ficará sob a responsabilidade do Professor Supervisor da área de atuação.

Será dada uma tolerância de 10 (dez) minutos de atraso no registro da frequência diária. Após esse prazo, o aluno será considerado ausente para fins de registro de presença, acarretando em falta no 1º tempo de aula e perda de ponto no critério pontualidade.

Todo horário não cumprido (atraso, saída antes do término das atividades, falta justificada) deverá ser comunicado com antecedência, por escrito, ao Professor Supervisor da área de atuação.

A justificativa à falta só será aceita pelo Professor Supervisor, mediante abono de faltas segundo os critérios previstos em Lei.

A pontualidade, a assiduidade e a participação serão consideradas como fatores de avaliação do aluno/estagiário.

Para prevenção de diversas patologias, todos os alunos que forem trabalhar no canteiro de obras deverão atualizar suas carteiras de vacinação (contra tétano) e apresentá-las ao Professor Supervisor para conferência.

Art. 12. Para realização dos estágios o aluno deverá estar devidamente matriculado no curso.

Art. 13. O estágio curricular não estabelece vínculo de qualquer natureza devendo o estagiário estar segurado contra acidentes pessoais.

VII - DA REALIZAÇÃO

Art. 14. Os horários de estágio curricular obedecerão à dinâmica de funcionamento da Instituição onde estiverem ocorrendo, respeitando a carga horária diária.

Art. 15. Os estágios curriculares são considerados disciplinas componentes da grade curricular contendo frequência e avaliação devidamente regulamentada em cada curso.

VIII - DAS FUNÇÕES

Art. 16. Do Coordenador do curso:

Solicitar os convênios com instituições públicas e/ou privadas para a realização dos estágios;

Realizar reuniões periódicas com os preceptores de estágio, com o objetivo de manter um processo contínuo de avaliação das atividades desenvolvidas;

Participar de decisões quanto a questões extra-normativas ocorridas no decorrer dos estágios curriculares do curso;

Receber ao final de cada semestre dos preceptores de estágio os processos individualizados de cada estagiário, que se constituem na documentação comprobatória da realização do estágio curricular;

Art. 17. Preceptor de estágio de Estágio:

Fornecer todos os formulários referentes ao estágio supervisionado aos alunos no início do semestre;

Supervisionar as atividades e frequências dos alunos do estágio supervisionado;

Realizar a escala de tarefas dos alunos regularmente;

Redimensionar a escala de atividades dos alunos quando julgar conveniente;

Zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de normas;

Estimular a participação dos alunos para a avaliação das práticas realizadas;

Avaliar o desempenho do aluno nas atividades propostas pelo plano de ensino de estágio;

Participar das reuniões e atividades programadas pelo Coordenador do Curso;

Comunicar por escrito, imediatamente à coordenação do curso qualquer ocorrência que possa prejudicar o bom relacionamento entre a instituição conveniada e a Instituição - FAMETRO;

Realizar o fechamento do diário com as notas e número de faltas dos estagiários ao final do semestre.

Exigir do estagiário a apresentação periódica, em prazo não superior a seis meses, de relatório final das atividades de estágio;

IX - DAS OBRIGAÇÕES

Art. 18. Da parte concedente:

Celebrar convênio e Termo de Compromisso de Estágio para realização do Estágio Curricular;

Avaliar instalações que tenham condições de proporcionar ao estagiário, atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

Indicar funcionário de seu quadro de pessoal, para a função de Supervisor, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no transcurso do estágio, sendo arquiteto e urbanista ou engenheiro, possuindo CAU ou CREA comprovado por vistos/ carimbo

nos relatórios e por menção de aprovação final para orientar e acompanhar os estagiários, assim como assinar a documentação relativa à comprovação do estágio curricular;

Conceder vagas de estágio curricular sobre a forma de treinamento, dentro de suas possibilidades e limites, aos estagiários que estiverem em condições de estagiar, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso e encaminhado pela IES;

Facilitar o acesso do coordenador e/ou professor orientador do IME aos locais destinados ao estágio;

Informar aos estagiários sobre os regulamentos internos da concedente informando os das sanções cabíveis, em caso de descumprimento;

Manter em seu arquivo toda a documentação comprobatória da concessão do campo de estágio para fins de fiscalização;

A jornada de atividades de estágio curricular deverá ser cumprida, conforme legislação vigente;

Aplicar ao estagiário a legislação relacionada à ergonomia e segurança no trabalho.

Art. 19. Do estagiário:

Cumprir, com eficiência e eficácia, as tarefas que lhe forem pertinentes, exercitando o espírito de equipe junto a Concedente;

Respeitar as normas regimentais e disciplinares estabelecidas no local de estágio;

Informar ao Preceptor de Estágio as dificuldades encontradas e os problemas relativos ao Estágio Supervisionado;

Comparecer, pontual e assiduamente, ao local de estágio;

Vestir-se adequadamente para atuação das atividades de estágio, lembrando que em obra devem seguir o EPI padrão (capacete com aba frontal tipo II e bota);

Elaborar e entregar, dentro dos prazos fixados, os relatórios de avaliação de estágio.

Observar e cumprir com rigor o cronograma de atividades, as normas gerais e a carga horária pré-estabelecidas para a frequência

Zelar pelo patrimônio das instituições conveniadas;

Observar os princípios da ética profissional durante o desenvolvimento das atividades diárias;

Atuar com iniciativa, conhecimento e habilidade na resolução das atividades teóricas e práticas que se apresentarem;

Comunicar com antecedência, de no mínimo 24 horas, eventuais faltas decorrentes de situações previsíveis;

Participar efetivamente das reuniões de orientação e das entrevistas individuais ou coletivas;

Comunicar imediatamente, por escrito ao professor orientador qualquer ocorrência durante o desenvolvimento das atividades do estágio;

Assinar e fazer cumprir o termo de compromisso de estágio, obedecendo as suas cláusulas.

X - DAS AVALIAÇÕES

Art. 20. A avaliação será realizada através do acompanhamento sistemático do aluno pelo professor orientador, no desenvolvimento das ações técnicas; da apreciação dos relatórios de estágio; estudo de caso; prova individual da disciplina; avaliação da participação ativa e contínua do aluno nas reuniões e atividades individuais e em grupo.

Art. 21. A avaliação do desempenho do aluno será efetivada em todos os momentos do processo, considerando-se os critérios específicos de cada curso, conforme seus Projetos Pedagógicos.

Art. 22. Nenhum aluno pode ser dispensado do estágio, nem mesmo os beneficiados pelo Decreto Lei nº 1044/69 e a discente gestante, beneficiada pela Lei nº 6.202/65.

Art. 23. A falta do cumprimento do estágio ou reprovação da disciplina de estágio resultará na não obtenção do grau respectivo, devendo matricular-se e cursar novamente a disciplina no período seguinte.

XI - DA DOCUMENTAÇÃO

Art. 24. São documentos necessários para registro das atividades de estágio e mesmo para avaliação e controle de frequência, os abaixo relacionados:

Termo de compromisso de estágio (Anexo I);

Controle de frequência e nota de estágio (Anexo II);

Relatório de atividades de estágio (Anexo III).

Art. 25. O Coordenador de Curso deverá receber ao final de cada semestre, do professor orientador de estágio, os processos individuais com toda documentação de estágio dos alunos.

Art. 26. O coordenador de curso deverá regular a forma e data para que tais documentos dêem entrada nas suas coordenações, bem como efetuar seu controle e arquivamento.

XII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27. O aluno deverá cumprir e comprovar o número de horas previstas para o Estágio Curricular, conforme Projeto Pedagógico do Curso. Caso não as cumpra no prazo máximo previsto para o estágio, deverá realizar o estágio novamente no período seguinte;

I) Somente após a conclusão do estágio, o aluno terá direito ao certificado ou diploma respectivo, mesmo que tenha sido aprovado em todos os componentes curriculares do Projeto Pedagógico do Curso;

II) As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo educando, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no Projeto Pedagógico do Curso;

III) Em caso de acidente envolvendo o estagiário em campo de estágio, o responsável pelo acompanhamento do estagiário deverá encaminhá-lo a Unidade de Atendimento Público mais próxima e encaminhar a Gerência da Unidade relatório descritivo do fato, bem como encaminhar os documentos relacionados às providências tomadas.

XIII CUMPRIMENTO DAS NORMAS

Art. 28. Toda falta ao cumprimento das normas deverá ser notificada por escrito pelo Professor Supervisor que a encaminhará à Coordenação de Estágio;

Art. 29. O Professor Supervisor poderá fazer advertências por escrito ao aluno que cometer infrações às Normas do Estágio, sempre que julgar necessário;

Art. 30. Os casos omissos e extraordinários deste manual serão resolvidos pela Coordenação do Estágio, juntamente com a Coordenação do Curso de Arquitetura, obedecendo às resoluções e regimentos internos da IES e das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Arquitetura.

Parágrafo Único: O desrespeito às Normas de Estágio implicará em sanções previstas no Regimento Interno da Fametro.

1.7.10 Gestão de Insumos para Atualização das Práticas do Estágio

A Gestão de Insumos é deveras importante para que o discente possa ir a campo para cumprimento do estágio, e assim ter o resguardo de sua integridade física. Dentre os insumos de contenção individual, inerentes às atividades às práticas de estágio, pode-se citar os elementos abaixo:

A) Capacete com aba frontal (tipo II)

Tem foco na região da face, protegendo a visão do usuário com eficiência. É utilizado por diversos setores industriais, inclusive por distribuidoras de energia elétrica;

B) Protetores auditivos

Como as obras envolvem trabalhos com equipamentos que emitem ruídos elevados acima de 85 dB, a NR 15 determina o uso obrigatório de protetores auriculares para preservar o sistema auditivo dos funcionários, assim como estagiários.

C) Calçados

Recomendado para proteção dos calçados/pés, o uso de botas, são utilizados para dar maior aderência e conforto aos pés, além de protegê-los contra diversos riscos e situações durante as atividades laborais

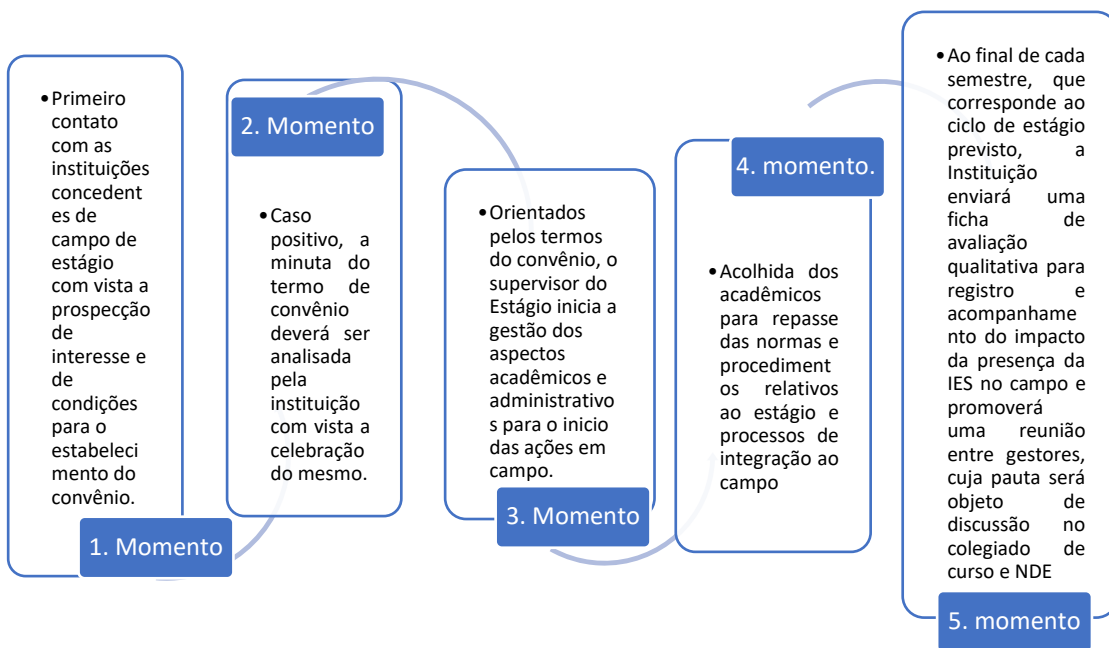
1.7.11 Interlocução Institucionalizada da IES com os ambientes com a produção de insumos para a atualização das práticas de estágio

À medida que os resultados do estágio forem sendo verificados, interpretadas e avaliadas, o estagiário tomará ciência do seu perfil na ocasião. Com isso, ele próprio poderá reconhecer a necessidade:

- ✓ Da retificação da aprendizagem nos conteúdos em que revelar equívoco ou insegurança de domínio;
- ✓ Da própria reprogramação da prática.

Com vistas ao mais elevado padrão de qualidade do processo ensino-aprendizagem, a FAMETRO assegura, ao aluno/estagiário, essa reorientação e reprogramação teórico prática. Estão previstos mecanismos de trocas entre a Instituição e os campos de estágio com vista a compartilhamento e avaliação das atividades realizadas, visando a colaboração mútua entre a instituição concedente e a IES.

O fluxo previsto para que esta interlocução entre a IES e a instituição concedente, para fins de gerar insumos de melhoria e colaboração entre o espaço acadêmico e o espaço profissional, está previsto no esquema abaixo:



ANEXO I

Termo de Compromisso do Estagiário Curricular Obrigatório.

Ano: _____ Semestre: _____

Eu, _____ aluno (a) do curso de Arquitetura do CEUNI FAMETRO do período _____, matrícula número _____, assumo o compromisso de exercer o estágio curricular da Disciplina de _____, no período de ____/____/____ a ____/____/____.

Estou ciente e concordo que o exercício do estágio curricular exige:

Cumprir com Normas estabelecidas do Programa de Estágio Curricular;

Cumprir () horas semanais de trabalho supervisionado;

Desenvolver o Plano de Supervisão de Estágio elaborado pelo Professor Supervisor;

Cumprir as disposições legais estatutárias e regimentais da IES e as constantes das Normas do Programa de Estágio Curricular do Curso.

Comparecer ao estágio curricular munido de material estabelecido pelo programa.

Com plena ciência de que a aludida atividade não constitui vínculo empregatício e, para firmar a validade do que aqui se estabelece, assino o presente TERMO DE COMPROMISSO, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, fazendo jus aos benefícios do aludido Programa somente enquanto nele permanecer na IES.

Fametro, ____ de _____ de 20__

Professor Supervisor

Estagiário

Coordenador (a) do Curso de Arquitetura

| LISTA DE FREQUÊNCIAS E MÉDIAS ESTÁGIO CURRICULAR I / II | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|-----------|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| MATRÍCULA | ACADÊMICO | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

Local de Estágio: _____

Disciplina: _____

Professor: _____

Preceptor do Estágio

Coordenação de Estágio de Arquitetura

| LISTA DE FREQUÊNCIAS E MÉDIA ESTÁGIO CURRICULAR I / II | | | | | | | | | | | | | |
|--|-----------|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--------|-------------|------------|
| MATRÍCULA | ACADÊMICO | | | | | | | | | | FALTAS | Média Final | ASSINATURA |
| | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | |

Período de Estágio: _____

Local de Estágio: _____

Disciplina: _____

Professor: _____

Preceptor do Estágio

Coordenação de Estágio de Arquitetura

Anexo VI

ITENS PARA CONFECÇÃO DO RELATÓRIO

O Relatório Final de Estágio é o resultado escrito de tudo o que foi desenvolvido no Estágio. Deverá ser composto das seguintes partes:

Capa – seguir modelo - (item II);

Folha de rosto – seguir modelo (item II);

Sumário;

Corpo do relatório – composto pelos seguintes itens, obrigatoriamente: Introdução (uma página), Objetivo geral, Objetivos específicos, Atividades realizadas e Conclusão;

Referências – nas normas ABNT;

Anexos (se necessário).

FORMATAÇÃO:

Capa e folha de rosto com fonte Arial e tamanho 14, em negrito. Texto com fonte Arial e tamanho 11. Títulos em fonte 12 e em negrito;

As folhas do trabalho devem ser contadas sequencialmente a partir da folha de rosto enumeradas a partir da introdução;

Espaçamento de linha 1.15.

1.8 Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da educação básica

Não se aplica

1.9 Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática

Não se aplica

1.10 Atividades complementares

1.10.1 Carga Horária das Atividades Complementares do Curso

As atividades complementares são componente curricular obrigatório e terão por objetivo propiciar ao aluno a oportunidade de realizar, em prolongamento ao Currículo Pleno, uma trajetória diversificada, autônoma e particular, com conteúdos extracurriculares que lhe permitam enriquecer o conhecimento propiciado pelo Curso. Elas serão sempre ajustadas entre o corpo discente e a Coordenação do Curso, a qual tornará público às modalidades admitidas, de sorte a permitir a sua livre escolha pelo aluno. O estudante deve apresentar 110 horas de atividades complementares como requisito para a conclusão do curso de graduação.

As atividades complementares devem se converter em oportunidades de atualização e de enriquecimento complementando o perfil do formando, possibilitando o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

1.10.2 Forma de Aproveitamento das Atividades Complementares

A realização de atividades complementares, vem se tornando cada vez mais comum entre os estudantes de graduação, por permitir o desenvolvimento de habilidade específicas, em muitos casos não trabalhadas em sala de aula e que não pelo mercado de trabalho, em recintos escolares que são exigidas pelo mercado de trabalho, tais como comunicação, criatividade, pro atividade, trabalho em equipe etc. Dentre essas atividades, as semanas acadêmicas possibilitam o crescimento profissional e pessoal de todas as partes envolvidas, desde a idealização até a sua concretização.

| Atividade | Documento Requerido | Certificação Mínima | Certificação Máxima | Total Acumulado |
|--|-----------------------------|---------------------|---------------------|-----------------|
| Palestras relacionadas ao Curso | Certificado de participação | 2h | 20h | 40h |
| Certificado de participação | Certificado de participação | 2h | 20h | 40h |
| Minicursos online ou presenciais relacionados ao curso | Certificado de participação | 2h | 20h | 40h |

| | | | | |
|---|--|-----|------|-----|
| Monitoria em disciplina do Curso | Certificado de participação | 2h | 60h | 60h |
| Participação em Pesquisas Institucionais | Declaração ou certificado de participação | 2h | 80h | 80h |
| Atividades práticas relacionadas ao Curso | Declaração ou certificado de participação | 2h | 20h | 40h |
| Artigos relacionados ao curso publicados em revistas acadêmicas indexadas ou como capítulos de livros | Artigo ou o capítulo publicado | 10h | 40h | 40h |
| Apresentação em Eventos Científicos de Trabalhos relacionados ao Curso | Certificado de participação | 2h | 30h | 30h |
| Membro de Diretoria de Associações Estudantis, Culturais e Esportivas (Associação atlética, Centro Acadêmico, Diretório Acadêmico, Comissão de formatura) | Declaração, contendo o tipo de atividade e a carga horária desenvolvida, expedida, Instituição e ou Organização. | 4h | 4h | 8h |
| Participação em Atividades Socioculturais, Artísticas e Esportivas (coral, música dança, bandas, vídeos, cinema, fotografia, cineclubes, teatro, campeonatos esportivos etc. (não curriculares)). | Declaração, contendo o tipo de atividade e a carga horária desenvolvida, expedida, Instituição e ou Organização. | 2h | 8h | 8h |
| Participação em Projetos Sociais, trabalho voluntário em entidades vinculadas a compromissos sóciopolíticos (OSIPS, ONGS, Projetos comunitários, Creches, Asilos etc). | Declaração, contendo o tipo de atividade e a carga horária desenvolvida, expedida, Instituição e ou Organização. | 2h | 12h | 12h |
| Realização de Estágios não computados na carga horária relativa ao Estágio Curricular Supervisionado nem nas | Declaração da realização ou termo de | 20h | 100h | 60h |

| | | | | |
|---|---------------------------------|-----|------|-----|
| Atividades Práticas vinculadas às disciplinas da matriz curricular do PPC. | compromisso ou contrato | | | |
| Atividades realizadas como Agente Cívico. | Certificado de participação | 30h | 30h | 30h |
| Disciplinas optativas e Estudos Dirigidos que constam nos Planos de Ensino realizadas de forma complementar. | Aprovação na disciplina | 40h | 80h | 80h |
| Concursos de Monografias com trabalhos sobre temas da área de cada curso orientados por professores do curso. | Monografia elaborada e aprovada | 4h | 12h | 12h |
| Cursos ou atividades de extensão. | Certificado de participação | 2h | 20h | 40h |
| Seminários, Semana Acadêmica e Congressos. | Certificado de participação | 2h | 20h | 40h |
| Realização de Estágios não computados na carga horária relativa ao Estágio Curricular Supervisionado nem nas Atividades Práticas vinculadas às disciplinas da matriz curricular do PPC. | Certificado de participação | 20H | 100H | 60H |
| Outras atividades previamente autorizadas pelo Colegiado do Curso como AC. Comprovante determinado pelo Colegiado do Curso. Cursos on-line. | Certificado de participação | 2 | 20 | 40 |

Outras atividades previamente autorizadas pelo Colegiado do Curso como AC. Comprovante determinado pelo Colegiado do Curso. Cursos on-line limitados a 40 h.

1.10.3 Aderência das Atividades Complementares à Formação Geral e Específica do Discente

O Mundo no seu atual estágio de desenvolvimento nunca experimentou mudanças de maneira tão aceleradas, e de tanto impacto na vida das pessoas e das organizações. Novas

abordagens técnicas, mídias e inovadoras formas de comunicação forçam o espírito humano a repensar suas práticas enquanto indivíduos membros da sociedade e como partícipes do mundo do trabalho. Nesta perspectiva, assim como mudam as relações humanas, se alteram também as relações organizacionais, tornando o mercado de trabalho um espaço muito mais dinâmico e flexível. O que outrora era mais duradouro, e podia se dá a partir de modelos fixos de formação, está sendo substituído por formas mais flexíveis de caráter interdisciplinar e transversal.

Assim, embora as unidades curriculares de um curso ofereçam as bases teóricas e conceituais de uma formação e habilitem para o exercício da profissão, as atividades complementares ocupam uma significativa importância na direção de favorecer também a construção de itinerários próprios de formação que atendam os interesses, às necessidades e às vocações inerentes a cada aluno. Elas permitem a diversificação e ampliação do currículo formal por meio de experiências integradoras no âmbito da pesquisa, da extensão e formação cultural. Desse modo, considerando as habilidades previstas ao perfil do egresso dispostas no dispositivo legal das Diretrizes Curriculares, é fundamental ofertar este espaço ampliado de formação para além da sala de aula. Os projetos pedagógicos dos Cursos de Graduação contemplarão atividades complementares criando diversos mecanismos de aproveitamento de conhecimentos, adquiridos pelo estudante, mediante estudos e práticas independentes, presenciais e/ou a distância, a saber: monitorias e estágios; programas de iniciação científica; programas de extensão; estudos complementares e cursos realizados em outras áreas afins. A instituição fornecerá um conjunto significativo de oportunidades formativas, que ajude no conjunto do currículo a fortalecer o objetivo do curso e as competências e habilidades também previstas nas Diretrizes Curriculares, às quais estão detalhadas no Projeto Político Pedagógico do Curso. Trata-se, assim, de um esforço para oferecer as condições mais favoráveis para o desenvolvimento de competências, quer sejam aquelas necessárias hoje quer sejam aquelas que nasceram no futuro próximo, o domínio destas no contexto da trabalhabilidade futura.

1.10.4 Mecanismos Inovadores na Regulação, Gestão e Aproveitamento das Atividades Complementares.

As Atividades Complementares se constituem em parte integrante o currículo dos cursos de Graduação da Instituição, e devem ser desenvolvidas dentro do prazo de conclusão do curso, conforme definido em seu Projeto Pedagógico carga horária e ao longo dos semestres letivos, cabendo ao aluno participar de Atividades Complementares que privilegiem a construção de comportamentos sociais, humanos, culturais e profissionais.

Ressaltamos que estas poderão ser desenvolvidas na própria Instituição ou em organizações públicas e privadas, que propiciem a complementação da formação do aluno, assegurando a diversidade de enfoque e de espaços formativos para os alunos, quando ofertadas pela Instituição, devem ser ofertadas de modo a não comprometer a carga horária das atividades acadêmicas curriculares, não sendo, portanto, justificativa para faltas em outras disciplinas/componentes curriculares. Neste sentido, para melhor organização delas, o Coordenador de Curso, o Colegiado de Curso e o Núcleo docente estruturante, possuem papel fundamental na identificação daquelas atividades promovidas pela instituição que contribuirão para o fortalecimento do perfil do egresso do curso.

Neste sentido, para melhor organização delas, o Coordenador de Curso, o Colegiado de Curso e o Núcleo docente estruturante, possuem papel fundamental na identificação daquelas atividades promovidas pela instituição que contribuirão para o fortalecimento do perfil do egresso do curso.

Ao Coordenador do Curso compete:

I. coordenar a oferta e a divulgação das atividades complementares no âmbito de seu curso;

I. avaliar e realizar o registro de horas complementares dos alunos no âmbito do seu curso validando as mesmas;

II. supervisionar o desenvolvimento das atividades complementares quando organizadas pelo seu curso;

III. definir, ouvido o Colegiado de Curso, as atividades complementares que poderão ser ofertadas em calendário acadêmico do respectivo ano letivo.

IV. encaminhar à Secretaria Acadêmica – SECAD, o resultado da avaliação das Atividades Complementares, quando for o caso;

V. informar sobre o Regulamento e as atividades oferecidas dentro ou fora da Instituição que propiciem pontuações para atividades Complementares;

VII. participar das reuniões necessárias para a operacionalização das ações referentes às Atividades Complementares.

Na avaliação das Atividades Complementares, desenvolvidas pelos alunos, serão considerados:

A compatibilidade e a relevância das atividades desenvolvidas, de acordo com o Regulamento, e os objetivos do curso em que o aluno estiver matriculado;

O total de horas dedicadas à atividade. As Atividades Complementares deverão possuir um importante portfólio de habilidades e competências que serão conquistadas pelos alunos do Curso de Graduação em consonância com as Diretrizes Curriculares no que compete ao perfil do egresso a ser construído.

Dentre as formas inovadoras de aproveitamento das atividades complementares está a duplicação do aproveitamento a depender do caráter da atividade realizada (vide Capítulo VII do Regulamento de atividades complementares).

1.10.5 Regulamento das Atividades Complementares

Art. 1º. As atividades complementares constituem atividades extracurriculares dos Cursos e compreendem uma carga horária de acordo com cada matriz curricular aprovada pelo Ministério da Educação, sendo desenvolvida no decorrer do curso.

Art. 2º. Os alunos podem realizar atividades complementares desde o 1º semestre do curso até o último semestre. Em virtude do sistema do e-mec não disponibilizar um processo para as atividades complementares à parte, a carga do curso foram distribuídas nos semestres sem a obrigatoriedade do aluno cursar as horas estabelecidas naquele semestre, mas durante o curso.

Art. 3º. Os alunos deverão cursar no mínimo 4 atividades diversificadas;

Art. 4º. As atividades complementares só serão contabilizadas a partir da entrada do aluno na IES.

Art. 5º. As atividades complementares têm como objetivos específicos: adquirir conhecimentos extracurriculares; participar ativamente, na qualidade de auxiliar, monitor ou estagiário, de atividades de pesquisa, extensão e ensino; produz e/ou apresentar trabalhos acadêmicos próprios. Desenvolver atividades relacionadas com responsabilidade social, cultural, artística e esportiva.

Art. 6º. O aluno pode escolher quaisquer atividades complementares dentre as listadas no artigo abaixo.

Art. 7º. Ficam estabelecidas as seguintes exigências para o aproveitamento das atividades complementares:

Art. 8º. Os casos omissos e as interpretações deste regulamento devem ser resolvidos pelo Colegiado de Curso, com recurso, em instância final, da FAMETRO.

Art. 9º. Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação.

CAPÍTULO I - DAS FINALIDADES

Art. 1º - As Atividades Complementares se constituem em parte integrante o currículo dos cursos de Graduação.

§1º - As Atividades Complementares são desenvolvidas dentro do prazo de conclusão do curso, conforme definido em seu Projeto Pedagógico, sendo componente curricular obrigatório para a graduação do aluno.

§2º - Caberá ao aluno participar de Atividades Complementares que privilegiem a construção de comportamentos sociais, humanos, culturais e profissionais. Tais atividades serão adicionais às demais atividades acadêmicas e deverão contemplar os grupos de atividades descritos neste Regulamento.

Art. 2º - As Atividades Complementares têm por objetivo enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando:

- I. atividades de complementação da formação social, humana e cultural;
- II. atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo;
- III. atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional.

CAPÍTULO II - DO LOCAL E DA REALIZAÇÃO

Art. 3º - As Atividades Complementares poderão ser desenvolvidas na própria IES ou em organizações públicas e privadas, que propiciem a complementação da formação do aluno, assegurando o alcance dos objetivos previstos nos Artigos 1º e 2º deste Regulamento.

Parágrafo único - As Atividades Complementares deverão ser realizadas preferencialmente aos sábados ou no contra turno do aluno, não sendo justificativa para faltas em outras disciplinas/unidades curriculares.

CAPÍTULO III - DAS ATRIBUIÇÕES

SEÇÃO I

DO COORDENADOR DO CURSO

Art. 4º - Ao Coordenador do Curso compete:

- I. indicar à Gerência de Ensino e Pesquisa o professor responsável por coordenar as ações das Atividades Complementares no âmbito de seu curso;
- II. propiciar condições para o processo de avaliação e acompanhamento das Atividades Complementares;
- III. supervisionar o desenvolvimento das Atividades Complementares;
- IV. definir, ouvido o Colegiado de Curso, para as atividades relacionadas no artigo 13, procedimentos de avaliação e pontuação para avaliação de Atividades Complementares em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;
- V. validar, ouvido o Colegiado de Curso, as disciplinas/unidades curriculares de enriquecimento curricular que poderão ser consideradas Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;

VI. julgar, ouvido o Colegiado de Curso, a avaliação das Atividades Complementares não previstas neste Regulamento.

SEÇÃO II

DO COLEGIADO DO CURSO

Art. 5º - Ao Colegiado do Curso compete:

I. propor ao Coordenador do Curso, para as atividades relacionadas no artigo 13, procedimentos de avaliação e pontuação para avaliação de Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;

II. propor ao Coordenador do Curso as disciplinas/unidades curriculares de enriquecimento curricular que poderão ser consideradas Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;

III. propor ao Coordenador do Curso a avaliação das Atividades Complementares não previstas neste Regulamento.

SEÇÃO III

DO PROFESSOR RESPONSÁVEL

Art. 6º - Ao professor responsável pelas Atividades Complementares compete:

I. analisar e validar a documentação das Atividades Complementares apresentadas pelo aluno, levando em consideração este Regulamento;

II. avaliar e pontuar as Atividades Complementares desenvolvidas pelo aluno, de acordo com os critérios estabelecidos, levando em consideração a documentação apresentada;

III. orientar o aluno quanto à pontuação e aos procedimentos relativos às Atividades Complementares;

IV. fixar e divulgar locais, datas e horários para atendimento aos alunos;

V. controlar e registrar as Atividades Complementares desenvolvidas pelo aluno, bem como os procedimentos administrativos inerentes a essa atividade;

VI. encaminhar à Secretaria Acadêmica – SECAD, o resultado da matrícula e da avaliação das Atividades Complementares;

VII. participar das reuniões necessárias para a operacionalização das ações referentes às Atividades Complementares.

SEÇÃO IV

DO ALUNO

Art. 7º - Aos alunos da IES, matriculados nos cursos de Graduação, compete:

I. informar-se sobre o Regulamento e as atividades oferecidas dentro ou fora da IES que propiciem pontuações para Atividades Complementares;

II. inscrever-se e participar efetivamente das atividades;

III. solicitar a matrícula e a avaliação em Atividades Complementares, conforme prevê este Regulamento;

IV. providenciar a documentação comprobatória, relativa à sua participação efetiva nas atividades realizadas;

V. entregar a documentação necessária para a pontuação e a avaliação das Atividades Complementares, até a data limite estabelecida no Calendário Acadêmico; VI. arquivar a documentação comprobatória das Atividades Complementares e apresentá-la sempre que solicitada;

VII. retirar a documentação apresentada junto ao professor responsável em até 60 dias corridos após a publicação do resultado.

§1º - A documentação a ser apresentada deverá ser devidamente legitimada pela Instituição emitente, contendo carimbo e assinatura ou outra forma de avaliação e especificação de carga horária, período de execução e descrição da atividade.

§2º - A documentação não retirada no prazo estabelecido neste Regulamento será destruída.

CAPÍTULO IV

DO PROCESSO DE MATRÍCULA

Art. 8º - O aluno deverá protocolar junto ao professor responsável a entrega da documentação comprobatória para avaliação em Atividades Complementares, no momento que julgar ter os pontos necessários para avaliação.

§1º - A documentação comprobatória deverá ser entregue até a data limite prevista em Calendário Acadêmico.

§2º - Caso o aluno complete o número mínimo de pontos exigido para aprovação em Atividades Complementares, a matrícula será realizada, sendo o aluno considerado aprovado.

§3º - Caso o aluno não complete o número mínimo de pontos exigido para aprovação em Atividades Complementares, a matrícula não será realizada.

§4º - Caso o aluno tenha como único requisito faltante para conclusão do curso as Atividades Complementares e não complete o número mínimo de pontos exigido para aprovação, a matrícula será realizada e o aluno será considerado reprovado.

Art. 9º - A matrícula e a avaliação em Atividades Complementares deverão ser realizados até a data limite para lançamento de notas estabelecida no Calendário Acadêmico.

Art. 10 - Não será aceita matrícula em enriquecimento curricular em Atividades Complementares.

Art. 11 - Não haverá dispensa ou convalidação das Atividades Complementares.

CAPÍTULO V

DA AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 12 - Na avaliação das Atividades Complementares, desenvolvidas pelo aluno, serão considerados:

- I. a compatibilidade e a relevância das atividades desenvolvidas, de acordo com o Regulamento, e os objetivos do curso em que o aluno estiver matriculado;
- II. o total de horas dedicadas à atividade.

Parágrafo único - Somente será considerada, para efeito de pontuação, a participação em atividades desenvolvidas a partir do ingresso do aluno no Curso.

Art. 13 - Poderão ser validadas como Atividades Complementares:

Grupo 1 - Atividades de complementação da formação social, humana e cultural, estando inclusas:

Atividades esportivas - participação nas atividades esportivas;

Cursos de língua estrangeira – participação com aproveitamento em cursos de língua estrangeira;

Participação em atividades artísticas e culturais, tais como: banda marcial, camerata de sopro, teatro, coral, radioamadorismo e outras;

Participação efetiva na organização de exposições e seminários de caráter artístico ou cultural;

Participação como expositor em exposição artística ou cultural.

Grupo 2 - Atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo, estando Inclusas:

I. participação efetiva em Diretórios e Centros Acadêmicos, Entidades de Classe, Conselhos e Colegiados internos à Instituição;

II. participação efetiva em trabalho voluntário, atividades comunitárias, CIPAS, associações de bairros, brigadas de incêndio e associações escolares;

III. participação em atividades beneficentes;

IV. atuação como instrutor em palestras técnicas, seminários, cursos da área específica, desde que não remunerados e de interesse da sociedade;

V. engajamento como docente não remunerado em cursos preparatórios e de reforço escolar;

VI. participação em projetos de extensão, não remunerados, e de interesse social.

Grupo 3 - Atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional, estando inclusas:

participação em cursos extraordinários da sua área de formação, de fundamento científico ou de gestão;

participação em palestras, congressos e seminários técnico-científicos;

participação como apresentador de trabalhos em palestras, congressos e seminários técnico-científicos;

participação em projetos de iniciação científica e tecnológica, relacionados com o objetivo do Curso;

participação como expositor em exposições técnico-científicas;

participação efetiva na organização de exposições e seminários de caráter acadêmico;

publicações em revistas técnicas;

publicações em anais de eventos técnico-científicos ou em periódicos científicos de abrangência local, regional, nacional ou internacional;

estágio não obrigatório na área do curso;

trabalho com vínculo empregatício, desde que na área do curso;

trabalho como empreendedor na área do curso;

estágio acadêmico;

participação em visitas técnicas organizadas pela IES;

participação e aprovação em disciplinas/unidades curriculares de enriquecimento curricular de interesse do Curso, desde que tais disciplinas/unidades curriculares tenham sido aprovadas pelo Colegiado de Curso e estejam de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso.

participação em Empresa Júnior, Hotel Tecnológico, Incubadora Tecnológica;

participação em projetos multidisciplinares ou interdisciplinares.

§1º - Os estágios previstos referem-se a estágios de característica opcional por parte do discente (estágio não obrigatório). O Estágio Curricular Obrigatório não poderá ser pontuado em Atividades Complementares, por já possuir carga horária e registro de nota próprios.

§2º - Os projetos multidisciplinares ou interdisciplinares referem-se àqueles de característica opcional por parte do discente, não previstos no currículo do curso do aluno. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) não poderá ser pontuado em Atividades Complementares, por já possuir carga horária e registro de nota próprios.

CAPÍTULO VI

DA PONTUAÇÃO

Art. 14 - As Atividades Complementares serão avaliadas, segundo a carga horária ou por participação efetiva nas atividades, atendendo ao disposto no parágrafo 1º do Art. 7º deste Regulamento.

Parágrafo único - As atividades que se enquadram em mais de um item serão pontuadas por aquele que propiciar maior pontuação.

Art. 15 - O aluno deverá participar de atividades que contemplem os Grupos listados no Artigo 13 deste Regulamento, completando no mínimo 20 pontos em cada um dos grupos.

Art. 16 - O aluno poderá integralizar:

I. no grupo 1 o máximo de 30 pontos;

II. no grupo 2 o máximo de 30 pontos;

III. no grupo 3 o máximo de 40 pontos.

Art. 17 - Caberá ao Colegiado de Curso propor ao Coordenador do Curso a pontuação dos itens de cada Grupo, respeitados os Artigos 15 e 16.

Parágrafo único - O Anexo 1 deste Regulamento será utilizado como referência para definição dos pontos em cada item.

Parágrafo único - O Anexo 1 deste Regulamento será utilizado como referência para definição dos pontos em cada item.

CAPÍTULO VII

DAS FORMAS INOVADORAS DE APROVEITAMENTO

Art. 15. As atividades classificadas como pertencentes ao grupo 3, tratado no Art. 13, terão tramitação distinta, podendo obter aproveitamento duplicado em dois grupos a saber:

I. atribuição de aproveitamento no grupo 2 (Atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo, estando inclusas atividades de extensão) e grupo 3 (Atividades de iniciação científica, inovação tecnológica e de formação profissional).

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18 - Os casos omissos neste Regulamento serão tratados pela Coordenação do Curso.

1.11 Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC)

1.11.1 Determinação das DCNS para o Trabalho de Conclusão do Curso - TCC

Como atividade acadêmica e intelectual o Trabalho de Conclusão de Curso apresenta como sua maior finalidade promover a iniciação na investigação científica, e o senso de autoria, como um elemento essencial na formação acadêmica e profissional do futuro profissional, tendo entre seus objetivos:

- Relacionar teoria e prática;
- Oportunizar aos alunos do Curso de Graduação do Centro Universitário Fametro a sintetizarem o conhecimento, e desenvolverem como resultado o processo investigativo;

- Capacitar aos alunos do Curso de Graduação do Centro Universitário Fametro a exercer a pesquisa de maneira crítica e criativa, levando em conta a formação com qualidade;
- Aprofundar os conhecimentos na área de interesse específico.

1.11.2 Áreas, período, carga horária e produto do TCC

Como atividade acadêmica e intelectual o Trabalho de Conclusão de Curso apresenta como sua maior finalidade promover a iniciação na investigação científica, e o senso de autoria, como um elemento essencial na formação acadêmica e profissional do futuro profissional, tendo entre seus objetivos:

- Relacionar teoria e prática;
- Oportunizar aos alunos do Curso de Graduação do Centro Universitário – FAMETRO a sintetizarem o conhecimento, e desenvolverem como resultado o processo investigativo;
- Capacitar aos alunos do Curso de Graduação do Centro Universitário – FAMETRO a exercer a pesquisa de maneira crítica e criativa, levando em conta a formação com qualidade;
- Aprofundar os conhecimentos na área de interesse específico.

1.11.3 Forma de Apresentação do TCC

A apresentação final dos trabalhos compõe um caderno A3 e apresentação em formato de slide digital para a banca examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso. O processo de apresentação será de forma oral e a defesa obedecerá às normas descrita no manual (anexo).

O aluno deverá obter média igual ou superior a 5,0 para conseguir aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso.

Os resultados dessas avaliações serão expressos por notas, resultando na média aritmética atribuída pelos 3 (três) componentes da banca 02 dois membros escolhidos arquitetos e urbanista da IES e 01 arquiteto e urbanista externo, obedecendo a uma escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos. A Banca Examinadora deverá observar a versão final e definitiva na sua forma escrita e oral, considerando os critérios da ficha de avaliação.

1.11.4 Forma de Orientação do TCC

Assessoria individual:

Processo contínuo de desenvolvimento e avaliação dos trabalhos de **Fundamentos de Trabalho de Curso: Estudo Preliminar e Trabalho de Conclusão de Curso**, que compreende assessoramentos individuais sobre as pesquisas, levantamento de dados, soluções de projeto adotadas, registros gráficos e formas de apresentação dos produtos, discussões temáticas e conceituais acerca dos temas desenvolvidos e produção individual dos projetos em andamento pelos alunos conforme normas e legislação vigente. A frequência do aluno nesta atividade é fundamental para o desenvolvimento do Trabalho e avaliação por parte de seu orientador.

Os dias de assessoramento será estipulado pelo sorteio realizado na segunda semana de cada semestre gerando um calendário que vai especificar os dias de assessoramento individual.

Os assessoramentos coletivos (palestras ou aulas) será computado com assessoramento individual e presença obrigatória do aluno.

Não será permitido assessoramento fora do dia e horário estipulado no calendário realizado na segunda semana do semestre vigente.

Não será permitido assessoramento com aparelhos eletrônico (Ex.: Notebook, tablets, celular, smartphones, etc.).

O orientando só poderá fazer gravação de áudio ou vídeo dos assessoramentos com consentimento do orientador previamente autorizado.

Os assessoramentos serão por etapa e produção e terá uma pontuação para cada dia do mesmo.

O aluno terá direito de faltar 25% do assessoramento até a data de entrega dos trabalhos em formato A1 e/ ou A2.

Caso o aluno ultrapasse os 25% de ausência do assessoramento, será automaticamente reprovado por não atingir a frequência mínima estipulado conforme o regimento interno da IES.

1.11.5 Forma de Coordenação do TCC

A coordenação do TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) realizada pelo coordenador do curso deve: avaliar temas dentro das atribuições profissionais e diretrizes curriculares de curso; divulgar as normas do TCC para todos os alunos; divulgar os nomes dos professores orientadores; elaborar o calendário de TCC e da apresentação do trabalho final compatível com o calendário acadêmico; convocar, quando necessário, reunião com os professores orientadores e/ou orientandos; mediar se necessário, as relações entre orientador

e orientando(s); receber o TCC em sua forma final e definitiva, para divulgação em internet e arquivamento no banco de dados da Coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo.

1.11.6 Forma de Divulgação de Manuais Atualizados de Apoio à Produção dos Trabalhos

O Manual de TCC é disponibilizado na íntegra (com as orientações para o desenvolvimento do Fundamentos de Trabalho de Curso: Estudo Preliminar e Trabalho de Conclusão de Curso) aos alunos pela Comissão de TCC e pelos professores orientadores aos representantes das turmas para repassarem aos demais discentes. A atualização do manual poderá ocorrer anualmente, após reunião da Comissão e aprovação do colegiado e da coordenação do curso de Arquitetura e Urbanismo.

1.11.7 Forma de Disponibilização dos TCC's em Repositórios Institucionais

Após defesa e arguição da banca, o artigo final deve ser corrigido conforme sugestão dos professores, e entregue em capa dura (obrigatório), o qual posteriormente será direcionado à biblioteca da instituição para consulta pública.

A versão final e corrigida do TCC, após a sua defesa perante a Banca Examinadora, deverá ser entregue à Coordenação do Curso de Arquitetura uma via em formato impresso em capa dura (obrigatório) e outra via em mídia digital eletrônica (CD) salvo no formato de *.pdf, dentro dos padrões deste regulamento para posterior arquivamento, até 5 dias após a apresentação oral da mesma. Os trabalhos em mídia eletrônica e impressa são entregues e protocoladas na biblioteca da IES que fica responsável em transferir o conteúdo para a bibliotecal virtual. Ambos ficaram disponíveis para consulta pública.

1.11.8 Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso

MANUAL DO TRABALHO DE CURSO DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

Capítulo I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

Artigo 1º. É finalidade do presente Regulamento normatizar as atividades de elaboração, apresentação e avaliação do Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Fаметro.

Artigo 2º. O TCC é uma atividade de caráter didático-pedagógico obrigatório como parte integrante das atividades curriculares do Curso de Arquitetura e Urbanismo da FAMETRO, de acordo as Diretrizes Curriculares Nacionais:

I. Para conclusão do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, o aluno deverá elaborar um trabalho como atividade de síntese e integração de conhecimento, sob orientação docente.

Artigo 3º. O Trabalho de Conclusão de Curso será proposto e desenvolvido de modo a referendar, aprofundar, enriquecer, recriar ou avançar a cultura acadêmica que está representada no currículo de formação do profissional de Arquitetura e Urbanismo.

Artigo 4º. O TCC é uma produção científica INDIVIDUAL.

O TCC será ofertado nos últimos períodos do curso (9º e 10º período), e terá carga horária total de 154 horas para o desenvolvimento dessa atividade;

Para elaboração e defesa do trabalho de conclusão de curso, o aluno deve estar regularmente matriculado na disciplina de TCC;

O aluno NÃO poderá se matricular na disciplina de TCC se estiver com pendências em disciplinas de períodos anteriores que ultrapassem a carga horária máxima permitida de 132 horas, podendo matricular em TCC apenas os alunos que tiverem

pendência somente em uma disciplina de 132 horas ou duas disciplinas de 66 horas;

O aluno que no último período do curso (10º período) apresentar pendências em disciplinas de períodos anteriores que ultrapassem a carga horária máxima permitida de 66 horas, poderá se matricular apenas nas disciplinas pendentes, sendo vetada sua matrícula na disciplina de TCC.

Artigo 5. O tema do Trabalho de Conclusão de Curso deverá estar relacionado ao campo da Arquitetura e Urbanismo.

Capítulo II - DOS OBJETIVOS DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Artigo 6. As atividades relacionadas ao Trabalho de Conclusão de Curso serão desenvolvidas com a finalidade de contribuir para diferenciar a formação teórico-prática dos alunos do Curso de Arquitetura e Urbanismo, comprometendo-se com o avanço na formação de profissionais arquitetos e urbanistas que sejam:

Capazes de integrar, numa visão ampla e global da arquitetura e urbanismo, os desempenhos especializados que são próprios de diferentes áreas e níveis de atuação do profissional em questão;

Voltados ao desenvolvimento científico e/ou técnico da profissão;

Conhecedores das demandas sociais da população.

Artigo 7. São objetivos do Trabalho de Conclusão de Curso:

Atender às exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Resolução CNE/CES n. 02 de 17 de junho de 2010;

Proporcionar ao aluno a oportunidade de desenvolver um trabalho de natureza acadêmico-profissional, que possa traduzir a articulação dos conhecimentos aprendidos na sequência curricular, seja sob a forma da sistematização de

conhecimentos, seja sob a de problematização e encaminhamento de soluções para temas e questões relevantes à profissão.

Aprimorar o processo de formação dos alunos contribuindo para o desenvolvimento de competências pessoais e para a formação permanente.

Capítulo III - DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Artigo 8. O Trabalho deverá ser proposto, desenvolvido e entregue sob a forma de Artigo com base em pesquisa original ou de base bibliográfica (formato impresso e digital), e apresentado em formato de pôster para defesa oral.

Parágrafo único - Para os fins deste Regulamento, entenda-se por:

Monografia: divulgação dos resultados de um projeto de pesquisa descritiva ou experimental.

A ABNT classifica as Monografias:

Monografia original: Parte de uma publicação que apresenta temas ou abordagens originais, como relatos de experiência de pesquisa e estudos de caso;

Monografia de revisão: Parte de uma publicação que resume, analisa e discute informações já publicadas.

Capítulo IV DEFINIÇÃO:

Artigo 9. O Trabalho Conclusão do Curso - TCC é o conjunto de atividades desenvolvidas no âmbito das disciplinas obrigatórias Fundamentos de Trabalho de Graduação – estudo preliminar (TCC1) e Trabalho de Curso: anteprojeto e projeto (TCC2). Tais disciplinas - transcorrem em um ano letivo, sendo um semestre por disciplina, e podem ser cursadas após a integralização da grade curricular até o oitavo semestre (podendo haver pendência de créditos, conforme a ementa das disciplinas). Para permitir que os alunos do Centro Universitário Fametro possam

otimizar o início do seu TCC com seu ritmo de integralização da grade curricular, ambas as disciplinas são oferecidas nos dois semestres letivos.

- Artigo 10. A temática do TCC é de livre escolha do aluno (de acordo com as atribuições profissionais Lei nº 12.378) e diretrizes curriculares tendo que ser temáticas exequíveis e individual onde o desenvolvimento do trabalho deve ser assessorado e orientado por um:
 - professor (a), arquiteto e urbanista, do corpo docente do Centro Universitário Fametro. O aluno deverá realizar um trabalho contemplando questões e conhecimentos desenvolvidos no curso de Arquitetura e Urbanismo da FAMETRO. Os conhecimentos a serem aferidos e adquiridos pelo formando ao longo do curso são: Teoria e História da Arquitetura, do Urbanismo e do Paisagismo; Projeto de Arquitetura, de Urbanismo e de Paisagismo; Planejamento Urbano e Regional; Tecnologia da Construção; Sistemas Estruturais; Conforto Ambiental; Técnicas Retrospectivas; Informática Aplicada à Arquitetura e Urbanismo; Topografia; Legislação, Ética e Cidadania; Estágio Supervisionado e Projeto de Arquitetura, de Urbanismo e Paisagismo. Por sua vez, as atribuições profissionais são conforme a lei 11.328 e a resolução 21 CAU.
- Capítulo V – PLÁGIO
- Artigo 11. É vedada ao acadêmico a citação de obras sem a respectiva indicação do autor, conforme a lei 9.610/98. Os trabalhos desenvolvidos nos produtos e

TCC's e identificados como plágio total ou parcial serão automaticamente reprovados.

- Artigo 12. Se em qualquer momento for constatado plágio total ou parcial do trabalho desenvolvido e/ou apresentado, o aluno será automaticamente reprovado na disciplina de TCC, além de estar sujeito a outras sanções cabíveis.
- Artigo 13. Os casos de suspeita de plágio serão encaminhados ao Conselho Superior para julgar e encaminhar os trabalhos suspeitos de tal prática à Procuradoria Jurídica, para as medidas cabíveis.
- Artigo 14. Será considerado plágio a redação de frases, parágrafos ou citações que abranjam linhas contínuas ou interrompidas, sem a devida indicação de autoria nos TCC's.
- Artigo 15. É pré-requisito para apresentação e defesa do trabalho de conclusão de curso e sua versão final escrita à entrega da Declaração de Autoria (ANEXO IV).
- Capítulo VI MODALIDADES/TEMÁTICA
- Artigo 16. O TCC deverá ser relacionado a atribuições relacionado à Arquitetura e Urbanismo, podendo seguir as linhas temática descritas, a saber:
- Patrimônio cultural e arquitetônico:
 - Compreende intervenções arquitetônicas que envolvem edifícios e/ ou espaços urbanos de valor arquitetônico e cultural significativos, bem como pesquisas históricas sobre bens tombados e/ou projetos sobre tais conjuntos. Ex.: “Restauração e reabilitação de um prédio histórico”, “Casa do Estudante “, “Reorganização de ambulantes e revitalização da Praça da Matriz”.
- Arquitetura social, intervenção em escala urbana e paisagística:
 - Intervenções que têm a cidade como tema essencial e abordam o papel social da arquitetura. Intervenções em escala macro e projetos de reestruturação de

grandes glebas. Ex.: “Do sonho de Eduardo Ribeiro à morte da cidadania”, “Coari: a cidade e a água”, “Intervenção urbana no Porto do São Raimundo”.

-
- Intervenção arquitetônica em escala urbana:
- Projetos pontuais de interferência significativa sobre o espaço da cidade. Projetos de edifícios e/ ou espaços públicos que reestruturam um conjunto arquitetônico. Ex.: “Farol de Cultura”, “Pólo de Cultura e Lazer”, “Rodoviária”, “ Shopping Center “.
- Objeto arquitetônico:
- Projetos arquitetônicos relacionados ao lote e entorno imediato, que determinam um aprofundamento de detalhes construtivos e o trabalho em escalas menores de abordagem. Discussões sobre a industrialização na construção e a linguagem contemporânea da arquitetura de Brasília são linhas de abordagem deste grupo. Ex.: “Cemitério Vertical”, “Planetário”, “Liceu de Artes”, “Crematório”, “Shopping Comunitário”, “Aeródromo”, “Creche p/ deficientes físicos”.
- * Após aprovação, os temas sugeridos pelos alunos para desenvolvimento durante o processo de TCC serão agrupados conforme caráter e linha temática, o acompanhamento do trabalho de Conclusão do Curso de cada aluno será realizado em uma atividade semanal.
-
- Capítulo VII ESCOLHA DO TERRENO:
- Artigo 17. A escolha do terreno deve respeitar os parâmetros urbanísticos (Plano Diretor da Cidade de Brasília, dentre outros instrumentos normativos em vigor correlacionados a temática escolhida pelo acadêmico). Caso o aluno escolha um terreno fora da zona distrital respeitar os parâmetros urbanísticos desta região ou

órgão federal (Instrumentos normativos vigentes, quando o Município não for provido de Plano Diretor, conforme a Lei “Estatuto da Cidade, Lei 12. 257-01).

- Artigo 18. Fica proibido a escolha do mesmo terreno pelos alunos da mesma disciplina- Fundamentos de trabalho de graduação – estudo preliminar do semestre corrente.
- Artigo 19. Caso ocorra a escolha do mesmo terreno, haverá um critério de prioridade de escolha do mesmo. Esse critério será feito pelo coeficiente de aproveitamento ou média global.
-
-
-
-
- Capítulo VIII ASSESSORAMENTOS:
- Artigo 20. Assessoria individual: Processo contínuo de desenvolvimento e avaliação dos trabalhos de TCC1 e 2, que compreende assessoramentos individuais sobre as pesquisas, levantamento de dados, soluções de projeto adotadas, registros gráficos e formas de apresentação dos produtos, discussões temáticas e conceituais acerca dos temas desenvolvidos e produção individual dos projetos em andamento pelos alunos conforme normas e legislação vigente. A

frequência do aluno nesta atividade é fundamental para o desenvolvimento do TCC e avaliação por parte de seu orientador.

- Artigo 21. Os dias de assessoramento será estipulado pelo sorteio realizado na segunda semana de cada semestre gerando um calendário que vai especificar os dias de assessoramento individual.
- Artigo 22. Os assessoramentos coletivos (palestras ou aulas) será computado com assessoramento individual e presença obrigatória do aluno.
- Artigo 23. Não será permitido assessoramento fora do dia e horário estipulado no calendário realizado na segunda semana do semestre vigente.
- Artigo 24. Não será permitido assessoramento com aparelhos eletrônico (Ex.: Notebook, tablets, celular, smartphones, etc.)
- Artigo 25. O orientando só poderá fazer gravação de áudio ou vídeo dos assessoramentos com consentimento do orientador previamente autorizado.
- Artigo 26. Os assessoramentos serão por etapa e produção e terá uma pontuação para cada dia do mesmo.
- Artigo 27. O aluno terá direito de faltar 25% do assessoramento até a data de entrega dos trabalhos N1 e N2.
- Artigo 28. Caso o aluno ultrapasse os 25% de ausência do assessoramento, será automaticamente reprovado por não atingir a frequência mínima estipulado conforme o regimento interno da IES.
-
- Capítulo IX ATRASO NA ENTREGA DAS ETAPAS:
 - Artigo 29. Os trabalhos apresentados fora do prazo estabelecido pelo calendário do TCC1 e TCC 2 serão penalizados em 1.0 (Um ponto) por dia de atraso, esta regra vale para todas as atividades descritas na norma. Tolerância máxima de atraso 03 dias corridos, incluindo sábado e domingo, para etapas escritas (desconto de 3.0 pontos), para pré-banca será penalizado -3,0 (menos três) direto. Para a banca pública com arquiteto e urbanista, externo a IES não será permitida

segunda chamada. As defesas orais não permitirão atraso, excetuando-se os casos atestados e justificados junto à instituição, no prazo máximo de 72 Horas, conforme manual do aluno.

- Artigo 30. Será realizado um sorteio com dia e horas para apresentação oral, o aluno terá que respeitar o calendário com ordem de apresentação previamente divulgado nos instrumentos oficiais de comunicação com tolerância de 30(trinta) minutos, caso não ocorra, será penalizado com depreciação de 1.0(Um ponto) pelo descumprimento do mesmo.

-

- Capítulo X FREQUÊNCIA:

- Artigo 31. Todos os alunos matriculados nas disciplinas de Fundamentos do Trabalho de Graduação: estudo preliminar – TCC 1 e Trabalho de Curso: anteprojeto e projeto executivo – TCC 2, serão avaliados segundo sua frequência durante o assessoramento individual. Será obrigatória a presença em no mínimo

75% da totalidade das atividades, levando-se em conta a carga horária das disciplinas.

- Capítulo XI FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO TRABALHO DOS ALUNOS:
- Artigo 32. Em todo assessoramento será registrado seu conteúdo apresentado em uma ficha ANEXO.
- Artigo 33 A ficha constará número de assessoramento, conteúdo, data e assinatura do orientador e do orientando, dando veracidade ao conteúdo nele descrito.
- Artigo 34 É obrigatório o registro de qualquer atividade na ficha de assessoramento, mesmo que o aluno não apresente conteúdo. (Ex.: Não compareceu, não apresentou conteúdo, etc.)
-
- Capítulo XII ETAPAS DO TCC:
- Artigo 35. O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC é dividido por duas etapas:
- Fundamentos do Trabalho de Graduação: estudo preliminar– TCC 1
- Trabalho de Curso: anteprojeto e projeto executivo– TCC 2
-
- Artigo 36. Fundamentos do Trabalho de Graduação: estudo preliminar– TCC 1: É primeira etapa do TCC, onde o aluno vai desenvolver pesquisa profunda do seu tema para criação de um objeto arquitetônico (Estudo preliminar), a saber:
- Conteúdo a ser desenvolvido:
- Projeto de pesquisa;
- Dados de identificação do projeto;
- Tema;
- Delimitação do tema;
- Formulação do problema;

- Justificativa;
- Objetivos gerais e específicos;
- Embasamento teórico;
- Metodologia;
- Referencial bibliográfico.
- Artigo científico;
- Elementos Pré-textuais:
 - Apresentação (Capa, folha de rosto);
 - Resumo – Título;
 - Sumário, listas de ilustrações, gráficos, siglas e tabela;
 - Título e/ou tema;
 - Formulação do problema.
- Elementos textuais:
 - Conceito e referencial teórico;
 - Estudo de caso (Internacional, nacional e regional);
 - Síntese dos estudos de caso;
 - Área de intervenção e justificativa da escolha;
 - Histórico do bairro;
 - Análise do entorno;
 -
 - Mapas temáticos (Uso do solo, tipologia, gabarito, sistema viário, topografia)
 - Levantamento planialtimétrico;

- Vegetação existente;
- Legislação arquitetônica, urbanística e afins;
- Plano de necessidade;
- Programa de necessidade (pré-dimensionamento);
- Fluxograma;
- Conclusão.
- Elementos Pós-textuais:
- Referência Bibliográfica.
- Estudo preliminar.
- Situação/implantação;
- Plantas baixa;
- Cobertura;
- Cortes;
- Fachadas;
- Perspectivas.
-
- Artigo 37. Trabalho de Curso: anteprojeto e projeto executivo– TCC 2: E segunda etapa do TCC, onde o aluno vai fazer as correções do artigo científico e desenvolver o projeto arquitetônico (projeto legal).
- Conteúdo a ser desenvolvido:
- Artigo científico corrigido;
- Projeto Arquitetônico;
- Situação/implantação;

- Plantas baixa;
- Cobertura;
- Cortes;
- Fachadas;
- Perspectivas.
-
-
-
- Capítulo XIII ETAPAS DE AVALIAÇÃO TCC:
-
- ARTIGO CIENTÍFICO: Deverá ser entregue em capa dura, na cor azul marinho e cumprindo a ABNT NBR 12225 e ABNT NBR 14724, com CD gravado com todos os arquivos da monografia e parte projetual.
- APRESENTAÇÃO ORAL: Poder de síntese (15 minutos); vocabulário técnico, domínio e clareza na exposição dos fatos, postura da banca;
- LINGUAGEM DE APRESENTAÇÃO: Expressão gráfica, Diagramação do painel; Organização dos itens.
- ESCOLHA E JUSTIFICATIVA DA ÁREA OBJETO DE INTERVENÇÃO: Localização da área (mapa); Mapas temáticos (uso do solo urbano, gabarito de altura, tipologia e sistema viário); Critérios para escolha da área; Infraestrutura existente; Acessibilidade (acessos para viabilidade do empreendimento); Diálogo

com o entorno; Condições físicas da área; Impactos urbanos e ambientais existentes e previstos; Condicionantes Legais; Vegetação Existente e Topografia.

- SÍNTESE DA CONCEITUAÇÃO DO TEMA, PESQUISA TEMÁTICA E PROGRAMA DE NECESSIDADES.
- CONCEPÇÃO FORMAL: Equilíbrio: cheios e vazios; Princípios ordenadores do projeto; Proposta formal; justificativa da proposta formal;
- CONCEPÇÃO FUNCIONAL: ARQUITETÔNICO: Setorização; Fluxos e acessos; Condicionantes climáticos; Dimensionamento; Solução funcional da proposta; Implantação; Cobertura; Plantas baixas (Layout Humanizado); Cortes Humanizados, Fachadas Humanizadas, Perspectivas, Proposta de Paisagismo
- URBANO: Evolução morfológica da área; Sistema viário; Relação com entorno; Setorização e Dimensionamento; Diagnóstico da área; Fluxos e acessos; Solução funcional da proposta; Mobiliário urbano; Implantação geral Humanizada; Coberturas Humanizada, Plantas baixas (Layout Humanizado); Cortes Humanizados, Fachadas Humanizadas, Perspectivas, Proposta de Paisagismo
Obs. No mínimo 03 edificações importantes e escolhidas pelo professor orientador junto com o orientando.
- PATRIMONIO CULTURAL EDIFICADO: Histórico e iconografia; Leitura da paisagem e apreensão estilística; Estudo da locação e adaptação ao uso; Levantamento cadastral estado atual (Implantação geral Humanizada; Coberturas Humanizada, Plantas baixas (Layout Humanizado); Cortes Humanizados, Fachadas Humanizadas e Proposta de Paisagismo); Mapeamento de danos; Intervenção (Implantação geral Humanizada; Coberturas Humanizada, Plantas

baixas (Layout Humanizado); Cortes Humanizados, Fachadas Humanizadas e Proposto de Paisagismo); Estudos cromáticos; Perspectivas

-
- OBS.: Serão avaliadas de acordo com as planilhas em anexo.
-
- Capítulo XIV CALENDÁRIO:
 - Artigo 40. Será apresentado conforme calendário acadêmico da IES do semestre em vigor e horários de cada turma.
 - Parágrafo único. O calendário será apresentado após os primeiros quinze dias úteis de aula, conforme calendário acadêmico da IES, podendo ser prorrogado conforme matrícula da IES e calendário institucional, de aula devido ao sorteio ou média do histórico escolar (coeficiente global).
- Capítulo XV CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:
 - Artigo 41. Os trabalhos serão avaliados pelo professor arquiteto e urbanista da disciplina e professores auxiliares, caso seja pertinente, envolvidos na disciplina

através da análise individual dos diversos trabalhos apresentados, levando em consideração, a saber:

- A qualidade e nível de desenvolvimento dos documentos apresentados em cada etapa.
- Confiabilidade das informações e dados descritos em artigo e produção gráfica;
- A abrangência e consistência dos “Elementos de Pesquisa e Fundamentação”.
- Complexidade, relevância e atualidade do tema;
- Aspectos conceituais;
- Aspectos de Implantação e do Território;
- Aspectos funcionais e de organização espacial;
- Expressão construtiva e Resolução Técnica;
- Aspectos Formais e de Criatividade;
- 10. Aspectos de Representação Gráfica;
- 11. Aspectos Específicos do Trabalho.
-
- Artigo 42. Ao final do Trabalho de Curso: anteprojeto e projeto executivo – TCC 2 o aluno finalista apresentará o trabalho concluído, “Trabalho de Conclusão de Curso – TCC”, em BANCA PÚBLICA, composto por 02 (02) arquitetos e urbanista professores da IES e um arquiteto e urbanista pleno como convidado voluntário externo da IES. O formato de apresentação será através de banners, de 08 a 10 banners, tendo até 20 minutos para apresentação e 15 minutos para arguição da composição da banca e será previamente sorteado a ordem da apresentação, conforme o calendário acadêmico da IES, em dia previamente agendado pelo

professor orientador. O aluno que não realizar a banca pública (faltar) não poderá solicitar segunda chamada.

-
- Capítulo XVI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
- Artigo 43. Os casos omissos e as interpretações deste regulamento devem ser resolvidos pela Direção Acadêmica e, em grau de recurso a Direção Geral e em instância final, ao Conselho Superior da Faculdade.
- Artigo 44. Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho Superior do Centro Universitário Fametro, revogando-se as disposições em contrário.

1.12 Apoio ao Discente

POLÍTICA

A Política de atendimento aos estudantes consiste no suporte acadêmico que a IES oferece por meio de uma gama de serviços como: acolhimento ao ingressante; atendimento extraclasse; nivelamento; monitoria; estímulo à representatividade discente; diretório acadêmico; ouvidoria; portal acadêmico; formação de escola de líderes; formação de empreendedores; apoio psicopedagógico e de acessibilidade; acompanhamento de egressos; internacionalização; e apoio financeiro. Todos os serviços ofertados pelo Programa de Apoio ao Discente, serão disponibilizados aos alunos da modalidade presencial e na modalidade à distância. Para tanto far-se-á uso das tecnologias da informação e da comunicação disponíveis e do Ambiente Virtual de Aprendizagem.

E por meio do atendimento proporcionado aos discentes pelos núcleos: NAPA- Núcleo de apoio psicopedagógico e de acessibilidade responsável pelo atendimento de demandas espontâneas e dirigidas de alunos com dificuldade de aprendizagem, relacionamento ou psicológica na qual o NAPA atende, orienta e acompanha, e ainda promove palestras sobre temáticas ligadas a questões como: suicídio, drogadição, respeito à diversidade, gênero entre outros, e do NADI- Núcleo de atendimento ao discente responsável por captação de vagas de emprego e estágio não obrigatório, bem como pela promoção de palestras de formação para o mercado de trabalho, e ainda, por ações de reversão, no caso de alunos que eventualmente tenham intenção de desistir dos estudos.

PROGRAMA

A política de atendimento aos estudantes se dá por meio dos programas (regulamento em anexo):

PAD – Programa de Apoio ao Discente,

PROCESSO – Programa de Acessibilidade e Inclusão Social

AÇÕES:

Tais programas ofertam melhores condições de continuidade acadêmica aos alunos de nossa instituição, a saber:

Programas de Bolsas e Financiamento Estudantil (NADI)

Serão concedidas bolsas de estudos aos alunos que desenvolverem projetos de iniciação científica/pesquisa/extensão, sob a orientação docente. Atualmente, a IES disponibiliza bolsas na forma de desconto nas mensalidades.

a. Bolsa Desconto de Iniciação Científica: A IES, por meio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica –oferece bolsas de iniciação científica, como forma de estimular e apoiar a participação dos estudantes nos projetos de pesquisa desenvolvidos pela Instituição. É um instrumento que proporciona a melhor forma de trabalho com o aluno, incentivando-o a novas iniciativas e valorizando o seu espírito de empreendimento, de curiosidade, de interesse e gosto pela investigação.

b. Política de desconto: A IES mantém uma política de desconto de 10% para o vencimento e 10% para convênios. E para os colaboradores há um desconto de 50%. Convênios Empresa por Contratos.

Financiamento Estudantil:

Programas Governo Federal: FIES E PROUNI;

Programa Municipal: Bolsa Universidade

Participação nos Programas: Quero Bolsa e Educa mais Brasil.

5.1 Acolhimento ao Ingressante

Para a chegada dos novos alunos, propomos ações de acolhida aos calouros, que vão desde as visitas guiadas às instalações da IES, palestras de esclarecimento sobre a vida acadêmica e serviços da IES, minicursos para orientação aos estudos, distribuição do manual do aluno e programa de nivelamento e atendimento psicopedagógico.

1.12.1 Acolhimento ao Ingressante

Para a chegada dos novos alunos, propomos ações de acolhida aos calouros, que vão desde as visitas guiadas às instalações da IES, palestras de esclarecimento sobre a vida acadêmica e serviços da IES, minicursos para orientação aos estudos, distribuição do manual do aluno e programa de nivelamento e atendimento psicopedagógico.

1.12.2 Controle de Evasão

O NADI - Núcleo de Apoio ao discente é o setor responsável por captação de vagas de emprego e estágio não obrigatório, bem como pela promoção de palestras de formação para o mercado de trabalho, e ainda, por ações de reversão, no caso de alunos que eventualmente tenham intenção de desistir dos estudos, como forma de controlar a evasão. O Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico e Acessibilidade se encontra apensado a este documento.

As coordenações de curso também fazem acompanhamento da evasão e encaminham alunos para o NADI quando levantadas questões como necessidade de apoio financeiro ou de falta de adaptação ao curso para que o discente seja encaminhado para vagas de emprego ou estágio, setor de bolsa, ou para teste vocacional possibilitando a transferência interna para outro curso, e ainda, se tratando de alguma questão como conflitos interpessoais com colegas de classe ou docente a intervenção é feita via NAPA- Núcleo de Apoio Psicopedagógico.

1.12.3 Acessibilidade Metodológica e Instrumental

Outro aspecto relevante no campo metodológico está a acessibilidade pedagógica e atitudinal, acerca desta questão vale a pena destacar é o da Acessibilidade. O aumento crescente de estudantes com necessidades educativas especiais e de atendimento pedagógico diferenciado, tem demandando das instituições de ensino superior a implantação e a consolidação de políticas de inclusão e de acessibilidade, que estão para além de garantir o acesso as instalações físicas das IES, mas que sejam ofertadas todo um conjunto de ações que garantam que estes alunos estejam inclusos em condições excelentes de aprendizagem e desenvolvimento.

Neste sentido, o conceito de acessibilidade exige a formulação de políticas institucionais, das quais emergem ações articuladas no âmbito pedagógico e da gestão. Sendo assim a acessibilidade e a inclusão passam a ser integrante de outro conceito fundamental que é o da Responsabilidade Social, conforme preconiza o documento REFERENCIAIS DE ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A AVALIAÇÃO IN

LOCO DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES), publicado em 2013. Como indicado neste documento especificamente a responsabilidade social ultrapassa a perspectiva do compromisso para se tornar um dever constituindo a essência de ser das instituições de ensino superior.

Citando a Lei do SINAES, a finalidade de uma instituição de educação superior deve ser a de promover:

[...] a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (Lei nº 10.861/04 – SINAES).

É neste sentido que a IES, concebeu o seu Programa Institucional de Acessibilidade e Inclusão, observando Decreto nº 5.296/2004, onde as Barreiras de Acessibilidade no campo das edificações, na dimensão urbanística, de transportes, de comunicação e de informações devem ser retiradas e ainda no campo da acessibilidade atitudinal/pedagógica para onde devem convergir todos os esforços para garantir acesso ao currículo onde haja:

Adequação nos materiais didáticos e pedagógicos;

Adequação nos mobiliários e equipamentos;

Adequação de objetivos;

Adequação de conteúdos;

Adequação de métodos e didática;

Adequação nas avaliações;

Adequação de tempo.

Estas adequações, por sua vez encontram respaldo legal principalmente no Decreto nº 3.298/1999, o qual afirma que as instituições de ensino superior deverão oferecer adaptações de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador de deficiência, inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme as características da deficiência. E também no conceito de acessibilidade como a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida presente no Decreto nº 5.296/2004.

Para a IES, a acessibilidade pedagógica entende que a comunidade acadêmica deve desenvolver medidas pedagógicas diferenciadas, compreendendo que as necessidades

educacionais são específicas, podendo ser permanentes ou temporárias, a ser consideradas as seguintes características dos/as alunos/as com:

Altas habilidades e superdotação;

Deficientes físicos, intelectuais, sensoriais e múltiplos;

Transtornos mentais, distúrbios de humor e outras situações classificadas pelo CID ou DSMV-TR;

Transtornos globais;

Alterações orgânicas como insuficiências.

Neste sentido, nosso programa defende acessibilidade integral enquanto prática institucional entendendo como um dos fundamentos das práticas pedagógicas e de gestão no ensino superior, considerando,

Mapeamento das necessidades dos estudantes: preenchimento de ficha cadastral; registro de observação em sala de aula; registro de impressões dos professores; registro das impressões dos próprios acadêmicos; mapeamento de estudos e rotina realizados;

Orientação pedagógica aos coordenadores de cursos e professores;

Encaminhamento/solicitação de adequações didático-pedagógicas;

Encaminhamento de adequações de materiais didáticos;

Promoção de cursos, palestras e eventos de capacitação de funcionários e docentes;

Trabalho colaborativo com outros profissionais por meio de convênio com entidades e/ou associações que possam contribuir com o desenvolvimento de práticas de acessibilidade;

Os estudantes e funcionários surdos são acompanhados por profissional intérprete de LIBRAS;

Empréstimos de materiais para estudantes e servidores: notebooks, gravadores, lupas e ampliadores eletrônicos, bengala;

Formação em Libras para funcionários, alunos e professores.

Sala de Multimeios.

Realização de campanhas de Sensibilização para a sensibilização e estímulo de práticas inclusivas.



1.12.4 Intermediação e Acompanhamento do Estágio Não Obrigatório

O NADI- é o setor responsável pela intermediação e acompanhamento do estágio não obrigatório para os alunos dos cursos da IES. O NADI faz a captação das vagas, prepara os alunos para o processo seletivo e acompanha estatisticamente os alunos com estágio não obrigatório.

1.12.5 Apoio psicopedagógico e de acessibilidade- NAPA

O apoio psicopedagógico na IES dar-se-á por meio de uma estrutura pedagógico-administrativa denominada Núcleo e Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade. Neste espaço a partir da intersecção da pedagogia com outras áreas de conhecimento, a IES realiza ações de prevenção e de apoio aos alunos com problemas, distúrbios, dificuldades de aprendizagem e ainda aqueles com necessidades educativas especiais específicas de natureza permanente.

O NAPA tem como objetivo geral de promover, por meio do atendimento psicopedagógico e social, a saúde dos relacionamentos interpessoais e institucionais, contribuindo para o processo de aprendizagem e inclusão do aluno para seu pleno desenvolvimento. O Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico e Acessibilidade se encontra apensado a este.

1.12.6 Nivelamento

Com o objetivo de recuperar as deficiências de formação dos ingressantes da IES oferece aos seus alunos cursos de nivelamento. Considerando a importância do uso correto

da língua portuguesa e dos fundamentos de matemática são ministrados cursos de gramática e redação e também matemática básica. Estes cursos visam suprir as deficiências básicas dos alunos que não conseguem acompanhar adequadamente o aprendizado. Dessa maneira, acredita-se estar atendendo os alunos que estavam temporariamente afastados da vida escolar e aqueles que necessitam de reforço das bases de ensino médio. As aulas são realizadas aos sábados, transmitidas via web no ambiente virtual de aprendizagem, nas áreas de Português, Matemática e Informática, sem nenhum custo adicional aos alunos.

1.12.7 Representatividade Discente e Diretório Acadêmico

A IES compreende que a representatividade discente é um dos pilares do funcionamento de uma gestão democrática, neste sentido estimulamos a organização dos alunos valorizando a participação dos mesmos a partir do Colegiado Discente, formado pelo conjunto de representantes discentes escolhidos de maneira livre por seus pares. Este Colegiado possui um calendário de reuniões semestrais, além disso, os representantes discentes possuem assento no Colegiado de Curso com direito a voz e voto.

A IES oferece infraestrutura para o funcionamento de seu Diretório Acadêmico e incentiva a organização estudantil, conforme prevê o seu Regimento Interno.

1.12.8 Internacionalização e Mobilidade Acadêmica

A IES mantém convênio com instituições de ensino estrangeiras a fim de disponibilizar o intercâmbio e a troca de experiências entre diferentes culturas, bem como a oferta de disciplinas em língua estrangeira.

1.12.9 Ações Inovadoras

1.12.9.1 Projeto de Formação de Líderes e Formação de Empreendedores

Escola de Líderes: Oficinas de formação ofertadas gratuitamente e vinculadas à extensão para a formação de lideranças em especial para a qualificação da representatividade discente.

Formação de Empreendedores: Oficinas de formação ofertadas gratuitamente e vinculadas à extensão para a formação de empreendedores em especial para a qualificação da representatividade discente.

1.12.9.2 Conecta Mundo

Programa multimídia, com a gravação de vídeos para as redes sociais com a intenção de demonstrar a comunidade externa o trabalho pedagógico realizado nas salas de aulas e demais espaços institucionais, valorizando boas práticas pedagógicas, atuando como ação de estímulo a adoção de práticas inovadoras e articuladoras entre teoria e prática, ressaltando as ações de extensão, pesquisa e inovação no âmbito da IES. Projeto de fluxo contínuo voltado para os cursos na modalidade presencial e a distância.



Chegou o Conecta Mundo Fametro! 🌐🌐



Posicione a câmera do seu celular para assistir o vídeo na íntegra.



Vem aí o Conecta Mundo Fametro 🌐🌐



Aponte a câmera do seu celular para o código QR Code para assistir o vídeo na íntegra.



#Conectafametro #Fametro
Conecta Mundo Educação Física



Aponte a câmera do seu celular para o código QR Code para assistir o vídeo na íntegra.



ECOTURISMO - UMA OPÇÃO SUSTENTÁVEL | CONECTA MUNDO FAMETRO



Aponte a câmera do seu celular para o código QR Code para assistir o vídeo na íntegra.

1.12.9.3 Workshop de Empregabilidade

A Instituição é rica também em virtude de seus paradoxos, que a fazem ao mesmo tempo criar o espírito de mudança. Por outro lado, pode assumir um papel importante na nova

realidade econômica mundial em que empresas de conhecimento se transformam em uma das principais forças do desenvolvimento econômico (DOLABELA, 1999c).

O Programa da Escola de Empreendedor, que tem como objetivo incentivar o empreendedorismo no âmbito do Ensino Superior da IES, o Programa será oferecido a todos os alunos dos cursos de graduação e tecnológicos, beneficiando muitos alunos que têm o interesse em abrir seu próprio negócio.

O Programa visa à educação empreendedora na universidade que surge em um momento muito importante tanto para a empregabilidade quanto para o desenvolvimento do Estado e municípios. As universidades estão diante de um desafio que é a adoção de uma nova postura pedagógica para formar empreendedores. “Esse projeto é grandioso, porque atingirá alunos de todos os cursos de graduação e tecnológicos ofertados pela IES.

A IES, através do ensino do empreendedorismo, busca a geração de riquezas por meio da capacitação dos seus alunos para a aquisição do conhecimento, da comunicação e da criatividade, podendo conscientizar os seus alunos sobre a riqueza na forma de bens e na forma de capital (humano, social, intelectual, monetário, entre outros). Essa construção passa, evidentemente, pelos processos de produção, concentração, distribuição e ampliação dessas capitais (VOLKER, 2001).

O papel da universidade na formação de empreendedores ganha cada vez mais relevância no contexto do ensino formal. É necessário preparar o estudante para participar de um novo mundo do trabalho no qual a capacidade de iniciativa, flexibilidade e adaptação às mudanças são fundamentais para o êxito profissional.

Além disso, o conhecimento produzido na instituição se transforma mais rapidamente em benefício para a sociedade se empreendedores o transformam em serviços e bens disponíveis.

O desafio é inserir o empreendedorismo como conteúdo complementar da maioria dos cursos superiores oferecidos. Diante dele, o Programa da Escola de Empreendedores da IES pretende adotar no ensino superior de modo permanente, o ensino do empreendedorismo em suas práticas pedagógicas.

1.12.9.4 Monitoria

Para o estímulo da atividade acadêmica e docente a IES, oferece o programa de Monitoria, como parte integrante de sua política de Ensino. Após a abertura do edital há uma seleção dos discentes interessados e os selecionados realizam a monitoria semestral tutoriados pelos docentes. O Manual de Monitoria se encontra apensado a este documento.

1.13 Gestão do curso e as ações decorrentes dos processos de avaliação interna e externa do curso

Obedecendo ao que se encontra estabelecido como Diretrizes para os cursos de saúde a partir das recomendações do Conselho Nacional de Saúde, a instituição possui canais direto de comunicação diversos, que proporcionam uma constante participação de diferentes segmentos da sociedade civil e comunidade acadêmica com o Curso. Esta comunicação se dá principalmente por meio dos nossos canais institucionais que são abertos e estão à disposição de todos plataforma digital, nesse sentido haverá disposição dos parceiros institucionais um ambiente de troca de experiências por meio de uso de plataformas de comunicação já integradas ao curso.

Ademais os estudantes, por meio de suas representatividades participarão das reuniões do NDE contribuindo para a melhoria do curso a partir da apresentação de suas necessidades acadêmicas, trazendo o ponto de vista estudantil, a fim de integrar melhorias no Projeto Pedagógico do Curso. Já os professores participam, por meio do NDE e do Colegiado de Curso, também na perspectiva de trazer para o Projeto Político Pedagógico processos de aprimoramento, que reverberem em maior qualidade acadêmica as ações do curso.

A Sociedade Civil e as Entidades de Classe também são chamadas a contribuir participando de reuniões com a coordenação do curso a partir das atividades do projeto de integração educação e serviço tendo em vista melhorias que impliquem em uma maior adesão da vida acadêmica ao mundo do trabalho. Da mesma forma os movimentos sociais podem participar de reuniões promovidas, com o intuito de divulgar e apresentar a sociedade as estratégias de formação promovidas no interior do curso do mesmo modo os conselhos municipais e estaduais de saúde serão convidados a participar de eventos com a perspectiva intersetorial para que todos os seguimentos envolvidos na oferta e promoção de saúde a comunidade estejam cientes das intencionalidades pedagógicas, formativas do curso.

O Projeto de Avaliação Institucional baseia-se em quatro nortes que serviram para um processo avaliativo na perspectiva de aperfeiçoamento institucional:

a) Conscientização e adesão voluntária - a avaliação deve ser algo conquistado e não imposto, a fim de que tenha legitimidade política, pois a imposição não produz absolutamente nada, ao contrário, faz do ato de avaliar algo punitivo e não construtivo;

b) Avaliação total e coletiva - é preciso que a instituição seja avaliada como um todo e não fragmentada, ou seja, em todos os seus setores e com envolvimento de todos os seus colaboradores;

c) Unificação da linguagem – para que não haja ruídos na comunicação, é preciso que se unifiquem os conceitos, princípios e finalidades do projeto de avaliação institucional;

d) Competência técnico-metodológica – deve-se ter uma base científica que direcione o projeto e que propicie legitimidade aos dados coletados.

Além destes parâmetros, a autoavaliação foi desenvolvida tendo em vista as seguintes características:

Processo democrático – possibilitou aos colaboradores envolvidos conhecer os objetivos, procedimentos e aspectos que serão utilizados;

Contextualizada – norteou a instituição a conhecer a demanda de ensino superior no ambiente social onde está inserida; respeitando as diversidades, a história e a cultura institucional;

Flexível – aberta as discussões e mudanças necessárias durante o processo, sem perder de vista a veracidade de seus objetivos;

Incentivadora – promoveu o envolvimento e a participação de toda a comunidade institucional, afastando a insegurança e a desconfiança. Incentivou, também, a veracidade, o livre arbítrio de opiniões, criando valores de aperfeiçoamento e desenvolvimento constante;

Ética – pautou-se em valores morais e éticos, de acordo com a práxis acadêmica e de autoavaliação institucional das comunidades interna e externa à instituição;

Sistemática – o processo avaliativo foi contínuo, regular e sistemático de conhecimento e aprimoramento da realidade educacional avaliada e do próprio processo avaliativo.

Nesta perspectiva, o processo avaliativo se constitui em uma oportunidade ímpar para a comunidade acadêmica refletir sobre suas ações e a possibilidade de conhecer e analisar de forma crítica a instituição com vista à qualidade das ações empreendidas acontecendo em dois momentos distintos, ou seja, no âmbito do próprio curso e no âmbito da Instituição, por meio da CPA - Comissão Própria de Avaliação.

A Avaliação de Curso será feita regularmente anualmente sempre no início do 1º. Semestre, por meio do levantamento e estudo do desempenho do curso, com o foco voltado para as questões ligadas diretamente aos aspectos pedagógicos dos cursos, considerando, também, os aspectos relativos ao atendimento das expectativas da comunidade externa, ou seja, do próprio mercado de trabalho. O instrumento desta avaliação foi elaborado tendo em vista o marco regulatório da avaliação e o conjunto de indicadores presentes na avaliação in loco e no ENADE.

1.13.1 Objetivos do Processo de Auto Avaliação Institucional e de Curso

Objetivo Geral:

Promover a Cultura da auto avaliação entendendo a mesma e seus resultados, como instrumento de gestão acadêmica e administrativa;

Objetivos Específicos:

Realizar auto avaliação institucional em um processo democrático de participação de todos os segmentos envolvidos docentes/discentes/técnicos;

Realizar autoavaliação de curso em um processo democrático de participação de todos os segmentos envolvidos docentes/discentes/técnicos;

Analisar os dados coletados tendo em vista o subsídio das ações acadêmico/administrativas realizadas no âmbito dos cursos e da instituição.

1.13.2 Planejamento da Avaliação Institucional e do Curso

O processo de auto avaliação é assumido dentro de duas dimensões:

a) A primeira se define como avaliação externa, ou seja, diz respeito aos índices alcançados pela IES (ENADE; IGC; CPC e Avaliação In Loco), o processo de avaliação desses índices é realizado a partir da ampla divulgação dos resultados e da análise detalhada dos indicadores aferidos pelos membros da CPA e do Conselho Maior da Instituição. Os relatórios emitidos pelos organismos oficiais de avaliação são também objeto de análise das instâncias colegiadas (NDE e Colegiado de Curso), os quais por meio de convocação extraordinária analisam, debatem e propõem soluções de melhoria que serão viabilizadas, por meio de ações previstas, planejadas e executadas nos Planos Acadêmicos Administrativos (semestrais) e Plano de Gestão (anual) da IES;

b) A segunda se define como avaliação interna, esta dimensão se desdobra em dois níveis, a saber: O primeiro nível é o Macro institucional, onde a comunidade acadêmica e a sociedade civil avaliam os determinantes macro-institucionais da IES, incluindo a Infraestrutura. O segundo nível compreende os determinantes internos do curso identificados com os itens de natureza pedagógica e acadêmica.

A avaliação Interna é composta por duas avaliações:

Primeiro Nível: Avaliação Macro Institucional

Em acordo com a legislação vigente e atendendo o que preconizam os documentos que norteiam o processo de avaliação institucional, o primeiro nível de avaliação diz respeito à avaliação da instituição a partir de 10 dimensões, da lei 10.861, que institui o SINAES, a saber:

1ª Missão Institucional

2ª Política de Ensino/ Pesquisa e Extensão

3ª Responsabilidade Social

4ª A Comunicação com a Sociedade

- 5ª Política de Pessoal
- 6ª Gestão Institucional
- 7ª Infraestrutura
- 8ª Planejamento e Avaliação
- 9ª Atendimento ao Estudante
- 10ª Sustentabilidade Financeira

Focada nos aspectos macro institucional e protagonizada pela CPA, a avaliação interna tem como foco principal captar os aspectos administrativos e a maneira como os alunos, colaboradores e sociedade organizada percebem o conjunto de atividades que a instituição oferta. Esta avaliação terá como função a complementação da avaliação interna (curso) realizada pela IES. Desta avaliação é gerado o plano de gestão Institucional, o qual possui os seguintes eixos:

Eixo 1 - Políticas de Gestão:

- 1.1 Políticas de Pessoal;
- 1.2 Organização e Gestão da Instituição;
- 1.3 Sustentabilidade Financeira.

Eixo 2. Infraestrutura Física:

- 2.1 Melhorias das Instalações Físicas;
- 2.2 Equipamentos; Máquinas;
- 2.3 Plano de Manutenção.

Eixo 3. Políticas Acadêmicas

- 3.1 Ações de Estímulo ao Ensino;
- 3.2 Ações de Estímulo a Extensão;
- 3.3 Ações de Estímulo à Produção Científica e Inovação Tecnológica;
- 3.4 Ações de Apoio ao Discente;
- 3.5 Ações de relacionamento com a comunidade externa e interna.

Este plano é elaborado mediante a análise e discussão dos indicadores obtidos pela IES, sendo elaboradas medidas corretivas e de melhorias dos aspectos críticos e estratégicos da IES. Com vigência de 12 meses essas medidas tomadas são reavaliadas em função de sua efetividade na obtenção de melhores resultados e podem ser revistas, ampliadas e ou substituídas por outras de maior eficácia.

b) Segundo Nível: Avaliação de Curso

A Avaliação de Curso será feita regularmente anualmente sempre no início do 1º. Semestre, por meio do levantamento e estudo do desempenho do curso, com o foco voltado para as questões ligadas diretamente aos aspectos pedagógicos dos cursos considerando

também, os aspectos relativos ao atendimento das expectativas da comunidade externa, ou seja, do próprio mercado de trabalho. O instrumento desta avaliação foi elaborado tendo em vista o marco regulatório da avaliação e o conjunto de indicadores presentes na avaliação in loco e no ENADE.

Etapas da avaliação institucional e ações de melhoria institucional:

As avaliações preveem as seguintes etapas:

Definição dos Instrumentos e Coleta de Dados: Nesta etapa serão definidos as técnicas e os instrumentos para coletar dados quantitativos e qualitativos. Com relação aos docentes, técnico-administrativos e integrantes da direção, toda a população preencherá o instrumento de avaliação. Enquanto, aos discentes a mostra corresponderá a 50% ou 100% do número de matrículas. Os instrumentos serão elaborados pela CPA, mas discutidos com o colegiado de curso e reformulados se necessário, conforme os parâmetros estabelecidos, a partir dos indicadores selecionados pela comissão, dentre as relacionadas previamente pelos envolvidos no processo avaliativo.

Os questionários terão um campo comum que visará à avaliação dos Cursos da IES e um específico para a auto avaliação do discente, do docente, dos integrantes da direção e dos colaboradores da área técnica administrativa.

Eles serão constituídos, prioritariamente, de questões fechadas, embora se reserve o espaço para a expressão de opiniões pessoais que propiciem o aprofundamento qualitativo dos itens previamente construídos. Além do questionário, será utilizada a técnica de grupo focal, a fim de conhecer as concepções e posicionamentos dos discentes e docentes e técnicos - administrativos sobre questões que envolvem o curso, que vão desde a estrutura física à dimensão pedagógica e administrativa.

Sensibilização da Comunidade Acadêmica e Técnica Administrativa: visando o envolvimento acadêmico, técnico e docente a uma participação efetiva de todos os níveis serão realizadas reuniões com todas as turmas dos diferentes cursos, com docentes e técnicos administrativos para sensibilizá-los quanto à importância da participação e os objetivos de todo o processo avaliativo. Este processo de sensibilização se dá também por meio da divulgação no site institucional, nas páginas oficiais das redes sociais e nos blogs dos cursos de maneira sistemática. É também realizado um calendário de atendimento aos cursos nos nossos laboratórios de informática, com um monitor disponível para orientações, a fim de garantir os meios de preenchimento online para alunos que não possuem acesso a equipamentos e informática.

Tratamento dos Dados e Comunicação dos Resultados: a comissão de avaliação encarregar-se-á de apurar os instrumentos e de interpretar os dados por meio do programa

de Avaliação Institucional. Os resultados obtidos por meio de questões fechadas serão submetidos a estatísticas descritivas do programa. Enquanto, que os disponibilizados por meio de questões abertas serão categorizados por uma análise de conteúdo (busca de sentido das citações). Os resultados serão comunicados e divulgados a toda a comunidade acadêmica por meio de relatório que incluirá também conclusões e recomendações. A utilização dos resultados será motivo de discussão em reunião com a comunidade acadêmica, após a divulgação do relatório.

Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso: o plano setorial de curso é um instrumento de planejamento interno das coordenações de curso, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a IES, e para a qualidade de ensino que está propõe. São objetivos do Plano:

Realizar o planejamento das atividades pedagógicas e administrativas, assegurando aos professores as orientações, o tempo e o espaço necessário para o planejamento do semestre;

Organizar o semestre letivo, discutindo com os professores as ações pedagógicas a serem realizadas;

Propor e organizar ações tendo em vista o enfrentamento das questões pedagógicas que se revelaram problemáticas na avaliação do curso;

Elaborar um calendário de atividades para o curso, destacando as ações pedagógicas e administrativas internas relevantes.

1.13.3 Relatório Analítico do Resultado da Avaliação de Curso

O coordenador de curso recebe o resultado da autoavaliação do curso realizada pela CPA e elaborará um relatório analisando os principais pontos positivos e negativos do curso com base na avaliação.

O relatório de autoavaliação apresentará resultados, análises, reflexões e proposições de forma excelente para subsidiar planejamento e ações. Ele constitui-se em um importante instrumento para a revisão das ações institucionais. Nesse sentido, deverá ser elaborado obedecendo à legislação vigente, incluindo a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES N°. 065, a qual prevê um roteiro a ser seguido. Sendo assim, o Relatório será composto de:

Introdução - onde deve constar os dados da instituição, a composição da CPA e o planejamento estratégico de autoavaliação. Deverão ser informados o ano e o período ao qual o relatório se refere. Deve ser também informado se o relatório é parcial ou integral.

Metodologia - deverão ser descritos os instrumentos utilizados para coletar os dados, os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil, consultados e as técnicas utilizadas para a análise dos dados.

Desenvolvimento - nesse campo devem ser apresentados os dados e as informações relativas a cada eixo/dimensão, de acordo com o PDI e a identidade da instituição.

Análise dos dados e das informações - devem ser apresentados os dados conclusivos obtidos no conjunto das avaliações, apontando para as medidas que serão tomadas com relação a eles.

Ações previstas com base na análise dos dados - deverá ser apresentado o planejamento das ações, no sentido de conferir sempre maior qualidade aos processos de gestão acadêmica, infraestruturas e de ensino da nossa instituição.

1.13.4 Plano de Acadêmico Administrativo de Gestão do Curso

O Plano de Gestão Acadêmico Administrativo é um instrumento decorrente do processo de auto avaliação de curso e que serve de plano de ação interno de gestão da do curso, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a IES com base na auto avaliação de curso, e para a qualidade de ensino que esta propõe. São objetivos do Plano:

Realizar o planejamento das atividades pedagógicas e administrativas, assegurando aos professores as orientações, o tempo e o espaço necessário para o planejamento do semestre.

Organizar o semestre letivo, discutindo com os professores as ações pedagógicas a serem realizadas.

Propor e organizar ações tendo em vista o enfrentamento das questões pedagógicas que se revelaram problemáticas na avaliação do curso.

Elaborar um calendário de atividades para o curso, destacando as ações pedagógicas e administrativas internas relevantes.

Metodologia de Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso:

Ao início do semestre será destinado um período para o planejamento do curso, após esse período o coordenador deverá zelar pelo cumprimento das ações e realizações das atividades, tendo em vista o planejamento das atividades do semestre. Ao final desse período o coordenador do curso deverá encaminhar um plano de ação evidenciando as atividades pertinentes ao seu curso, tendo em vista o enfrentamento das dificuldades apontadas pelos professores e a necessidade de melhoria contínua da qualidade dos processos pedagógicos.

Deve-se ainda submeter à apreciação superior o calendário de atividades do curso para que o mesmo possa ser compatibilizado com as demais ações previstas pelos outros cursos a fim de evitar atropelos /ou dificuldades na realização das mesmas. Espera-se que os resultados obtidos nas avaliações possam subsidiar a elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso tendo em vista a continua melhoria dos processos pedagógicos institucionais visando a excelência dos serviços educacionais ofertados e o cumprimento dos princípios, da missão e dos valores da IES, previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional PDI.

Deve-se observar o planejamento dos seguintes eixos, a saber:

Atividades Extracurriculares: atividades de cunho formativo e/ou cultural que contribuam para a formação do perfil do egresso, tendo em vista o reforço ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso e que não estejam necessariamente vinculadas aos componentes curriculares. Aqui podem ser consideradas atividades complementares como realização de palestras que promovam formação e desenvolvimento profissional com membros da comunidade interna e externa da instituição. São exemplos de atividades extracurriculares: campanhas de conscientização com temas atuais, cursos de curta duração que tragam aperfeiçoamento de habilidades específicas ao desenvolvimento profissional e pessoal do aluno, atividades culturais com a finalidade de promover a cultura local, o talento dos alunos e da comunidade em geral, Concursos, Campanhas Solidárias, Responsabilidade Social e outros. As atividades extracurriculares não possuem caráter obrigatório, não podem servir como critério de avaliação de desempenho do aluno, podendo ser, contudo, considerada como atividades complementares.

Atividades Interdisciplinares e Transversais: projeto de trabalho acadêmico, que tenham como princípio o diálogo entre disciplinas, áreas de conhecimento e conteúdos curriculares, na perspectiva de fomentar a interligação de saberes e práticas da área de conhecimento do curso. Espaço para o desenvolvimento de atividades com as temáticas transversais de questões étnico-raciais e de educação ambiental, além de temas desenvolvidos nas disciplinas que careçam de aprofundamento e de abordagem Inter conceitual. São consideradas atividades interdisciplinares todas aquelas realizadas nas quais estejam sendo tratados assuntos das disciplinas ministradas. São atividades que devem ser organizadas a partir da sala de aula, com a participação efetiva dos professores, sendo desenvolvidas por estes com seus alunos, servindo inclusive de referência para atribuição de notas na avaliação de desempenho acadêmico. Neste sentido pode ser feitos projetos de trabalhos acadêmicos onde os professores da disciplina do período possam dividir a responsabilidade pela orientação das mesmas e partilhar a nota atribuída entre os

componentes curriculares envolvidos. São exemplos dessas atividades: Projetos de Pesquisa e de Extensão. Projetos de Estudos Orientados. Seminários Acadêmicos, Jornadas Científicas, Semanas Acadêmicas, Mostra de trabalhos de curso, Visitas Técnicas, Gincanas de conhecimento, entre outros. A diferença entre as atividades interdisciplinares e transversais e as atividades extracurriculares e que as primeiras são consideradas como metodologias de ensino, devendo ser consideradas como fundamento metodológico dos processos de ensino e aprendizagem. Já as atividades extracurriculares possuem caráter complementar, informal, não obrigatória. É importante destacar que as semanas acadêmicas por seu caráter e amplitude são consideradas atividades interdisciplinares, pois envolvem diferentes conteúdos e extracurriculares por estarem abertas também a comunidade externa e não serem obrigatórias.

Acompanhamento de Egressos: realizar um acompanhamento dos egressos do curso, obtendo retorno acerca da aceitação dos nossos ex-alunos no mercado de trabalho, assim como, acerca da necessidade de revisão de condutas e processos pedagógicos tendo em vista a melhor e maior inserção dos nossos alunos no mundo do trabalho.

Monitoramento da Evasão: propor a realização de ações de acompanhamento da evasão, buscando minimizar os índices do curso.

Auto avaliação interna do curso: organizar ações tendo em vista a avaliação interna do curso, essa avaliação poderá dar-se mediante seminários de avaliação com a participação do corpo docente e representatividade discente do curso, utilizando como base de dados a avaliação da CPA e outras bases de dados oriundas de formulários próprios de avaliação elaborados pelo curso tendo em vista a especificidade do mesmo. A ênfase dessa avaliação deverá ser os aspectos pedagógicos do curso. Metodologias empregadas de ensino e aprendizagem, técnicas de ensino, processos de avaliação e etc.

Atividades Complementares: As atividades complementares são consideradas atividades curriculares e devem ser propostas pelos cursos tendo em vista o caráter complementar a formação do perfil do egresso, devendo ser pensadas e programadas a partir das competências previstas para serem desenvolvidas pelos alunos no decorrer da formação. Ao programar estas atividades os docentes e coordenadores devem considerar o regulamento das atividades complementares institucionais.

Atividades de Extensão: atividades realizadas pelo corpo docente e discente tendo em vista a partilha do conhecimento produzido com o fito de promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas.

Atividades de Incentivo à Produção Científica Discente e Docente: Planejar ações de incentivo à produção científica e a inovação tecnológica no interior dos cursos.

Monitoria: Planejar ações de incentivo de monitoria nos cursos

Avaliação do Rendimento: Planejar ações de acompanhamento do rendimento acadêmico dos alunos no interior dos cursos.

Plano Acadêmico Administrativo na documentação anexa.

1.13.5 Plano de Ação de Melhoria de Gestão Institucional

O Plano de Melhoria de Gestão Institucional é um instrumento decorrente do processo de auto avaliação institucional e que serve de planejamento de ação interno de gestão da IES, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a IES com base na auto avaliação de curso. Após receber os resultados da auto avaliação institucional a direção da IES elabora o Plano de Melhoria de Gestão Institucional que tem como eixos de ação:

1.1. Políticas de Pessoal

1.2 Organização e Gestão da Instituição

1.3 Sustentabilidade Financeira

2. Infraestrutura Física:

2.1 Melhorias das Instalações Físicas

2.2 Equipamentos; Máquinas

2.3 Plano de Manutenção

3. Políticas Acadêmicas

3.1 Ações de Estímulo ao Ensino

3.2 Ações de Estímulo a Extensão

3.3 Ações de Estímulo à Produção Científica e Inovação Tecnológica

3.4 Ações de Apoio ao Discente

1.13.6 Divulgação dos Resultados para a Comunidade a Acadêmica

A divulgação dos resultados da auto avaliação conduzida pela CPA ocorre por meio de um Fórum permanente de discussão, que tem nas nossas instâncias colegiadas, o local privilegiado, os resultados dos processos internos e externos de avaliação e ainda os índices oficiais que dizem respeito aos resultados alcançados pelos alunos no ENADE, nos cursos pelas avaliações in loco, e ainda o CPC e o IGC, serão cuidadosamente analisados. Estes dados serão cruzados com os resultados obtidos pela CPA e servirão de base para o processo e tomada de decisão tanto no âmbito da gestão como no âmbito pedagógico, tendo em vista a constante melhoria de nossos processos institucionais e de nossas ações educativas.

Evidências de Divulgação: <https://www.youtube.com/watch?v=xghVIKzzYUs>
<https://www.youtube.com/watch?v=sMRRwz0btTo>



1.14 Atividades de tutoria

A comunicação com os estudantes envolve todos os atores partícipes do modelo pedagógico EaD adotado pela IES, porém, a assistência direta aos estudantes depende da boa mediação pedagógica, que ocorre com o apoio permanente de docentes, tutores EaD e tutores presenciais.

O docente é responsável pelo planejamento e desenvolvimento das disciplinas, precisa criar estratégias de mediação pedagógica que sejam significativas para o estudante, responsabilizando-se por acompanhar o andamento dos estudantes, intervir quando necessário, contribuir, incentivar e somar esforços em prol da construção da aprendizagem, em consonância com a coordenação do curso e coordenação acadêmica e pedagógica do NEaD.

Nesse contexto, os tutores EaD colaboram através da mediação no AVA, publicam os avisos, acompanham o programa de qualidade e estimulam a participação dos estudantes.

As atividades de tutoria garantem que o estudante tenha um acompanhamento permanente, auxiliado por meio de encontros mediados ao longo do processo educativo. A tutoria EaD garante a efetividade da interação, do atendimento, do suporte aos estudantes e do estímulo ao aprendizado, estabelecendo-se uma relação de proximidade aos docentes no que compete ao planejamento e à condução das disciplinas.

Para apresentação dos materiais instrucionais, organizados em referenciais e complementares, o docente e o tutor trabalham juntos na composição das trilhas de aprendizagem. Aos tutores EaD cabe apoiar a estruturação das trilhas de aprendizagem de acordo com o planejamento e orientação conferida pelo docente. Da mesma forma ocorre no desenvolvimento e compilação de materiais complementares convergentes aos materiais referenciais. Além disso, o tutor EaD apoia o docente nos eventos síncronos e assíncronos,

mantém os estudantes informados sobre os eventos da disciplina e faz o acompanhamento dos fóruns e de outras atividades.

Conta-se ainda com a participação do tutor presencial, que é um interlocutor acadêmico presencial a quem cabe organizar, desenvolver e manter o devido registro das atividades de acompanhamento pedagógico, dos encontros presenciais e das atividades que promovem a interação entre os estudantes.

O tutor EaD tem como atribuições:

Prestar informações, sanar dúvidas dos estudantes, e registrá-las;

Encaminhar ao setor competente os pedidos, as solicitações de informação e as dúvidas dos estudantes;

Incentivar os estudantes a participarem dos encontros presenciais, dos eventos síncronos (web conferências), dos fóruns e das demais atividades;

Auxiliar os estudantes na interlocução com o docente da disciplina;

Mediar os recursos de interação, seguindo as orientações fornecidas pelo docente da disciplina;

Alertar os estudantes sobre o cumprimento do cronograma de realização e sobre a entrega das atividades de aprendizagem;

Orientar os estudantes na realização das atividades de estudo, de interação e de avaliação;

Ter uma atitude proativa de estímulo à aprendizagem, ao sucesso escolar e à permanência;

Ter participação ativa nas ações direcionadas ao sucesso acadêmico, à permanência acadêmica e à contenção da evasão;

Sob orientação dos docentes, auxiliar na correção de avaliações e de outros materiais instrucionais quando solicitado.

O tutor presencial tem como atribuições:

Organizar e desenvolver atividades e encontros presenciais, registrando-as;

Planejar, desenvolver e orientar ações pedagógicas que contribuam para o desenvolvimento acadêmico;

Encaminhar ao setor competente os pedidos, as solicitações de informação e as dúvidas apresentadas pelos estudantes;

Aplicar as avaliações presenciais;

Dar suporte aos estudantes nas dúvidas de utilização do AVA e de seus recursos de aprendizagem.

1.14.1 Mediação Pedagógica junto aos Discentes em Momentos Online

A mediação pedagógica na EAD é feita a distância, presencialmente e por meio dos materiais didáticos. A distância, essas mediações ocorrem através do uso das ferramentas do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e de ferramentas de interação online fora do AVA apropriadas para chats. São interações diárias, sistemáticas e de extrema importância para o desenvolvimento de uma consciência crítica e social em relação à formação pessoal e profissional do estudante.

Na EaD, a mediação pedagógica adquiriu papel de suma importância uma vez que o distanciamento físico sempre esteve a exigir recursos, estratégias, habilidades, competências e atitudes diferentes dos convencionais – pautados na exposição oral e no contato face a face. Com a inserção das tecnologias digitais de comunicação na EaD e o desenvolvimento de ambientes virtuais de aprendizagem, a função mediadora tomou um forte impulso, pelas possibilidades e também pelas exigências da configuração desse novo “espaço”. Em ambientes virtuais de aprendizagem, a mediação ocorre por meio de diversos dispositivos que viabilizam a comunicação, tanto síncrona como assíncrona, possibilitando a criação de diversas estratégias para favorecer o diálogo e a participação ativa dos estudantes.

A utilização dos dispositivos de comunicação implica tanto na aquisição de habilidades e competências comunicativas por parte de todos, docentes e discentes, quanto uma preocupação maior com a criação de momentos de interação e de possibilidades concretas da execução de trabalhos colaborativos, com os quais a aprendizagem ocorre de modo participativo. Para isso, o tutor EaD conta com dispositivos de comunicação, como chats, fóruns, entre outros, e necessita planejar como cada um deles e em que momento serão utilizados, e deve preparar-se para atuar, conforme as características e peculiaridades de cada dispositivo, para que a mediação aconteça. Cada um destes dispositivos exige habilidades mediadoras diferenciadas e propiciam diferentes estratégias pedagógicas, que exigem participação em tempo real ou diferida, possibilitando a expressão, a intervenção e a colaboração para a construção coletiva do conhecimento.

1.14.2 Mediação Pedagógica em Momento Presencial

A EaD caracteriza-se por ser um processo composto por duas mediações: a mediação humana e a mediação tecnológica, imbricadas uma na outra. A primeira pelo sistema de tutoria, a segunda pelo sistema de comunicação que está a serviço da primeira para viabilizar a mediação pedagógica. A mediação pedagógica, resultante da concepção planejada entre estas duas mediações, é potencializada pela convergência digital que disponibiliza acesso e

portabilidade por meio de dispositivos de comunicação síncrona e assíncrona cada vez mais integrados, velozes e potentes. As tecnologias da comunicação utilizadas na EaD oferecem diversas linguagens que favorecem a aprendizagem. As linguagens oral, escrita, audiovisual e multimídia se fazem presente de modo a facilitar a aprendizagem, tornando o processo mais desafiador, por um lado, e, por outro, sintonizado com a base sociotécnica de nossa sociedade, o que ativa matrizes culturais e abre perspectivas para a EaD. Além das perspectivas, impõe desafios que colocam a todos os atores envolvidos nesse processo em frente a diversas questões relativas à qualidade do ensino, às perspectivas dos alunos quanto à modalidade educativa que estão conhecendo e de novas possibilidades pedagógicas para a prática docente.

A mediação pedagógica em momento presencial, deverá ocorrer de forma planejada e sistemática para e provisionada para o apoio pedagógico necessário às atividades práticas do curso, a fim de se ampliar o papel pedagógico e formativo de tais atividades. Além disso será utilizado para ampliar as fontes de materiais e metodologias disponíveis aos alunos, além de propiciar sua interação e troca de experiências.

A mediação pedagógica em momento presencial, favorece um modo de interação entre o mundo interior e o exterior do sujeito de forma que esse indivíduo possa desenvolver e ampliar suas capacidades. O tutor presencial, nesse processo, será o proponente de atividades que agregam diferentes instrumentos, saberes culturais e ambientes diferenciados oferecendo uma possibilidade de maior desenvolvimento humano. A ele é dada a tarefa de, através da interação em sala de aula, despertar no aluno o interesse de resolver os desafios de cada nova etapa de seu aprendizado e ir se aproximando cada vez mais de um nível mais elevado de aculturação.

Essas considerações nos levam a refletir sobre a importância de uma ação pedagógica consistente devendo ser bem fundamentada teoricamente, na qual, o tutor possa exercer de forma mais satisfatória seu papel de mediador do conhecimento propondo indagações, questionamentos e desafios por meio de uma prática contextualizada rumo a uma aprendizagem significativa.

1.14.3 Domínio de Conteúdo, de Recursos e dos Materiais Didáticos

Para atuar como tutor na modalidade de Educação a Distância, é necessário que o profissional conheça os fundamentos, estruturas, metodologias em EAD assim como o PPC dos cursos, ter experiência em docência, conhecimento em relação ao Ambiente Virtual de Aprendizagem, habilidade em tecnologia, principalmente no que diz respeito à informática básica e uso de planilhas e documentos office, conhecimento básico sobre a disciplina e sobre

o curso, habilidade para comunicação oral ou escrita, conhecimentos das rotinas de trabalho na modalidade de EAD. Tem que ser proativo, ter equilíbrio emocional e habilidade para lidar com as dificuldades de entendimento dos alunos e assim trabalhar com a interação e valorização dos aprendizes, ter organização e planejamento em relação às suas atribuições, ser assíduo, ter comprometimento e saber trabalhar em equipe.

Os tutores, presenciais e a distância, devem apresentar, em seu perfil, as seguintes competências:

Atuar como mediador: conhecer a realidade de seus alunos em todas as dimensões, pessoal, social, familiar, escolar etc.;

Oferecer a possibilidade permanente de diálogo, saber ouvir, ter empatia e manter uma atitude de cooperação, assim como proporcionar experiências de melhoria de qualidade de vida aos alunos;

Possuir conhecimento dos fundamentos, metodologias e estrutura da educação a distância, a fim de sustentar as bases pedagógicas da aprendizagem;

Possuir habilidades de comunicação, relacionamento interpessoal, liderança, dinamismo, iniciativa, entusiasmo, criatividade e capacidade para trabalhar em equipes;

Oferecer experiências de melhoria de qualidade de vida aos alunos;

Saber lidar com os ritmos diferentes, individuais de cada aluno.

No caso do tutor a distância, deverá ter formação em curso no qual exercerá a tutoria ou em áreas afins e, preferencialmente, com experiência em EaD, como aluno ou professor.

Receberão contínuo treinamento interno para melhoria de desempenho e para eventuais adequações na forma de condução do trabalho, que será avaliado semestralmente por alunos, professores e coordenadores

Todo o material didático da disciplina é disponibilizado com antecedência ao Tutor para que este possa se apropriar do conhecimento, dirimir suas dúvidas e fazer propostas de estudos, assim como o conhecimento dos recursos e ferramentas necessários às suas atividades na tutoria.

À tutoria ainda são evidenciados todos os fluxos de produção das referidas disciplinas.

O ponto de partida para a elaboração dos materiais instrucionais são os Planos de Ensino das disciplinas, alinhados ao projeto pedagógico do curso. A partir deles, uma equipe multidisciplinar, composta pelo(s) docente(s) autor(es) do Plano de Ensino, NDE do curso e equipe técnica de produção EaD (designers e profissionais de tecnologia de informação) definem os elementos basilares dos materiais referenciais e os validam, considerando uma linguagem inclusiva, área de abrangência, coerência teórica e, acessibilidade metodológica

e instrumental, além das orientações e indicações para a organização dos materiais complementares disponibilizados aos estudantes.

De maneira objetiva o material didático institucional é composto de material referencial e complementar.

O material referencial é composto pelo conteúdo de referência da disciplina, desenvolvido por um Professor Autor (Professor Conteudista) com titulação e aderência especializado na área de conhecimento das disciplinas e disponibilizado em formato de livro eletrônico e objetos de aprendizagem.

A organização dos E-books respeita os conteúdos previstos nas ementas das disciplinas e seu respectivo Plano de Ensino, com adequação das bibliografias do material didático às exigências de formação, em consonância com o projeto pedagógico do curso. Eles podem ser impressos ou visualizados em meios eletrônicos, e em sua elaboração predomina a linguagem dialógica e a concepção andragógica e significativa, relacionando os conteúdos ao cotidiano a partir de exemplos, exercícios e práticas.

Os objetos de aprendizagem destacam conceitos, reforçando ideias contidas no livro eletrônico. Eles podem ser apresentados em forma de ilustração, animação, vídeo, arquivo sonoro, e têm como objetivo principal proporcionar a interação.

O material complementar é composto por conteúdos criados ou selecionados pelos docentes e tutores para auxiliar os estudantes na compreensão do material referencial.

Trata-se de uma seleção de materiais de apoio, em diferentes formatos, reunindo sugestões de leituras complementares, arquivos sonoros, vídeos, softwares, ilustrações, entrevistas, indicações de sites, sugestões de filmes e softwares. Seu principal objetivo é contextualizar o tema de estudo, e estimular o aprofundamento no tema.

A elaboração de materiais é feita por docente com titulação na área de conhecimento. O docente além da parte escrita dos conteúdos e das vídeoaulas, é responsável também pela elaboração do banco de questões que será utilizado como exercício e avaliação. O material para ser inserido no AVA é previamente validado pela equipe multidisciplinar com o objetivo de assegurar que cumpre com todos os requisitos da referida disciplina e de qualidade estabelecidos pelo NEaD e por conseguinte pela IES.

Os materiais disponibilizados no AVA para estudo vêm acompanhados do plano de aprendizagem da disciplina, onde o estudante tem a possibilidade de verificar os objetivos do curso e da disciplina, a metodologia utilizada para o desenvolvimento no processo de ensino e aprendizagem. Os estudantes têm acesso ao material no próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem, assim como das atividades de desenvolvimento pedagógico e fisicamente, baixando a versão em PDF para impressão.

O docente conteudista é orientado a utilizar como base bibliográfica para a elaboração dos materiais, fontes atualizadas e que estejam de acordo com o que pede a ementa e o PPC do curso. A estruturação do material é voltada para a interdisciplinaridade e com isso, para a formação profissional que o curso propõe.

1.14.4 Acompanhamento dos Discentes no Processo Formativo

O engajamento do aluno é de extrema importância para sua formação acadêmica. Esse engajamento é possível de ser acompanhado por meio da verificação dos acessos aos materiais didáticos, participação nos fóruns de debates, participação nas videoconferências e em alguns momentos presencialmente por meio de agendamento com os tutores. Isso ocorre para que o aluno esteja sempre em comunicação com tutores e professores para melhor envolvimento e compreensão do que está sendo estudado.

O processo avaliativo, por meio de provas e outras atividades desenvolvidas no Ambiente Virtual de Aprendizagem, é uma maneira tanto dos tutores, como dos professores e dos alunos, verificarem o aproveitamento e o desenvolvimento em relação a sua aprendizagem. Serve como um parâmetro para perceber se precisa retomar o estudo de algum conteúdo e aprimorar a questão da prática em relação a esse conteúdo e para que tutores e professores revejam suas práticas e busquem diferentes processos didáticos que possibilitem ao aluno, sanar as lacunas que existirem em relação ao seu aprendizado.

A avaliação é composta por atividades de aprendizagem que são desenvolvidas em cada unidade e são formuladas em questões de múltipla escolha, relacionamento, lacunas, verdadeiro/falso, correspondência, ordenação.

Para o acompanhamento do processo educativo são utilizados os seguintes recursos: Acompanhamento das atividades do estudante: conjunto de recursos disponíveis no AVA que permitem acompanhar a evolução do estudante e auxiliam docentes e tutores a fazerem orientações pontuais; Avaliação do processo pedagógico: recursos oriundos do Analytics que permitem fazer o acompanhamento processual dos indicadores de sucesso acadêmico, da permanência, da evasão, do êxito e do fracasso escolar.

1.14.5 Planejamento de Avaliação Periódica por Estudantes e Equipe Pedagógica do Curso e Ações Corretivas e de Aperfeiçoamento das Atividades Futuras

Todos os Componentes Curriculares voltados para a modalidade de EAD, assim como as avaliações, são trabalhados tendo como foco principal o aluno e sua aprendizagem. O

planejamento pedagógico é elaborado tendo como base os parâmetros específicos da modalidade, atendendo as diretrizes curriculares, o perfil do aluno que irá fazer parte do curso e ao desenvolvimento das habilidades e competências destes. Uma das características da EAD é o acompanhamento sistemático ao aluno e o uso de instrumentos de avaliação que possibilitem a verificação do desenvolvimento do aluno periodicamente, com a finalidade de perceber as deficiências de aprendizagem e com isso fazer uso de outras estratégias que contribuam para que o aluno se sinta seguro em relação à sua formação acadêmica. Os tutores fazem o acompanhamento dos alunos, verificando seu desenvolvimento, atendendo às suas dificuldades que muitas vezes são expressadas por meio dos chats, verificando o rendimento desses alunos de forma a detectar os níveis de aprovação e reprovação e assim ter um parâmetro que mostre o nível em que este aluno se encontra individualmente e em relação à turma. Tendo como base esse acompanhamento e esses parâmetros, é feito um trabalho pela equipe pedagógica no sentido de buscar novas estratégias que atuem sobre as deficiências encontradas, com melhorias das atividades, com novas ferramentas se for o caso, mas que seja possibilitado a esse aluno ter suas deficiências supridas e sua aprendizagem efetivada. Os tutores, através das ferramentas síncronas e assíncronas, buscam realizar o atendimento sistematizado aos alunos com o objetivo de acompanhar e desenvolver nestes as habilidades e competências necessárias à sua formação.

1.14.6 Atividades Presenciais Obrigatórias

As disciplinas ofertadas em EaD têm um grande diferencial no qual o aluno não precisa comparecer à instituição física para estudar e assistir as suas aulas, assim como para tirar as suas dúvidas. Mas há momentos, como para realizar avaliações, defender trabalhos de conclusão de curso, estágios curriculares, visitas técnicas e aulas práticas que o estudante deve comparecer à IES. As atividades presenciais devem ser provisionadas no calendário acadêmico e divulgadas amplamente à toda comunidade acadêmica para que estes possam se preparar para os encontros presenciais. O corpo tutorial precisa planejar as atividades para realizar a mediação pedagógica com objetivo de desenvolver as habilidades e competências dos alunos, estimular nestes a autonomia acadêmica e sobretudo assegurar a qualidade da relação ensino-aprendizagem.

1.15 Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de Tutoria

1.15.1 Adequação dos Conhecimentos, Habilidades e Atitudes dos Tutores para as Ações Alinhadas ao PPC, às Demandas Comunicacionais e às Tecnologias Previstas para o Curso

Para atuar como tutor na modalidade de Educação a Distância, é necessário que o profissional tenha titulação em programas de pós-graduação e sobretudo aderência na disciplina referida. É necessário conhecer os fundamentos, estruturas, metodologias em EAD assim como o PPC dos cursos, ter experiência em docência, conhecimento em relação ao Ambiente Virtual de Aprendizagem, habilidade em tecnologia, principalmente no que diz respeito à informática básica e uso de planilhas e documentos office, conhecimento básico sobre a disciplina e sobre o curso, habilidade para comunicação oral ou escrita, conhecimentos das rotinas de trabalho na modalidade de EAD, tem que ser proativo, ter equilíbrio emocional e habilidade para lidar com as dificuldades de entendimento dos alunos e assim trabalhar com a interação e valorização dos aprendizes, ter organização e planejamento em relação às suas atribuições, ser assíduo, ter comprometimento e saber trabalhar em equipe.

Os tutores, presenciais e a distância, devem apresentar, em seu perfil, as seguintes competências:

Atuar como mediador: conhecer a realidade de seus alunos em todas as dimensões, pessoal, social, familiar, escolar etc.;

Oferecer a possibilidade permanente de diálogo, saber ouvir, ter empatia e manter uma atitude de cooperação, assim como proporcionar experiências de melhoria de qualidade de vida aos alunos;

Possuir conhecimento dos fundamentos, metodologias e estrutura da educação a distância, a fim de sustentar as bases pedagógicas da aprendizagem;

Possuir habilidades de comunicação, relacionamento interpessoal, liderança, dinamismo, iniciativa, entusiasmo, criatividade e capacidade para trabalhar em equipes;

Oferecer experiências de melhoria de qualidade de vida aos alunos;

Saber lidar com os ritmos diferentes, individuais de cada aluno.

Os tutores deverão ter a titulação mínima de Especialista, em curso de Pós-graduação lato sensu, com carga horária mínima de 360 horas, e serão selecionados por meio de um processo de análise curricular, entrevistas e testes no ambiente virtual.

No caso do tutor a distância, deverá ter formação em curso no qual exercerá a tutoria e, preferencialmente, com experiência em EaD, como aluno ou professor. Os tutores serão

incentivados a participar de congressos, fóruns, workshops e receberão contínuo treinamento interno para melhoria de desempenho e para eventuais adequações na forma de condução do trabalho, que será avaliado semestralmente por alunos, professores e coordenadores.

1.15.2 Planejamento de Avaliações Periódicas de Identificação de Necessidade de Capacitação de Tutores

A capacitação e preparação do tutor continuamente é primordial para o desenvolvimento de suas funções. Mesmo possuindo todos os pré-requisitos necessários para atuar com a tutoria, esse profissional passa por constante avaliação a fim de serem verificados os pontos positivos de sua atuação e àqueles pontos que precisam ser trabalhados para que sua atuação mediante a aprendizagem do aluno, leve aos resultados e objetivos traçados. Essas atualizações são feitas por meio de treinamentos virtuais no AVA da IES, assim como presencialmente em momentos com a coordenação pedagógica, por meio de estudos de casos, análise de artigos e reflexão sobre as ações e desenvolvimento de habilidades e atitudes e estudo do Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Para garantir a formação do corpo de tutores com o objetivo de formatar as atitudes e habilidades dentro das funções relacionadas, a IES define algumas características e perfis profissionais fundamentais para o processo de trabalho do tutor. Para a garantia de cumprimento da qualidade e excelência já conhecidos desta IES são estabelecidas políticas para a formação continuada de tutores e que fomentam a capacitação e formação continuada destes.

São elas:

| POLÍTICAS DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA PARA TUTORES | | | |
|--|---|------|------|
| Meta | Ações | 2020 | 2021 |
| Ter o seu corpo de tutoria atendidos com projetos de qualificação, formação e capacitação docente. | Ampliar os incentivos para participação em eventos científicos/técnicos e culturais. | X | X |
| | Promover Formação Continuada didático-pedagógica, no início de cada semestre com oficinas, palestras etc. | X | X |
| | Valorizar a titulação acadêmica, experiência na tutoria e fora dela, produção científica e tecnológica como critério de seleção para admissão de tutores; | X | X |

| | | | |
|---|--|---|---|
| | Valorizar a produção científica como critério de ascensão horizontal para níveis sucessivos das categorias docentes. | X | X |
| | Disponibilizar acervo bibliográfico online aos tutores. | X | X |
| | Disponibilizar cursos de extensão realizados pela IES sem custo aos docentes. | X | X |
| | Disponibilizar cursos de pós-graduação com descontos de 50% para atualização. | X | X |
| | Criar programa de Inter formação entre os tutores EAD e professores da graduação presencial. | X | X |
| Garantir expansão de domínio dos tutores de novas tecnologias e ferramentas para uso na modalidade EAD. | Promover Formação específica para criação de videoaulas por meio digital. | X | X |
| | Valorizar e capacitar o uso de ferramentas móveis para complemento do Ambiente Virtual de Aprendizagem. | X | X |

1.15.3 Apoio Institucional para Adoção de Práticas Criativas e Inovadoras para Permanência e Êxito dos Discentes

Para que haja a inserção de disciplinas e cursos na modalidade de EAD, há a realização de planejamento com a finalidade de organizar todo o desenvolvimento do curso. O desenvolvimento das habilidades e atitudes dos alunos é um dos pontos principais. A instituição atua dentro de um modelo pedagógico que é voltado para a prática por meio das metodologias ativas. As atividades que são desenvolvidas pelos professores fazem a relação entre a teoria e situações reais do cotidiano do aluno e do mercado de trabalho dentro da formação que o discente está recebendo.

A Instituição entende que a teoria não alinhada com a prática não forma pessoas e não constrói profissionais capacitados. As atividades aplicadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem são elaboradas tendo sempre como ponto principal a aprendizagem do aluno e para isso, essas atividades têm o perfil voltado para o dinamismo, para atividades que desenvolvam a criatividade do aluno e que desafiem esse aluno à pesquisa e à inovação.

1.16 Tecnologias de informação e comunicação (TIC) no processo ensino aprendizagem

1.16.1 TICs Planejadas para o Processo de Ensino Aprendizagem

Entende-se por Tecnologia da Informação os recursos tecnológicos utilizados para mediar a comunicação e mediar os processos de ensino e aprendizagem. Dessa forma, as ferramentas tecnológicas desenvolvidas para a EAD pela Instituição, tem uma característica, recursos voltados para o aprender a aprender e o aprender a fazer. São ferramentas que possuem uma característica intuitiva, de fácil manuseio, que permitem aos discentes utilizar sem dificuldade por meio do Ambiente Virtual Moodle, de todos os materiais didáticos disponibilizados para estudo, assim como interagir com atividades, com professores e com tutores.

Por meio dessas ferramentas, o aluno tem acesso aos seus materiais didáticos e às suas atividades de fixação da aprendizagem. Todos os recursos utilizados por meio do AVA foram pensados com o objetivo de viabilizar aos alunos que o estudo por meio da modalidade de EAD ocorra de maneira tranquila e seja eficiente, que o aluno sinta segurança ao acessar seu ambiente de estudo.

1.16.2 Viabilização Acessibilidade Digital e Comunicacional por meio das TICs

Atualmente os Ambientes Virtuais de Aprendizagem vêm preparados para ser ferramentas de aprendizagem capazes de diminuir as barreiras comunicacionais e atender as necessidades de quem o utiliza como meio de estudo.

São ambientes que estão em constante atualização, facilitando o acesso a todas as pessoas, com ou sem deficiência. O Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado pela IES, o Moodle, possibilita aos discentes acessos a ferramentas diversificadas que permitem o elo entre a tecnologia e a aprendizagem, adotando formas inovadoras de relacionamento e interação.

1.16.3 Interatividades entre Discente, Docentes e Tutores e Acesso a Materiais e Recursos Didáticos por meio das TICs a quaisquer horas e lugar

Por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado pela IES, a interação entre docentes, discentes e tutores é facilitado, tornando possível um elo entre todos os polos da Instituição que atuam com EAD. É um diferencial por possibilitar a troca de experiências, de informação e de práticas, que dão solidez na construção do conhecimento. Para a Região

Amazônica que tem problemas de logística entre seus municípios, as TICs oportunizam acesso ao conhecimento e à formação acadêmica, abrindo assim, novas possibilidades a seus educandos, ao mercado de trabalho. É esse elo de comunicação que existe entre os educandos, os tutores e docentes que fortalece toda a prática pedagógica que o EAD possibilita, apesar da distância física existente.

O aluno que estuda por meio da modalidade de EAD na Instituição, tem acesso a materiais e recursos didáticos que estão disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle. Esses materiais podem ser utilizados para estudo no próprio AVA assim como possibilita ao aluno a impressão, para que ele possa fazer uso físico dos materiais. É uma forma flexível de viabilizar ao aluno estudar da maneira que melhor se adequa ao seu modo de aprendizagem.

Para ter acesso a esses materiais e aos recursos tecnológicos possibilitados pelo AVA, o aluno precisa acessar com o uso de um login e senha. Após esse acesso, o aluno passa a ter a sua disposição todos os recursos didáticos como material escrito, atividades de fixação da aprendizagem, avaliações, jogos, fóruns de debates, chats de interação, vídeo aulas, slides e caderno de anotações. Todos esses recursos didáticos são elaborados e disponibilizados aos alunos com o objetivo de atuar na sua formação acadêmica e profissional.

1.16.4 Experiências Diferenciadas de Aprendizagem Baseadas no uso das TICs

As ferramentas de Tecnologia da Informação e do Comunicação, possibilita aos alunos da IES, a troca de experiência, ideias, visões diversificadas, dentre os diversos polos que a Instituição possui e os diversos cursos. Para a aprendizagem do aluno, é uma forma de fazer a relação entre o conteúdo estudado e todas essas interações, possibilitando uma reflexão que o leve a aplicar esses conhecimentos à sua realidade de vida e à sua formação profissional. Dentre os diferenciais oferecidos pela IES por meio das TICs temos os momentos das videoconferências que possibilitam aos alunos um contato síncrono e ao vivo com os tutores, dando a eles a oportunidade de sanar dúvidas e trocar informações e experiências.

Além dessas ferramentas a IES possui Biblioteca Virtual e Laboratórios Virtuais que permitem a interação de docentes e discente com recursos tecnológicos inovadores.

1.17 Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA

1.17.1 Materiais, Recursos e Tecnologias do AVA para a Cooperação e Reflexão sobre Conteúdos entre Tutores, Discentes e Docentes

O Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle (Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment), que é utilizado pela IES, foi preparado para receber materiais didáticos e recursos de aprendizagem adequados aos projetos pedagógicos dos cursos e à qualidade de ensino pela qual a Instituição preza. São materiais diversificados, escritos, de áudio, de vídeo, além dos recursos de interação, que possibilitam ao educando todo o suporte pedagógico necessário para sua aprendizagem.

O AVA implantado possui as seguintes características gerais, conforme os desenvolvedores e distribuidores da ferramenta:

Promove uma pedagogia socioconstrucionista (colaboração, atividades, reflexão crítica, etc.);

Adequado para aulas 100% on-line assim como complementando a aprendizagem face-a-face;

Simples, leve, eficiente, compatível, interface baseada em navegadores de tecnologia simples;

Fácil de instalar em qualquer plataforma que suporte o PHP. Exige apenas uma base de dados (e pode compartilhá-la);

Independência total da base de dados suporta todas as principais marcas de base de dados (exceto pela definição na tabela inicial);

A lista de cursos mostra as descrições de cada curso existente no servidor, incluindo acessibilidade para convidados;

Cursos podem ser categorizados e pesquisados – um site Moodle pode suportar milhares de cursos;

Ênfase em total segurança o tempo todo. Os formulários são todos checados, os dados validados, os cookies codificados, etc;

A maioria das áreas de entrada de texto (recursos, postagens nos fóruns, etc.) podem ser editadas usando um editor HTML ATTO incorporado.

1.17.2 Acessibilidade Metodológica, Instrumental e Comunicacional no AVA

O Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle é uma ferramenta de aprendizagem utilizada por meio das TICs, de fácil manuseio. A metodologia aplicada pela IES, que é uma metodologia voltada para a construção do conhecimento, é facilmente percebida por meio dos materiais didáticos disponibilizados e das ferramentas de interação e interatividade. Todos os recursos são disponibilizados de maneira clara com o objetivo de não apresentar nenhum obstáculo ao aluno em relação aos seus estudos.

Alguns módulos usados em nossa ferramenta são: Módulo Tarefa, Módulo Chat, Módulo Pesquisa de Opinião, Módulo Fórum, Módulo Questionário, Módulo Recursos, Módulo Pesquisa de Avaliação e Módulo Laboratório de avaliação.

FERRAMENTAS SÍNCRONAS:

São ferramentas cuja principal característica é que todos os participantes iniciem e terminem suas atividades em datas e horários específicos simultaneamente. No AVA da IES as ferramentas síncronas disponibilizadas são:

- CHAT de suporte;
- CHAT de tutoria;
- VIDEOAULA Live com canal de retorno;

Avaliação online.

Todas as atividades realizadas sob o aspecto síncrono quando se tratar de mídias digitais serão disponibilizadas em modo assíncrono no AVA e postadas no BLOG da disciplina.

FERRAMENTAS ASSÍNCRONAS:

Neste cenário as atividades são completadas de acordo com a disponibilidade do estudante. No AVA da IES as ferramentas assíncronas disponibilizadas são:

- Fóruns de curso;
- Fóruns de temas;
- Questionários online;
- Videoaula.

1.17.3 Avaliação Periódica do AVA documentadas e Ações de Melhoria Contínua

O Ambiente Virtual *Moodle* é um software que passa por constantes atualizações, trazendo sempre inovações que facilitam cada vez mais o processo educacional. A Instituição, sistematicamente, atua na atualização de seus recursos didáticos e ferramentas para AVA que possibilitem ao aluno uma visão sempre atualizada de todos os mecanismos de aprendizagem. Um dos critérios utilizados como fonte dessas atualizações, é o resultado das pesquisas de satisfação que são aplicadas no decorrer do semestre letivo que possibilitam à IES entender as necessidades e dificuldades dos alunos e buscar então a solução e as atualizações e os pontos positivos apontados por eles em relação ao AVA. A IES realiza avaliação disponibilizada no AVA de forma periódica junto aos alunos e tutores com o propósito de oportunizar a estes atores a possibilidade de colaborar com a melhoria do espaço

comum entre estes e sobretudo atuar nas fragilidades e potencializar os fortes apontados como fortes.

1.18 Material didático institucional

1.18.1 Planejamento da Elaboração e Validação pela Equipe Multidisciplinar do EAD do Material Didático das Disciplinas EAD, em termos de Abrangência, Coerência, Acessibilidade Adequação de Bibliografia, Linguagem Inclusiva e Recursos Inovadores.

A elaboração de materiais é feita por professor da área de conhecimento, selecionado pela coordenação do curso, com título de mestre. É feita uma orientação em relação a todo o processo da parte escrita dos materiais e da gravação das vídeo aulas. Os materiais são elaborados dentro de 5 temas e cada tema em duas partes, para facilitar a organização dos alunos nos momentos de estudo. Para cada parte existe uma videoaula com as respectivas explicações.

O professor além da parte escrita dos conteúdos e das vídeo aulas, é responsável também pela elaboração do banco de questões que serão utilizadas como exercícios e avaliações. O material para ser inserido no AVA precisa passar pela aprovação de um revisor de conteúdo e gramatical, estar dentro dos padrões solicitados para materiais instrucionais em EAD, estar com todas as etapas concluídas e ter sido ajustado quando solicitado pelo revisor. Após passar por essas etapas, o material é validado e inserido no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Os materiais didáticos elaborados para as disciplinas/cursos em EAD são elaborados com base na Ementa que compõe o PPC de cada curso. As ementas são elaboradas de acordo com as DCNs e os objetivos de formação profissional do curso. Todo o material didático precisa estar de acordo com o que propõe o Projeto do curso.

Os materiais disponibilizados no AVA para estudo, vem acompanhado do plano de ensino da disciplina, onde o aluno tem a possibilidade de verificar os objetivos do curso e da disciplina, a metodologia utilizada para o desenvolvimento no processo de ensino e aprendizagem. Os alunos têm acesso ao material no próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem, assim como das atividades de desenvolvimento pedagógico e fisicamente, baixando a versão em PDF para impressão.

O professor conteudista é orientado a utilizar como base bibliográfica para a elaboração dos materiais, fontes atualizadas e que estejam de acordo com o que pede a ementa e o PPC do curso. A estruturação do material é voltada para a interdisciplinaridade e com isso, para a formação profissional que o curso propõe.

O curso produz material didático próprio para as disciplinas oferecidas na modalidade EAD. A produção do conteúdo ou cadernos de estudo segue regras de qualidade bem específicas para a garantia de qualidade e rastreabilidade de erros. Além de possuir design instrucional planejado de forma a garantir o cumprimento do contexto processual da aprendizagem.

Após a criação todo o material será exportado a um revisor que fará as devidas considerações quanto à estrutura gramatical e normas pertinentes, assim como a verificação da coerência do material produzido frente à proposta didático-pedagógica da IES. E se houverem alterações serão realizadas pelo próprio produtor.

A etapa seguinte é a validação por parte da COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA para que sejam realizadas as devidas considerações em consonância com as diretrizes acadêmicas da IES. Após o processo de validação pedagógica o conteúdo é diagramado e postado nos devidos repositórios digitais para compartilhamento e distribuição no ambiente virtual e para os alunos.

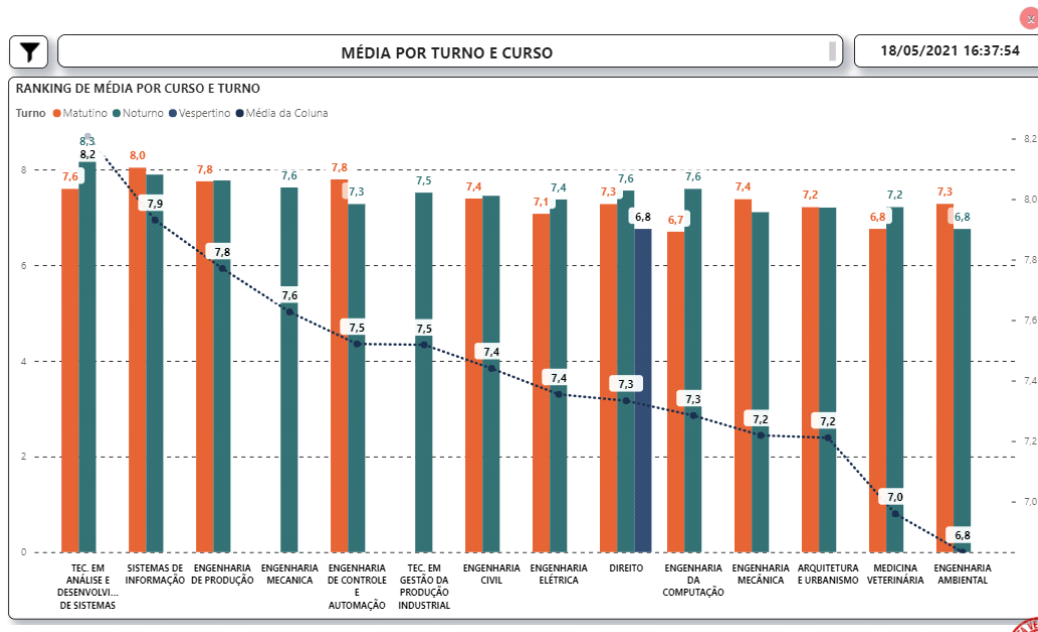
Quanto ao material produzido em estúdio, as videoaulas e audioaulas, após a sua produção e edição, realizada pela EQUIPE DE PRODUÇÃO, passa por um processo de validação de qualidade realizado pela EQUIPE DE APOIO DO NEAD. São verificados itens como qualidade de vídeo, qualidade de áudio, caracteres, edição entre outros indicadores.

Após aprovação, os arquivos de mídia são postados nos repositórios em nuvem para integração com o ambiente virtual de aprendizagem e disponibilização aos alunos.

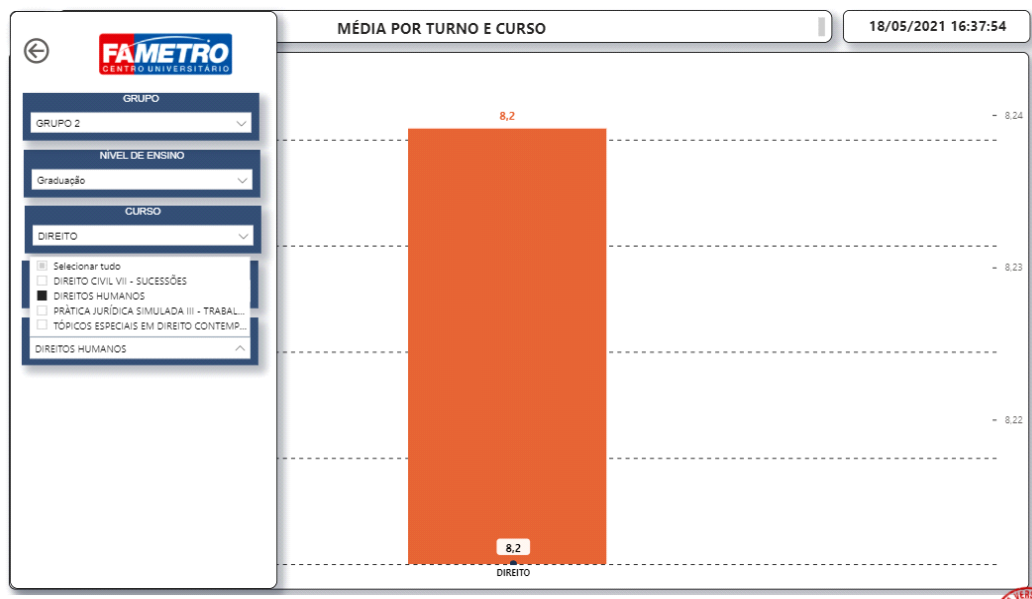
1.19 Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem

1.19.1 Atendimento do Acompanhamento e de Avaliação para a Concepção do Curso

As avaliações da aprendizagem são entendidas como ferramentas de interpretação e análise das condições de oferta dos cursos. Por meio dos resultados avaliativos implantados pelo curso o Coordenador e os professores poderão realizar quase que em tempo real os resultados através do acesso ao Portal de Serviços do CEUNI FAMETRO, neste ambiente os coordenadores têm a visão completa das notas alcançadas pelos alunos com a visão do rendimento acadêmico por turma, por disciplina e por professor. Esta ferramenta, desenvolvida pelos especialistas em TI da instituição, ofertam indicadores que devem ser objeto de análise do NDE e do colegiado de curso.



Exemplo: Gráfico de Rendimento Turno/Curso



Outra estratégia de acompanhamento se dá pelo acesso ao input de questões da avaliação institucional no ambiente digital, o coordenador de curso pode ajustar o nível dos itens avaliativos solicitados aos alunos, para que os mesmos contribuam no processo de formação visando o alcance do objetivo do curso, o perfil do egresso com as competências previstas no Projeto Pedagógico de Curso.

The screenshot displays a user interface for a quiz. On the left is a navigation menu with options like 'Participantes', 'Emblemas', 'Competências', 'Notas', 'MATERIAL DE APOIO', 'VIDEOCONFERÊNCIA', 'ATIVIDADES', and 'AVALIAÇÕES' (highlighted). The main content area shows a question titled 'Questão 1' with a status 'Ainda não respondida' and 'Vale 1,00 pontos'. The question text reads: 'Os equipamentos são classificados como: equipamento de preparação, equipamentos de conservação e equipamentos de cocção, cada um com uma especificidade maneira diferente de trabalho, trazendo inúmeros benefícios a quem os utiliza. A partir das informações apresentadas marque a alternativa correta que fala sobre os equipamentos de preparação? Escolha uma opção:'. Five multiple-choice options (a-e) are listed, describing various kitchen tools like meat grinders, blenders, laminators, professional knives, and blenders. On the right, there is a 'Navegação do questionário' section with a progress bar (1-8) and buttons for 'Finalizar tentativa...' and 'Iniciar nova visualização'.

1.19.2 Avaliação do Ensino Aprendizagem e Autonomia Discente

A avaliação tem um significado muito profundo, à medida que oportuniza a todos os envolvidos no processo educativo momentos de reflexão sobre a própria prática. Através dela, direciona o trabalho, privilegiando o aluno como um todo, como um ser social com suas necessidades próprias e também possuidor de experiências que devem ser valorizadas na escola. Devem ser oportunizados aos alunos os conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade.

Nesse sentido, faz-se necessário redimensionar a prática de avaliação no contexto escolar, onde o professor e o aluno, estão mutuamente implicados, portanto o acesso aos resultados de seu desempenho proporcionará um maior engajamento nas atividades formativas.

Isto posto é recomendável aos professores que procedam junto aos alunos um momento de reflexão acerca dos erros e também acerca do próprio desempenho ao final do semestre. Neste sentido o professor pode utilizar uma ferramenta de autoavaliação aberta onde se recomenda a abordagem dos seguintes pontos pelos alunos:

Determine uma periodicidade.

Liste seus pontos fortes e fracos.

Identifique como você reflete os pontos fortes listados.

Potencialize seus pontos fortes no dia a dia.

Compreenda seus pontos fracos.

Encontre meios para utilizar os pontos fracos a seu favor.

Saiba aonde você quer chegar.

Ou ainda utilizar um instrumento com questões fechadas com um foco mais determinado em certas competências que sejam essenciais ao desenvolvimento do aluno, contudo, tanto em questões abertas, quanto em questões fechadas é fundamental compreender que esse processo de autoavaliação deverá ser incorporado às práticas pedagógicas, mostrando claramente as implicações positivas desse processo não só para a formação, como para a vida profissional em curso, ou futura.

1.19.3 Avaliação Diagnóstica

A avaliação diagnóstica é utilizada para melhor desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem, com objetivo de compreender o estágio de aprendizagem em que se encontra o discente para ajustar e adequar o processo à realidade de cada turma. Se dá por meio de enquetes, questões ou testes realizados pelos docentes no início de cada semestre.

1.19.4 Avaliação Formativa

A avaliação formativa se dará no desenvolver do processo ensino-aprendizagem quando os sujeitos serão os próprios reguladores da ação educativa, tendo a oportunidade de rever a adequação da dinâmica e metodologias adotadas, viabilizando os próprios reguladores da ação educativa, tendo a oportunidade de rever a adequação da dinâmica e metodologias adotadas, viabilizando o redirecionamento das atividades educativas planejadas, no sentido de adquirir as competências estabelecidas.

1.19.5 Avaliação Somativa

A avaliação somativa tem como objetivo conferir notas, tendo como referência as normas e exigências institucionais, acompanhará a avaliação formativa através da auto avaliação discente e avaliação do moderador da aprendizagem. A verificação do rendimento escolar se fará ao longo do ano letivo, em cada componente curricular, compreendendo:
Apuração de tempo de permanência no ambiente virtual e frequência às atividades escolares;
Avaliação do aproveitamento acadêmico.

O rendimento acadêmico será aferido com base no cômputo da frequência e dos resultados do aproveitamento nas atividades didático-pedagógicas previstas na programação do componente curricular, sob orientação acadêmica. A avaliação do aproveitamento escolar

deve ser entendida como instrumento de acompanhamento contínuo e de caráter construtivo, visando a melhoria da qualidade da aprendizagem através de um processo formativo, permanente e de progressão continuada.

Será considerado aprovado no componente curricular o aluno que obtiver:

Frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) às atividades didático-pedagógicas programadas em cada componente curricular;

Média aritmética das notas obtidas nos componentes curriculares, igual ou superior a 5 (cinco);

Aos componentes curriculares semestrais serão atribuídas 2 notas com no mínimo 2 atividades de avaliação. No final de cada semestre letivo, o aluno que obtiver média inferior a 5 (cinco) estará reprovado.

A média final em cada disciplina é obtida mediante a seguinte fórmula:

$$\frac{M (N1 + N2) + PF}{2} \geq 5$$

Onde:

M = Média

N1 e N2 = nota

PF = Prova Final

N1 = média da N1 e AV1 (média de 2 atividades avaliativas)

N2 = média da N2 e AV2 (média de 2 atividades avaliativas)

1.19.6 Disponibilização dos Resultados das Avaliações de Ensino Aprendizagem

Fica assegurado ao aluno o direito de revisão do resultado da avaliação, que será regulamentado em norma específica. Terá direito a matricular-se na série seguinte, o aluno aprovado nos componentes curriculares da série na qual está matriculado. O aluno reprovado em 50% (igual e superior) dos componentes curriculares fará matrícula na série seguinte em regime de progressão parcial. Em caso de nova reprovação, será vedada a matrícula na série subsequente, devendo o aluno cursar apenas os componentes curriculares que determinaram a progressão parcial.

A avaliação adotada em sala de aula tem impacto direto e indireto no processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, a IES busca um aperfeiçoamento constante de novas técnicas e metodologias mais eficientes e eficazes através do melhor planejamento e implementação cuidadosa.

Outro aspecto de extrema importância é a utilização constante de outros processos intelectuais de extrema relevância na formação profissional e acadêmica, como, por exemplo, debates, seminários, palestras e outros, que fornecem os mecanismos necessários para o raciocínio crítico, resolução de problemas e facilidade na transformação de informação em conhecimento. Além disso, a avaliação está aliada a um processo crítico e construtivo a serviço da aprendizagem dos alunos, no que diz respeito às suas capacidades cognitivas e sociais.

A avaliação integra as diversas práticas utilizadas como base do sistema de avaliação institucional. A disponibilização e análise dos resultados dos métodos avaliativos garantem o melhor caminho para garantir a evolução dos alunos. Assim podemos perceber uma ampla discussão sobre os resultados da avaliação, que se dá pela avaliação diagnóstica, formativa e somativa, podendo vir a ser transformada, para uma educação mais libertadora que tem em sua essência alguns pontos positivos e a partir de velhos elementos, fazer emergir novos, que contribuam, de fato, para a formação do educando de modo coerente com as exigências do atual contexto histórico

1.19.7 Planejamento de Ações para Melhoria da Aprendizagem

O rendimento acadêmico será monitorado pelo Coordenador de Curso por meio dos relatórios de notas expedidos pelo sistema acadêmico, a partir daí o Coordenador poderá acompanhar o desenvolvimento das turmas e localizar problemas importantes que podem ser mitigados por uma ação preventiva e em tempo hábil. O rendimento das turmas deve ser objeto de discussão em Colegiado de Curso e o Núcleo Docente Estruturante, este último para corrigir possíveis distorções no projeto Pedagógico do Curso, a análise do rendimento acadêmico deve contar também com apoio da CP

Por outro lado, a cultura da IES será a do reconhecimento do Mérito Acadêmico, assim uma vez ao ano a IES celebra em Cerimônia oficial o maior coeficiente acadêmico por curso e turno, colocando em relevo o esforço e a superação de nossos alunos. Para o acompanhamento, o aluno responde por aplicativo um questionário de percepção acerca da avaliação, o qual se encontra em anexo a este documento.

Em casos mais graves na questão do desempenho de turmas ou individual dos alunos, o Coordenador deve buscar elaborar um trabalho com NAPA, (Núcleo de Apoio Psicopedagógico Acessibilidade e Inclusão) para atendimento individual ou da turma.

1.20 Número de vagas e formas de acesso ao curso

1.20.1 Número de Vagas Pleiteado

| Matutino | Vespertino | Noturno |
|----------|------------|------------|
| 50 vagas | 50 vagas | 100 vagas. |

1.20.2 Estudo Qualitativo e Quantitativo de Adequação do Número de Vagas e Adequação à Dimensão do Corpo Docente e à Infraestrutura Física e Tecnológica

Em acordo com o instrumento de avaliação para atos autorizativos o número de vagas para o curso deve estar fundamentado em estudos periódicos, quantitativos e qualitativos, e em pesquisas com a comunidade acadêmica, que comprovam sua adequação à dimensão do corpo docente além de considerar as condições de infraestrutura física e tecnológica para o ensino e a pesquisa.

Neste sentido, é importante destacar que o número de vagas solicitado pela IES, se apresenta consubstanciado sobre o aspecto relevante, a saber:

- i. Cenário loco-regional da oferta de infraestrutura para a população local;

i. Cenário loco-regional da oferta de infraestrutura a população local.

Com a crise econômica crescente na Venezuela, aumenta o número de imigrantes para a cidade de Manaus. Nos anos de 2015 a 2019 o Brasil registrou mais de 178 mil solicitações de refúgio e de residência temporária. Com o inchaço populacional surge o agravamento das condições de moradia, saneamento, transporte, etc., além das demandas por espaço apropriado nas áreas de saúde, educação, cultura e lazer, a sociedade reconhece a importância e necessidade da atuação do arquiteto e urbanista, mas nem sempre pode alcançá-lo, a sociedade brasileira de um modo geral demanda cada vez mais a participação do arquiteto e urbanista na resolução de seus problemas de espaço habitável, por outro a própria sociedade e os profissionais não encontraram ainda dispositivos que propiciem os benefícios da atuação do arquiteto a totalidade da população. Mesmo que, desde 2008, exista uma lei que assegure “às famílias de baixa renda assistência técnica, pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social” (Lei 11.888/2008).

O perfil a que se pretende trabalhar busca por formar o profissional pronto a contribuir na solução dos problemas espaciais das aglomerações urbanas nas diferentes escalas e

características. Um arquiteto que sem deixar de atender o cliente privado possa atender as demandas de toda a sociedade.

Tabela 12 - Municípios da Região Metropolitana

| Município | Legislação[60] | Área territorial (km²)[61] | População (2019)[62] | PIB (2016)[13] | IDH-M (2010)[63] |
|-----------------------|----------------------|----------------------------|----------------------|-------------------|------------------|
| Autazes | 30.04.2009 (LC N.64) | 7.652,851 | 39.565 | R\$ 287,7 milhões | 0,577 baixo |
| Careiro | 30.04.2009 (LC N.64) | 6.096,210 | 37.869 | R\$ 241,6 milhões | 0,557 baixo |
| Careiro da Várzea | 30.05.2007 (LC N.52) | 2.627,474 | 30.225 | R\$ 295,1 milhões | 0,568 baixo |
| Iranduba | 30.05.2007 (LC N.52) | 2.216,817 | 48.296 | R\$ 636 milhões | 0,613 médio |
| Itacoatiara | 30.05.2007 (LC N.52) | 8.891,906 | 101.337 | R\$ 2 bilhões | 0,644 médio |
| Itapiranga | 30.04.2009 (LC N.64) | 4.335,075 | 9.148 | R\$ 100,5 milhões | 0,654 médio |
| Manacapuru | 27.12.2007 (LC N.59) | 7.336,579 | 97.377 | R\$ 1,2 bilhão | 0,614 médio |
| Manaquiri | 30.04.2009 (LC N.64) | 3.973,259 | 32.105 | R\$ 249,8 milhões | 0,596 baixo |
| Manaus | 30.05.2007 (LC N.52) | 11.401,092 | 2.182.763 | R\$ 70,2 bilhões | 0,737 alto |
| Novo Airão | 30.05.2007 (LC N.52) | 37.805,257 | 19.454 | R\$ 120,5 milhões | 0,570 baixo |
| Presidente Figueiredo | 30.05.2007 (LC N.52) | 25.412,265 | 36.279 | R\$ 546,2 milhões | 0,647 médio |
| Rio Preto da Eva | 30.05.2007 (LC N.52) | 5.815,622 | 33.347 | R\$ 445,1 milhões | 0,611 médio |
| Silves | 30.04.2009 (LC N.64) | 3.723,382 | 9.171 | R\$ 97,9 milhões | 0,632 médio |
| Total | | 127.287,789 | 2.676.936 | R\$ 76,6 bilhões | 0,720 alto |

Fonte: IBGE

1.20.3 Formas de Acesso ao Curso

O ingresso de alunos a qualquer curso ministrado pelo CEUNI FAMETRO se dá, conforme exigência da legislação em vigor, sempre através de um processo seletivo.

O ingresso em um curso de graduação se dará através de:

- Processo Seletivo;
- Transferência;
- Transferência ex officio
- Portador de Diploma de Curso Superior;
- Reopção;
- ENEM.

1.20.4 Do Processo Seletivo

O Processo Seletivo é um exame seletivo e classificatório a que se submetem aqueles que concluíram o ensino médio ou equivalente e que desejam ingressar em curso de graduação. O Processo Seletivo será aberto por edital e será elaborado em articulação com o ensino médio, sem ultrapassar este nível de complexidade.

A classificação dos candidatos aprovados obedece a ordem decrescente de pontos obtidos, até o preenchimento das vagas definidas para cada curso e turno da preferência do candidato registrado no ato de sua inscrição. O Processo Seletivo, com validade exclusiva para o ano ao qual se destina, será realizado antes do início de cada ano letivo, sob a responsabilidade da Pró-reitoria Acadêmica.

Processo Seletivo Contínuo

O Processo Seletivo Contínuo é um processo seletivo sequenciado destinado aos estudantes que ainda estão cursando o ensino médio e que pretendem, após sua conclusão, ingressar em curso de graduação.

O Processo Seletivo Contínuo, aberto por edital, só terá validade para o estudante que se submeter aos três exames correspondentes a 1ª, 2ª e 3ª ano do ensino médio e terá validade exclusiva para o ano imediatamente subsequente ao ano de conclusão do ensino médio.

A média final do aluno que se submeter ao Processo Seletivo Contínuo corresponde à média aritmética dos resultados dos três exames mencionados no parágrafo anterior.

A classificação dos candidatos para o preenchimento das vagas definidas pelo Conselho Maior para o Processo Seletivo Contínuo obedecerá à ordem decrescente das médias obtidas na forma do parágrafo anterior.

O Processo Seletivo contínuo será planejado e coordenado pela Pró-reitoria Acadêmica.

1.20.5 Da Transferência Externa

Transferência é a forma de admissão de estudantes oriundos de outra Instituição de Ensino Superior – IES no decorrer de um curso de graduação. A transferência facultativa depende da existência de vaga no curso ou curso a fim e sua autorização está condicionada ao atendimento das exigências das normas estabelecidas pelo Conselho Maior, mediante processo seletivo. O processo de transferência facultativa inicia-se com o pedido de declaração de vaga.

A IES, ao deferir o pedido de declaração de vaga, deverá solicitar da IES de origem do candidato a respectiva guia de transferência acompanhada da seguinte documentação:

Histórico escolar completo do aluno a ser transferido, no qual conste inclusive o semestre e ano letivo em que foi aprovado no processo seletivo;

Currículo pleno do curso, com a indicação do programa e carga horária de cada disciplina cursada;

Regime ou critério de aprovação.

1.20.6 Transferência ex officio

A Transferência ex officio a que se refere o Parágrafo Único do Art.49 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 se opera independente de época e disponibilidade de vaga sendo assegurada aos servidores públicos efetivos federais e estaduais, civis e militares e/ou seu(s) dependente(s) estudante(s) que sejam removidos ou transferidos compulsoriamente implicando em mudança de domicílio. A Transferência deverá ser concedida para curso idêntico ao de origem, ou na inexistência deste, para curso afim.

O interessado deverá solicitar à SECAD, por meio de requerimento junto ao Setor de Protocolo Geral da IES, acompanhado dos seguintes documentos:

a – Histórico Escolar completo e atualizado, constando as notas do vestibular (doc. Original);

- b – Declaração de regularidade de matrícula na IES – Instituição de Ensino Superior de origem, no período letivo em exercício; (doc. Original)
- c – Programas das disciplinas cursadas; (doc. Original)
- d – Declaração de Reconhecimento do Curso pelo MEC e/ou Conselho Estadual de Educação, no caso de Instituição Estadual de Ensino Superior, onde conste o número do Decreto ou Portaria e data de publicação no Diário Oficial da União ou do Estado; (doc. Original)
- e – Portaria de remoção ou equivalente, de publicação em Boletim, Diário Oficial;
- f – Comprovação de dependência, quando for o caso; (Certidão de Nascimento, Casamento, Sentença Judicial ou Declaração de IR.)
- g – Documento comprobatório que indique a mudança de domicílio para a área de atuação da IES.

Após a conclusão do processo e aprovada a transferência compulsória, caso o período letivo regular da FAMETRO já tenha iniciado, a matrícula em componentes curriculares será autorizada.

A SECAD encaminhará o processo à coordenação do curso que deverá definir, conforme o aproveitamento de estudos, em qual período letivo o (a) requerente deverá ser matriculado (a). A matrícula somente poderá ser efetivada após a confirmação do recebimento da Guia de Transferência do (a) requerente por parte da SECAD- Secretaria Acadêmica da IES.

1.20.7 Do Portador de Diploma de Curso Superior

Transferência é a forma de admissão de estudantes oriundos de outra IES no decorrer de um curso de graduação. A transferência facultativa depende da existência de vaga no curso ou curso afim e sua autorização está condicionada ao atendimento das exigências das normas estabelecidas pelo Conselho Maior, mediante processo seletivo. O processo de transferência facultativa inicia-se com o pedido de declaração de vaga.

A IES, ao deferir o pedido de declaração de vaga, deverá solicitar da IES de origem do candidato a respectiva Guia de Transferência acompanhada da seguinte documentação:

Histórico escolar completo do aluno a ser transferido, no qual conste inclusive o semestre e ano letivo em que foi aprovado no processo seletivo;

Currículo pleno do curso, com a indicação do programa e carga horária de cada disciplina cursada;

Regime ou critério de aprovação.

1.20.8 Da Reopção

Reopção é transferência interna de um curso de graduação para outro da mesma área permitida a alunos regulares da FAMETRO, através de seleção. Os critérios exigidos para o deferimento do pedido de re-opção são:

Existência de vaga no curso pretendido;

Comprovação de regularidade de matrícula no curso de origem; e

Comprovação de que o estudante já tenha cursado, pelo menos, dois semestres do curso de origem.

1.20.9 Do Enem

Através do resultado do ENEM, o candidato concorre às vagas sem precisar fazer o vestibular, desde que obtenha média igual ou superior a 450 (Quatrocentos e cinquenta pontos).

1.20.10 Matrícula

A primeira matrícula institucional é o cadastramento do candidato selecionado por uma das formas de admissão a um curso de graduação ou pós-graduação, tornando-se por este ato, um aluno regular vinculado ao Curso da FAMETRO.

Por ocasião do cadastramento o aluno recebe um número permanente no curso, o qual indica o ano de seu ingresso, o código da área de estudo e a sequência numérica do curso.

A matrícula institucional é feita pela secretaria Acadêmica no prazo fixado no calendário acadêmico, salvo por motivo de força maior, devidamente comprovado e aceito pelo Conselho Superior.

A não efetivação da primeira matrícula institucional, expirados todos os prazos de chamada, implica na perda do direito a vaga.

A solicitação de matrícula institucional é feita em formulário próprio pelo acadêmico ou seu representante legal, anexando a esta, a seguinte documentação:

Certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente;

II - Histórico escolar do ensino médio;

III - Diploma do ensino superior;

IV - Título de eleitor;

V - Comprovante de estar quites com o serviço militar, para os homens;

VI - Uma foto 3/4.

Os itens I e II são exigidos para os cursos de graduação e os itens III e IV para os cursos de pós-graduação ou cursos de graduação com ingresso como portador de diploma de nível superior.

A solicitação de matrícula institucional, sem qualquer exceção só poderá ser feita à vista de toda documentação exigida. Será anulada a matrícula efetuada quando não tenham sido observadas todas as exigências legais e regimentais, o que deve ser notificado.

1.21 Integração com as Redes Públicas de Ensino (Licenciaturas)

1.21.1 Convênios e ações previstas para integração com a rede pública de ensino

Não se aplica

1.21.2 Ações e uso de tecnologias educacionais de desenvolvimento, testagem, execução e avaliação de estratégias didático-pedagógicas

Não se aplica

1.21.3 Forma de documentação das experiências na rede pública de ensino

Não se aplica

1.21.4 Resultados esperados/atingidos para discentes e para rede pública de escolas de educação básica

Não se aplica

1.21.5 Planejamento/execução de ações inovadoras na integração com a rede pública de escolas de educação básica

Não se aplica

1.22 Integração do curso com o sistema local e regional de saúde – SUS

1.22.1 Convênios e Integração com o Sistema Local e Regional de Saúde

NÃO SE APLICA

1.22.2 Formação Discentes em Serviço e sua Inserção em Equipes Multidisciplinares e Multiprofissionais nos Diferentes Cenários do Sistema e Diferentes Níveis de Complexidade

NÃO SE APLICA

1.23 Atividades práticas de ensino para áreas de saúde

NÃO SE APLICA

1.23.1 Atividades Práticas de Ensino da Saúde em Conformidade com as DCNs.

NÃO SE APLICA

1.23.2 Regulação para a Orientação, Supervisão e Responsabilidade Docentes para a Inserção nos Cenários do SUS e Outros Ambientes Profissionais

NÃO SE APLICA

1.23.3 Desenvolvimento de Competências Específicas da Profissão relacionadas ao Contexto de Saúde da Região

NÃO SE APLICA

1.24 Atividades práticas de ensino para licenciaturas

1.24.1 Relação das atividades práticas de ensino da licenciatura com as DCNs da Educação Básica, da formação de formação de professores e da área de conhecimento da licenciatura

Não se aplica

1.24.2 Distribuição das Atividades Práticas de Ensino para a Licenciatura Relacionando Teoria e Prática de Forma Reflexiva ao Longo de Todo o Curso

Não se aplica

DIMENSÃO 2: CORPO DOCENTE E TUTORIAL

2.1 Núcleo Docente Estruturante – NDE

As normas do NDE compreendem os seguintes itens:

O NDE de um curso de graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso;

O NDE deve ser constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso;

São atribuições do NDE: contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo- indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;

A IES, por meio dos seus colegiados superiores, devem definir as atribuições e os critérios de constituição do NDE, atendidos, no mínimo, os seguintes: ser constituído por um mínimo de 5 professores pertencentes ao corpo docente do curso; ter pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação stricto sensu; ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos

20% em tempo integral; assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso;

O NDE constituído deverá se reunir no mínimo 2 vezes por semestre em reuniões ordinárias previstas em calendário acadêmico. Caso haja necessidade de outras reuniões o Presidente do NDE, poderá convocar reuniões extraordinárias;

As reuniões ordinárias e extraordinárias deverão ser registradas em ata aprovada por todos os membros. O presidente nato do NDE é o Coordenador de Curso de Graduação. O NDE não se constitui em instância deliberativa devendo suas propostas serem submetidas aos Colegiados de Curso.

2.1.1 Composição do NDE

Seguindo as novas diretrizes do MEC, em resposta ao novo instrumento de Avaliação de Cursos de graduação presencial, a Pró-Reitoria Acadêmica da IES designou os professores relacionados em anexo, sob coordenação do curso, constituir o Núcleo Docente Estruturante (NDE), responsável pela formação, implementação e desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso e outras atividades pertinentes ao curso, que constam em regulamento próprio.

2.1.2 Atribuições do NDE

O Núcleo Docente Estruturante do Curso é formado por professores, contratados em regime integral ou parcial, que participaram efetivamente da construção do Projeto Pedagógico e juntos com o coordenador são responsáveis pela implantação do curso, os mesmos possuem formação *stricto sensu* e experiência na área. As reuniões do NDE ocorrem duas vezes ao semestre em caráter ordinário, convocadas pelo presidente do Núcleo. As demais reuniões ocorrem em caráter extraordinário, podendo também acontecer em conjunto com o colegiado de curso, devendo ser convocada pelo presidente do núcleo e o coordenador de curso.

2.1.3 Planejamento dos Estudos e Avaliação Periódica o PPC pelo NDE

Semestralmente serão realizadas ao mínimo duas reuniões do NDE para debate e discussão de melhorias do curso, assim como avaliação e adequação (se

necessário) do PPC, o qual será levado para discussão e deliberação por parte do colegiado do curso. As informações coletadas e organizadas pelo NDE serão encaminhadas, no caso dos cursos à distância para a Equipe Multidisciplinar. A Avaliação Qualitativa do PPC, terá um ciclo de trienal, ou no momento da alteração de legislação que afete a oferta do curso. no momento da avaliação trienal, onde serão observados os indicadores do Projeto de Curso com a observação dos itens apontados abaixo na tabela que segue este texto.

| INDICADORES PARA AVALIAÇÃO PERÍODICA DO PPC DO CURSO | SIM | NÃO | NECESSITA DE APERFEIÇOAMENTO E/OU ALTERAÇÃO |
|---|-----|-----|---|
| O PPC expressa com clareza a articulação das políticas institucionais de ensino, extensão e pesquisa (quando for o caso), alinhadas com a Missão, a Visão, Os princípios e valores Educacionais da Instituição? | | | |
| O Perfil do Egresso se encontra atual e dialoga com as demandas atuais do mundo do trabalho? | | | |
| As competências previstas no perfil do egresso estão alinhadas com as DCN's e se mostram atualizadas com previsão de desenvolvimento de novas competências que se expressem em termos de inovação para o mundo do trabalho. | | | |
| Os Objetivos do Curso atendem as DCN's e se mostram exequíveis e compatíveis com a capacidade técnico-científica da Instituição? | | | |
| As Metodologias de ensino previstas, estão alinhadas aos princípios da política de ensino e guardam a proposta de oferta de atividades problematizadoras e mobilizadoras de conhecimentos? | | | |
| O processo de avaliação descrito no PPC recomenda a adoção das dimensões diagnósticas; formativas e somativas da avaliação, com orientações claras e exemplos exequíveis aos docentes? | | | |
| As tecnologias da Informação e da Comunicação estão inseridas como suporte metodológico ao ensino? | | | |
| Os Programas e Regulamentos Institucionais são respeitados e os regulamentos internos, específicos de curso guardam relação com os mesmos? | | | |
| A estrutura Curricular que demonstra o itinerário de formação do aluno necessita de alteração em face à novas demandas e processos? | | | |
| A participação Discente e Docente está prevista no PPC? | | | |
| Os requisitos legais previstos na legislação vigente estão contemplados e seus processos de execução estão claros e oferecem direcionamento para a adoção das mesmas pelo professor? | | | |
| Os processos de Interdisciplinaridade e Transversalidade estão evidentes no estudo do ementário do Curso? | | | |
| O Corpo Docente e Tutorial atende de maneira excelente aos objetivos, perfil do egresso e matriz curricular do curso, observando a experiência profissional dentro e fora do magistério, a produção técnica e científica, | | | |

| | | | |
|---|--|--|--|
| e o desempenho do professor, a partir dos indicadores apontados pela Comissão própria de Avaliação? | | | |
| Aspectos de Análise Qualitativa – Parecer técnico do membro do Núcleo Docente Estruturante | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |

2.2 Equipe multidisciplinar

A equipe multidisciplinar atua na relação entre a coordenação do Curso e o Núcleo de Educação a Distância (NeaD), que é a unidade institucional responsável pela gestão dos processos acadêmicos e pedagógicos de cursos e atividades educacionais na modalidade a distância, o que inclui: organizar, implantar e gerenciar as atividades a distância nos cursos, inclusive orientando e supervisionando os docentes envolvidos nessa modalidade de ensino.

O NeaD é composto por um grupo de profissionais com grande experiência acadêmica e tecnológica na área, com passagem por renomadas instituições de ensino, que trabalham de forma sistêmica e colaborativa. O NeaD tem regimento próprio (Regimento da Graduação Modalidade a Distância), com status de uma Unidade com autonomia para gerir suas ações, bem como para garantir a implantação, implementação, e desenvolvimento do processo educativo utilizando a modalidade a distância, por meio de ações didático-pedagógicas, tecnológicas e administrativas adequadas.

Coordenação Pedagógica

Tem como atribuições:

Responsável pelo desenvolvimento dos projetos pedagógicos, manuais e regulamentos junto com os coordenadores de cursos, revisão, controle e acompanhamento do ambiente virtual do aluno; organização, planejamento e controle dos tutores e conteudistas. Tem conhecimento na área pedagógica, incluindo didática e metodologias, gestão educacional, técnicas de ensino-aprendizagem, docência e uso de mídias e tecnologias.

Composição:

- ✓ 01 Revisor: com conhecimento e formação na área de Língua Portuguesa;

- ✓ 01 Supervisor de Tutores: com formação e experiência na área de supervisão:
- ✓ Tutores (20 h) presencial (de polo): com formação de nível superior e atua na área de conhecimento de sua formação. Responsável por acompanhar os alunos no polo, preparar a sala de aula, passar as dúvidas dos alunos para os professores, via chat, aplicar as provas e as encaminhar ao Núcleo de Educação a Distância e auxiliar o aluno na utilização do AVA;
- ✓ Tutores (20 h) à distância: com formação de nível superior e atua na área de conhecimento de sua formação. Responsável por dar suporte às atividades dos docentes;
- ✓ 01 Psicopedagogo: com formação em Psicologia para atendimento aos alunos:
- ✓ 01 Professor por disciplina: 06 horas semanais.

Supervisor de Tutores

Tem como atribuições:

- ✓ Receber e emitir parecer sobre propostas de cursos de graduação, modalidade a distância, e enviá-los ao CONSUP da IES;
- ✓ Exercer a supervisão pedagógica dos cursos de graduação, modalidade EaD, observando as normas e desenho curricular do Projeto Pedagógico Institucional do NeaD;
- ✓ Supervisionar a observância das normas e qualidade exigida na produção dos materiais didáticos a serem elaborados pelos professores;
- ✓ Revisar os elementos que irão compor o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA);
- ✓ Acompanhar o desempenho dos coordenadores e supervisionar o cumprimento de suas atribuições;
- ✓ Quando solicitado, representar o curso perante as instâncias superiores institucionais e órgãos avaliadores do Ministério da Educação.

Coordenação de Mídias e Tecnologias

Tem como atribuições:

Escolher as tecnologias e mídias a serem utilizadas nas atividades e nos cursos oferecidos pelo NeaD e a operacionalização da construção do material didático.

Composição:

- ✓ 01 Analista de Sistema: esse profissional deve ter formação em análise de sistema e experiência técnica comprovada;
- ✓ 01 Analista Designer Web: esse profissional deve ter ótimos conhecimentos sobre softwares para design de recursos e páginas web; 01 Analista de Ambiente Virtual de Aprendizagem: o profissional dessa área deve ter ótimos conhecimentos nas áreas de programação e, em especial, sobre as especificidades do software escolhido para hospedar os cursos e as atividades;
- ✓ 02 Assistentes de Produção: acompanhamento das gravações das videoaulas, agendamento com os professores, controle e organização dos estúdios.

Tem como atribuições:

- ✓ Apresentar mídias e tecnologias apropriadas para atender à sociedade;
- ✓ Coordenar todos os processos que visam ao funcionamento do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA);
- ✓ Coordenar a operacionalização dos materiais didáticos, o design institucional do AVA, o design institucional dos estúdios de gravações; o design dos materiais didáticos.

Coordenação de Produção

Tem como atribuições:

- ✓ Ser responsável pela produção, gerenciamento e orientação aos docentes no processo de produção e gravação das videoaulas com vistas a garantir a qualidade técnica e pedagógica desse recurso didático.
- ✓ Produzir recursos para as videoaulas;
- ✓ Gerenciar demandas relativas às videoaulas;
- ✓ Gerenciar demandas da agenda dos estúdios;
- ✓ Produzir locais para gravações externas e entrevistas;
- ✓ Orientar professores quanto ao conteúdo das videoaulas e sua relação com o conteúdo escrito.
- ✓ Orientar professores quanto à estrutura e recursos para a gravação das videoaulas;
- ✓ Recepcionar e dar apoio aos docentes durante sua estada no Núcleo de Educação a Distância;
- ✓ Acompanhar gravações;
- ✓ Acompanhar produção da locução e da tradução da Língua de Sinais;

- ✓ Criar, implantar e otimizar processos referentes às videoaulas e suas demandas; e
- ✓ Produzir relatórios sobre o andamento das gravações.

Secretaria Acadêmica (SeaD):

Setor responsável por todos os processos, registros e controles acadêmicos, e pelo relacionamento com alunos e com os polos de apoio presencial.

Composição:

- ✓ 04 Assistentes administrativos acadêmicos para a secretaria: atendimento on-line e por telefone aos alunos;
- ✓ 01 Assistente administrativo acadêmico para logística: controle materiais didáticos e documentos;
- ✓ 02 Assistentes administrativos acadêmicos para apoio ao aluno: atendimento on-line e por telefone aos alunos;
- ✓ 01 Ouvidor: atendimento on-line e por telefone aos alunos.

2.2.1 Plano de ação da equipe multidisciplinar e processos de trabalho formalizados

A equipe multidisciplinar do Núcleo de Educação a Distância desta IES, tem a finalidade de auxiliar as instâncias administrativo-pedagógicas no planejamento e implementação de ações que visem a melhoria da qualidade do ensino dos cursos ofertados pela instituição. Ressalta-se que não existe um modelo único de equipe multidisciplinar. Em regra, essas se adequam às demandas dos cursos criados em cada IES e nessa perspectiva a equipe multidisciplinar do NEaD não se afasta dessa realidade.

O principal documento que serve de embasamento para a elaboração deste documento é o Referencial de Qualidade para a Educação Superior a Distância, instituído pela Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação, em 2007, que aponta que na "(...) educação a distância, há uma diversidade de modelos, que resulta em possibilidades diferenciadas de composição dos recursos humanos necessários à estruturação e funcionamento de cursos nessa modalidade" (2007, p. 19).

Entretanto, esse mesmo documento indica que, independentemente da configuração do modelo de equipe multidisciplinar, essa deverá ter como funções o planejamento, a implementação e a gestão dos cursos à distância (2007)⁴. A equipe multidisciplinar do NEaD

da IES é composta por integrantes de diferentes áreas, mas que buscam atuar de forma integrada na excelência dos cursos da instituição.

Com esse intuito a equipe multidisciplinar visa estabelecer um contínuo diálogo entre as instâncias de decisão, como o Núcleo Docente Estruturante (NDE), coordenadores/as de curso, professores/as formadores/as, tutores/as, técnicos/as administrativos/as, os/as quais participam direta e indiretamente das ações propostas por esta equipe multidisciplinar, com o fito de elaborar o Plano de Ação da Equipe Multidisciplinar, conforme o modelo abaixo:

EQUIPE MULTIDISCIPLINAR: Plano de ação 2.2 equipe multidisciplin

| AÇÃO | OBJETIVO | MEIA | PERÍODO DE REALIZAÇÃO | RESPONSÁVEL | MONITORAMENTO |
|------|----------|------|-----------------------|-------------|---------------|
|------|----------|------|-----------------------|-------------|---------------|

Direcionamento

- Produção de Material Didático
- Capacitação Docente
- Capacitação Tutorial
- Acolhimento de estudantes
- Interface polos de apoio
- Suporte
- Novos cursos
- Inovação

6

Este documento pretende definir as ações da Equipe Multidisciplinar em consonância com o que está previsto nas resoluções do Conselho Superior e nos Projetos Pedagógicos de Cursos – PPCs.

2.2.2 Atuação da equipe multidisciplinar e processos de trabalho formalizados.

A Equipe Multidisciplinar tem um papel fundamental na organização do trabalho pedagógico no processo de Educação à Distância, pois os desafios complexos inerentes à modalidade demandam um conjunto de saberes e expertises que só podem ser levados a cabo com sucesso, mediante” um conjunto estruturado de funções, desenvolvidas por profissionais de diferentes backgrounds”.

Sendo assim, são atribuições da equipe multidisciplinar:

- ✓ Assegurar o envolvimento da comunidade acadêmica na modalidade de EaD, mediante a articulação contínua com todos os setores das IES;
- ✓ Propor a estrutura física e de recursos necessários ao desenvolvimento dos cursos e/ou programas de EaD, bem como acompanhar e avaliar a execução do processo de ensino aprendizagem nos Cursos ofertados na modalidade a Distância;
- ✓ Oferecer cursos e/ou atividades formativas de Graduação e de Pós-graduação lato sensu, e de Extensão;
- ✓ Assegurar a distribuição do material didático no AVA;
- ✓ Garantir a funcionalidade do AVA assim como a sua atualização contínua;
- ✓ Qualificar docentes e técnicos administrativos para atuarem em EaD;
- ✓ Assessorar e dar suporte a todas as iniciativas e experiências em EaD, no âmbito das IES;
- ✓ Apoiar e incentivar a aplicação do conhecimento adquirido em EaD;
- ✓ Estudar, elaborar e difundir modalidades de EaD;
- ✓ Buscar o desenvolvimento de habilidades em novas tecnologias aplicadas à EaD;
- ✓ Propor normas de organização, gestão e avaliação da EaD no âmbito das IES;
- ✓ Promover as melhores práticas pedagógicas em todos os cursos ofertados em EaD;
- ✓ Promover parcerias com outras instituições nacionais e internacionais, públicas e privadas, governamentais e não governamentais;
- ✓ Promover congressos, simpósios e similares sobre assuntos relacionados com EaD;
- ✓ Disseminar tecnologia, metodologias e os recursos educacionais para a EAD.

2.3 Atuação do Coordenador

O perfil de atuação do coordenador que a IES tem é de alguém que seja mais que um simples mediador entre alunos e professores, ou seja, deseja-se um gestor para promover as alterações e introduzir propostas inovadoras no ambiente universitário. Sendo capaz de transformar, diariamente, conhecimento em competência.

O Coordenador deve atuar de forma a:

- ✓ Reconhecer as necessidades da área em que atua;
- ✓ Tomar decisões que possam beneficiar toda a comunidade acadêmica;
- ✓ Atender as exigências legais do Ministério da Educação;
- ✓ Gerir e executar o projeto político-pedagógico do curso;

- ✓ Operar novas tecnologias;
- ✓ Avaliar o trabalho dos docentes;
- ✓ Estar comprometido com a missão, crença e valores da instituição;
- ✓ Estar atento às mudanças impostas pelo mercado de trabalho a fim de adequar e modernizar o curso com foco na garantia de qualidade;
- ✓ Gerir equipes e processos, pensando e agindo estrategicamente;
- ✓ Colaborar com o desenvolvimento dos alunos e com o crescimento da instituição em que trabalha.

Assim, ser coordenador de curso pressupõe possuir competências nos aspectos: legal, mercadológico, científico, organizacional e de liderança. Trata-se não apenas de competência técnica, centrada no saber fazer de modo operacional, mas no conhecer, no saber ser e no saber viver junto, ou seja, o conhecimento dos dados isolados é insuficiente; é preciso articulá-los à iniciativa, a motivação para o trabalho, às relações interpessoais, aliando saberes sócio afetivo e cognitivo.

2.3.1 Relação do Coordenador com Docentes, Discentes, Tutores

O coordenador é um profissional da área do curso com experiência em gestão e a relação com docentes, discentes e tutores deve ser baseada em funções políticas, gerenciais, acadêmicas, institucionais, em liderança e bom relacionamento.

O bom relacionamento do coordenador deve acontecer tanto no meio acadêmico quanto no meio profissional de forma a garantir seu melhor desempenho na função.

O diálogo com alunos e professores deve ser aberto a fim de formar parcerias, ouvir opiniões e sugestões e garantir a satisfação. É assim poder ajustar o andamento do curso as mudanças de perfil dos alunos e as mudanças do meio educacional garantindo a seus docentes atualizações para os processos de ensino-aprendizagem.

Já o diálogo com o meio profissional deve acontecer com personagens importantes da área para promoção de parcerias e estar sempre a par da realidade de mercado.

1.3.2 Representatividade do Coordenador nos Colegiados Superiores

Em acordo com a política institucional que promove a participação dos setores da instituição nos órgãos colegiados, os coordenadores dos cursos de graduação participam efetivamente do colegiado de curso do NDE do Comitê de Qualidade de Ensino e possui uma representatividade no Conselho Superior a partir de membro eleito pelos seus pares.

1.3.3 Plano Acadêmico Administrativo de Gestão do Curso sua Documentação e Compartilhamento

O Plano de Gestão Acadêmico Administrativo é um instrumento decorrente do processo de autoavaliação de curso e que serve de plano de ação interno de gestão da do curso, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a IES com base na autoavaliação de curso, e para a qualidade de ensino que esta propõe. São objetivos do Plano:

- ✓ Realizar o planejamento das atividades pedagógicas e administrativas, assegurando aos professores as orientações, o tempo e o espaço necessário para o planejamento do semestre.
- ✓ Organizar o semestre letivo, discutindo com os professores as ações pedagógicas a serem realizadas.
- ✓ Propor e organizar ações tendo em vista o enfrentamento das questões pedagógicas que se revelaram problemáticas na avaliação do curso.
- ✓ Elaborar um calendário de atividades para o curso, destacando as ações pedagógicas e administrativas internas relevantes.

a) Metodologia de Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso:

Ao início do semestre será destinado um período para o planejamento do curso, após esse período o coordenador deverá zelar pelo cumprimento das ações e realizações das atividades, tendo em vista o planejamento das atividades do semestre. Ao final desse período o coordenador do curso deverá encaminhar um plano de ação evidenciando as atividades pertinentes ao seu curso, tendo em vista o enfrentamento das dificuldades apontadas pelos professores e a necessidade de melhoria contínua da qualidade dos processos pedagógicos.

Deve-se ainda submeter à apreciação superior o calendário de atividades do curso para que o mesmo possa ser compatibilizado com as demais ações previstas pelos outros cursos a fim de evitar atropelos /ou dificuldades na realização das mesmas. Espera-se que os resultados obtidos nas avaliações possam subsidiar a elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso tendo em vista a continua melhoria dos processos pedagógicos institucionais visando a excelência dos serviços educacionais ofertados e o cumprimento dos princípios, da missão e dos valores da FAMETRO, previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional PDI.

Deve-se observar o planejamento dos seguintes eixos, a saber:

- i) Atividades Extracurriculares: atividades de cunho formativo e/ou cultural que contribuam para a formação do perfil do egresso, tendo em vista o reforço ao

desenvolvimento das competências e habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso e que não estejam necessariamente vinculadas aos componentes curriculares. Aqui podem ser consideradas atividades complementares como realização de palestras que promovam formação e desenvolvimento profissional com membros da comunidade interna e externa da instituição. São exemplos de atividades extracurriculares: campanhas de conscientização com temas atuais, cursos de curta duração que tragam aperfeiçoamento de habilidades específicas ao desenvolvimento profissional e pessoal do aluno, atividades culturais com a finalidade de promover a cultura local, o talento dos alunos e da comunidade em geral, Concursos, Campanhas Solidárias, Responsabilidade Social e outros. As atividades extracurriculares não possuem caráter obrigatório, não podem servir como critério de avaliação de desempenho do aluno, podendo ser, contudo considerada como atividades complementares.

ii) Atividades Interdisciplinares e Transversais: projeto de trabalho acadêmico, que tenham como princípio o diálogo entre disciplinas, áreas de conhecimento e conteúdos curriculares, na perspectiva de fomentar a interligação de saberes e práticas da área de conhecimento do curso. Espaço para o desenvolvimento de atividades com as temáticas transversais de questões étnico-raciais e de educação ambiental, além de temas desenvolvidos nas disciplinas que careçam de aprofundamento e de abordagem Inter conceitual. São consideradas atividades interdisciplinares todas aquelas realizadas nas quais estejam sendo tratados assuntos das disciplinas ministradas. São atividades que devem ser organizadas a partir da sala de aula, com a participação efetiva dos professores, sendo desenvolvidas por estes com seus alunos, servindo inclusive de referência para atribuição de notas na avaliação de desempenho acadêmico. Neste sentido pode ser feitos projetos de trabalhos acadêmicos onde os professores da disciplina do período possam dividir a responsabilidade pela orientação das mesmas e partilhar a nota atribuída entre os componentes curriculares envolvidos. São exemplos dessas atividades: Projetos de Pesquisa e de Extensão. Projetos de Estudos Orientados. Seminários Acadêmicos, Jornadas Científicas, Semanas Acadêmicas, Mostra de trabalhos de curso, Visitas Técnicas, Gincanas de conhecimento, entre outros. A diferença entre as atividades interdisciplinares e transversais e as atividades extracurriculares é que as primeiras são consideradas como metodologias de ensino, devendo ser consideradas como fundamento metodológico dos processos de ensino e aprendizagem. Já as atividades

extracurriculares possuem caráter complementar, informal, não obrigatória. É importante destacar que as semanas acadêmicas por seu caráter e amplitude são consideradas atividades interdisciplinares, pois envolvem diferentes conteúdos e extracurriculares por estarem abertas também a comunidade externa e não serem obrigatórias.

iii) Acompanhamento de Egressos: realizar um acompanhamento dos egressos do curso, obtendo retorno acerca da aceitação dos nossos ex-alunos no mercado de trabalho, assim como, acerca da necessidade de revisão de condutas e processos pedagógicos tendo em vista a melhor e maior inserção dos nossos alunos no mundo do trabalho.

iv) Monitoramento da Evasão: propor a realização de ações de acompanhamento da evasão, buscando minimizar os índices do curso.

v) Autoavaliação interna do curso: organizar ações tendo em vista a avaliação interna do curso, essa avaliação poderá dar-se mediante seminários de avaliação com a participação do corpo docente e representatividade discente do curso, utilizando como base de dados a avaliação da CPA e outras bases de dados oriundas de formulários próprios de avaliação elaborados pelo curso tendo em vista a especificidade do mesmo. A ênfase dessa avaliação deverá ser os aspectos pedagógicos do curso. Metodologias empregadas de ensino e aprendizagem, técnicas de ensino, processos de avaliação e etc.

vi) Atividades Complementares: As atividades complementares são consideradas atividades curriculares e devem ser propostas pelos cursos tendo em vista o caráter complementar a formação do perfil do egresso, devendo ser pensadas e programadas a partir das competências previstas para serem desenvolvidas pelos alunos no decorrer da formação. Ao programar estas atividades os docentes e coordenadores devem considerar o regulamento das atividades complementares institucionais.

vii) Atividades de Extensão: atividades realizadas pelo corpo docente e discente tendo em vista a partilha do conhecimento produzido com o fito de promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas.

viii) Atividades de Incentivo à Produção Científica Discente e Docente: Planejar ações de incentivo à produção científica e a inovação tecnológica no interior dos cursos.

ix) Monitoria: Planejar ações de incentivo de monitoria nos cursos

x) Avaliação do Rendimento: Planejar ações de acompanhamento do rendimento acadêmico dos alunos no interior dos cursos.

1.3.4 Indicadores de Desempenho do Coordenador e sua Publicização

Para a definição dos indicadores, realiza-se um simples ciclo de especificação, implementação, acompanhamento e avaliação. A parte final (avaliação) é realizada por meio de observação e entrevista do coordenador. Por fim, é utilizado uma ficha padrão, que possibilita a clara avaliação do desempenho do coordenador. A seguir, estão os indicadores para avaliação do desempenho do coordenador que são realizados semestralmente:

| ESFERA 1 – ACADÊMICA | | |
|--|----------------------------|------------|
| ITEM | PARECER (SIM/NÃO) | OBSERVAÇÃO |
| O número de disciplinas com alto grau de reprovação é de acordo com a média? | | |
| Realiza feedback com o corpo docente durante e ao final de cada semestre? | | |
| Realiza e/ou disponibiliza treinamento para o seu corpo docente? | | |
| Possui estratégias pedagógicas para minimizar a evasão de alunos? | | |
| Possui boa relação com seu corpo docente? | | |
| Possui boa relação com seu corpo discente? | | |
| É pontual? | | |
| Possui um alto índice de resolubilidade de protocolos? | | |
| Detém um alto rendimento em avaliações de alta escala externa? | | |
| ESFERA 2 – AVALIAÇÃO INTERNA | | |
| Para as esferas 2 e 3, realizar parecer de acordo com a Escala Likert: | | |
| PARECER | LEGENDA | |
| 1 | Discordo totalmente | |
| 2 | Discordo parcialmente | |
| 3 | Não concordo, nem discordo | |
| 4 | Concordo parcialmente | |
| 5 | Concordo totalmente | |
| ITEM | PARECER (1 a 5) | OBSERVAÇÃO |
| Média do curso de satisfação por disciplina básica; | | |

| | | |
|--|--|--|
| Média do curso satisfação por disciplina específica; | | |
| Média de satisfação por docente em relação ao aluno; | | |
| Quantidade de aulas práticas por semestre; | | |
| Quantidade de visitas técnicas por semestre; | | |
| Quantidade de atividades extensionistas do Curso; | | |
| ESFERA 3 – AVALIAÇÃO EXTERNA | | |
| Titulação docente; | | |
| Estimulação ao corpo docente para educação continuada: cursos, palestras, congressos e treinamentos; | | |
| Publicações do corpo docente em revistas científicas indexadas. | | |

Após realizada a avaliação do coordenador, e tendo em posse os resultados da CPA, os resultados serão discutidos individualmente para oportunidades de melhorias e indicação dos pontos fortes da gestão em curso. Após o processo de atendimento individual, os resultados serão publicizados nas vias de comunicação interna e externa da Instituição

1.3.5 Planejamento da Administração do Corpo Docente

O corpo docente dos cursos de graduação do Centro Universitário FAMETRO encontra-se ligado hierarquicamente à Coordenação do curso. Esta, a partir de calendário interno e plano acadêmico administrativo, realiza o planejamento e administração das ações do corpo docente no âmbito do curso semestralmente. Este planejamento é revisto sistematicamente, tendo em vista os resultados alcançados no período anterior e a prospecção de ações futuras que possam colocar o corpo docente, de maneira mais eficiente, alinhado aos objetivos do curso ao perfil profissional do egresso.

2.4 Regime de trabalho do coordenador do curso

O coordenador tem regime integral (40h) com carga horária dividida:

- 34h de Coordenação
- 03h de Núcleo Docente Estruturante
- 03h de sala de aula

2.4.1 Atribuições do Coordenador de Curso

A IES entende que coordenar um curso no Ensino Superior requer responsabilidades cada vez mais abrangentes dentro do processo de transformação pelas quais as instituições passam atualmente. Por isso tem definido claramente qual o perfil que deseja de seus coordenadores e por consequência as suas atribuições.

A atuação do coordenador de curso é definida pelas seguintes competências:

- ✓ Reconhecer as necessidades da área em que atua;
- ✓ Tomar decisões que possam beneficiar toda a comunidade acadêmica;
- ✓ Atender as exigências legais do Ministério da Educação;
- ✓ Gerir e executar o projeto político-pedagógico do curso;
- ✓ Operar novas tecnologias;
- ✓ Avaliar o trabalho dos docentes;
- ✓ Estar comprometido com a missão, crença e valores da instituição;
- ✓ Estar atento às mudanças impostas pelo mercado de trabalho a fim de adequar e modernizar o curso com foco na garantia de qualidade;
- ✓ Gerir equipes e processos, pensando e agindo estrategicamente;
- ✓ Colaborar com o desenvolvimento dos alunos e com o crescimento da instituição em que trabalha.

Assim, ser coordenador de curso pressupõe possuir competências nos aspectos: legal, mercadológico, científico, organizacional e de liderança. Trata-se não apenas de competência técnica, centrada no saber fazer de modo operacional, mas no conhecer, no saber ser e no saber viver junto, ou seja, o conhecimento dos dados isolados é insuficiente; é preciso articulá-los à iniciativa, a motivação para o trabalho, às relações interpessoais, aliando saberes sócio afetivo e cognitivo.

No que compete a representatividade do coordenador nas instâncias colegiadas institucionais, possuindo acento no Conselho Maior da Instituição, sendo ainda, presidente nato do colegiado de curso e membro do Núcleo Docente Estruturante.

2.4.2 Relação do Coordenador com Docentes, Discentes, Tutores

O coordenador é um profissional da área do curso com experiência em gestão e a relação com docentes, discentes e tutores deve ser baseada em funções políticas, gerenciais, acadêmicas, institucionais, em liderança e bom relacionamento.

O bom relacionamento do coordenador deve acontecer tanto no meio acadêmico quanto no meio profissional de forma a garantir seu melhor desempenho na função.

O diálogo com alunos e professores deve ser aberto afim de formar parcerias, ouvir opiniões e sugestões e garantir a satisfação. E assim poder ajustar o andamento do curso as mudanças de perfil dos alunos e as mudanças do meio educacional garantindo a seus docentes atualizações para os processos de ensino-aprendizagem.

Já o diálogo com o meio profissional deve acontecer com personagens importantes da área para promoção de parcerias e estar sempre a par da realidade de mercado.

A IES entende que coordenar um curso no Ensino Superior requer responsabilidades cada vez mais abrangentes dentro do processo de transformação pelas quais as instituições passam atualmente. Por isso tem definido claramente qual o perfil que deseja de seus coordenadores e por consequência as suas atribuições.

A atuação do coordenador de curso é definida pelas seguintes competências:

- ✓ Reconhecer as necessidades da área em que atua;
- ✓ Tomar decisões que possam beneficiar toda a comunidade acadêmica;
- ✓ Atender as exigências legais do Ministério da Educação;
- ✓ Gerir e executar o projeto político-pedagógico do curso;
- ✓ Operar novas tecnologias;
- ✓ Avaliar o trabalho dos docentes;
- ✓ Estar comprometido com a missão, crença e valores da instituição;
- ✓ Estar atento às mudanças impostas pelo mercado de trabalho a fim de adequar e modernizar o curso com foco na garantia de qualidade;
- ✓ Gerir equipes e processos, pensando e agindo estrategicamente;
- ✓ Colaborar com o desenvolvimento dos alunos e com o crescimento da instituição em que trabalha.

Assim, ser coordenador de curso pressupõe possuir competências nos aspectos: legal, mercadológico, científico, organizacional e de liderança. Trata-se não apenas de competência técnica, centrada no saber fazer de modo operacional, mas no conhecer, no saber ser e no saber viver junto, ou seja, o conhecimento dos dados isolados é insuficiente; é preciso articulá-los à iniciativa, a motivação para o trabalho, às relações interpessoais, aliando saberes sócio afetivo e cognitivo.

No que compete a representatividade do coordenador nas instâncias colegiadas institucionais, possuindo acento no Conselho Maior da Instituição, sendo ainda, presidente nato do colegiado de curso e membro do Núcleo Docente Estruturante.

2.4.3 Representatividade do Coordenador nos Colegiados Superiores

Em acordo com a política institucional que promove a participação dos setores da instituição nos órgãos colegiados, os coordenadores dos cursos de graduação participam efetivamente do colegiado de curso do NDE do Comitê de Qualidade de Ensino e possui uma representatividade no Conselho Superior a partir de membro eleito pelos seus pares.

2.4.4 Plano Acadêmico Administrativo de Gestão do Curso sua Documentação e Compartilhamento

O Plano de Gestão Acadêmico Administrativo é um instrumento decorrente do processo de autoavaliação de curso e que serve de plano de ação interno de gestão da do curso, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a IES com base na autoavaliação de curso, e para a qualidade de ensino que esta propõe. São objetivos do Plano:

- ✓ Realizar o planejamento das atividades pedagógicas e administrativas, assegurando aos professores as orientações, o tempo e o espaço necessário para o planejamento do semestre.
- ✓ Organizar o semestre letivo, discutindo com os professores as ações pedagógicas a serem realizadas.
- ✓ Propor e organizar ações tendo em vista o enfrentamento das questões pedagógicas que se revelaram problemáticas na avaliação do curso.
- ✓ Elaborar um calendário de atividades para o curso, destacando as ações pedagógicas e administrativas internas relevantes.

b) Metodologia de Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso:

Ao início do semestre será destinado um período para o planejamento do curso, após esse período o coordenador deverá zelar pelo cumprimento das ações e realizações das atividades, tendo em vista o planejamento das atividades do semestre. Ao final desse período o coordenador do curso deverá encaminhar um plano de ação evidenciando as atividades pertinentes ao seu curso, tendo em vista o enfrentamento das dificuldades apontadas pelos professores e a necessidade de melhoria contínua da qualidade dos processos pedagógicos.

Deve-se ainda submeter à apreciação superior o calendário de atividades do curso para que o mesmo possa ser compatibilizado com as demais ações previstas pelos outros cursos a fim de evitar atropelos /ou dificuldades na realização das mesmas. Espera-se que os resultados obtidos nas avaliações possam subsidiar a elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso tendo em vista a continua melhoria dos processos pedagógicos institucionais visando a excelência dos serviços educacionais ofertados e o cumprimento dos

princípios, da missão e dos valores da FAMETRO, previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional PDI.

Deve-se observar o planejamento dos seguintes eixos, a saber:

i) Atividades Extracurriculares: atividades de cunho formativo e/ou cultural que contribuam para a formação do perfil do egresso, tendo em vista o reforço ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso e que não estejam necessariamente vinculadas aos componentes curriculares. Aqui podem ser consideradas atividades complementares como realização de palestras que promovam formação e desenvolvimento profissional com membros da comunidade interna e externa da instituição. São exemplos de atividades extracurriculares: campanhas de conscientização com temas atuais, cursos de curta duração que tragam aperfeiçoamento de habilidades específicas ao desenvolvimento profissional e pessoal do aluno, atividades culturais com a finalidade de promover a cultura local, o talento dos alunos e da comunidade em geral, Concursos, Campanhas Solidárias, Responsabilidade Social e outros. As atividades extracurriculares não possuem caráter obrigatório, não podem servir como critério de avaliação de desempenho do aluno, podendo ser, contudo considerada como atividades complementares.

ii) Atividades Interdisciplinares e Transversais: projeto de trabalho acadêmico, que tenham como princípio o diálogo entre disciplinas, áreas de conhecimento e conteúdos curriculares, na perspectiva de fomentar a interligação de saberes e práticas da área de conhecimento do curso. Espaço para o desenvolvimento de atividades com as temáticas transversais de questões étnico-raciais e de educação ambiental, além de temas desenvolvidos nas disciplinas que careçam de aprofundamento e de abordagem Inter conceitual. São consideradas atividades interdisciplinares todas aquelas realizadas nas quais estejam sendo tratados assuntos das disciplinas ministradas. São atividades que devem ser organizadas a partir da sala de aula, com a participação efetiva dos professores, sendo desenvolvidas por estes com seus alunos, servindo inclusive de referência para atribuição de notas na avaliação de desempenho acadêmico. Neste sentido pode ser feitos projetos de trabalhos acadêmicos onde os professores da disciplina do período possam dividir a responsabilidade pela orientação das mesmas e partilhar a nota atribuída entre os componentes curriculares envolvidos. São exemplos dessas atividades: Projetos de Pesquisa e de Extensão. Projetos de Estudos Orientados. Seminários Acadêmicos, Jornadas Científicas, Semanas Acadêmicas,

Mostra de trabalhos de curso, Visitas Técnicas, Gincanas de conhecimento, entre outros. A diferença entre as atividades interdisciplinares e transversais e as atividades extracurriculares é que as primeiras são consideradas como metodologias de ensino, devendo ser consideradas como fundamento metodológico dos processos de ensino e aprendizagem. Já as atividades extracurriculares possuem caráter complementar, informal, não obrigatória. É importante destacar que as semanas acadêmicas por seu caráter e amplitude são consideradas atividades interdisciplinares, pois envolvem diferentes conteúdos e extracurriculares por estarem abertas também a comunidade externa e não serem obrigatórias.

iii) Acompanhamento de Egressos: realizar um acompanhamento dos egressos do curso, obtendo retorno acerca da aceitação dos nossos ex-alunos no mercado de trabalho, assim como, acerca da necessidade de revisão de condutas e processos pedagógicos tendo em vista a melhor e maior inserção dos nossos alunos no mundo do trabalho.

iv) Monitoramento da Evasão: propor a realização de ações de acompanhamento da evasão, buscando minimizar os índices do curso.

v) Autoavaliação interna do curso: organizar ações tendo em vista a avaliação interna do curso, essa avaliação poderá dar-se mediante seminários de avaliação com a participação do corpo docente e representatividade discente do curso, utilizando como base de dados a avaliação da CPA e outras bases de dados oriundas de formulários próprios de avaliação elaborados pelo curso tendo em vista a especificidade do mesmo. A ênfase dessa avaliação deverá ser os aspectos pedagógicos do curso. Metodologias empregadas de ensino e aprendizagem, técnicas de ensino, processos de avaliação e etc.

vi) Atividades Complementares: As atividades complementares são consideradas atividades curriculares e devem ser propostas pelos cursos tendo em vista o caráter complementar a formação do perfil do egresso, devendo ser pensadas e programadas a partir das competências previstas para serem desenvolvidas pelos alunos no decorrer da formação. Ao programar estas atividades os docentes e coordenadores devem considerar o regulamento das atividades complementares institucionais.

vii) Atividades de Extensão: atividades realizadas pelo corpo docente e discente tendo em vista a partilha do conhecimento produzido com o fito de promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas.

viii) Atividades de Incentivo à Produção Científica Discente e Docente: Planejar ações de incentivo à produção científica e a inovação tecnológica no interior dos cursos.

ix) Monitoria: Planejar ações de incentivo de monitoria nos cursos

x) Avaliação do Rendimento: Planejar ações de acompanhamento do rendimento acadêmico dos alunos no interior dos cursos.

2.4.5 Indicadores de Desempenho do Coordenador e sua Publicização

Para a definição dos indicadores, realiza-se um simples ciclo de especificação, implementação, acompanhamento e avaliação. A parte final (avaliação) é realizada por meio de observação e entrevista do coordenador. Por fim, é utilizado uma ficha padrão, que possibilita a clara avaliação do desempenho do coordenador. A seguir, estão os indicadores para avaliação do desempenho do coordenador que são realizados semestralmente:

| ESFERA 1 – ACADÊMICA | | |
|--|----------------------|------------|
| ITEM | PARECER (SIM/NÃO) | OBSERVAÇÃO |
| O número de disciplinas com alto grau de reprovação é de acordo com a média? | | |
| Realiza feedback com o corpo docente durante e ao final de cada semestre? | | |
| Realiza e/ou disponibiliza treinamento para o seu corpo docente? | | |
| Possui estratégias pedagógicas para minimizar a evasão de alunos? | | |
| Possui boa relação com seu corpo docente? | | |
| Possui boa relação com seu corpo discente? | | |
| É pontual? | | |
| Possui um alto índice de resolubilidade de protocolos? | | |
| Detém um alto rendimento em avaliações de alta escala externa? | | |
| ESFERA 2 – AVALIAÇÃO INTERNA | | |

| Para as esferas 2 e 3, realizar parecer de acordo com a Escala Likert: | | |
|--|----------------------------|------------|
| PARECER | LEGENDA | |
| 1 | Discordo totalmente | |
| 2 | Discordo parcialmente | |
| 3 | Não concordo, nem discordo | |
| 4 | Concordo parcialmente | |
| 5 | Concordo totalmente | |
| ITEM | PARECER (1 a 5) | OBSERVAÇÃO |
| Média do curso de satisfação por disciplina básica; | | |
| Média do curso satisfação por disciplina específica; | | |
| Média de satisfação por docente em relação ao aluno; | | |
| Quantidade de aulas práticas por semestre; | | |
| Quantidade de visitas técnicas por semestre; | | |
| Quantidade de atividades extensionistas do Curso; | | |
| ESFERA 3 – AVALIAÇÃO EXTERNA | | |
| Titulação docente; | | |
| Estimulação ao corpo docente para educação continuada: cursos, palestras, congressos e treinamentos; | | |
| Publicações do corpo docente em revistas científicas indexadas. | | |

Após realizada a avaliação do coordenador, e tendo em posse os resultados da CPA, os resultados serão discutidos individualmente para oportunidades de melhorias e indicação dos pontos fortes da gestão em curso. Após o processo de atendimento individual, os resultados serão publicizados nas vias de comunicação interna e externa da Instituição.

2.4.6 Planejamento da Administração do Corpo Docente

O corpo docente dos cursos de graduação do Centro Universitário FAMETRO encontra-se ligado hierarquicamente à Coordenação do curso. Esta, a partir de calendário interno e plano acadêmico administrativo, realiza o planejamento e administração das ações do corpo docente no âmbito do curso semestralmente. Este planejamento é revisto sistematicamente, tendo em vista os resultados alcançados no período anterior e a

prospecção de ações futuras que possam colocar o corpo docente, de maneira mais eficiente, alinhado aos objetivos do curso ao perfil profissional do egresso.

2.5 Corpo docente: Titulação

O Corpo Docente é constituído por professores com titulação no mínimo de especialização e que tenham sido admitidos após banca de seleção de docentes organizada pela Coordenação de Ensino.

O Centro Universitário tem procurado contratar, preferencialmente, profissionais com doutorado ou mestrado concluído ou em andamento, mas leva em conta, também, a experiência profissional na docência e a produção científica dos candidatos. Quanto à titulação dos docentes da IES incluem:

Doutores;

II- Mestres;

III- Especialistas

Os professores são contratados pela Entidade Mantenedora, conforme as normas do Plano de Cargos e Salários homologado no Ministério do Trabalho.

O processo seletivo de docentes incluiu os seguintes passos:

- ✓ Análise do currículo dos candidatos previamente selecionados na “banca de currículos” da IES ou dos que apresentarem, mediante divulgação do processo seletivo, em edital publicado em jornal de grande circulação desta capital;
- ✓ Banca de avaliação de uma aula dos candidatos sobre um tema relacionado à disciplina em questão;
- ✓ Entrevista com o candidato;
- ✓ Argumentação oral sobre um tema relacionado à disciplina para cuja vaga o candidato estiver concorrendo.

2.5.1 Relação do Corpo com a Respectiva Titulação

Os professores que atuarão no curso foram contratados mediante a realização de processo seletivo, executado por comissão designada para esse fim, e que incluiu os seguintes passos:

- ✓ Análise do currículo dos candidatos previamente selecionados na “banca de currículos” da IES e ou dos que apresentarem, mediante divulgação do

processo seletivo, em edital publicado em jornal de grande circulação desta capital;

- ✓ Banca de avaliação de uma aula dos candidatos sobre um tema relacionado à disciplina em questão;
- ✓ Entrevista com o candidato;
- ✓ Argumentação oral sobre um tema relacionado à disciplina para cuja vaga o candidato estiver concorrendo.

A IES tem procurado contratar, preferencialmente, profissionais com doutorado ou mestrado concluído ou em andamento, mas leva em conta, também, a experiência profissional na docência e a produção científica dos candidatos.

Os professores previstos para o curso estão elencados no quadro em anexo.

2.5.2 Relação da titulação dos docentes com seu desempenho em sala de aula, capacidade de analisar conteúdos curriculares e fomentar o raciocínio crítico e relevância para atuação profissional e acadêmica.

Entendendo que a análise crítica da realidade existente é imprescindível para sua transformação, o nosso quadro de docentes analisa as competências dos componentes curriculares na fomentação do raciocínio crítico, reflexivo e dialógico. O conhecimento acadêmico do corpo docente traz contribuições para o alargamento da consciência crítica dos educandos nas práticas institucionais concretamente situadas na construção da democracia social e educacional. O relatório está inserido no anexo desde documento.

2.6 Regime de trabalho do corpo docente do curso

2.6.1 Relação do Corpo Docente com o Respectivo Regime de Trabalho

O regime de trabalho do corpo docente possibilita o atendimento integral da demanda, considerando a docência, o atendimento aos discentes, a participação no colegiado, o planejamento didático e a preparação e correção das avaliações de aprendizagem, os documentos comprobatórios encontram-se no anexo na pasta da dimensão 2.

2.6.2 Atribuição dos Docentes e Forma de Registro das Atribuições Individuais Considerando a Carga Horária por Atividade

Os professores horistas exclusivamente às atividades de sala de aula. Os professores que trabalham em regime parcial contratados para atuar com 12h ou mais horas semanais reservam ao menos 25% do tempo para estudos, planejamento, avaliação e orientação de estudantes.

Os docentes contratados em regime integral atuam 40h semanais na IES, sendo destas 20h semanais para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação.

2.7 Experiência profissional do docente

2.7.1 Relação do corpo docente com as respectivas experiências profissionais FORA do magistério superior.

A IES considera a importância da relação entre a experiência profissional do corpo docente visto que tal conhecimento reflete diretamente no desempenho em sala de aula. Segue em anexo a este a tabela com a relação dos docentes e as respectivas experiências profissionais fora do magistério superior.

2.7.2 Relação da experiência do corpo docente previsto e seu desempenho fora do magistério superior.

A IES considerando o perfil do egresso constante no PPC traça um relatório evidenciando a importância da experiência profissional do corpo docente para o bom desempenho em sala de aula ao aplicar, analisar e exemplificar de forma contextualizada, problemas práticos, de aplicação da teoria ministrada em diferentes unidades curriculares em relação ao fazer profissional. O referido relatório estará disponível em pasta anexa.

2.8 Experiência no exercício da docência na educação básica

Não se aplica.

2.8.1 Estudo que Demonstra e justifica a Relação entre a Experiência no Exercício da Educação Básica do Corpo Docente

Não se aplica

2.9 Experiência profissional do docente na docência superior

2.9.1 Relação do Corpo Docente com as Respectivas Experiências no Magistério Superior

Considerando o perfil do egresso a IES ressignifica a relação entre a experiência no exercício da docência superior do corpo docente e seu desempenho em sala de aula, neste contexto as ações que permitem identificar as dificuldades dos alunos, expor o conteúdo em linguagem adequada e apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, além de promover avaliações coerentes com os objetivos da aprendizagem.

A tabela com os docentes e as respectivas experiências no ensino superior serão apresentadas em anexo na pasta da dimensão 2.

2.10 Experiência no exercício da docência na educação a distância

2.10.1 Estudo que Demonstra e Justifica a Relação entre a Experiência no Exercício da Docência na Educação a Distância do Corpo Docente e seu Desempenho na Identificação das Dificuldades de Aprendizagem, Contextualização dos Conteúdos, Avaliação diagnóstica, formativa e somativa, Liderança e Produção reconhecida.

Abordar sobre saberes docentes é uma tarefa difícil devido à complexidade desta análise, uma vez que os saberes nascem de conhecimentos e experiências no decorrer de sua práxis educativa.

Tardif (2014), em seus estudos, considera dois importantes aspectos relacionados aos professores: o saber em seu trabalho e o saber em sua formação. Para o autor, não há como estudar o saber do docente sem fazer a relação com o contexto e com os condicionantes em que os professores estão inseridos. Portanto, os saberes só possuem sentido quando estão relacionados com o trabalho dos docentes. Tudo aquilo que já foi vivenciado como processo educativo faz parte e fará parte da prática profissional do docente, seja de forma positiva ou não. Quando o docente se depara com as necessidades é quando ele fará sua atuação de fato.

O saber não é uma coisa que flutua no espaço: o saber dos professores é o saber deles e está relacionado com a pessoa e a identidade deles, com a experiência de vida e com a sua história profissional, com as suas relações com os alunos em sala de aula e com os

outros atores escolares na escola, etc. Por isso, é necessário estudá-lo relacionando-o com esses elementos constitutivos do trabalho docente (TARDIF, 2014, p. 11)

A função do docente não está dissociada do saber docente. Todavia não há como dissociar estes papéis. Embora haja uma rotina de trabalho diferenciada na modalidade a distância, o trabalho acontece da mesma forma, de forma colaborativa e coletiva.

As experiências vivenciadas pelos docentes nas salas de aulas de cursos presenciais, no que diz respeito aos processos metodológicos, técnicas inovadoras, processos avaliativos serão de suma importância para aquele docente que vai atuar no ensino a distância, uma vez que o mesmo se depara com todas essas situações, seja através de um ambiente virtual, ou mesmo de encontros semipresenciais.

Para isso, é preciso que o docente além destas experiências desenvolva competências e habilidades inerentes a função de um docente EAD. Sobre esse contexto, afirma Masetto (2015, p.143):

(...) compreende-se melhor a função docente do professor, “colocando-o na contingência de conhecer novos recursos tecnológicos, adaptar-se a eles, usá-los e compreendê-los em prol de um processo de aprendizagem mais dinâmico e motivador para seus alunos”.

Para Belloni (2015, p. 89), é crucial a redefinição do papel do docente para que ocorra o sucesso dos processos educacionais, tanto presencial como a distância. A atuação desse profissional na EaD passará do [...] monólogo sábio da sala de aula para o diálogo dinâmico dos laboratórios, salas de meios, e-mail, telefone e outros meios de interação mediatizada; do monopólio do saber à construção coletiva do conhecimento, por meio da pesquisa; do isolamento individual ao trabalho em equipes interdisciplinares e complexas; da autoridade à parceria no processo de educação para a cidadania.

Para Tenório, Santos e Tenório (2016), as competências impostas ao professor na modalidade presencial, igualmente, são imprescindíveis ao tutor na educação a distância, devendo ser adaptadas de acordo com as especificidades da modalidade. Com isso, percebe-se que as duas figuras, compartilham das mesmas competências, mesmo que com funções diferentes.

Desta forma, é possível perceber que é de suma importância os saberes e experiências dos docentes adquiridos durante sua trajetória, mas também é muito mais importante que ele inove e se renove a cada dia, principalmente no que diz respeito aos recursos tecnológicos.

No que se refere ao trabalho do docente tutor Mill (2014, p. 26) o define como polidocência. “O termo [...] não é necessariamente novo e [...] poderia ser definido como uma docência coletiva, isto é, onde cada parte é realizada por um trabalhador distinto”. Nesta

concepção, uma nova situação acontece no processo de ensino e de aprendizagem, sobretudo na educação a distância: o uso das TDIC. Para Masetto (2015), o desenvolvimento das TDIC impactou na educação, a partir do uso de computadores e da internet; do acesso em tempo real e imediato às informações, às experiências, ao conhecimento e aos projetos transformadores. Fica evidente que não é suficiente apenas conhecer as ferramentas, cabendo ao docente saber utilizá-las na prática.

Com o desenvolvimento da cultura digital, a mediação pedagógica, baseada no uso das TDIC, entra em discussão. Masetto (2015) entende por mediação pedagógica a atitude do professor que se posiciona como um facilitador, um motivador ou um incentivador da aprendizagem. Para o autor, esse comportamento se apresenta como uma ponte entre a aprendizagem e seu aprendiz, colaborando ativamente para o alcance dos objetivos do aluno. Suas experiências docentes, seja de saberes (conhecimentos), técnicas e metodologias diferenciadas, bem como suas experiências como um tutor, mediador e um “professor digital”, contribuí significativamente para sua atuação enquanto tutor, na interação com os estudantes, na exposição de conteúdos e conseqüentemente resultando em práticas exitosas e inovadoras para o processo de ensino e aprendizagem.

Contudo, muitos tutores encontram algumas dificuldades no desenvolvimento de seu fazer pedagógico. Oliveira e Santos (2013) verificaram em seus estudos, que muitos profissionais que atuam na EaD não possuem experiências nessa modalidade em sua formação. Configura-se, então, um ambiente de novos desafios e descobertas, porém com o enfrentamento de certas dificuldades. Cabe a Instituição, deixar claro o papel do tutor EAD, bem como do seu fazer pedagógico, promovendo reuniões periódicas para deixá-los a par de orientações gerais, bem como de alteração em documentos legais relacionados ao EAD e promovendo formações continuadas que desenvolvam habilidades no seu corpo docente.

Quando o tutor possui habilidades desenvolvidas para a mediação pedagógica possibilita vivenciar aspectos que surgem do e no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), gerando situações em que o estudante seja capaz de realizar conexões entre os conhecimentos construídos e os conteúdos do curso, de modo que a aprendizagem seja realmente incorporada em diversos contextos, aponta Schlunzenet al. (2016).

Nessa perspectiva, fica evidente a necessidade de conhecer e entender as competências de um tutor. Por competência, Perrenoud (2000, p. 35) entende ser “[...] a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações etc.), para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações”. Sobre as competências necessárias ao tutor, conforme os estudos de Maggio (2001, p. 41) aponta uma série de conhecimentos necessários como: conhecimento de conteúdo e pedagógico,

conhecimento do contexto educacional, bem como de valores educativos de suas raízes históricas e filosóficas.

Desta forma, para se desenvolver competências para a tutoria são necessárias situações e experiências que demonstrem a precisão de mobilizar o saber e executá-lo. Ao considerar o tutor como a figura fundamental na educação a distância, torna-se necessário falar sobre a sua capacitação e sua formação para atuar nos vários cursos disponibilizados pelas instituições. De acordo com Belloni (2015, p. 92) a formação inicial objetiva “[...] prepará-los para a inovação tecnológica e suas consequências pedagógicas e também para a formação continuada, numa perspectiva de formação ao longo da vida”.

No anexo desde está disposta a relação comprobatória da experiência do corpo docente na educação à distância.

2.11 Experiência no exercício da tutoria na educação a distância

2.11.1 Relação da experiência no exercício da tutoria na educação à distância do corpo tutorial e a capacidade de fornecer suporte às atividades dos docentes, realizar mediação pedagógica, relacionar-se com docentes, incrementar processos de ensino aprendizagem, orientar e sugerir atividades e leituras complementares.

A capacitação e preparação do tutor continuamente é primordial para o desenvolvimento de suas funções. Mesmo possuindo todos os pré-requisitos necessários para atuar com a tutoria, esse profissional passa por constante avaliação a fim de serem verificados os pontos positivos de sua atuação e àqueles pontos que precisam ser trabalhados para que sua atuação mediante a aprendizagem do aluno, leve aos resultados e objetivos traçados.

Essas atualizações são feitas por meio de treinamentos virtuais através de sites voltados à EAD, assim como presencialmente em momentos com a coordenação pedagógica, por meio de estudos de casos, análise de artigos e reflexão sobre as ações e desenvolvimento de habilidades e atitudes e estudo do Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Para garantir a formação do corpo de tutores com o objetivo de formatar as atitudes e habilidades dentro das funções relacionadas, é necessário estabelecer características e perfis profissionais fundamentais para o processo laborar do tutor. Para assegurar o cumprimento da qualidade e excelência já conhecidos desta IES são realizadas formações continuadas ao corpo tutorial.

Nessa perspectiva, para ter o seu corpo de tutoria atendidos com projetos de qualificação a IES busca promover:

- ✓ Ampliar os incentivos para participação em eventos científicos/técnicos e culturais.
- ✓ Promover Formação Continuada didático-pedagógicamente, no início de cada semestre com oficinas, palestras etc.
- ✓ Valorizar a titulação acadêmica, experiência na tutoria e fora dela, produção científica e tecnológica como critério de seleção para admissão de tutores;
- ✓ Valorizar a produção científica como critério de ascensão horizontal para níveis sucessivos das categorias docentes.
- ✓ Disponibilizar acervo bibliográfico online aos tutores.
- ✓ Criar programa de Inter formação entre os tutores EAD e professores da graduação presencial.
- ✓ Garantir expansão de domínio dos tutores de novas tecnologias e ferramentas para uso na modalidade EAD
- ✓ Disponibilizar ferramentas para aumento de interação com os alunos com a devida formação dos tutores para uso.
- ✓ Promover Formação específica por meio digital.
- ✓ Valorizar e capacitar o uso de ferramentas móveis para complemento do ambiente virtual de aprendizagem.

É importante ainda destacar que a IES busca correlacionar todas as experiências no exercício da tutoria para que estes profissionais se sintam valorizados e sobretudo aptos a desenvolver todas as atividades inerentes ao seu respectivo papel no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes, assegurando a estes o pleno desenvolvimento de suas competências e habilidades necessárias à sua formação. Nesse escopo, realizar mediação pedagógica, relacionar-se com docentes, incrementar processos de ensino-aprendizagem, orientar e sugerir atividades e leituras complementares.

Nos anexos deste está disposta a relação comprobatória da experiência do corpo docente na educação à distância.

2.12 Atuação do colegiado de curso

O coordenador, os professores do curso e um representante discente participam ativamente dos órgãos colegiados da IES, nos termos do Regimento Institucional, especialmente o Colegiado de Curso.

O Colegiado de Curso é o órgão colegiado da unidade do curso, sendo integrado pelos seguintes membros:

- ✓ Coordenador, que o preside;
- ✓ Corpo docente do curso;
- ✓ Um representante do corpo discente.
- ✓ Compete ao Colegiado de Curso:
 - ✓ Aprovar o perfil do curso e as diretrizes gerais das disciplinas, com suas ementas e respectivos programas elaborados pelo NDE;
 - ✓ Aprovar o currículo do curso e suas alterações com a indicação das disciplinas e respectivas cargas horárias de acordo com as diretrizes curriculares elaborado pelo NDE;
 - ✓ Acompanhar os resultados da auto avaliação do curso realizado pela CPA;
 - ✓ Colaborar com os demais órgãos acadêmicos no âmbito de sua atuação;
 - ✓ Articular a formulação, execução e avaliação do projeto institucional e formação de professores;
 - ✓ Exercer outras atribuições de sua competência.

O Colegiado de Curso reúne-se ordinariamente duas vezes por semestre, estas reuniões possuem caráter deliberativo e pauta voltada para as questões de organização acadêmico-administrativa do curso. As demais reuniões ocorridas no semestre são convocadas pelo coordenador de curso em caráter extraordinário. Algumas reuniões extraordinárias podem ocorrer em conjunto com reuniões do NDE, desta maneira a convocação é realizada pelo presidente do núcleo e o coordenador do curso.

O conteúdo das reuniões é registrado em ata e os pleitos encaminhados via Comunicação Interna com cópia da ata para a Direção geral a qual cabe tomar as medidas acadêmico-administrativas pertinentes às demandas do curso.

2.12.1 Institucionalização do Colegiado com Representatividade dos Segmentos e Periodicidade e Registro das Reuniões.

O coordenador, os professores do curso e um representante discente participam ativamente dos órgãos colegiados da IES, nos termos do Regimento Institucional, especialmente o Colegiado de Curso.

O Conselho de Curso é o órgão colegiado da unidade do curso, sendo integrado pelos seguintes membros:

- Coordenador, que o preside;
- Corpo docente do curso;
- Um representante do corpo discente.
- Compete ao Colegiado de Curso:

- I. aprovar o perfil do curso e as diretrizes gerais das disciplinas, com suas ementas e respectivos programas elaborados pelo NDE;
- II. aprovar o currículo do curso e suas alterações com a indicação das disciplinas e respectivas cargas horárias de acordo com as diretrizes curriculares elaborado pelo NDE;
- III. acompanhar os resultados da auto avaliação do curso realizado pela CPA;
- IV. colaborar com os demais órgãos acadêmicos no âmbito de sua atuação;
- V. articular a formulação, execução e avaliação do projeto institucional e formação de professores;
- VI. exercer outras atribuições de sua competência.

O Colegiado de Curso reúne-se ordinariamente duas vezes por semestre, estas reuniões possuem caráter deliberativo e pauta voltada para as questões de organização acadêmico-administrativa do curso. As demais reuniões ocorridas no semestre são convocadas pelo coordenador de curso em caráter extraordinário. Algumas reuniões extraordinárias podem ocorrer em conjunto com reuniões do NDE, desta maneira a convocação é realizada pelo presidente do núcleo e o coordenador do curso. Os conteúdos das reuniões são registrados em ata.

2.12.2 Fluxo para Encaminhamentos das Decisões, Encaminhamento e Execução.

Após o registro das reuniões em ata, os pleitos devem ser encaminhados via Comunicação Interna com cópia da ata para a Pró-reitoria acadêmica, a qual cabe tomar as medidas acadêmico-administrativas pertinentes às demandas do curso, e assim responder também por meio de Comunicação Interna a decisão para execução por parte da coordenação e do colegiado.

2.12.3 Avaliação Periódica do Desempenho das Decisões Colegiadas para Implementação ou Ajuste de Práticas de Gestão

A avaliação periódica das decisões colegiadas e a implementação dos ajustes de práticas de gestão, dar-se-ão mediante os resultados apontados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e pela autoavaliação do curso a partir de práticas democráticas de discussão e reflexão acerca dos resultados alcançados no período de um semestre. Essa avaliação alicerça a possibilidade de planejamento de ações futuras e ajusta a prática de gestão, sempre em busca da melhoria da qualidade de ensino e demais ações praticadas no interior do curso.

2.13 Titulação e formação do corpo de tutores do curso

2.13.1 Demonstração que todos os Tutores são Graduados na Área da Disciplina e da Titulação da sua Maioria

A IES considerando o perfil do egresso constante no PPC, apresenta em anexo na pasta da dimensão 2, a relação do corpo de tutores presenciais e a distância com suas respectivas titulações e formação.

2.14 Experiência do corpo de tutores em Educação a Distância

2.14.1 Estudos que Demonstra e Justifica a Relação entre a Experiência dos Tutores em Educação a Distância e seu Desempenho na Identificação de Dificuldades de Aprendizagem, Exposição do Conteúdo em Linguagem Aderente, Contextualização dos Conteúdos, Adoção de Práticas Exitosas e Inovadoras

Com o desenvolvimento da cultura digital, a mediação pedagógica, baseada no uso das TICs, ganha um destaque fundamental na relação ensino-aprendizagem. A atitude do tutor na mediação pedagógica é aquela que se posiciona como um facilitador, um motivador ou um incentivador da aprendizagem. Esse comportamento se apresenta como uma ponte entre a aprendizagem e seu aprendiz, colaborando ativamente para o alcance dos objetivos do aluno. Suas experiências docentes, seja de saberes (conhecimentos), técnicas e metodologias diferenciadas, bem como suas experiências como um tutor, mediador e um “professor digital”, contribui significativamente para sua atuação enquanto tutor, na interação com os estudantes, na exposição de conteúdos e conseqüentemente resultando em práticas exitosas e inovadoras para o processo de ensino e aprendizagem.

Nessa perspectiva, a IES preza pela contratação de tutores com formação específica na área de conhecimento da referida disciplina, assim como agregar experiências com o ensino a distância, pois isto em muito contribuirá para a formação dos estudantes.

A relação entre a experiência dos Tutores em Educação a Distância e seu Desempenho na Identificação de Dificuldades de Aprendizagem se configura em questão sine qua non para o estabelecimento de uma mediação pedagógica mais produtiva para com os estudantes.

Cabe a Instituição, deixar claro o papel do tutor EAD, bem como do seu fazer pedagógico, promovendo reuniões periódicas para deixá-los a par de orientações gerais, bem como de alteração em documentos legais relacionados ao EAD e promovendo formações continuadas que desenvolvam habilidades no seu corpo docente, pois quando o tutor possui

habilidades desenvolvidas para a mediação pedagógica possibilita vivenciar aspectos que surgem do e no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), gerando situações em que o estudante seja capaz de realizar conexões entre os conhecimentos construídos e os conteúdos do curso, de modo que a aprendizagem seja realmente incorporada em diversos contextos.

Nessa perspectiva, fica evidente a necessidade de conhecer e entender as competências de um tutor no sentido de entender ser esta a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações etc.), para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações. Nesse contexto podemos considerar como competências necessárias ao tutor, uma série de conhecimentos necessários como: conhecimento de conteúdo pedagógico, conhecimento do contexto educacional, bem como de valores educativos de suas raízes históricas e filosóficas.

Desta forma, para se desenvolver competências para a tutoria são necessárias situações e experiências que demonstrem a precisão de mobilizar o saber e executá-lo. Ao considerar o tutor como a figura fundamental na educação a distância, torna-se necessário falar sobre a sua capacitação e sua formação para atuar nos vários cursos disponibilizados pelas instituições.

Nesse contexto a IES busca capacitar seus tutores na contextualização dos conteúdos assim como fomentar nestes a adoção de Práticas Exitosas e Inovadoras com o objetivo de assegurar a qualidade na formação dos respectivos estudantes.

2.15 Interação entre tutores, docentes e coordenador de curso

A interação entre os tutores presenciais, tutores a distância, docentes e coordenador de curso, ocorre de forma sistemática e programada tanto presencialmente quanto no AVA, com o objetivo de desenvolver estratégias e implementar ações que contribuam para o melhor andamento das disciplinas e conforme as DCNs do curso.

As tutorias online e as tutorias presenciais têm atribuições distintas com o objetivo de melhor apoiar o estudante no processo de ensino-aprendizagem. Contudo, ambas formas de tutorias são amparadas e estão sob responsabilidade de um professor denominado aqui, como docente responsável. Todos esses atores, envolvidos nesse processo são definidos de forma conjunta entre coordenador de curso e coordenação acadêmica e pedagógica do NEaD. A interação entre os tutores presenciais, tutores a distância, docentes e coordenadores de curso, ocorre de forma sistemática e programada tanto presencialmente quanto no AVA, com

o objetivo de desenvolver estratégias e implementar ações que contribuam para o melhor andamento das disciplinas e conforme as DCNs do curso.

A interação com o Estudante é potencializada de diversas formas, seja de forma presencial, via contato telefônico, e-mails e pelo uso criativo dos recursos do Ambiente Virtual de Aprendizagem. A proposta pedagógica do Ensino a distância da IES utiliza a Plataforma Moodle para gerenciar seu ambiente virtual de aprendizagem. O AVA é estruturado para atender os estudantes de forma que se sintam em uma sala de aula. Utiliza ferramentas síncronas e assíncronas. Cada participante desse cenário e que faz parte do processo de aprendizagem utiliza canais específicos de comunicação.

Os tutores EAD são responsáveis pelo gerenciamento da disciplina, pelo acompanhamento das atividades realizadas pelos estudantes no AVA, cria fóruns de discussão e interage nestes fóruns, aplica atividades avaliativas, interage com o estudante através de comunicação síncrona e assíncrona, orienta e tira dúvidas de forma online e presencial e realiza encontros presenciais. Estão divididos entre Tutores EAD e presenciais, interagindo de forma diferenciada.

Parceiro do aluno de EaD:

- ✓ Orienta, de acordo com o ritmo de cada aluno, todas as etapas do processo ensino aprendizagem;

Mediador:

- ✓ Através do seu conhecimento global do curso, leva o aluno à aprendizagem usando de estratégias mediadoras;

Multiplicador de conhecimento:

- ✓ Apoia os docentes da equipe com orientações claras e didáticas quanto à preparação de materiais e ao acompanhamento das atividades geradas;

Conhecedor e entusiasta da abordagem interdisciplinar do conhecimento:

- ✓ Mostra aos alunos como os conteúdos e disciplinas se integram no curso, dando-lhes um conhecimento mais completo, não fragmentado, interdisciplinar; Orienta os professores nesta mesma direção;

Facilitador da aprendizagem discente:

- ✓ Objetiva proporcionar ao aluno de EaD autonomia para aprender mais e de modo correto, através de oportunidades colaborativas de aprendizagem seja entre aluno-tutor seja entre alunos-alunos ou aluno-tutor-aluno;

Usuário da comunicação dialógica:

- ✓ Mostra, através do diálogo didaticamente estruturado, que existem caminhos para as soluções de problemas;
- ✓ Estabelece etapas em que a comunicação do aluno é indispensável à execução de uma tarefa e/ou pesquisa;

Orientador pedagógico:

- ✓ Atendendo aos alunos presencial e virtualmente em suas dúvidas de origem técnica ou de conteúdo; avalia e seleciona materiais de apoio; elabora a apresentação dos materiais de apoio, que leve o aluno ao uso da tecnologia, motivando-o a conhecer mais e mais;

Veículo de Interatividade:

- ✓ Atua com outros professores e tutores na elaboração de processos interativos;
- ✓ Identifica o grau de interatividade dos alunos;
- ✓ Tenta resgatar os alunos resistentes ou desmotivados;

Assessor dos professores das disciplinas:

- ✓ Passam aos colegas os conhecimentos/experiências adquiridas em eventos sobre EaD;
- ✓ Participa de discussões sobre a elaboração e uso de material didático de EaD;
- ✓ Leva ao especialista de conteúdos (professor da disciplina) as dúvidas do aluno para poder ajudá-lo via chat, e-mail, fax, etc;

Usuário e conhecedor da TI:

- ✓ Utiliza as tecnologias e informação (TI) como veículo de interação com os seus orientandos;
- ✓ Organiza atividades e as desenvolve com os alunos usando as TI's.

2.15.1 Planejamento da Interação entre Tutores, Docentes e Coordenador de Curso

Por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado pela IES, é possível a cooperação entre Tutores, Docentes e Coordenador de Curso o que possibilita um trabalho em equipe, com a finalidade de atingir a um objetivo comum. Academicamente essa cooperação é importante, porque tem o aluno como o objetivo principal de todo o processo ensino e aprendizagem.

Segundo a proposta da IES, o coordenador de curso é o responsável pelo acompanhamento das disciplinas quanto à adequação ao projeto pedagógico do curso. A interação entre coordenador de curso e tutores ocorre em vários momentos e de formas diferentes. A primeira forma a ser citada é através de reuniões presenciais para relato de problemas e soluções, assim como compartilhamento de experiências entre tutores.

O planejamento da Interação entre Tutores, Docentes e Coordenador de Curso ocorre de forma sistematizada e sempre voltado para a melhoria dos resultados e otimização dos processos em que esses atores atuam.

De forma síncrona, o meio de reuniões através de ferramentas específicas para tal, a exemplo do meet e do jitsi. Uma outra forma de otimizar o fluxo de comunicação e oportunizar uma maior interação entre esses atores é a “Sala Multidisciplinar”, onde estão inseridos tanto o coordenador do curso, coordenação acadêmica e pedagógica e docentes/tutores.

2.15.2 Avaliação Periódica para Incremento na Interação entre os Interlocutores

Na contextualização da interação entre professores e tutores presenciais e a distância, são realizadas por meio de comunicação de grupos de estudos, sistema de comunicação interna, distribuição de materiais entre os mesmos sempre prezando pela qualidade de ensino em EAD. Neste sentido, a gestão do ensino a distância, é responsável pela promoção de planejamento de interação que possibilite condições de mediação e articulação entre tutores, docentes e coordenação do curso, considerando uma análise sobre a interação para encaminhamento de questões de gestão acadêmica do curso.

A interação garante a mediação e a articulação entre tutores, docentes e coordenador do curso, para a realização de avaliações periódicas para a identificação de problemas ou incremento na interação entre os interlocutores. Os mecanismos de interações dos alunos com os docentes e tutores são pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), sala multiprofissional virtual e de forma oportuna, presencialmente.

Nesses ambientes são criados links para facilitar os processos de comunicação multimídia em tempo real e off-line. Esses mecanismos permitem processos de interação com os professores e tutores em grupo e individual. Além disso, o serviço de tutoria acessa os mecanismos de interação periodicamente para realizar atendimento ao aluno. Os tutores têm a função de mediação pedagógica entre os alunos e os conteúdos com atendimento periódico das demandas dos alunos em horário de trabalho pré-definido pela coordenação do curso. O serviço de tutoria também tem a função de animação pedagógica dos alunos com monitoria permanente para saber se estão participando ou afastados das atividades pedagógicas de ensino e aprendizagem.

2.16 Produção científica, cultural, artística ou tecnológica

2.16.1 Relação do Corpo Docente Previsto e suas Respectivas Produções

A IES considerando a oferta do Curso e o corpo docente para o perfeito cumprimento do perfil do egresso constante no PPC, apresenta em anexo na pasta da dimensão 2, a relação do corpo docente e suas respectivas produções.

DIMENSÃO 3: INFRAESTRUTURA

3.1 Espaço de trabalho para docentes em tempo integral

O curso oferece gabinetes de trabalho equipados, na proporção de um gabinete de trabalho para cada professor de tempo integral lotado na respectiva unidade acadêmica. Esses gabinetes encontram-se equipados com internet, terminais de computador para livre acesso dos docentes e atendem, plenamente, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessárias à atividade proposta.

3.2 Espaço de trabalho para o coordenador

A coordenação possui uma sala própria com condições adequadas em termo de dimensão, equipamentos e conservação para comportar o gabinete individual do coordenador e o gabinete para a funcionária auxiliar. A sala dispõe de arquivos e prateleiras para a organização da documentação do curso. O coordenador e a funcionária possuem acesso a recursos tecnológicos com impressora na própria sala e a internet irrestrita. As acomodações do espaço permitem o atendimento individualizado e atendimento em grupos de discentes e docentes tanto pelo coordenador como pela funcionária que auxilia nos processos administrativos do setor que garantem privacidade.

3.3 Sala coletiva de professores

As instalações para docentes (salas de professores) estão equipadas segundo a finalidade e atendem, plenamente, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade como mesas, cadeiras, sofás, bebedouro, necessária à atividade proposta viabilizando o trabalho docente. Dispõe de recursos de tecnologia da informação e comunicação como impressora e internet e apoio técnico-administrativo próprio. O espaço está equipado com armários para guarda de material e equipamentos e permite o descanso, lazer e integração.

3.4 Salas de aula

As salas de aula estão equipadas, segundo a finalidade e atendem, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade proposta e contém uma média de 50 cadeiras estofadas com braço, cadeiras adaptadas, um quadro branco, ar condicionado, uma mesa de professor e recursos pedagógicos à disposição. O espaço permite situações de ensino-aprendizagem com recursos que garantem práticas diferenciadas.

3.5 Acesso dos alunos aos equipamentos de informática

A IES possui laboratórios de informática com terminais, softwares e acesso à internet para o uso de professores e alunos mediante sistema de agendamento. Nos laboratórios os alunos contam com suporte de um técnico de informática que assessora a utilização dos mesmos.

Além dos laboratórios físicos, dispõe de laboratório móvel que permite o deslocamento dos equipamentos pela IES.

| LABORATÓRIO INFORMÁTICA MÓVEL | | |
|---|--------|-------------|
| Relação de Equipamentos | | |
| Equipamento | Quant. | Local |
| Armário em aço inox escovado para acondicionamento Notebook | 1 | UNIDADE III |
| Carrinho de transporte | 1 | UNIDADE III |
| Notebook Positivo Master N170I | 48 | UNIDADE III |
| Suporte para notebook em madeira | 48 | UNIDADE III |
| Teclado em braille para PC adaptado com USB | 1 | UNIDADE III |

Os laboratórios de informática possuem normas de segurança específica e plano de avaliação periódica dos espaços e plano de gerenciamento.

3.6 Bibliografia básica por unidade curricular

A IES possui acervo físico e virtual por meio de contrato com número de acessos que atendem à demanda do curso.

A bibliografia básica do curso é homologada pelo NDE em relatório específico com adequação à DCN, número de vagas e número de títulos.

São 03 títulos por unidade curricular com exemplares na proporção de 01 exemplar para cada 09 vagas, atualizados e tombados junto ao patrimônio da IES.

O acervo é gerenciado com plano de contingência para garantia de acesso e do serviço.

3.7 Bibliografia complementar por unidade curricular

A IES possui acervo físico e virtual por meio de contrato com número de acessos que atendem à demanda do curso.

A bibliografia complementar do curso é homologada pelo NDE em relatório específico com adequação à DCN, número de vagas e número de títulos.

São 05 títulos por unidade curricular, com no mínimo 02 exemplares de cada título disponível, estando tombados e cadastrados junto ao patrimônio da IES e ao sistema da biblioteca.

O acervo é gerenciado com plano de contingência para garantia de acesso e do serviço.

Periódicos de Arquitetura (assinaturas correntes)

1. Revista Arquitetura e Urbanismo
2. Revista Arquitetura e Aço
3. Revista Projeto
4. Revista Visual e Design
5. Revista Edificar – construção, arquitetura e negócios.
6. Revista Monolito
7. L+D – Luz + Design + Arquitetura
8. Architectural Review
9. Architectural Record

10. Revue Urbanisme

Periódicos online acesso livre do Curso de Arquitetura

1. Arq.urb - Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo da USJT)
<http://www.usjt.br/arq.urb/>
2. Architecton - Revista de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Damas)
<https://faculdedamas.edu.br/revistafd/index.php/index>
3. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)
<http://periodicos.pucminas.br/index.php/Arquitetura%20e%20urbanismo>
4. Cadernos Metr pole (EDUC - Editora da PUC/SP)
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=2236-9996&lng=pt&nrm=isso
5. Cadernos do PROARQ (Revista de Arquitetura e Urbanismo do Programa de Pós-Gradua o em arquitetura da FAU - UFRJ)
<http://cadernos.proarq.fau.ufrj.br/pt/home>
6. Comunica o Gráfica (Revista da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunica o da UNESP de Bauru)
<http://www.educacaografica.inf.br/>
7. Fórum Patrimônio - ambiente construído e patrimônio sustentável
http://www.forumpatrimonio.com.br/seer/index.php/forum_patrimonio
8. Gestão e Tecnologia de Projetos (USP)
<http://www.revistas.usp.br/gestaodeprojetos>
9. Oculum Ensaios - Revista de Arquitetura e Urbanismo (Pontifícia Universidade Católica de Campinas)
<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum>
10. Universitas - Arquitetura e Comunica o Social (UNICEUB - Centro Universitário de Brasília)
<http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/arqcom/issue/current>
11. Urbana - Revista do centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade (CIEC - UNUCAMP)
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana>
12. De Architectura (Facultad de Arquitectura Y Urbanismo da Universidad de Chile)
<https://revistas.uchile.cl/index.php/RA>
13. Revista Antithesi (Giornale di Critica dell'Architettura)
<http://www.antithesi.info>

14. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e regional)
<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur>
15. Revista de Urbanismo (Facultad de Arquitectura Y Urbanismo da Universidad de Chile)
<http://www.revistas.uchile.cl/index.php/RU>
16. Revista INVI (Instituto de La Vivienda da Facultad de Arquitectura Y Urbanismo da Universidad de Chile)
<https://revistas.uchile.cl/index.php/INVI>
17. Risco - Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (USP)
<http://www.revistas.usp.br/risco>
18. RUA - Revista de Urbanismo e Arquitetura
<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rua/index>
19. URBE - Revista Brasileira de Gestão Urbana (Pontifícia Universidade Católica do Paraná)
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=2175-3369&lng=pt&nrm=isso
20. Sacred Architecture Journal (Revista de Arquitetura Sacra)
<http://www.sacredarchitecture.org/>

3.8 Laboratórios didáticos de formação básica

3.8.1 Laboratórios Básicos do 1º Ano do Curso (CST) ou 1º e 2º Ano (Bacharelados e Licenciatura)

Para o desenvolvimento de atividades práticas a unidade onde está localizado o curso conta com laboratórios básicos e especializados, locais em que a partir das disciplinas ministradas, os alunos podem realizar atividades acadêmicas de natureza prática. Estes laboratórios estão disponíveis à comunidade acadêmica e atendem aos alunos de Graduação a partir de agendamento de horários, respeitando o limite de capacidade dos mesmos, garantindo que todos os alunos possam ter acesso equipamentos de maneira qualitativa.

Os referidos laboratórios possuem normatização própria que regula disciplina e confere as normas de segurança para as atividades a serem realizadas. Essas informações estão à disposição em regulamento acessível para alunos e professores nos respectivos laboratórios. Para a organização e manutenção dos laboratórios estão alocados técnicos com formação técnica para junto com os professores prever as atividades que ali serão realizadas e manter o pleno funcionamento dos mesmos.

Laboratórios didáticos de formação básica do curso:

1. Laboratório de Informática: Nestes laboratórios ocorrerão atividades práticas relacionadas às disciplinas: Informática Aplicada à Arquitetura e Urbanismo – 2 e 3D e Geoprocessamento.
2. Sala de Prancheta: Este laboratório destina-se a possibilitar a prática de leitura, interpretação e execução de desenhos técnicos, desenvolvendo a competência para visualizar a estrutura física organizacional relacionadas às disciplinas: Desenho I – Meios de Expressão, Perspectiva e Representação, Projetos de Arquitetura I ao VI, Paisagismo e Projetos de Urbanismo.
3. Laboratório Geral contempla Maquetaria: Espaço equipado de maneira a permitir o trabalho de alunos na experimentação através de maquetes e modelos, auxiliando todas as disciplinas no desenvolvimento dos trabalhos de curso. Número de equipamentos em função do número de usuários.

3.8.2 Normas de Funcionamento, Utilização e Segurança em caso de aula presencial

RELATÓRIO EM ANEXO

3.9 Laboratórios didáticos de formação específica

3.9.1 Laboratórios Especializados do 1º Ano do Curso (CST) ou 1º e 2º Ano (Bacharelados e Licenciatura)

Para o desenvolvimento de atividades práticas a unidade onde está localizado o curso conta com laboratórios básicos e especializados, onde a partir das disciplinas ministradas, os alunos podem realizar atividades acadêmicas de natureza prática. Estes laboratórios estão disponíveis à comunidade acadêmica e atendem aos alunos de Graduação a partir de agendamento de horários, respeitando o limite de capacidade dos mesmos, garantindo que todos os alunos possam ter acesso equipamentos de maneira qualitativa.

Os referidos laboratórios possuem normatização própria que regulam, normatizam e conferem as normas de segurança para as atividades a serem realizadas, estão à disposição de alunos e professores nos respectivos laboratórios.

Para a organização e manutenção dos laboratórios estão alocados técnicos com formação para junto com os professores prever as atividades que ali serão realizadas e manter o pleno funcionamento dos mesmos.

Caso tenha que haver divisão da turma, deverá simultaneamente ter docente para sala de aula e para o laboratório, devendo ser professores distintos.

3.9.2 Normas de Funcionamento, Utilização e Segurança

RELATÓRIO EM ANEXO

3.10 Laboratórios de ensino para a área de saúde

3.10.1 Laboratório Específicos e Multidisciplinares em Conformidade com as DCNs

NÃO SE APLICA

3.11 Laboratórios de habilidades

3.11.1 Laboratório de Habilidades da Atividade Médica ou de Saúde

NÃO SE APLICA

3.11.2 Capacitação dos Discentes nas Diversas Competências nas Diferentes Fazes do Curso

NÃO SE APLICA

3.12 Unidades hospitalares e complexo assistencial conveniados

3.12.1 Unidades Hospitalares Conveniadas em Condições para a Formação dos Estudantes

NÃO SE APLICA

3.12.2 Sistema de Referência e Contrarreferência

NÃO SE APLICA

3.12.3 Práticas Interdisciplinares e Interprofissionais na Atenção à Saúde

NÃO SE APLICA

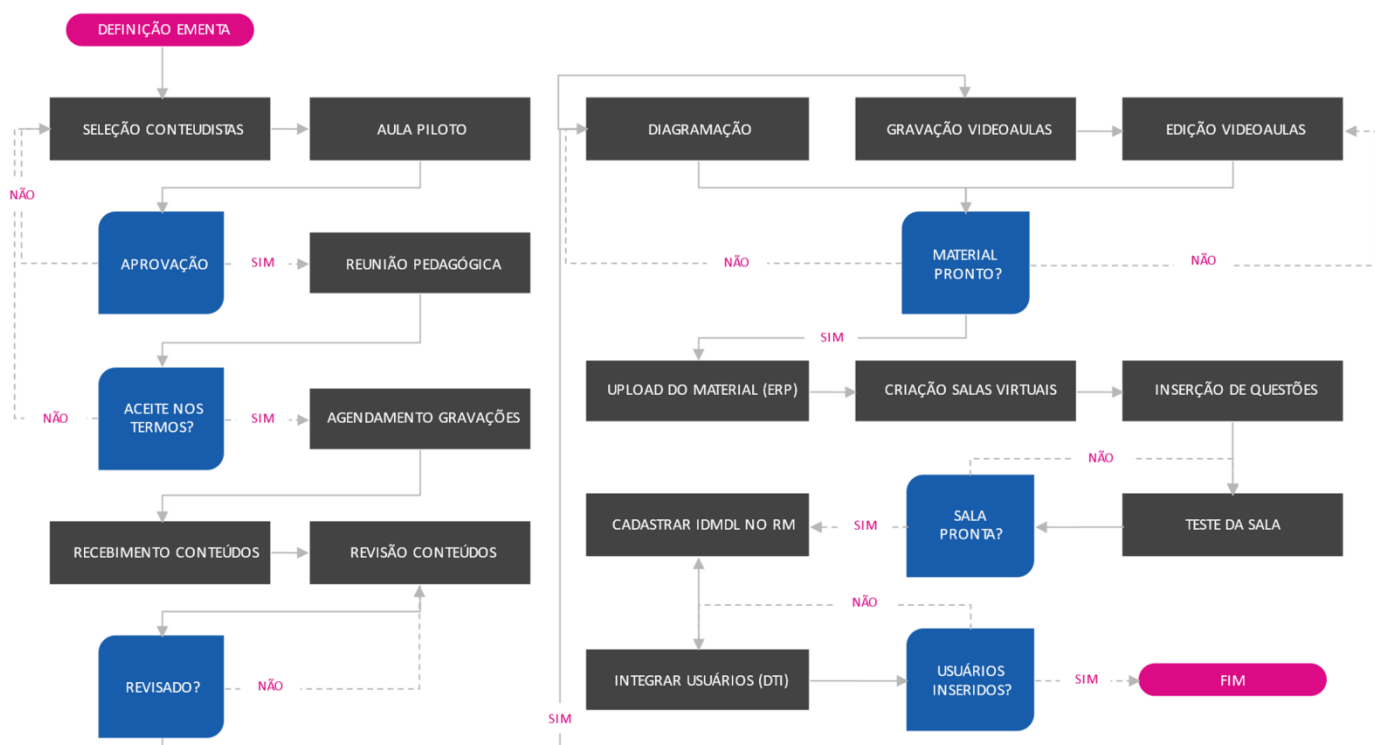
3.13 Biotérios

Não se aplica.

3.14 Processo de Controle de Produção ou Distribuição de Material Didático

O processo de produção de conteúdo e seu controle é realizado pela Gestão do NEAD seguindo os seguintes procedimentos operacionais, apresenta 21 etapas entre a concepção da ideia e a conclusão do trabalho, visualizado no diagrama a seguir:

3.14 Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (lc



3.14.1 Material didático para uso na Modalidade de Educação à Distância

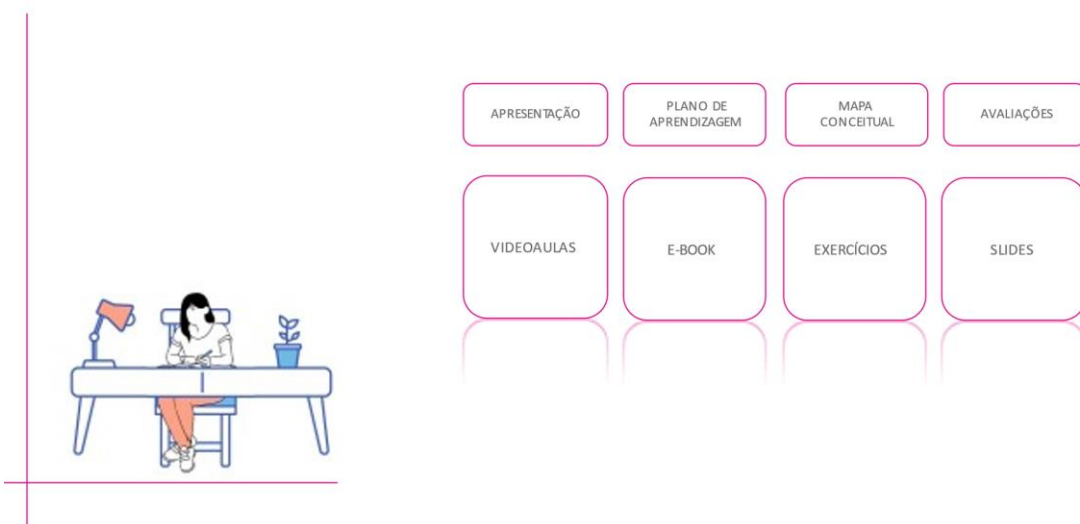
Material didático para uso na Modalidade de Educação à Distância

MATERIAL DIDÁTICO: Composição

1.18 Material didático

MATERIAL DIDÁTICO: Composição

1.18 Material didático



13

MATERIAL DIDÁTICO: E-book: Transcrição

1.18 Material didático



Carrega o vídeo de apresentação do conteudista

15

O processo de produção segue quatro fases distintas para seu desenvolvimento: i) Planejamento, ii) Produção, iii) Validação e iv) Conclusão. Em um total de 20 etapas entre a concepção da ideia até sua conclusão.

| FASE | ETAPA | PROCESSO |
|--------------|--------------|---|
| PLANEJAMENTO | 1 | Demanda para desenvolvimento de uma nova disciplina |
| | 2 | A DIREÇÃO ACADÊMICA recebe a demanda e discute com a COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA e NEAD o desenvolvimento do projeto. |
| | 3 | A DIREÇÃO ACADÊMICA e COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA selecionam o professor para a produção do conteúdo. |
| | 4 | A DIREÇÃO ACADÊMICA solicita ao NEAD o início da produção do conteúdo. |
| | 5 | A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA se reúne com a COORDENAÇÃO DE CURSO, PROFESSOR e GESTOR DO NEAD para um breafing sobre o novo produto. |
| | 6 | O PROFESSOR recebe a capacitação necessária para a produção do material do NEAD. |
| | 7 | O EQUIPE DE APOIO DO NEAD libera acesso ao SYSEAD para acompanhamento da produção. |
| | 8 | A EQUIPE DE APOIO DO NEAD realiza o agendamento das gravações em estúdio junto à EQUIPE DE PRODUÇÃO DO NEAD. |
| | 9 | O GESTOR DO NEAD reúne EQUIPE DE PRODUÇÃO DO NEAD e PROFESSOR para iniciar processo AGILE. |
| PRODUÇÃO | 10 | O PROFESSOR elabora os OBJETOS ACADÊMICOS com apoio do COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA, com supervisão do COORDENAÇÃO DE CURSO e COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA. |
| | 11 | O PROFESSOR elabora os OBJETOS ACADÊMICOS com supervisão do COORDENAÇÃO DE CURSO e COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA. |
| | 12 | Se houver a necessidade de adicionar objeto pedagógico complementar audiovisual. |
| | 13 | Validação do material pelo REVISOR. |
| | 14 | Finalizando o processo, a EQUIPE DE PRODUÇÃO DO NEAD encaminha o material para a diagramação. |
| | 15 | Finalizada a diagramação, o material é enviado para o programador web trabalhar-lo e inseri-lo no AVA. |
| | 16 | A EQUIPE DE APOIO DO NEAD realiza testes e validação do material (qualidade final) |
| VALIDAÇÃO | 17 | Um teste piloto funcional é realizado no AVA e no conteúdo. |
| | 18 | Após conclusão dos testes relatórios são apresentados ao NEAD. |
| | 19 | Última validação é realizada pela COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA e DIREÇÃO ACADÊMICA. |
| CONCLUSÃO | 20 | Agendamento e liberação da sala de aula no AVA. |
| | 21 | Disponibilização do AVA para acesso dos TUTORES e ALUNOS. |

3.14.2 Processo de Validação do Material didático pelo NEaD.

A produção de material didático na EaD é de grande importância para a efetiva aprendizagem do estudante e, para isso, exige alguns diferenciais em sua elaboração, aspectos que devem ser observados por todos os profissionais que integram o seu processo de produção.

O Núcleo de Educação à Distância (NeaD) da IES, é responsável pela concepção, gestão e avaliação de projetos em educação a distância, visando dar suporte pedagógico e tecnológico aos cursos presenciais e à distância oferecidos pela Instituição, através do desenvolvimento de tecnologia e mídias educacionais.

Equipe Multidisciplinar e a Produção de Materiais Didáticos

O Núcleo de Educação à Distância da IES, conta com uma equipe multidisciplinar responsável pelo planejamento, criatividade e produção de recursos didáticos voltados para a prática educativa, os quais, após finalizados, passam por um processo de validação, no qual observa-se especificidades de cada material produzido.

A equipe multidisciplinar da EaD da IES é composta por integrantes de diferentes áreas, mas que buscam atuar de forma integrada na excelência dos cursos da instituição. Com esse intuito a equipe multidisciplinar visa estabelecer um contínuo diálogo entre as instâncias de decisão, coordenadores/as de curso, professores/as formadores/as, tutores/as, técnicos/as administrativos/as, os/as quais participam direta e indiretamente das ações propostas por esta equipe multidisciplinar.

Composição da Equipe Multidisciplinar do NeaD:

- ✓ COORDENADOR EAD
- ✓ COORDENADORA DE ENSINO
- ✓ ASSESSORIA ACADÊMICO / PEDAGÓGICA EAD
- ✓ COORDENADOR DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL
- ✓ PROFESSORA REVISORA
- ✓ REVISORA DE TEXTOS
- ✓ PROFESSOR TUTOR EAD
- ✓ ASSISTENTE PEDAGÓGICO
- ✓ ASSISTENTE DE PRODUÇÃO
- ✓ EDITOR DE IMAGEM
- ✓ EDITOR DE VIDEO
- ✓ DESIGNER MULTIMÍDIA

- ✓ ANALISTA DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL
- ✓ ANALISTA DE SUPORTE EAD
- ✓ DIAGRAMADOR
- ✓ ESTAGIÁRIO DE SISTEMAS
- ✓ ASSISTENTE ADMINISTRATIVO SR
- ✓ ASSISTENTE ADMINISTRATIVO PL
- ✓ ASSISTENTE ADMINISTRATIVO PL
- ✓ ASSISTENTE DE SECRETARIA SR
- ✓ ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
- ✓ ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
- ✓ ANALISTA FINANCEIRO PLENO

São atribuições da Equipe Multidisciplinar do NEaD:

- ✓ Assegurar o envolvimento da comunidade acadêmica na modalidade de EaD, mediante a articulação contínua com todos os setores das IES;
- ✓ Propor a estrutura física e de recursos necessários ao desenvolvimento dos cursos e/ou programas de EaD, bem como acompanhar e avaliar a execução do processo de ensino aprendizagem nos Cursos ofertados na modalidade a Distância;
- ✓ Oferecer cursos e/ou atividades formativas de Graduação e de Pós-graduação lato sensu, e de Extensão;
- ✓ Produzir material didático e assegurar sua distribuição no AVA;
- ✓ Garantir a funcionalidade do AVA assim como a sua atualização continua;
- ✓ Qualificar docentes e técnicos administrativos para atuarem em EaD;
- ✓ Assessorar e dar suporte a todas as iniciativas e experiências em EaD, no âmbito das IES;
- ✓ Apoiar e incentivar a aplicação do conhecimento adquirido em EaD;
- ✓ Estudar, elaborar e difundir modalidades de EaD;
- ✓ Buscar o desenvolvimento de habilidades em novas tecnologias aplicadas à EaD;
- ✓ Propor normas de organização, gestão e avaliação da EaD no âmbito das IES;
- ✓ Promover as melhores práticas pedagógicas em todos os cursos ofertados em EaD;
- ✓ Promover parcerias com outras instituições nacionais e internacionais, públicas e privadas, governamentais e não governamentais;
- ✓ Promover congressos, simpósios e similares sobre assuntos relacionados com EaD;
- ✓ Disseminar tecnologia, metodologias e os recursos educacionais para a EAD.

Por conseguinte, para a produção de material didático foi criado um fluxograma para definição dos processos, com o objetivo de otimização destes e estabelecimento de imediato, das estratégias necessárias para assegurar o processo de produção com a qualidade almejada pela IES. (anexo 1).

Validação de materiais didáticos para EaD

A contemporaneidade através das novas tecnologias nos trouxe grandes desafios, especialmente, no que diz respeito a planejar e organizar ambientes para aprendizagem online. Segundo Araújo Jr. e Marquesi (2012, p. 361), “a web constitui um espaço virtual que permite a experiência multissensorial de maneira bastante intensa, valorizando as diferentes formas de aprendizagem e disponibilizando os recursos multimidiáticos”, que deverão favorecer a aprendizagem dos educandos.

O Referencial de Qualidade para a Educação Superior a Distância (2007, p. 09) assevera que “os programas podem apresentar diferentes desenhos e múltiplas combinações de linguagens e recursos educacionais e tecnológicos”, possibilitando criar e recriar formatos de materiais em vários contextos de aprendizagem.

Para que o processo de validação seja eficaz, a Equipe Multidisciplinar observa a construção do material didático no que diz respeito à garantia de unidade entre os conteúdos trabalhados, quaisquer que sejam sua organização, disciplina, módulo, áreas e unidades.

Assim, torna-se relevante observar os critérios de qualidade dos produtos, antes que sejam postados no AVA. Para Schons (2009), “os critérios de qualidade relacionados ao conteúdo, linguagem e estética quando bem interligados, apresentando linguagem legível, conteúdo estruturado e estética apropriada permite um material organizado de forma a entreter o aluno”, pois se este não se identifica com o conteúdo proposto, a aprendizagem pode ficar comprometida. Neste sentido, é necessário estabelecer parâmetros de qualidade para cada ferramenta ou produto que constará no AVA.

Principais critérios de validação para inclusão no AVA

Os parâmetros de qualidade das atividades para o Ambiente Virtual de Aprendizagem, do NeaD da IES, são classificados em três dimensões: tecnológica, pedagógica e comunicativa.

- ✓ Na dimensão tecnológica são assegurados todos os recursos de tecnologia educacional no que diz respeito à utilização de recursos tecnológicos para fins pedagógicos. Seu objetivo é buscar e práticas inovadoras, que facilitem e potencializem o processo de ensino e aprendizagem.

- ✓ Na dimensão pedagógica é entendido como aquela implicada diretamente com o processo de ensino–aprendizagem, em suas características de intencionalidade consciente e sistematização.
- ✓ Na dimensão comunicativa é permitido verificar a adequação da linguagem utilizada nos avisos e nos enunciados das atividades, observando a clareza e a preocupação com a interação, para potencializar a aprendizagem apoiada no discurso das novas tecnologias.

Os materiais de aprendizagem e de organização da disciplina disponibilizados no AVA são elaborados e construídos pela equipe Multidisciplinar do EAD e contemplam todas as etapas de produção das disciplinas a distância.

Durante todo a produção das disciplinas os respectivos processos se baseiam em:

- ✓ Abrangência, aprofundamento e coerência teórica;
- ✓ Organização e Apresentação;
- ✓ Consistência, Clareza e Objetividade;
- ✓ Cumprimento ao estabelecido na Ementa da Disciplina e Adequação Bibliográfica;
- ✓ Linguagem Dialógica, Inclusiva e Acessível;
- ✓ Acessibilidade Metodológica e instrumental

Itens Avaliados:

O material didático produzido é avaliado a partir dos critérios estabelecidos e abaixo listados, com o objetivo de assegurar a qualidade destes, conforme Anexo 2.

- a) Plano de Aprendizagem;
- b) E-book;
- c) Avaliações;
- d) Slides de apoio à compreensão da disciplina;
- e) Mapa conceitual com síntese da disciplina;
- f) Videoaulas.

Critérios para validação do plano de aprendizagem:

- ✓ Pertinência das temáticas em relação à ementa; relação do objetivo geral com rol de conteúdos da ementa;
- ✓ objetivos específicos correlacionados aos conteúdos da disciplina;
- ✓ distribuição e organização das unidades de ensino;

- ✓ metodologia de ensino, recursos didáticos e formas de avaliação; relação das temáticas da ementa à bibliografia apresentada ao aluno.
- ✓ Organização e normas na bibliografia básica e complementar.

Critérios para validação das avaliações:

- ✓ Clareza e objetividade dos assuntos propostos pela ementa;
- ✓ contextualização dos enunciados;
- ✓ ortografia e linguagem;
- ✓ organização do conteúdo da avaliação no template.

Critérios para validação dos slides de Apoio:

- ✓ Formatação do conteúdo no slide;
- ✓ aspectos didáticos na organização do slide (cores, fontes, gravuras etc.);
- ✓ distribuição do plano de ensino no slide; estética do material apresentado pelo professor.

Critérios para validação das vídeoaulas:

Organização das temáticas; distribuição dos conteúdos na tela e na oralidade do professor; tempo de apresentação; clareza visual das cartelas de cores utilizadas; trilha sonora para conteúdos de aprendizagem (se necessário); organização do roll, nomes, funções e palavras; organização da bibliografia no roll (normas da ABNT); ortografia e linguagem.

Critérios para validação do Mapa Conceitual:

Quantidade e qualidade de conceitos consideradas suficientes para compreensão e apreensão dos conceitos, níveis de hierarquização dos conteúdos, número de inter-relações, palavras de enlace e proposições com significado lógico, estrutura do mapa conceitual, representatividade dos conteúdos e criatividade.

É mister ainda destacar que os professores responsáveis pelas vídeoaulas são avaliados previamente nos quesitos abaixo, como critérios de avaliação das vídeoaulas-testes, a fim de assegurar a qualidade destas.

- ✓ Desenvoltura;
- ✓ Dicção;
- ✓ Postura;
- ✓ Adequação da Linguagem;

| Disciplina: | | | |
|------------------------|--|---------------|-------------------|
| Item | Plano de Aprendizagem | Atende | Não Atende |
| 1 | Pertinência das temáticas em relação à ementa | | |
| 2 | relação do objetivo geral com rol de conteúdos da ementa | | |
| 3 | objetivos específicos correlacionados aos conteúdos da disciplina | | |
| 4 | distribuição e organização das unidades de ensino | | |
| 5 | metodologia de ensino, recursos didáticos e formas de avaliação | | |
| 6 | relação das temáticas da ementa às bibliografias básica e complementar | | |
| 7 | Organização e normas na bibliografia básica e complementar. | | |
| Avaliações | | | |
| 8 | Clareza e objetividade dos assuntos propostos pela ementa; . | | |
| 9 | contextualização dos enunciados; | | |
| 10 | ortografia e linguagem | | |
| 11 | organização do conteúdo da avaliação no template | | |
| Slides de Apoio | | | |
| 12 | Formatação do Conteúdo no Slide | | |
| 13 | Aspectos Didáticos na Organização do Slide (cores, fontes, gravuras etc.) | | |
| 14 | Distribuição do Plano de Aprendizagem no Slide; | | |
| 15 | Estética do material apresentado pelo professor | | |
| Videoaulas | | | |
| 16 | Organização das temáticas; | | |
| 17 | distribuição dos conteúdos na tela e na oralidade do professor; | | |
| 18 | tempo de apresentação; | | |
| 19 | clareza visual das cartelas de cores utilizadas; | | |
| 20 | trilha sonora para conteúdos de aprendizagem (se necessário); | | |
| 21 | organização do roll, nomes, funções e palavras; | | |
| 22 | organização da bibliografia no roll (normas da ABNT); | | |
| 23 | ortografia e linguagem. | | |
| Mapa Conceitual | | | |
| 24 | Quantidade e qualidade de conceitos, considerados suficientes para a compreensão e apreensão do conteúdo | | |
| 25 | Níveis de hierarquização dos conteúdos | | |
| 26 | Número de inter-relações entre conteúdos, | | |
| 27 | Palavras de enlace e proposições com significado lógico, | | |
| 28 | Estrutura do mapa conceitual, | | |
| 29 | Representatividade dos conteúdos e criatividade. | | |

1.15 Núcleo de Práticas Jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais

Não se aplica

3.15.1 Processo de avaliação periódica quanto ao atendimento da demanda do curso pelo NPJ em suas atividades básicas

Não se aplica.

3.15.2 Atividades Jurídicas Reais

Não se aplica

3.15.3 Visita Orientadas

Não se aplica

3.15.4 Interdisciplinaridade das Matérias Legais

Não se aplica

3.15.5 Avaliação Periódica do Atendimento da Demanda

Não se aplica

3.16 Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

Não se aplica

3.17 Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA)

Não se aplica

3.18 Ambientes profissionais vinculados ao curso

Não se aplica

3.18. 1 atendimentos aos Objetivos do PPC para Complementação de Práticas Laboratoriais e/ou Profissionais

Não se aplica

3.18.2 Experiências Diferenciadas de Aprendizagem

Não se aplica

3.18.3 Avaliação Periódica Documentada e Ações de Melhoria

Não se aplica

APÊNDICES DO PPC - TOMO II DO PPC

Apêndice I – Infraestrutura

EIXO 5 - INFRAESTRUTURA FÍSICA

3.19 Instalações Administrativas

As instalações administrativas prevista para o funcionamento da IES, atendem de maneira excelente as demandas institucionais, considerando os aspectos de quantidade, dimensão, limpeza, conservação, iluminação, acústica, climatização, segurança, acessibilidade, plano de avaliação periódica dos espaços, o gerenciamento de manutenção patrimonial e a proposição de recursos tecnológicos específico para cada funcionalidade administrativa e acadêmica da IES. Os setores administrativos dispõem de estações de trabalho, computadores ligados a internet banda larga, software específico, arquivo, armário, telefone. A Descrição das dependências completas desta IES encontra-se anexa a este documento.

3.20 Salas de Aula

As salas de aula da IES possuem capacidade para atender grupos de 30 a 80 alunos, as mesmas atendem as necessidades institucionais, considerando a sua adequação as atividades, a acessibilidade, plano de avaliação periódica dos espaços e o gerenciamento da manutenção patrimonial, e a proposição de recursos tecnológicos. Todas as salas tem a sua disposição kit multimídia, quadro branco e Datashow.

3.21 Auditório

Para reunião de grupo e atividades acadêmicas de caráter solene, a IES tem a sua disposição um auditório de 400 lugares e dois mini auditórios com capacidade para 150 pessoas, equipado com projetor multimídia e aparelhagem de som compatível com o tamanho do ambiente e acesso a internet por rede wifi. Já consta no seu plano de expansão a construção de segundo auditório com capacidade para 500 pessoas.

3.22 Sala de Professores

A IES oferece salas de professores, com gabinetes e/ou estações de trabalho para os professores integrais da IES. A sala atende de maneira excelente as demandas institucionais considerando a sua adequação as atividades, a acessibilidade, plano de avaliação periódica dos espaços e o gerenciamento da manutenção patrimonial, e a proposição de recursos tecnológicos. A sala dos professores dispõe de estações de trabalho individual com

computadores ligados a rede de internet banda larga, mesa de reunião e mesas para trabalho em equipe, área de conforto e copa.

3.23 Espaços Para Atendimento dos Alunos

Para o atendimento aos alunos, a IES oferece uma secretaria acadêmica com diversos serviços acadêmicos e financeiro, a qual atende de maneira excelente as demandas institucionais, considerando a sua adequação as atividades, a acessibilidade, plano de avaliação periódica dos espaços e o gerenciamento da manutenção patrimonial, e a proposição de implementação de variadas formas de atendimento. A Unidade contém recepções, sala de atendimento individualizado, sala de multimeios, lanchonetes e reprografia.

3.24 Espaço de Convivência e de Alimentação

Os espaços de convivência e de alimentação existentes na IES, atendem de maneira excelente as demandas institucionais, considerando os aspectos de quantidade, dimensão, limpeza, conservação, iluminação, acústica, climatização, segurança, acessibilidade, plano de avaliação periódica dos espaços, o gerenciamento de manutenção patrimonial. As áreas de convivências e de alimentação dispõe de assentos, jogos de mesa e espaço para exposição cultural.

3.25 Laboratórios, Ambientes e Cenários para Práticas Didáticas

A infraestrutura física dos laboratórios da IES, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, a sua adequação as atividades, os equipamentos disponíveis em cada laboratório acessibilidade, climatização, as normas de segurança, o plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, e a existência de recursos tecnológicos diferenciados. A IES dispõe de inúmeros laboratórios divididos em fixos e volantes, garantindo assim a qualidade das aulas práticas em acordo com o curso, matriz curricular e número de alunos. Anexo a este documento encontram-se a relação detalhada de infraestrutura.

3.26 Infraestrutura Física e Tecnológica Destinada à CPA

A IES dispõe de um espaço de trabalho de uso privativo da CPA, que atendem as necessidades institucionais, considerando o espaço de trabalho para os membros, as condições físicas e tecnologia da informação para a futura coleta e análise de dados, os recursos tecnológicos para implantação de metodologias escolhida para o processo de autoavaliação. A sala da CPA contem estação de trabalho, computadores ligados a internet banda larga, software específico, arquivos, armários e telefone.

3.27 Biblioteca

A Biblioteca da IES tem como missão atender a comunidade acadêmica, identificando-se com as suas necessidades, sendo responsável pelo provimento de informações, procurando manter-se atualizada, visando o aprimoramento dos serviços, disponibilizando novas técnicas, capacitando intelectualmente os usuários de forma a torna-los sujeitos independentes e críticos em suas pesquisas, atuando como instrumento de apoio dinâmico no processo de ensino/aprendizagem e, por fim, estimulando o estudo, a pesquisa e a cultura. Dentro de suas possibilidades, como extensão de suas atribuições, a biblioteca atende, também, a comunidade externa. É de fundamental importância o bom atendimento aos usuários, por isso a cada ano procura-se inovar nos serviços buscando sempre os mais variados recursos para garantir a satisfação total no processo de busca pela informação.

Para atender às necessidades de informação, estudo, pesquisa e extensão dos seus usuários, a Biblioteca dispõe de infraestrutura de mesas para estudo coletivos e individuais, sofás, poltronas energizadas e conta com acervo de, aproximadamente, 71.685 (setenta e um mil, seiscentos e oitenta e cinco) livros, 120 títulos de periódicos assinados e 830 títulos de periódicos disponíveis online de livre acesso, voltados para as áreas de interesses específicos dos cursos oferecidos presencial e a distância, composto a partir de listas de indicações de títulos fornecidas pelos professores e coordenadores dos cursos. Com objetivo de proporcionar aos usuários/alunos acesso à informação de interesse da sua área de formação específica e/ou áreas afins. O sistema de biblioteca conta com informatização do acervo que possibilita os usuários consultar, reservar e renovar o empréstimo de obras através do portal institucional de forma remota.

3.27.1 Biblioteca: Plano de Atualização do Acervo

A política de aquisição, expansão e atualização do acervo está baseada nas necessidades dos cursos, seguindo as indicações de aquisição de bibliografia do corpo

docente, discente, coordenações de cursos, direção e funcionários, com base na bibliografia básica e complementar das disciplinas que integram a matriz curricular dos cursos.

A aquisição do material bibliográfico ocorre de forma contínua, com base nas solicitações de aquisição dos cursos e/ou identificação de necessidades por parte da equipe da biblioteca, e de acordo com o provimento de recursos financeiros da Instituição.

A biblioteca solicita, semestralmente, ao corpo docente, discente, coordenações de cursos, direção, e funcionários, indicação de publicações e materiais especiais, para atualização e expansão do acervo. Os professores recebem um impresso com dados a serem preenchidos, indicando a bibliografia básica e complementar a ser adotada durante o semestre letivo seguinte, em conformidade com os programas previstos. A equipe da biblioteca atualiza, também, o acervo através de consultas em catálogos de editoras, sites de livrarias e editoras, visitas em livrarias e bibliotecas, com finalidade de conhecer os novos lançamentos do mercado nas diversas áreas de especialidade do acervo.

3.27 Salas de Apoio de Informática ou Estrutura Equivalente

A infraestrutura das salas de TI, assim como os laboratórios de informática atendem as necessidades institucionais, considerando as estações de trabalho, meios de comunicação com as demais áreas, os equipamentos, a estrutura de rede cabeado e wifi com internet banda larga, as normas de segurança da informação, as políticas de acesso aos sistemas, acessibilidade, plano de atualização dos softwares, as normas de segurança, suporte técnico e recursos tecnológicos inovadores.

3.28 Instalações Sanitárias

As instalações sanitárias atendem, de maneira excelente, às necessidades institucionais, considerando a sua adequação as atividades, as condições de limpeza e segurança, acessibilidade, o plano de avaliação periódica do material, espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, dispõe de banheiro familiar com fraldário.

3.29 Estrutura dos Polos EAD

Não se aplica.

3.30 Infraestrutura Tecnológica

A IES é dotada de meios tecnológicos que atende as necessidades institucionais, considerando a adequação as atividades acadêmicas e administrativas, possui infraestrutura de rede logica cabeada e via wifi, maquinas e equipamentos compatível para o melhor desempenho das suas ações. Periodicamente toda a infraestrutura no que tange ao parque de máquinas, as licenças, os softwares e as políticas de uso e segurança na informação passam por atualização em acordo com as normas exigidas. O parque tecnológico possui um plano de contingência, considerando a capacidade e a estabilidade da energia elétrica e a rede logica em acordo com o nível de serviços oferecidos. Os equipamentos, normas de segurança, contratos com fornecedores, atualização de software e plano de manutenção encontram-se detalhadas na relação de infraestrutura anexa a este PDI.

3.31 Infraestrutura de Execução e Suporte.

O Departamento de Tecnologia da Informação – DTI, possui infraestrutura de execução e suporte técnico capacitado para atender de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando a disponibilidade de serviços previstos e meios apropriados para sua oferta, atender as demandas administrativas e acadêmicas, bem como implementar soluções de processos para redução de operações manual e minimizar erros de execuções. O DTI institucional recebe as demandas por chamadas telefônicas e GLPI, atendendo conforme ordem de abertura de chamado ou prioridade de urgência setorial, o DTI possui um plano de contingência, redundância e expansão da área, em acordo com o que preconiza os indicadores de qualidade oficiais.

3.32 Plano de Expansão e Atualização de Equipamentos.

A IES possui no seu plano de expansão todo o planejamento e a previsão de ações que assegurem a expansão tecnológica dos serviços educacionais ofertados na modalidade Presencial e a Distância. Neste sentido, a aquisição, manutenção e ampliação do parque tecnológico da faculdade, acompanha as metas e objetivos previstos para a IES, em consonância com os indicadores de desempenho apurados. O plano de expansão e atualização de equipamentos faz parte do Plano de Desenvolvimento Institucional da IES.

3.33 Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação

A IES conta com recursos de tecnologias de informação e comunicação para atender de maneira excelente às necessidades dos processos de ensino e aprendizagem, que envolvem professores, corpo técnico, estudantes e a sociedade civil.

3.34 Ambiente Virtual da Aprendizagem AVA.

Para atender as disciplinas na modalidade Ensino a Distância, a FAMETRO adota o sistema Moodle como Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. A plataforma atende de maneira excelente as necessidades da comunidade acadêmica da instituição, o sistema foi customizado de modo a disponibilizar os recursos necessários para a qualificação do processo de ensino e aprendizado dos usuários e está totalmente integrado ao RM sistema acadêmico institucional, seu acesso se dá pelo endereço eletrônico digital.fametro.edu.br ou pelo portal RM do aluno.

ANEXOS

A IES, conta com as seguintes dependências administrativas:

Sede – Unidades 1 e 2

| Descrição | 2019 | | | 2021 | | |
|--|--------|---------------------|------|--------|---------------------|------|
| | Quant. | M ² | Cap. | Quant. | M ² | Cap. |
| Recepção | 1 | 20,10m ² | 15 | 1 | 20,10m ² | 15 |
| Reitoria | 1 | 18,00m ² | 6 | 1 | 18,00m ² | 6 |
| Pro Reitoria | 1 | 17,40m ² | 5 | 1 | 17,40m ² | 5 |
| Presidência | 1 | 40,00m ² | 10 | 1 | 40,00m ² | 10 |
| Vice Presidência | 1 | 30,00m ² | 5 | 1 | 30,00m ² | 5 |
| Sala dos Professores | 1 | 65,00m ² | 40 | 1 | 65,00m ² | 40 |
| Gabinete de Trabalho Docente | 1 | 70,30m ² | 22 | 1 | 70,30m ² | 22 |
| Coordenação do Curso Engenharia Elétrica | 1 | 15,00m ² | 5 | 1 | 15,00m ² | 5 |
| Coordenação do Curso Engenharia Civil | 1 | 15,00m ² | 5 | 1 | 15,00m ² | 5 |
| Coordenação do Curso Engenharia Produção | 1 | 15,00m ² | 5 | 1 | 15,00m ² | 5 |
| Coordenação do Curso Engenharia Mecânica | 1 | 15,00m ² | 5 | 1 | 15,00m ² | 5 |

| | | | | | | |
|---|----|----------------------|-----|----|----------------------|-----|
| Coordenação do Curso Engenharia Ambiental | 1 | 15,00m ² | 5 | 1 | 15,00m ² | 5 |
| Coordenação de Curso Sistema da Informação | 1 | 15,00m ² | 5 | 1 | 15,00m ² | 5 |
| Coordenação de Curso Desing Gráfico | | | | | | |
| Coordenação de Curso Arquitetura e Urbanismo | 1 | 15,00m ² | 5 | 1 | 15,00m ² | 5 |
| Coordenação de Curso Direito | 1 | 15,00m ² | 5 | 1 | 15,00m ² | 5 |
| Coordenação de Curso Pedagogia | 1 | 15,00m ² | 5 | 1 | 15,00m ² | 5 |
| Coordenação de Curso Serviço Social | 1 | 15,00m ² | 5 | 1 | 15,00m ² | 5 |
| Coordenação de Curso Turismo | 1 | 15,00m ² | 5 | 1 | 15,00m ² | 5 |
| Coordenação de Curso Jornalismo | 1 | 15,00m ² | 5 | 1 | 15,00m ² | 5 |
| Salas de Aula com Pranchetas | 10 | 50,00m ² | 35 | 10 | 50,00m ² | 35 |
| Salas de Aula | 66 | 48,00m ² | 45 | 66 | 48,00m ² | 45 |
| Salas de Aula | 16 | 62,30m ² | 60 | 16 | 62,30m ² | 60 |
| Salas de Aula | 14 | 70,00m ² | 80 | 14 | 70,00m ² | 80 |
| Mini-Auditório | 1 | 139,10m ² | 150 | 1 | 139,10m ² | 150 |
| Auditório | 1 | 380,73m ² | 500 | 1 | 380,73m ² | 500 |
| RH | 2 | 45,05m ² | 14 | 2 | 45,05m ² | 14 |
| Diretório Acadêmico | 1 | 15,00m ² | 4 | 1 | 15,00m ² | 4 |
| NOPE - Núcleo de Pesquisa e Extensão | 1 | 15,00m ² | 6 | 1 | 15,00m ² | 6 |
| Nadi - Núcleo de Atendimento ao Discente | 1 | 15,00m ² | 6 | 1 | 15,00m ² | 6 |
| Compras | 1 | 10,00m ² | 4 | 1 | 10,00m ² | 4 |
| Diretoria Administrativa | 1 | 15,00m ² | 2 | 1 | 15,00m ² | 2 |
| Diretoria de Expansão | 1 | 10,00m ² | 2 | 1 | 10,00m ² | 2 |
| Diretoria Financeira | 1 | 20,00m ² | 2 | 1 | 20,00m ² | 2 |
| Arquivo | 1 | 40,00m ² | 2 | 1 | 40,00m ² | 2 |
| Tesouraria | 1 | 60,00m ² | 15 | 1 | 60,00m ² | 15 |
| Financeiro | 1 | 50,00m ² | 10 | 1 | 50,00m ² | 10 |
| Contabilidade | 1 | 40,00m ² | 12 | 1 | 40,00m ² | 12 |
| Controladoria | 1 | 30,00m ² | 8 | 1 | 30,00m ² | 8 |
| Cobrafix | 1 | 10,00m ² | 2 | 1 | 10,00m ² | 2 |
| Sala de Estudo | 1 | 60,50m ² | 40 | 1 | 60,50m ² | 40 |
| Departamento de Tecnologia da Informação - TI | 1 | 20,20m ² | 10 | 1 | 20,20m ² | 10 |
| Assessoria de Projetos e Obra | 1 | 30,00m ² | 12 | 1 | 30,00m ² | 12 |
| Segurança Patrimonial | 1 | 15,00m ² | 25 | 1 | 15,00m ² | 25 |
| Recurso Pedagógico | 1 | 15,00m ² | 7 | 1 | 15,00m ² | 7 |
| Ambulatório | 1 | 8,00m ² | 3 | 1 | 8,00m ² | 3 |

| | | | | | | |
|--|----|----------------------|-----|----|----------------------|-----|
| Coordenação Administrativa | 1 | 18,00m ² | 5 | 1 | 18,00m ² | 5 |
| Jurídico | 1 | 17,00m ² | 7 | 1 | 17,00m ² | 7 |
| NEAD - Núcleo de Educação a Distância | 1 | 102,00m ² | 10 | 1 | 102,00m ² | 10 |
| Laboratório de Informática 1 | 1 | 38,00m ² | 25 | 1 | 38,00m ² | 25 |
| Laboratório de Informática 2 | 1 | 55,05m ² | 45 | 1 | 55,05m ² | 45 |
| Laboratório de Informática 3 | 1 | 62,00m ² | 50 | 1 | 62,00m ² | 50 |
| Laboratório de Jornalismo | 1 | 15,00m ² | 10 | 1 | 15,00m ² | 10 |
| Laboratório de Fotografia | 1 | 15,00m ² | 10 | 1 | 15,00m ² | 10 |
| Laboratório de TV | 1 | 45,00m ² | 30 | 1 | 45,00m ² | 30 |
| Laboratório de Redação e Publicação | 1 | 15,00m ² | 10 | 1 | 15,00m ² | 10 |
| Laboratório de Multidisciplinar de Eletrônica | 1 | 45,00m ² | 30 | 1 | 45,00m ² | 30 |
| Laboratório de Multidisciplinar de Instalações Elétrica | 1 | 45,00m ² | 30 | 1 | 45,00m ² | 30 |
| Laboratório Multidisciplinar de Física | 1 | 45,00m ² | 30 | 1 | 45,00m ² | 30 |
| Laboratório Multidisciplinar de Hidráulica | 1 | 45,00m ² | 30 | 1 | 45,00m ² | 30 |
| Laboratório multidisciplinar Energias | 1 | 60,00m ² | 40 | 1 | 60,00m ² | 40 |
| Laboratório de Maquetaria | 1 | 20,00m ² | 15 | 1 | 20,00m ² | 15 |
| Laboratório de Desenho Técnico | 1 | 15,00m ² | 10 | 1 | 15,00m ² | 10 |
| Laboratório Canteiro de Construção Civil | 1 | 104,80m ² | 30 | 1 | 104,80m ² | 30 |
| Laboratório Multidisciplinar de Resistencia de Materiais | 1 | 45,00m ² | 30 | 1 | 45,00m ² | 30 |
| Laboratório Multidisciplinar Topografia | 1 | 45,00m ² | 30 | 1 | 45,00m ² | 30 |
| Laboratório de Ateliê Design Gráfico | 1 | 70,80m ² | 30 | 1 | 70,80m ² | 30 |
| Brinquedoteca | 1 | 35,00m ² | 20 | 1 | 35,00m ² | 20 |
| Almoxarifado | 1 | 25,00m ² | 4 | 1 | 25,00m ² | 4 |
| Manutenção | 1 | 15,00m ² | 8 | 1 | 15,00m ² | 8 |
| Banheiros Masculinos | 10 | 15,00m ² | 10 | 10 | 15,00m ² | 10 |
| Banheiros Femininos | 10 | 15,00m ² | 10 | 10 | 15,00m ² | 10 |
| Banheiros PNE | 5 | 4,50m ² | 1 | 5 | 4,50m ² | 1 |
| Fraldário | 1 | 4,50m ² | 2 | 1 | 4,50m ² | 2 |
| Loja de Papelaria e Conveniência | 1 | 15,00m ² | 10 | 1 | 15,00m ² | 10 |
| Praça de Alimentação | 2 | 115,00m ² | 100 | 2 | 115,00m ² | 100 |
| Area de Convivência com anfiteatro | 1 | 167,00m ² | 300 | 1 | 167,00m ² | 300 |
| Area de circulação | 15 | 25,00m ² | 20 | 15 | 25,00m ² | 20 |
| Repografia | 1 | 15,00m ² | 5 | 1 | 15,00m ² | 5 |
| Loja de Serviço Gráfico | 1 | 15,00m ² | 5 | 1 | 15,00m ² | 5 |
| Elevadores | 4 | 4,00m ² | 5 | 4 | 4,00m ² | 5 |

Sede – Anexo 3 E Unidade 5

| Descrição | 2019 | | | 2021 | | |
|--|--------|----------|------|--------|----------|------|
| | Quant. | M² | Cap. | Quant. | M² | Cap. |
| Recepção | 1 | 70,10m² | 30 | 1 | 70,10m² | 30 |
| Biblioteca | 1 | 280,00m² | 60 | 1 | 280,00m² | 60 |
| Capela | 1 | 98,30m² | 70 | 1 | 98,30m² | 70 |
| Pós Graduação | 1 | 18,00m² | 5 | 1 | 18,00m² | 5 |
| Sala dos Professores | 1 | 66,00m² | 40 | 1 | 66,00m² | 40 |
| Gabinete de Trabalho Docente | 1 | 80,30m² | 30 | 1 | 80,30m² | 30 |
| Coordenação de Ensino | 1 | 15,00m² | 6 | 1 | 15,00m² | 6 |
| Procuradoria Institucional | 1 | 15,00m² | 6 | 1 | 15,00m² | 6 |
| Comissão Própria de Avaliação - CPA | 1 | 10,30m² | 6 | 1 | 10,30m² | 6 |
| Departamento de Tecnologia da Informação - TI | 1 | 30,15m² | 10 | 1 | 30,15m² | 10 |
| Ambulatório | 1 | 10,30m² | 2 | 1 | 10,30m² | 2 |
| Administrativo - Recurso Pedagógico | 1 | 20,00m² | 8 | 1 | 20,00m² | 8 |
| Coordenação do Curso de Administração | 1 | 8,00m² | 2 | 1 | 8,00m² | 2 |
| Coordenação do Curso Psicologia | 1 | 8,00m² | 2 | 1 | 8,00m² | 2 |
| Coordenação do Curso de Estética | 1 | 8,00m² | 2 | 1 | 8,00m² | 2 |
| Coordenação do Curso de Farmácia | 1 | 8,00m² | 2 | 1 | 8,00m² | 2 |
| Coordenação do Curso de Fisioterapia | 1 | 8,00m² | 2 | 1 | 8,00m² | 2 |
| Coordenação de Curso Fonoaudiologia | 1 | 8,00m² | 2 | 1 | 8,00m² | 2 |
| Coordenação de Curso Medicina Veterinária | 1 | 8,00m² | 2 | 1 | 8,00m² | 2 |
| Coordenação de Curso de Nutrição | 1 | 8,00m² | 2 | 1 | 8,00m² | 2 |
| Coordenação de Curso de Odontologia | 1 | 8,00m² | 2 | 1 | 8,00m² | 2 |
| Coordenação de Curso de Arquitetura | 1 | 8,00m² | 2 | 1 | 8,00m² | 2 |
| Coordenação de Curso de Biomedicina | 1 | 8,00m² | 2 | 1 | 8,00m² | 2 |
| Coordenação de Curso Ciências Contábeis | 1 | 8,00m² | 2 | 1 | 8,00m² | 2 |
| Coordenação de Curso Educação Física | 1 | 8,00m² | 2 | 1 | 8,00m² | 2 |
| Coordenação de Curso de Química | 1 | 8,00m² | 2 | 1 | 8,00m² | 2 |
| Coordenação de Curso Tecn. Gastronomia | 1 | 8,00m² | 2 | 1 | 8,00m² | 2 |
| Coordenação de Curso Tecn. Gestão da Produção | 1 | 8,00m² | 2 | 1 | 8,00m² | 2 |
| Coordenação de Curso Tecn. Gestão da Qualidade | 1 | 8,00m² | 2 | 1 | 8,00m² | 2 |
| Coordenação de Curso Tecn. Petróleo e Gás | 1 | 8,00m² | 2 | 1 | 8,00m² | 2 |

| | | | | | | |
|---|-----|----------------------|-----|-----|----------------------|-----|
| Coordenação de Curso Tecn. Logística | 1 | 8,00m ² | 2 | 1 | 8,00m ² | 2 |
| Coordenação de Curso Tecn Recursos Humanos | 1 | 8,00m ² | 2 | 1 | 8,00m ² | 2 |
| Coordenação de Curso Tecn Segurança Trabalho | 1 | 8,00m ² | 2 | 1 | 8,00m ² | 2 |
| Coordenação de Curso Tecn Radiologia | 1 | 8,00m ² | 2 | 1 | 8,00m ² | 2 |
| Coordenação de Curso Tecn Marketing | 1 | 8,00m ² | 2 | 1 | 8,00m ² | 2 |
| Salas de Aula | 42 | 48,00m ² | 50 | 42 | 48,00m ² | 50 |
| Salas de Aula | 107 | 62,30m ² | 60 | 107 | 62,30m ² | 60 |
| Salas de Aula | 18 | 70,50m ² | 80 | 18 | 70,50m ² | 80 |
| Mini-Auditório | 1 | 160,10m ² | 250 | 1 | 160,10m ² | 250 |
| Laboratório de Informática 1 | 1 | 41,00m ² | 40 | 1 | 41,00m ² | 40 |
| Laboratório de Informática 2 | 1 | 41,00m ² | 40 | 1 | 41,00m ² | 40 |
| Laboratório de Informática 3 | 1 | 62,00m ² | 50 | 1 | 62,00m ² | 50 |
| Laboratório de Informática 4 | 1 | 35,00m ² | 30 | 1 | 35,00m ² | 30 |
| Laboratório de Informática 5 | 1 | 62,00m ² | 50 | 1 | 62,00m ² | 50 |
| Lab. Fonoaudiologia I: Audiologia | 1 | 15,00m ² | 10 | 1 | 15,00m ² | 10 |
| Lab. Fonoaudiologia II: Voz | 1 | 40,00m ² | 25 | 1 | 40,00m ² | 25 |
| Lab. Fonoaudiologia III: Avaliação Fonoaudiológica | 1 | 40,00m ² | 25 | 1 | 40,00m ² | 25 |
| Lab. Estética e Cosmética I: Corporal | 1 | 40,00m ² | 25 | 1 | 40,00m ² | 25 |
| Lab. Estética e Cosmética II: Facial | 1 | 40,00m ² | 25 | 1 | 40,00m ² | 25 |
| Lab. Estética e Cosmética III: Capilar | 1 | 40,00m ² | 25 | 1 | 40,00m ² | 25 |
| Lab. Ed. Física II: Exp. Corporal/Lutas e Danças | 1 | 70,00m ² | 40 | 1 | 70,00m ² | 40 |
| Lab. Ed. Física I: Avaliação Física e Fisiologia do Exercício | 1 | 40,00m ² | 25 | 1 | 40,00m ² | 25 |
| Lab. Radiologia: Dosimetria e Imaginologia | 1 | 40,00m ² | 25 | 1 | 40,00m ² | 25 |
| Lab. Radiologia: Processamento de Análise de Imagem | 1 | 40,00m ² | 25 | 1 | 40,00m ² | 25 |
| Lab. Fisioterapia Geral I | 1 | 45,00m ² | 30 | 1 | 45,00m ² | 30 |
| Lab. Fisioterapia Geral II | 1 | 45,00m ² | 30 | 1 | 45,00m ² | 30 |
| Lab. Arquitetura: Semiologia e Suporte Básico à Vida | 1 | 45,00m ² | 30 | 1 | 45,00m ² | 30 |
| Lab. Arquitetura simulação Realística I - Urgência e Emergência | 1 | 45,00m ² | 30 | 1 | 45,00m ² | 30 |
| Lab. Arquitetura Simulação Realística II - Semiologia e Semiotécnica de Arquitetura | 1 | 45,00m ² | 30 | 1 | 45,00m ² | 30 |

| | | | | | | |
|--|----|----------------------|-----|----|----------------------|-----|
| Lab. Arquitetura Simulação Realística III (Semiologia e Semiotécnica de Arquitetura) | 1 | 45,00m ² | 30 | 1 | 45,00m ² | 30 |
| Lab. Anatomia Humana I | 1 | 45,00m ² | 30 | 1 | 45,00m ² | 30 |
| Lab. Anatomia Humana II | 1 | 45,00m ² | 30 | 1 | 45,00m ² | 30 |
| Lab. Anatomia Animal | 1 | 45,00m ² | 30 | 1 | 45,00m ² | 30 |
| Lab. Patologia Animal - Medicina veterinária | 1 | 45,00m ² | 30 | 1 | 45,00m ² | 30 |
| Lab. Microscopia - Medicina Veterinária | 1 | 45,00m ² | 30 | 1 | 45,00m ² | 30 |
| Lab. Análises Clínicas I: Hematologia/Bioquímica | 1 | 45,00m ² | 30 | 1 | 45,00m ² | 30 |
| Lab. Análises Clínicas II: Parasitologia e Urinálise | 1 | 45,00m ² | 30 | 1 | 45,00m ² | 30 |
| Lab. Análises Clínicas III: Microbiologia | 1 | 45,00m ² | 30 | 1 | 45,00m ² | 30 |
| Lab. Citologia, Histologia e Embriologia | 1 | 45,00m ² | 30 | 1 | 45,00m ² | 30 |
| Lab. Química Geral | 1 | 45,00m ² | 30 | 1 | 45,00m ² | 30 |
| Lab. Petróleo e Gás/Segurança do Trabalho | 1 | 45,00m ² | 30 | 1 | 45,00m ² | 30 |
| Lab. Gastronomia I: Sala de Degustação | 1 | 45,00m ² | 30 | 1 | 45,00m ² | 30 |
| Lab. Gastronomia II: Cozinha Quente e Fria | 1 | 45,00m ² | 30 | 1 | 45,00m ² | 30 |
| Lab. Gastronomia III: Panificação e Confeitaria | 1 | 45,00m ² | 30 | 1 | 45,00m ² | 30 |
| Lab. Multidisciplinar de Odontologia | 1 | 45,00m ² | 30 | 1 | 45,00m ² | 30 |
| Clínica de Odontologia I | 1 | 95,00m ² | 22 | 1 | 95,00m ² | 22 |
| Clínica de Odontologia II | 1 | 104,80m ² | 50 | 1 | 104,80m ² | 50 |
| Clínica Veterinária | 1 | 145,00m ² | 30 | 1 | 145,00m ² | 30 |
| Clinica Multidisciplinar | 1 | 165,00m ² | 30 | 1 | 165,00m ² | 30 |
| Brinquedoteca | 1 | 35,00m ² | 20 | 1 | 35,00m ² | 20 |
| Manutenção | 1 | 15,00m ² | 8 | 1 | 15,00m ² | 8 |
| Banheiros Masculinos | 28 | 15,00m ² | 6 | 28 | 15,00m ² | 6 |
| Banheiros Femininos | 28 | 15,00m ² | 6 | 28 | 15,00m ² | 6 |
| Banheiros PNE | 27 | 4,50m ² | 1 | 27 | 4,50m ² | 1 |
| Fraldário | 1 | 4,50m ² | 2 | 1 | 4,50m ² | 2 |
| Praça de Convivência e Alimentação | 1 | 315,00m ² | 200 | 1 | 315,00m ² | 200 |
| Cantinas | 7 | 16,00m ² | 8 | 7 | 16,00m ² | 8 |
| Area de Convivência | 1 | 117,00m ² | 100 | 1 | 117,00m ² | 100 |
| Area de circulação | 15 | 25,00m ² | 20 | 15 | 25,00m ² | 20 |
| Reprografia | 1 | 15,00m ² | 5 | 1 | 15,00m ² | 5 |
| Agencia Bancaria | 1 | 20,00m ² | 15 | 1 | 20,00m ² | 15 |
| Loja de Conveniência | 1 | 15,00m ² | 10 | 1 | 15,00m ² | 10 |
| Loja de Serviço Gráfico | 1 | 15,00m ² | 5 | 1 | 15,00m ² | 5 |

| | | | | | | |
|------------|---|--------------------|----|---|---------------------|----|
| Elevadores | 6 | 8,00m ² | 20 | 6 | 10,00m ² | 20 |
|------------|---|--------------------|----|---|---------------------|----|

Unidade Zona Sul

| Descrição | 2019 | | | 2020 | | |
|---|--------|----------------------|------|--------|---------------------|------|
| | Quant. | M ² | Cap. | Quant. | M ² | Cap. |
| Recepção | 1 | 19,75m ² | 10 | 1 | 19,75m ² | 10 |
| SECAD | 1 | 39,69m ² | 10 | 1 | 39,69m ² | 10 |
| Sala dos Professores/Gabinete de Trabalho | 1 | 20,15m ² | 15 | 1 | 42,15m ² | 10 |
| Direção Acadêmica | 1 | 14,05m ² | 3 | 1 | 14,05m ² | 3 |
| Coordenações de Curso | 1 | 54,51m ² | 4 | 1 | 54,51m ² | 4 |
| Salas de Aula 01 | 1 | 62,68m ² | 60 | 1 | 68,56m ² | 60 |
| Salas de Aula 02 | 1 | 44,30m ² | 40 | 1 | 70,20m ² | 60 |
| Salas de Aula 03 | 1 | 44,30m ² | 40 | 1 | 70,08m ² | 60 |
| Salas de Aula 04 | 1 | 42,09m ² | 30 | 1 | 79,10m ² | 90 |
| Salas de Aula 05 | - | - | - | 1 | 75,80m ² | 90 |
| Salas de Aula 06 | - | - | - | 1 | 78,31m ² | 90 |
| Salas de Aula 07 | - | - | - | 1 | 78,79m ² | 90 |
| Salas de Aula 08 | - | - | - | 1 | 80,12m ² | 90 |
| Salas de Aula 09 | - | - | - | 1 | 60,76m ² | 48 |
| Salas de Aula 10 | - | - | - | 1 | 65,14m ² | 48 |
| Salas de Aula 11 | - | - | - | 1 | 57,42m ² | 65 |
| Salas de Aula 12 | - | - | - | 1 | 57,38m ² | 56 |
| Salas de Aula 13 | - | - | - | 1 | 58,04m ² | 69 |
| Salas de Aula 14 | - | - | - | 1 | 57,98m ² | 69 |
| Salas de Aula 15 | - | - | - | 1 | 67,65m ² | 90 |
| Mini-Auditório | 1 | 260m ² | 250 | 1 | 260m ² | 250 |
| Biblioteca | 1 | 183,00m ² | 30 | 1 | 183m ² | 30 |
| Laboratório de Informática | 1 | 81,70m ² | 35 | 1 | 81,70m ² | 35 |
| Sala de Monitoria/Arquivo/Recurso | 1 | 22,66 | 2 | 1 | 22,66 | 2 |
| Direção Acadêmica | 1 | | | 1 | | |
| CPA | 1 | 15,69m ² | 6 | 1 | 15,69m ² | 6 |
| DTI | 1 | 17,50m ² | 2 | 1 | 17,50m ² | 2 |
| Banheiro Masculino | 2 | 41,37m ² | 5 | 2 | 41,37m ² | 5 |
| Banheiro Feminino | 2 | 42,38m ² | 5 | 2 | 42,38m ² | 5 |
| Banheiro Acessibilidade | 1 | 4,68M ² | 1 | 1 | 4,68M ² | 1 |
| Banheiro Familiar | 1 | 3,08M ² | 1 | 1 | 3,08M ² | 1 |

| | | | | | | |
|--------------------|---|---------------------|----|---|---------------------|----|
| DML | 1 | 2,42m ² | 2 | 1 | 2,42m ² | 2 |
| Copa | 1 | 28,08m ² | 2 | 1 | 28,08m ² | 2 |
| Área de Circulação | 1 | 42,03m ² | 30 | 1 | 42,03m ² | 30 |
| Reprografia | 1 | 7,90m ² | 1 | 1 | 7,90m ² | 1 |

Unidade Zona Leste

| Descrição | 2019 | | | 2020 | | |
|---|--------|----------------------|------|--------|---------------------|------|
| | Quant. | M ² | Cap. | Quant. | M ² | Cap. |
| Recepção | 1 | 19,75m ² | 10 | 1 | 19,75m ² | 10 |
| SECAD | 1 | 39,69m ² | 10 | 1 | 39,69m ² | 10 |
| Sala dos Professores/Gabinete de Trabalho | 1 | 20,15m ² | 15 | 1 | 42,15m ² | 10 |
| Direção Acadêmica | 1 | 14,05m ² | 3 | 1 | 14,05m ² | 3 |
| Coordenações de Curso | 1 | 54,51m ² | 4 | 1 | 54,51m ² | 4 |
| Salas de Aula 01 | 1 | 62,68m ² | 60 | 1 | 68,56m ² | 60 |
| Salas de Aula 02 | 1 | 44,30m ² | 40 | 1 | 70,20m ² | 60 |
| Salas de Aula 03 | 1 | 44,30m ² | 40 | 1 | 70,08m ² | 60 |
| Salas de Aula 04 | 1 | 42,09m ² | 30 | 1 | 79,10m ² | 90 |
| Salas de Aula 05 | - | - | - | 1 | 75,80m ² | 90 |
| Salas de Aula 06 | - | - | - | 1 | 78,31m ² | 90 |
| Salas de Aula 07 | - | - | - | 1 | 78,79m ² | 90 |
| Salas de Aula 08 | - | - | - | 1 | 80,12m ² | 90 |
| Salas de Aula 09 | - | - | - | 1 | 60,76m ² | 48 |
| Salas de Aula 10 | - | - | - | 1 | 65,14m ² | 48 |
| Salas de Aula 11 | - | - | - | 1 | 57,42m ² | 65 |
| Salas de Aula 12 | - | - | - | 1 | 57,38m ² | 56 |
| Salas de Aula 13 | - | - | - | 1 | 58,04m ² | 69 |
| Salas de Aula 14 | - | - | - | 1 | 57,98m ² | 69 |
| Salas de Aula 15 | - | - | - | 1 | 67,65m ² | 90 |
| Mini-Auditório | 1 | 260m ² | 250 | 1 | 260m ² | 250 |
| Biblioteca | 1 | 183,00m ² | 30 | 1 | 183m ² | 30 |
| Laboratório de Informática | 1 | 81,70m ² | 35 | 1 | 81,70m ² | 35 |
| Sala de Monitoria/Arquivo/Recurso | 1 | 22,66 | 2 | 1 | 22,66 | 2 |
| Direção Acadêmica | 1 | | | 1 | | |
| CPA | 1 | 15,69m ² | 6 | 1 | 15,69m ² | 6 |
| DTI | 1 | 17,50m ² | 2 | 1 | 17,50m ² | 2 |
| Banheiro Masculino | 2 | 41,37m ² | 5 | 2 | 41,37m ² | 5 |

| | | | | | | |
|-------------------------|---|---------------------|----|---|---------------------|----|
| Banheiro Feminino | 2 | 42,38m ² | 5 | 2 | 42,38m ² | 5 |
| Banheiro Acessibilidade | 1 | 4,68M ² | 1 | 1 | 4,68M ² | 1 |
| Banheiro Familiar | 1 | 3,08M ² | 1 | 1 | 3,08M ² | 1 |
| DML | 1 | 2,42m ² | 2 | 1 | 2,42m ² | 2 |
| Copa | 1 | 28,08m ² | 2 | 1 | 28,08m ² | 2 |
| Área de Circulação | 1 | 42,03m ² | 30 | 1 | 42,03m ² | 30 |
| Reprografia | 1 | 7,90m ² | 1 | 1 | 7,90m ² | 1 |

A IES, conta com a seguinte estrutura no NEaD:

| item | Descrição | QUANTID. | Patrimônio / n°s | local |
|------|---|----------|------------------|---------------|
| 1 | DESKTOP DELL (LOCAÇÃO) | 1 | JH1KSY2 | COORD. NEAD |
| 2 | DESKTOP DELL (LOCAÇÃO) | 4 | - | COORD. NEAD |
| 3 | MONITOR LCD DELL (LOCAÇÃO) | 5 | - | COORD. NEAD |
| 4 | CADEIRA SEM BRAÇO | 2 | - | COORD. NEAD |
| 5 | MONITOR LCD DELL (CPJUR) | 1 | - | COORD. NEAD |
| 6 | MONITOR LCD ACER | 1 | - | COORD. NEAD |
| 7 | DESKTOP AMAZON PRINT | 1 | - | COORD. NEAD |
| 8 | DESKTOP DELL OPITLEX 3020 | 1 | DXLV9B2 | COORD. NEAD |
| 9 | MONITOR LCD DELL | 1 | - | COORD. NEAD |
| 10 | DESKTOP DELL INSPIRION | 1 | 5HXKVG2 | COORD. NEAD |
| 11 | DESKTOP DELL CINZA | 1 | DXPS9B2 | COORD. NEAD |
| 12 | DESKTOP AMAZON PRINT | 1 | - | COORD. NEAD |
| 13 | TV PANASONIC VIEIRA 42" | 1 | - | COORD. NEAD |
| 14 | RACK MEDIO DE INFORMATICA | 1 | - | COORD. NEAD |
| 15 | DESKTOP POSITIVO | 1 | 4A2719L2X | COORD. NEAD |
| 16 | APARADOR ALTO EM MDF (CPJUR) | 2 | - | ESTUDIO 1 |
| 17 | DESKTOP DELL OPITLEX 7050 (CPJUR) | 1 | - | ESTUDIO 1 |
| 18 | MESA DE CORTE SE 650 (CPJUR) | 1 | - | ESTUDIO 1 |
| 19 | POLTRONA COM ALMOFADA CINZA | 2 | - | ESTUDIO 1 |
| 20 | PROJETOR SMART (CPJUR) | 2 | - | ESTUDIO 1 E 2 |
| 21 | DESKTOP DELL | 1 | IBXK2K2 | ESTUDIO 2 |
| 22 | CONTROLE DE CAMERA aw-rp501 PANASONIC (CPJUR) | 1 | - | ESTUDIO 2 |
| 23 | TRICASTER NEWTEC (CPJUR) | 1 | NA5074459841387 | ESTUDIO 2 |
| 24 | DATA VIDEO NVS - 25 (CPJUR) | 1 | - | ESTUDIO 2 |
| 25 | REFLETOR MASTER FLO 55W (CPJUR) | 2 | - | ESTUDIO 2 |

| | | | | |
|----|--|----|----------|----------------|
| 26 | CAMERA ROBOTICA 360° AW HE40HKP (CPJUR) | -1 | K6TQD008 | ESTUDIO 2 |
| 27 | MONITOR 23" LG (CPJUR) | 1 | - | ESTUDIO 2 |
| 28 | LOUSA INTERATIVA SMART BOARD 800 (CPJUR) | 1 | - | ESTUDIO 2 |
| 29 | MICROFONE DE LAPELA (CPJUR) | 2 | - | ESTUDIO 2 |
| 30 | CADEIRA TECIDO MARROM E PRETO SEM BRAÇO | 6 | - | ESTUDIO 2 |
| 31 | MESA DE PROFESSOR | 1 | - | ESTUDIO 2 |
| 32 | MESA DE PROFESSOR | 1 | - | METOD. ATIVAS |
| 33 | CADEIRA TECIDO MARROM E PRETO SEM BRAÇO | 5 | - | METOD. ATIVAS |
| 34 | CADEIRA PARA OBESO | 2 | - | METOD. ATIVAS |
| 35 | QUADRO BRANCO | 1 | - | METOD. ATIVAS |
| 36 | CONDICIONADOR DE AR SPLIT TRIVOLT 30000 BTUS | 2 | - | METOD. ATIVAS |
| 37 | CONDICIONADOR DE AR SPLIT TRIVOLT 30000 BTUS | 1 | - | LAB. INFO. EAD |

Apêndice II – Regulamentos

REGULAMENTO DO PROJETO INTERDISCIPLINAR I DA DEFINIÇÃO

Art. 1º Por Interdisciplinaridade o CeUNI - FAMETRO entende ser uma estratégia de abordagem e tratamento do conhecimento em que duas ou mais disciplinas/unidades curriculares ofertadas simultaneamente estabelecem relações de análise e interpretação de conteúdos, com o fim de propiciar condições de apropriação, pelo discente, de um conhecimento mais abrangente e contextualizado.

Art. 2º. No CeUNI - FAMETRO, a interdisciplinaridade é uma estratégia para a abordagem e tratamento do conhecimento de caráter obrigatório, a ser desenvolvida por meio de projetos interdisciplinares, os quais serão realizados em todos os períodos letivos, em todos os cursos, a partir da integração horizontal dos componentes curriculares de um determinado período.

II DO OBJETIVO

Art 3º. O Projeto Interdisciplinar tem como objetivo geral a aplicação dos conhecimentos adquiridos pelos alunos em situações ou problemas teórico-práticos, selecionados de maneira a permitir a integração entre disciplinas, aprofundamento da socialização dos alunos, contextualização dos conhecimentos adquiridos em sala de aula, organização, pontualidade e desenvolvimento de habilidades. Além de promover e incentivar atividades de pesquisa e trabalho em equipe, identificar habilidades e aplicar conceitos.

Art 4º. O Projeto Interdisciplinar deve também contribuir para:

- a) Desenvolver uma proposta de intercomunicação entre disciplinas;
- b) Promover atividade extraclasse, para que se possa investigar e colher informações;
- c) Despertar nos discentes o gosto pela investigação científica;
- d) Orientar o desenvolvimento de trabalhos seguindo normas específicas;
- e) Oportunizar aos alunos atividades práticas nas quais possam vivenciar os conteúdos trabalhados em sala de aula;
- f) Registrar as conclusões dos participantes do projeto expondo-as aos demais integrantes da série.

III DA REALIZAÇÃO

Art. 4º. A interdisciplinaridade será desenvolvida por meio da pedagogia de projetos, onde a partir de um tema gerador, de uma situação problema, de necessidades de intervenção práticas, do desenvolvimento de novas técnicas, de soluções inovadoras para problemas pertinentes as disciplinas, os alunos desenvolverão atividades de teórico e práticas, utilizando como referencia os conteúdos curriculares das disciplinas com a finalidade de compreender e analisar o tema, resolver o problema, ou desenvolver novas técnicas que os remetam a compreensão da interligação e da intercomunicação do conhecimento numa perspectiva integradora.

Art. 5º. Este tema gerador, a situação problema, ou atividade teórico-prática a ser realizada deve necessariamente concorrer para a integração das disciplinas de um mesmo período letivo, prevendo a utilização dos conteúdos previstos para as mesmas em acordo com as suas ementas.

Art. 6º. Os projetos interdisciplinares fazem parte da pedagogia de projetos, a qual pretende proporcionar ao aluno uma aprendizagem ativa para a construção de conhecimento, por meio de ações executadas pelos alunos e acompanhadas pelos professores envolvidos no projeto.

Art.7º. Na Modalidade de Ensino à Distância os projetos Interdisciplinares também se denominam Estudos Interdisciplinares.

IV DO PLANEJAMENTO

Art. 8º. Os projetos serão planejados ao início de cada semestre letivo a partir da contribuição dos professores de um mesmo período letivo, visando a integração horizontal das disciplinas de um mesmo período.

Art. 9º. Os referidos projetos deverão conter a apresentação, justificativa, metodologia, formas e processos de avaliação.

Art. 10º. Os projetos devem conter ainda, a indicação de quais professores, e de quais disciplinas, estarão envolvidas no projeto. Devem trazer também, a indicação de quais conteúdos, de cada disciplina, serão explorados tendo em vista as necessidades geradas pelo projeto.

Art. 11º.No caso de Estudos Interdisciplinares, estes se apresentam em forma de disciplina, com carga horária prevista e professor designado, e todo o seu processo de realização deverá ser feito no ambiente virtual de aprendizagem

Art. 12. As atividades que serão realizadas no decorrer do projeto e o seu produto final, deve obedecer ao nível de maturidade intelectual dos alunos no período em que estes estão cursando, devendo também guardar coerência como as competências e habilidade previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso, com a finalidade de fortalecer o perfil do egresso.

V DA CARGA HORÁRIA PARA A REALIZAÇÃO DO PROJETO INTERDISCIPLINAR

Art. 13º. O projeto interdisciplinar é de caráter obrigatório e para a sua realização será destinado até 20% da carga horária total de cada disciplina envolvida.

Art. 14º. No caso dos Estudos Interdisciplinares a carga horária para o desenvolvimento das atividades estará determinada nas matrizes curriculares.

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 15º. Cabe aos professores:

- a) Participar efetivamente da elaboração e do planejamento do projeto interdisciplinar, identificando nos projetos as possíveis aplicações da sua disciplina, enriquecendo-o e tornando-o realmente interdisciplinar;
- b) Comentar e repassar as atividades da disciplina no projeto de acordo com o calendário de apresentações;
- c) Sugerir a qualquer momento, ideais que possam vir a melhorar o resultado esperado do Projeto;
- d) Orientar todas as equipes ao longo do período de projeto, tirando as dúvidas que competem às suas respectivas disciplinas;
- e) Avaliar os resultados a partir dos critérios estabelecidos para o mesmo.

Art. 16º. Cabe aos Coordenadores de Curso:

- a) Acompanhar o desenvolvimento dos projetos a partir do contato com professores e alunos;
- b) Subsidiar os professores com todo o aparato institucional necessário para a melhor realização dos projetos;
- c) Mediar possíveis dificuldades encontradas entre o corpo docente.

Art. 17º. Cabe aos alunos:

- a) Realizar as atividades com dedicação e esmero para o melhor desenvolvimento do trabalho;
- b) Reportar aos professores e/ou aos coordenadores de curso, qualquer dificuldade na realização e/ou desenvolvimento do projeto interdisciplinar;
- c) O Projeto Interdisciplinar é obrigatório, e comporá a nota da avaliação parcial dos acadêmicos;

VI DO REGISTRO DA INTERDISCIPLINARIDADE

Art. 18º. A descrição da atividade a ser realizada como projeto interdisciplinar deverá estar contido obrigatoriamente no plano de ensino em espaço reservado para este fim

Art. 19º. No registro do projeto interdisciplinar no plano de ensino, deverá ser indicada as aulas (em dias e quantidade), respeitando a carga horária máxima para a sua realização.

VII AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Art. 20º. Como critério de avaliação, o projeto deverá conter a descrição detalhada dos critérios de avaliação e para a composição de sua nota final deve ser computado até 20% da nota institucional, dentro de uma escala de 0 a 10.

VIII DO RELATÓRIO DO PROJETO INTERDISCIPLINAR

Art. 21º. Deverá ao final do semestre ser apresentado à Coordenação de Curso, relatório consubstanciado do Projeto Interdisciplinar, que demonstre todas as atividades realizadas, previstas no projeto, e analise os resultados alcançados;

Art. 22º. As atas de notas do projeto interdisciplinar e todo material produzido para este, deve estar em anexo ao relatório final;

Art. 23º. Este relatório ficará arquivado na Coordenação de Curso, junto com o projeto que originou o mesmo, por no mínimo de 03 (Três) anos;

Art. 24º. Para a Modalidade à distância os estudos Interdisciplinares ficarão repostos no ambiente virtual para posterior transição ao repositório institucional.

REGULAMENTO DO PROJETO TRANSVERSAL

I DA DEFINIÇÃO

Art. 1º Por Transversalidade o CeUNI - FAMETRO entende ser à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real e de sua transformação (aprender na realidade e da realidade).

Art. 2º. No CeUNI - FAMETRO, a Transversalidade será uma estratégia para a abordagem e tratamento do conhecimento de caráter obrigatório, a ser desenvolvida por meio de Projetos Transversais, os quais serão realizados em todos os períodos letivos, em todos os cursos, a partir da integração vertical e horizontal dos componentes curriculares de um determinado período em duas áreas temáticas específicas, a saber:

- a) Educação Ambiental
- b) Relações Étnico-Raciais

II DO OBJETIVO

Art. 3º. O Projeto Transversal tem como finalidade proporcionar aos alunos a compreensão da importância de debater esses temas para a melhoria da qualidade de vida da comunidade onde atuam e vivem, e para uma atuação cidadã dos futuros profissionais formados pelo CeUNI - FAMETRO.

Art. 4º. O Projeto Transversal deve também contribuir para:

- g) Promover atividade extraclasse, para que se possa investigar e colher informações; debater e obter conhecimento acerca de temas contemporâneos relativos as áreas temáticas identificadas;
- h) Despertar nos discentes o gosto pelo debate, pela troca de experiência, pela intercomunicação de conhecimentos e vivência e pela tolerância na perspectiva da acessibilidade atitudinal e da consciência ambiental.

Art.5º. Na Modalidade de Ensino à Distância os projetos transversais também se denominam Estudos Transversais.

III DA REALIZAÇÃO

Art. 5º. A Transversalidade será desenvolvida por meio da pedagogia de projetos, onde a partir de um tema gerador, os alunos desenvolverão atividades teóricas e/ou práticas,

utilizando como referencia temáticas pertinentes a Educação Ambiental e as Relações Étnico-raciais, com destaque para as temáticas culturais locais.

Art. 6º. Este tema gerador, deve necessariamente concorrer para a integração da realidade refletida a luz de conhecimentos adquiridos e desenvolvidos no percurso formativo dos alunos.

Art. 7º. Os projetos Transversais fazem parte da pedagogia de projetos, a qual pretende proporcionar ao aluno uma reflexão acerca das questões ambientais e étnico-raciais, proporcionando aos alunos uma aprendizagem ativa para a construção de conhecimento, por meio de ações executadas pelos alunos e acompanhadas pelos professores envolvidos no projeto.

IV DO PLANEJAMENTO

Art. 8º. Os projetos serão planejados ao inicio de cada semestre letivo a partir da contribuição dos professores de um mesmo período letivo, visando à integração transversal dos conteúdos relacionados à Educação Ambiental e Relações Étnico-Raciais, e terão caráter permanente e contínuo.

Art. 9º. Os referidos projetos deverão conter a apresentação, justificativa, metodologia, formas e processos de avaliação.

Art. 10º. Os projetos devem conter ainda, a indicação de quais professores, e de quais disciplinas, estarão envolvidas no projeto. Devem trazer também, a indicação de quais temas serão abordados referentes às áreas temáticas indicadas neste regulamento.

Art. 11º. As atividades que serão realizadas no decorrer do projeto e o seu produto final, deve obedecer ao nível de maturidade intelectual dos alunos no período em que estes estão cursando, devendo também guardar coerência como as competências e habilidade previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso.

V DA CARGA HORÁRIA PARA A REALIZAÇÃO DO PROJETO TRANSVERSAL

Art. 12º. O projeto Transversal é de caráter obrigatório e para a sua realização será destinado até 20% da carga horária total de cada disciplina envolvida.

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 13º. Cabe aos professores:

- f) Participar efetivamente da elaboração e do planejamento do Projeto Transversal.
- g) Comentar e repassar as atividades da disciplina no projeto de acordo com o cronograma do projeto;

- h) Sugerir a qualquer momento ideias que possam vir a melhorar o resultado esperado do Projeto;
- i) Orientar todas as equipes ao longo do período de projeto, tirando as dúvidas que competem às suas respectivas disciplinas;
- j) Avaliar os resultados a partir dos critérios estabelecidos para o mesmo.

Art. 14º. Cabe aos Coordenadores de Curso:

- d) Acompanhar o desenvolvimento dos projetos a partir do contanto com professores e alunos;
- e) Subsidiar os professores com todo o aparato institucional necessário para a melhor realização dos projetos;
- f) Mediar possíveis dificuldades encontradas entre o corpo docente.

Art. 15º. Cabe aos alunos:

- d) Realizar as atividades com dedicação e esmero para o melhor desenvolvimento do trabalho;
- e) Reportar aos professores e/ou aos coordenadores de curso, qualquer dificuldade na realização e/ou desenvolvimento do projeto Transversal;
- f) No Projeto Transversal é obrigatório a participação dos alunos.

VI DO REGISTRO DA TRANSVERSALIDADE

Art. 16º. A descrição da atividade a ser realizada como Projeto Transversal deverá estar contido obrigatoriamente no plano de ensino em espaço reservado para este fim

Art. 17º. No registro do Projeto Transversal no plano de aprendizagem, deverá ser indicada as aulas (em dias e quantidade), respeitando a carga horária máxima para a sua realização.

VII AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Art 18º. Como critério de avaliação, o projeto deverá conter a descrição detalhada dos critérios de avaliação e para a composição de sua nota final deve ser computado até 20% da nota institucional, dentro de uma escala de 0 a 10.

Art. 19º. No caso dos Estudos Transversais este não comporá nota e sim horas de atividades complementares.

VIII DO RELATÓRIO DO PROJETO TRANSVERSAL

Art. 20º. Deverá ao final do semestre ser apresentado à Coordenação de Curso, relatório consubstanciado do Projeto Transversal, que demonstre todas as atividades realizadas, previstas no projeto, e analise os resultados alcançados.

Art. 21º. As atas de notas do projeto Transversal e todo material produzido para este, deve estar em anexo ao relatório final.

Art. 22º. Este relatório ficará arquivado na Coordenação de Curso, junto com o projeto que originou o mesmo, por no mínimo de 03 (Três) anos.

Art. 23º. Para a Modalidade à distância os estudos transversais ficarão repostos no ambiente virtual para posterior transição ao repositório institucional.

REGULAMENTO DA EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS

I Da definição

Art 1º Direitos Humanos são entendidos como aqueles direitos fundamentais que o homem possui pelo fato de ser homem, por sua própria natureza humana, pela dignidade que a ela é inerente. São direitos que não resultam de uma concessão da sociedade política.

II Dos Objetivos da Educação para os Direitos Humanos

Art 2º. Conforme o Art. 5º da Resolução no. 1 de 30 de maio de 2012, a Educação em Direitos Humanos tem como objetivo central a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário.

III Dos Temas

Art 3º. Conforme o artigo 3º. Da Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, a Educação em Direitos Humanos, No CeUNI - FAMETRO será desenvolvida preferencialmente a partir dos seguintes eixos e temas:

I - dignidade humana;

II - igualdade de direitos;

III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;

IV - laicidade do Estado;

V - democracia na educação;

VI - transversalidade, vivência e globalidade; e

VII - sustentabilidade socioambiental.

IV Das Formas de Operacionalização

Art 4º. No CeUNI - FAMETRO, a educação para os direitos humanos, será desenvolvida por meio da transversalidade em projetos de trabalho que contemplem as diferentes temáticas assinaladas neste regulamento.

§ 1º. Todas as Matrizes Pedagógicas dos Cursos de Graduação ofertarão em caráter optativo a disciplina Educação para os Direitos Humanos.

§ 2º. Nos Cursos de Licenciatura a Educação em Direitos Humanos será componente curricular obrigatório orientando a formação dos profissionais da educação.

Art 5º. O CEUNI - FAMETRO fomentará e divulgará, conforme determina a lei estudos e experiências bem sucedidas realizados na área dos Direitos humanos e da Educação em Direitos Humanos. 135

Art 6º. O CEUNI - FAMETRO estimulará ações de extensão voltadas para a promoção de Direitos Humanos, em diálogo com os segmentos sociais em situação de exclusão social e violação de direitos, assim como com os movimentos sociais e a gestão pública.

Art. 7º. Este Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação.

REGULAMENTO DO ATENDIMENTO AO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

CAPÍTULO I - DA DEFINIÇÃO

Art. 1. O Transtorno do Espectro Autista (TEA) engloba diferentes síndromes marcadas por perturbações do desenvolvimento neurológico com três características fundamentais, que podem manifestar-se em conjunto ou isoladamente. São elas: dificuldade de comunicação por deficiência no domínio da linguagem e no uso da imaginação para lidar com jogos simbólicos, dificuldade de socialização e padrão de comportamento restritivo e repetitivo.

CAPÍTULO II - DO QUADRO CLÍNICO E DA CLASSIFICAÇÃO DO TEA:

a. Autismo clássico – o grau de comprometimento pode variar de muito. De maneira geral, os portadores são voltados para si mesmos, não estabelecem contato visual com as pessoas nem com o ambiente; conseguem falar, mas não usam a fala como ferramenta de comunicação. Embora possam entender enunciados simples, têm dificuldade de compreensão e apreendem apenas o sentido literal das palavras. Não compreendem metáforas nem o duplo sentido. Nas formas mais graves, demonstram ausência completa de qualquer contato interpessoal. São crianças isoladas, que não aprendem a falar, não olham para as outras pessoas nos olhos, não retribuem sorrisos, repetem movimentos estereotipados, sem muito significado ou ficam girando ao redor de si mesmas e apresentam deficiência mental importante;

b. Autismo de alto desempenho (antes chamado de síndrome de Asperger) – os portadores apresentam as mesmas dificuldades dos outros autistas, mas numa medida bem reduzida. São verbais e inteligentes. Tão inteligentes que chegam a ser confundidos com gênios, porque são imbatíveis nas áreas do conhecimento em que se especializam. Quanto menor a dificuldade de interação social, mais eles conseguem levar vida próxima à normal.

c. Distúrbio global do desenvolvimento sem outra especificação (DGD-SOE) – os portadores são considerados dentro do espectro do autismo (dificuldade de comunicação e de interação social), mas os sintomas não são suficientes para incluí-los em nenhuma das categorias específicas do transtorno, o que torna o diagnóstico muito mais difícil.

CAPÍTULO III - DA ORIENTAÇÃO AO PORTADOR DE TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA

Art3. Em atendimento ao disposto na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, a Faculdade garante proteção aos Direitos da Pessoa com Transtorno de Espectro Autista.

Art4. O aluno será atendido em suas necessidades e dificuldades referentes a sua vida escolar, à sua aprendizagem e qualidade de relacionamento que mantém com seus pares na instituição, no trabalho e na família

CAPÍTULO III - DO ACESSO AO ATENDIMENTO

Art5. A orientação aos discentes será definida de acordo com a demanda e análise prévia de cada situação problema.

Art6. Para o corpo discente, a demanda de orientação poderá ser manifestada pelo próprio discente ou por encaminhamento dos professores

CAPÍTULO IV - DO SIGILO PROFISSIONAL

Art7, As atividades do Apoio Psicopedagógico, Orientação Pedagógica e à Pessoa com Transtorno de Espectro Autista (orientações e aconselhamentos), quando executados por profissional da área da Educação e ou/Psicologia, serão registradas em formulários específicos, respeitando o critério de sigilo profissional e as normas e resoluções do Profissional; Resolução CFP07/2003; 01/2009 e alterações.

Art8. Os dados das orientações e aconselhamentos realizados serão de acesso exclusivo do profissional psicólogo, registrado no órgão de classe, e serão arquivados em armários com chaves onde apenas o mesmo terá acesso para consulta e registros dos casos acompanhados.

Art9. Outros profissionais da instituição não terão acesso às informações confidenciais, salvo outros profissionais psicólogos autorizados pelo profissional de apoio Psicopedagógico coordenador do Serviço de Psicologia e Orientação Pedagógica que componham a equipe de trabalho ou o usuário ou responsável por menores de idade, de acordo com a Resolução CFP 01/2009. No caso da extinção do serviço ou da substituição de funções ou profissionais da área clínica serão adotados procedimentos do Art. 15, do Código de Ética Profissional/CFP

CAPÍTULO X - DA LOCALIZAÇÃO E DO HORÁRIO DE ATENDIMENTO

Art 10. O Apoio Psicopedagógico à Pessoa com Transtorno de Espectro Autista funcionará em local próprio e seu horário de funcionamento será definitivo pela Direção Geral em cada semestre letivo.

CAPÍTULO XI – CONDUTAS DE ATENDIMENTO

Art 11. No contexto do atendimento ao adulto e ao idoso com TEA, alguns fatores adicionais devem ser considerados. Primeiro, a demanda por esse tipo de serviço tem aumentado no mundo e o mesmo é esperado aqui no Brasil. Ainda que intervenções precoces e intensivas tragam imensos ganhos para o indivíduo com TEA e suas famílias, muitas das dificuldades vividas por esses indivíduos ultrapassam os anos da infância e da juventude. A necessidade por serviços e cuidados pode, portanto, se estender durante toda a vida do indivíduo.

Art 12. É essencial que a definição do projeto terapêutico das pessoas com TEA leve em conta as diferentes situações clínicas envolvidas nos transtornos do espectro do autismo. Ou seja, é necessário distinguir e ter a capacidade de responder tanto às demandas de habilitação/reabilitação de duração limitada (

Art 13. Após o diagnóstico e a comunicação à família, inicia-se imediatamente a fase do tratamento e da habilitação/reabilitação. A escolha do método a ser utilizado no tratamento e a avaliação periódica de sua eficácia devem ser feitas de modo conjunto entre a equipe e a família do paciente, garantindo informações adequadas quanto ao alcance e aos benefícios do tratamento, bem como favorecendo a implicação e a corresponsabilidade no processo de cuidado à saúde.

Art 14. No atendimento à pessoa com TEA, é importante manter uma rotina clínica (horários, espaço clínico, participantes da sessão, instrumentos, o diálogo como ponto fundamental de inserção da pessoa), pois tal estrutura impõe o caráter terapêutico à situação.

CAPÍTULO XII -DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art 15. Este Regulamento só pode ser alterado se aprovado pela maioria simples dos membros do Conselho Superior.

REGULAMENTO DO NAPA – NÚCLEO DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO E INCLUSÃO

CAPÍTULO I - EIXOS DE TRABALHO DO NAPAA

Art. 1 O NAPA realiza suas intervenções considerando quatro eixos fundamentais:

- I. atendimento ao corpo discente;
- II. apoio à coordenação de cursos e de ensino;
- III. pesquisa de demanda da Faculdade;
- IV. projetos institucionais.

CAPÍTULO II - DOS ATENDIMENTOS

Art. 2 Os atendimentos ao corpo discente, poderão ser individuais ou em grupo, de acordo com a demanda e análise prévia de cada situação problema.

Art 3. A demanda de atendimento poderá ser manifestada pelo próprio aluno junto ao NAPA ou pela coordenação de ensino, considerando relatório da coordenação de curso.

Art 4. Os atendimentos individuais serão agendados nos horários de funcionamento do NAPA e comunicado ao interessado.

Art 5. Os atendimentos individuais visam:

- a) atendimento aos casos relativos às dificuldades de aprendizagem e estudo;
- b) atendimento a alunos e funcionários com problemas psico-afetivos;
- c) encaminhamento para profissionais e serviços especializados dependendo da demanda apresentada;
- d) atendimento relativo às dificuldades de relacionamento interpessoal que ofereçam dificuldades de adaptação e motivação na dimensão acadêmica e profissional;
- e) atendimento aos casos relativos ao comportamento e conduta do acadêmico;
- f) atendimento aos encaminhamentos da direção, coordenação de curso, coordenação de estágio, corpo docente e Comissão Própria de Avaliação (CPA).
- g) Atendimento às demandas relacionadas à profissão e à formação profissional.

Art 6. Cada acadêmico poderá ser atendido individualmente em no máximo 10 (dez) sessões por semestre, de acordo com disponibilidade.

Art 7. O NAPA utilizará um formulário padrão – Prontuário de Atendimento – para registro dos atendimentos individuais.

Art 8. Os atendimentos em grupo serão agendados nos horários de funcionamento do NAPA e comunicado aos interessados.

Art 9. Os atendimentos em grupo serão realizados em um espaço de reflexão e enfrentamento de problemas cognitivos, relacionais e desenvolvimento de habilidades acadêmicas e profissionais no que se refere à dimensão relacional.

Art 10. Os atendimentos de grupo terão um limite de participantes, a ser definido pelo coordenador do NAPA, de acordo com o tipo de trabalho a ser desenvolvido.

Art 11. Os encontros dos atendimentos em grupo serão planejados a partir das demandas dos alunos, das pesquisas institucionais desenvolvidas pelo NAPA, das solicitações dos colegiados de cursos e/ou da CPA.

Art 12. Para a Modalidade de Educação à Distância, os atendimentos serão agendados via e-mail e realizados de forma remota. Quando necessário os atendimentos poderão ser presenciais com apoio do Polo referência.

Art. 13 Os temas e áreas envolvidos nos atendimentos em grupo envolvem:

a) Orientação Profissional: reflexão sobre as necessidades, dúvidas e enfrentamento de dificuldades relacionadas a escolha profissional ou adaptação acadêmica.

b) Relações Humanas: oficinas de dinâmica de grupo visando o desenvolvimento de competências relacionais e interpessoais, liderança, comunicação e resolução de conflitos interpessoais.

c) Treinamento de Assertividade: oficinas de dinâmicas de grupo diretamente relacionada a alunos que apresentem alto grau de ansiedade presente em situações que envolvam apresentação de trabalhos em público ou dificuldades relacionadas a relações de trabalhos de equipe.

d) Orientação de Estudos: grupo reflexivo que aborda temas ligados a maximização de recursos envolvendo o planejamento de estudos acadêmicos ou voltados para concursos profissionais e/ou públicos.

e) Inclusão e Acessibilidade Pedagógica

Art. 14. Cada grupo poderá ser atendido em no máximo 5 (cinco) sessões por semestre, de acordo com disponibilidade.

Art 15. O NAPA utilizará um formulário padrão – Plano de Trabalho – para planejamento e registro dos atendimentos em grupo.

CAPÍTULO III - DO APOIO À COORDENAÇÃO DE CURSOS E DE ENSINO

Art. 16. O NAPA irá atuar junto à coordenação dos cursos e de ensino na compreensão e resolução de problemas específicos de aprendizagem e relacionais, juntamente com a assessoria pedagógica da Faculdade.

Art 17. O NAPA participará do planejamento do curso de Formação Continuada dos Docentes, promovido pela Faculdade, atuando principalmente na reflexão e orientação de situações problemas comuns, a partir dos dados coletados em suas pesquisas.

Art 18. O NAPA irá, em situações específicas, disponibilizar aos professores um acompanhamento na implementação de projetos de inclusão de acadêmicos portadores de necessidades especiais.

Art 19. O apoio à coordenação de cursos e de ensino será realizado pelo NAPA através de reuniões institucionais, atendimentos individuais e orientações específicas.

CAPÍTULO IV - DA PESQUISA DE DEMANDA DA FACULDADE

Art. 20. O NAPA poderá, por solicitação da direção, elaborar pesquisas e relatórios com o objetivo de auxiliar na compreensão do perfil dos alunos, suas dificuldades e possíveis intervenções.

Art. 21. No caso de utilização de dados gerados a partir dos atendimentos individuais ou em grupo, ou ainda, oriundos da CPA, para elaboração de pesquisas e relatórios, o NAPA deverá observar o critério de sigilo profissional que envolve essas informações.

CAPÍTULO VI - DOS PROJETOS INSTITUCIONAIS

Art.22. O NAPA participa de projetos institucionais que envolvam as dimensões acadêmicas, culturais, semana das profissões, atividades extracurriculares, projetos de inclusão de necessidades especiais, estágios profissionalizantes.

Art 23. O NAPA realiza suas atividades em parceria com a Coordenação de Estágio, o Programa de Nivelamento – o Núcleo de Extensão – Coordenação de Ensino.

CAPÍTULO VII - DOS RELATÓRIOS

Art 24. A partir das atividades desenvolvidas pelo NAPA serão elaborados relatórios informativos para fundamentar pesquisas e avaliações dos processos acompanhados, podendo estes serem disponibilizados para a direção e coordenação dos cursos.

Art. 25. Os relatórios previstos deve tratar apenas de dados referentes ao número de atendimentos, tipologia dos atendimentos, tipologia da demanda ou outras informações que não comprometam o sigilo profissional.

CAPÍTULO VIII- DO SIGILO PROFISSIONAL

Art 26.Os atendimentos e atividades do NAPA, quando executados por profissional da área da Psicologia e da Pedagogia serão registrados em formulários específicos, respeitando nos atendimentos clínicos individuais e grupais o critério de sigilo profissional e as normas e resoluções do CFP (Código de Ética Profissional; Resolução CFP 07/2003; 01/2009).

Art. 27. Os dados dos atendimentos individuais e em grupo serão de acesso exclusivo do profissional psicólogo, registrado no órgão de classe, e serão arquivados em armários com chaves onde apenas o mesmo terá acesso para consulta e registros dos casos acompanhados.

Art. 28 Outros profissionais da instituição não terão acesso às informações confidenciais, salvo outros profissionais psicólogos autorizados pelo coordenador do NAPA, que componham a equipe de trabalho ou o usuário ou responsável por menores de idade, de acordo com a Resolução CFP 01/2009.

Art 29. No caso da extinção do serviço ou da substituição de funções ou profissionais da área clínica serão adotados os procedimentos do Art.15, do Código de Ética Profissional/CFP.

REGULAMENTO DA MOBILIDADE E O INTERCÂMBIO ACADÊMICO INTERNACIONAIS DO CEUNI - FAMETRO

Art. 1º Regular a Mobilidade e o Intercâmbio Acadêmico Internacionais, no âmbito do CeUNI - FAMETRO, destinados a permitir que alunos dos cursos FACULDADE, participem de atividades acadêmicas realizadas em instituições no exterior, e que alunos de graduação de instituições de ensino superior estrangeiras possam participar de atividades acadêmicas na IES.

CAPÍTULO I DA MOBILIDADE E INTERCÂMBIO INTERNACIONAIS PARA ALUNOS DO CEUNI - FAMETRO

Art. 2º Fica facultado ao aluno de graduação, regularmente matriculado em qualquer curso do CeUNI - FAMETRO, realizar componentes curriculares em instituições estrangeiras de ensino superior que possuem, ou não, Acordo de Cooperação com o CeUNI - FAMETRO.

§ 1º As atividades de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmico Internacionais deverão ser realizadas em Instituições de Ensino Superior, Centros de Pesquisas, Redes Universitárias e entidades semelhantes.

§ 2º As atividades realizadas e devidamente comprovadas serão creditadas no histórico escolar do aluno, de acordo com o Regimento Interno do CeUNI - FAMETRO.

§ 3º O afastamento do aluno para essas atividades, preferencialmente, estará amparado por Convênio ou Acordo de Cooperação firmado entre o CeUNI - FAMETRO e a instituição receptora.

§ 4º no caso de instituições que não possuem Convênios ou Acordos de Cooperação com o CeUNI - FAMETRO, cabe a Direção Geral aprovar a mobilidade ou o intercâmbio, levando em consideração o padrão de qualidade da instituição de ensino.

§ 5º O intercâmbio e a mobilidade acadêmica nos termos descritos neste regulamento se estende para todos os alunos da Instituição (Modalidade Presencial e a Distância)

Art. 3º Serão consideradas atividades de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmico Internacionais, passíveis de aproveitamento curricular de estudo, apenas aquelas de natureza acadêmica, supervisionadas, ou não, por tutor da instituição anfitriã, como disciplinas, cursos, estágios e pesquisas que visem ao aprimoramento da formação do aluno.

Art.4º A participação do aluno em atividades de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmico Internacionais terá a duração de um semestre letivo, podendo ser prorrogado por mais um semestre consecutivo. 144

§ 1º O prazo estipulado no caput poderá ser alterado, se este for proveniente de programas específicos, desde que haja a aprovação dos órgãos competentes.

§ 2º Compete a Coordenação de Ensino coordenar o Programa de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmicos Internacionais no âmbito do CeUNI - FAMETRO, e se responsabilizará pelos procedimentos gerais relativos aos Acordos de Cooperação.

§ 3º Durante o período de afastamento, o processo instruído ficará na Coordenação de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação para o acompanhamento da Mobilidade e Intercâmbio Acadêmico Internacionais. Findado o afastamento, o processo será encaminhado à Secretaria Acadêmica para arquivo na pasta do aluno.

Art.5º O pedido de afastamento deverá ser submetido à apreciação do respectivo Conselho Superior da Faculdade, sendo que a Resolução com a aprovação para o aluno desempenhar atividades acadêmicas em instituição estrangeira deverá ser encaminhado à Coordenadoria de Coordenação de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação.

§ 1º O Conselho Superior deverá considerar, na aprovação dos Contratos de Estudo, a carga horária e a presença dos conteúdos relevantes e significativos previstos na estrutura curricular do curso.

§ 2º A realização de intercâmbio sem aprovação do Contrato de estudos prévio só poderá ocorrer com suspensão de matrícula, devendo o Conselho Superior apreciar a *posteriori* o possível aproveitamento dos componentes curriculares cumpridos em intercâmbio.

Art. 6º O Conselho Superior deverá indicar, para cada aluno selecionado à mobilidade e ao intercâmbio, um tutor, que deverá ser professor do curso e ficará responsável pelo acompanhamento da realização das atividades previstas no Contrato de Estudos e aprovação de eventuais alterações.

Parágrafo Único - As eventuais alterações aceitas pelo Tutor Acadêmico no Contrato de Estudos serão submetidas a Direção Geral.

Art. 7º O aluno do CeUNI - FAMETRO interessado em participar de atividades de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmico Internacionais deverá proceder da seguinte forma:

I – executar os expedientes formais para vinculação à instituição onde deseja efetuar seus estudos;

II – arcar com todas as despesas pessoais e estudantis decorrentes da sua adesão ao Programa de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmicos Internacionais;

III – preencher formulário de candidatura próprio e anexar os documentos necessários;

IV – inscrever-se nos termos dos editais e demais convocações do ESAI.

Art. 8º O afastamento com vínculo temporário deverá ser registrado na faculdade de origem do aluno, de acordo com o Sistema de Controle Acadêmico, devendo esse registro ser substituído pelo lançamento de créditos equivalentes no histórico escolar do aluno, obrigatoriamente reconhecidos, por ocasião do retorno do mesmo.

Parágrafo Único: O afastamento do aluno do CeUNI - FAMETRO para vínculo temporário só se efetivará quando a instituição receptora manifestar formalmente o aceite do pedido do aluno, por meio de documento específico.

Art. 9º No período de afastamento por vínculo temporário, o aluno terá sua vaga assegurada no respectivo curso e esse período deve ser computado na contagem do tempo máximo previsto para integralização curricular.

Parágrafo Único: Para assegurar o previsto neste artigo, o aluno deverá efetuar sua matrícula normalmente para o semestre seguinte ao término do intercâmbio ou mobilidade.

Art. 10 Poderá participar do Programa de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmicos Internacionais, o aluno que atender os seguintes requisitos:

I – estar regularmente matriculado No CeUNI - FAMETRO;

II – ter concluído o segundo semestre ;

III – apresentar bom rendimento acadêmico, com média de aproveitamento igual ou superior a 6,0 (seis);

IV – apresentar plano de atividades acadêmicas a serem cumpridas na instituição anfitriã;

V – comprovar proficiência no idioma do país onde pretende realizar a mobilidade ou intercâmbio, ou em outro aceite pela instituição anfitriã, exceto quando se tratar de países lusófonos.

VI – observar e cumprir os prazos para candidatura e entrega da documentação.

Art. 11 Os cursos ou atividades acadêmicas realizadas pelo aluno durante o período da mobilidade ou intercâmbio poderão ser aproveitados para integralização curricular, como disciplinas obrigatórias, eletivas ou optativas, conforme o caso.

Art. 12 O aluno participante do programa estará, obrigatoriamente, subordinado às normas institucionais da instituição receptora.

Art. 13 O CEUNI - FAMETRO, enquanto instituição de origem exime-se de quaisquer responsabilidades relacionadas às despesas de manutenção de aluno participante no Programa de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmicos Internacionais, incluindo deslocamento, alimentação, moradia e atendimento médico e hospitalar, entre outras.

Art. 14 O CEUNI - FAMETRO fará a aquisição de apólice de seguro coletivo contra acidentes pessoais em favor do estudante participante do Programa.

CAPÍTULO II

Da Mobilidade e intercâmbio Internacionais de alunos estrangeiros No CeUNI - FAMETRO

Art. 15 Fica facultado ao aluno de graduação, regularmente matriculado em instituições estrangeiras de ensino superior com acordo de cooperação, ou não com o CeUNI - FAMETRO realizar componentes curriculares No CeUNI - FAMETRO, durante o período de um semestre letivo, podendo ser prorrogado por mais um semestre consecutivo.

Art. 16 O Conselho Superior da respectiva Faculdade, deverá aprovar o Contrato de Estudos de alunos estrangeiros que solicitarem intercâmbio No CeUNI - FAMETRO.

Art.17 Para cada aluno aceito No CeUNI - FAMETRO, o Conselho Superior indicará um tutor que o acompanhará academicamente em sua permanência No CeUNI - FAMETRO.

Art. 18 As despesas pelo cumprimento do programa correrão por conta do aluno em mobilidade, sem prejuízo de bolsas que possa obter das agências de fomento nacionais e internacionais.

CAPÍTULO III

Disposições Complementares

Art. 19 Os casos não previstos nesta Resolução serão resolvidos pelo Conselho Superior

Art. 20 Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DO CEUNI - FAMETRO

CAPÍTULO I - DAS FINALIDADES

Art. 1º - As Atividades Complementares se constituem em parte integrante o currículo dos cursos de Graduação.

§1º - As Atividades Complementares são desenvolvidas dentro do prazo de conclusão do curso, conforme definido em seu Projeto Pedagógico, sendo componente curricular obrigatório para a graduação do aluno.

§2º - Caberá ao aluno participar de Atividades Complementares que privilegiem a construção de comportamentos sociais, humanos, culturais e profissionais. Tais atividades serão adicionais às demais atividades acadêmicas e deverão contemplar os grupos de atividades descritos neste Regulamento.

Art. 2º - As Atividades Complementares têm por objetivo enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando:

- I. atividades de complementação da formação social, humana e cultural;
- II. atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo;
- III. atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional.

CAPÍTULO II - DO LOCAL E DA REALIZAÇÃO

Art. 3º - As Atividades Complementares poderão ser desenvolvidas na próprio CeUNI – FAMETRO ou em organizações públicas e privadas, que propiciem a complementação da formação do aluno, assegurando o alcance dos objetivos previstos nos Artigos 1º e 2º deste Regulamento.

Parágrafo único - As Atividades Complementares deverão ser realizadas preferencialmente aos sábados ou no contraturno do aluno, não sendo justificativa para faltas em outras disciplinas/unidades curriculares.

CAPÍTULO III - DAS ATRIBUIÇÕES

SEÇÃO I

DO COORDENADOR DO CURSO

Art. 4º - Ao Coordenador do Curso compete:

- I. indicar à Gerência de Ensino e Pesquisa o professor responsável por coordenar as ações das Atividades Complementares no âmbito de seu curso;

- II. propiciar condições para o processo de avaliação e acompanhamento das Atividades Complementares;
- III. supervisionar o desenvolvimento das Atividades Complementares;
- IV. definir, ouvido o Colegiado de Curso, para as atividades relacionadas no artigo 13, procedimentos de avaliação e pontuação para avaliação de Atividades Complementares em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;
- V. validar, ouvido o Colegiado de Curso, as disciplinas/unidades curriculares de enriquecimento curricular que poderão ser consideradas Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;
- VI. julgar, ouvido o Colegiado de Curso, a avaliação das Atividades Complementares não previstas neste Regulamento.

SEÇÃO II

DO COLEGIADO DO CURSO

Art. 5º - Ao Colegiado do Curso compete:

- I. propor ao Coordenador do Curso, para as atividades relacionadas no artigo 13, procedimentos de avaliação e pontuação para avaliação de Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;
- II. propor ao Coordenador do Curso as disciplinas/unidades curriculares de enriquecimento curricular que poderão ser consideradas Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;
- III. propor ao Coordenador do Curso a avaliação das Atividades Complementares não previstas neste Regulamento.

SEÇÃO III

DO PROFESSOR RESPONSÁVEL

Art. 6º - Ao professor responsável pelas Atividades Complementares compete:

- I. analisar e validar a documentação das Atividades Complementares apresentadas pelo aluno, levando em consideração este Regulamento;
- II. avaliar e pontuar as Atividades Complementares desenvolvidas pelo aluno, de acordo com os critérios estabelecidos, levando em consideração a documentação apresentada;
- III. orientar o aluno quanto à pontuação e aos procedimentos relativos às Atividades Complementares;

- IV. fixar e divulgar locais, datas e horários para atendimento aos alunos;
- V. controlar e registrar as Atividades Complementares desenvolvidas pelo aluno, bem como os procedimentos administrativos inerentes a essa atividade;
- VI. encaminhar à Secretaria Acadêmica – SECAD, o resultado da matrícula e da avaliação das Atividades Complementares;
- VII. participar das reuniões necessárias para a operacionalização das ações referentes às Atividades Complementares.

SEÇÃO IV

DO ALUNO

Art. 7º - Aos alunos do CeUNI - FAMETRO, matriculados nos cursos de Graduação, compete:

- I. informar-se sobre o Regulamento e as atividades oferecidas dentro ou fora do CeUNI - FAMETRO que propiciem pontuações para Atividades Complementares;
- II. inscrever-se e participar efetivamente das atividades;
- III. solicitar a matrícula e a avaliação em Atividades Complementares, conforme prevê este Regulamento;
- IV. providenciar a documentação comprobatória, relativa à sua participação efetiva nas atividades realizadas;
- V. entregar a documentação necessária para a pontuação e a avaliação das Atividades Complementares, até a data limite estabelecida no Calendário Acadêmico; VI. arquivar a documentação comprobatória das Atividades Complementares e apresentá-la sempre que solicitada;
- VII. retirar a documentação apresentada junto ao professor responsável em até 60 dias corridos após a publicação do resultado.

§1º - A documentação a ser apresentada deverá ser devidamente legitimada pela Instituição emitente, contendo carimbo e assinatura ou outra forma de avaliação e especificação de carga horária, período de execução e descrição da atividade.

§2º - A documentação não retirada no prazo estabelecido neste Regulamento será destruída.

CAPÍTULO IV

DO PROCESSO DE MATRÍCULA

Art. 8º - O aluno deverá protocolar junto ao professor responsável a entrega da documentação comprobatória para avaliação em Atividades Complementares, no momento que julgar ter os pontos necessários para avaliação.

§1º - A documentação comprobatória deverá ser entregue até a data limite prevista em Calendário Acadêmico.

§2º - Caso o aluno complete o número mínimo de pontos exigido para aprovação em Atividades Complementares, a matrícula será realizada, sendo o aluno considerado aprovado.

§3º - Caso o aluno não complete o número mínimo de pontos exigido para aprovação em Atividades Complementares, a matrícula não será realizada.

§4º - Caso o aluno tenha como único requisito faltante para conclusão do curso as Atividades Complementares e não complete o número mínimo de pontos exigido para aprovação, a matrícula será realizada e o aluno será considerado reprovado.

Art. 9º - A matrícula e a avaliação em Atividades Complementares deverão ser realizados até a data limite para lançamento de notas estabelecida no Calendário Acadêmico.

Art. 10 - Não será aceita matrícula em enriquecimento curricular em Atividades Complementares.

Art. 11 - Não haverá dispensa ou convalidação das Atividades Complementares.

CAPÍTULO V

DA AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 12 - Na avaliação das Atividades Complementares, desenvolvidas pelo aluno, serão considerados:

- I. a compatibilidade e a relevância das atividades desenvolvidas, de acordo com o Regulamento, e os objetivos do curso em que o aluno estiver matriculado;
- II. o total de horas dedicadas à atividade.

Parágrafo único - Somente será considerada, para efeito de pontuação, a participação em atividades desenvolvidas a partir do ingresso do aluno no Curso.

Art. 13 - Poderão ser validadas como Atividades Complementares:

Grupo 1 - Atividades de complementação da formação social, humana e cultural, estando inclusas:

- i. atividades esportivas - participação nas atividades esportivas;

- ii. cursos de língua estrangeira – participação com aproveitamento em cursos de língua estrangeira;
- iii. participação em atividades artísticas e culturais, tais como: banda marcial, camerata de sopro, teatro, coral, radioamadorismo e outras;
- iv. participação efetiva na organização de exposições e seminários de caráter artístico ou cultural;
- v. participação como expositor em exposição artística ou cultural.

Grupo 2 - Atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo, estando Inclusas:

- i. participação efetiva em Diretórios e Centros Acadêmicos, Entidades de Classe, Conselhos e Colegiados internos à Instituição;
- ii. participação efetiva em trabalho voluntário, atividades comunitárias, CIPAS, associações de bairros, brigadas de incêndio e associações escolares;
- iii. participação em atividades beneficentes;
- iv. atuação como instrutor em palestras técnicas, seminários, cursos da área específica, desde que não remunerados e de interesse da sociedade;
- v. engajamento como docente não remunerado em cursos preparatórios e de reforço escolar;
- vi. participação em projetos de extensão, não remunerados, e de interesse social.

Grupo 3 - Atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional, estando inclusas:

- i. participação em cursos extraordinários da sua área de formação, de fundamento científico ou de gestão;
- ii. participação em palestras, congressos e seminários técnico-científicos;
- iii. participação como apresentador de trabalhos em palestras, congressos e seminários técnico-científicos;
- iv. participação em projetos de iniciação científica e tecnológica, relacionados com o objetivo do Curso;
- v. participação como expositor em exposições técnico-científicas;
- vi. participação efetiva na organização de exposições e seminários de caráter acadêmico;
- vii. publicações em revistas técnicas;
- viii. publicações em anais de eventos técnico-científicos ou em periódicos científicos de abrangência local, regional, nacional ou internacional;
- ix. estágio não obrigatório na área do curso;
- x. trabalho com vínculo empregatício, desde que na área do curso;

- xi. trabalho como empreendedor na área do curso;
- xii. estágio acadêmico;
- xiii. participação em visitas técnicas organizadas pelo CeUNI - FAMETRO;
- xiv. participação e aprovação em disciplinas/unidades curriculares de enriquecimento curricular de interesse do Curso, desde que tais disciplinas/unidades curriculares tenham sido aprovadas pelo Colegiado de Curso e estejam de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso.
- xv. Participação em Empresa Júnior, Hotel Tecnológico, Incubadora Tecnológica;
- xvi. Participação em projetos multidisciplinares ou interdisciplinares.

§1º - Os estágios previstos referem-se a estágios de característica opcional por parte do discente (estágio não obrigatório). O Estágio Curricular Obrigatório não poderá ser pontuado em Atividades Complementares, por já possuir carga horária e registro de nota próprios.

§2º - Os projetos multidisciplinares ou interdisciplinares referem-se àqueles de característica opcional por parte do discente, não previstos no currículo do curso do aluno. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) não poderá ser pontuado em Atividades Complementares, por já possuir carga horária e registro de nota próprios.

CAPÍTULO VI DA PONTUAÇÃO

Art. 14 - As Atividades Complementares serão avaliadas, segundo a carga horária ou por participação efetiva nas atividades, atendendo ao disposto no parágrafo 1º do Art. 7º deste Regulamento.

Parágrafo único - As atividades que se enquadram em mais de um item serão pontuadas por aquele que propiciar maior pontuação.

Art. 15 - O aluno deverá participar de atividades que contemplem os Grupos listados no Artigo 13 deste Regulamento, completando no mínimo 20 pontos em cada um dos grupos.

Art. 16 - O aluno poderá integralizar:

- I. No grupo 1 o máximo de 30 pontos;
- II. No grupo 2 o máximo de 30 pontos;
- III. No grupo 3 o máximo de 40 pontos.

Art. 17 - Caberá ao Colegiado de Curso propor ao Coordenador do Curso a pontuação dos itens de cada Grupo, respeitados os Artigos 15 e 16.

Parágrafo único - O Anexo 1 deste Regulamento será utilizado como referência para definição dos pontos em cada item.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18 - Os casos omissos neste Regulamento serão tratados pela Coordenação do Curso.

PONTUAÇÃO SUGERIDA PARA AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Conforme determina o Art. 17 deste regulamento, este anexo trata-se apenas de uma referência para regulamentação própria de cada Colegiado de Curso.

Os alunos deverão enquadrar-se na pontuação estabelecida para o curso em que estiverem matriculados.

- 1) Serão atribuídos até 5 (cinco) pontos por semestre por participação nas atividades esportivas em Instituições, de acordo com o Art. 3º deste Regulamento.
- 2) Serão atribuídos até 5 (cinco) pontos, por semestre, por participação nas atividades artísticas e culturais, tais como: banda marcial, camerata de sopro, teatro, coral, radioamadorismo e outras, em Instituições, de acordo com o Art. 3º deste Regulamento.
- 3) Serão atribuídos até 5 (cinco) pontos, por semestre, por participação efetiva em Diretórios Acadêmicos e Entidades de Classe.
- 4) Serão atribuídos 10 (dez) pontos, por semestre, por participação efetiva em trabalho voluntário, atividades comunitárias, CIPAS , associações de bairros, brigadas de incêndio e associações escolares.
- 5) Será atribuído 0,5 (meio) ponto, por hora, por participação em cursos da área específica de cada curso de graduação, de fundamento científico ou de gestão.
- 6) Será atribuído 1,0 (um) ponto, por hora, pela participação em palestras técnicas, congressos e seminários.
- 7) Serão atribuídos até 5 (cinco) pontos, por semestre, para o aluno que obtiver frequência e aprovação em cursos de língua estrangeira.
- 8) Serão atribuídos até 5 (cinco) pontos, por hora, por apresentação de palestras técnicas, seminários, cursos da área específica, de cada curso de graduação.
- 9) Serão atribuídos até 10 (dez) pontos a artigos científicos publicados e até 15 (quinze) pontos a projetos de iniciação científica e tecnológica, relacionados com o objetivo do Curso.

Apêndice III – Planilha de Docentes do Curso de Arquitetura

| CEUNI - AUTORIZAÇÃO CURSO ENFERMAGEM - EAD SEDE | | | | | | | | | | | | | | QUANTIDADE DE PRODUÇÃO DOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS | | | | | |
|---|---------------------------------------|----------------------|-----|-------------------|--------------------------|------------------|----------|---|---|---|--|------------------|-------------------|--|---|---|---|---|--------------------|
| Nº | Docente | Vínculo | Nde | Função | Formação (Graduação) | Titulação Máxima | Regime | Experiência DENTRO do Magistério Superior | Experiência FORA do Magistério Superior | Experiência na docência em educação a distância | Experiência na tutoria em educação a distância | Data de Admissão | Tempo na IES | Data do termo de compromisso | Artigos, livros, capítulos, traduções, etc. | Projetos e produções técnicas ou artísticas | Propriedade intelectual resguardada ou depositada | Produção didático pedagógica recebante publicada ou não | Total de Produções |
| 1 | ANA AUGUSTA OLIVEIRA SIMAS | CLT | | DOCENTE/TUTOR (A) | LETRAS LÍNGUA PORTUGUESA | MESTRADO | PARCIAL | 5 ANOS E 4 MESES | 4 ANOS E 2 MESES | 1 ANO E 7 MESES | 1 ANO E 7 MESES | 02/05/2016 | 5 ANOS E 4 MESES | X | 0 | 10 | 0 | 0 | 10 |
| 2 | ALINE MARY MOREIRA DE MELO | CLT | | DOCENTE/TUTOR (A) | INFORMATICA | MESTRADO | PARCIAL | 8 ANOS | 17 ANOS | 1 ANO E 7 MESES | 1 ANO E 7 MESES | 01/03/2016 | 5 ANOS E 6 MESES | X | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 |
| 3 | ALY JORGE ALMEIDA FILHO | CLT | | DOCENTE/TUTOR (A) | FISIOTERAPIA | ESPECIALIZAÇÃO | PARCIAL | 5 ANOS E 6 MESES | 8 ANOS E 4 MESES | 1 ANO E 7 MESES | 1 ANO E 7 MESES | 01/02/2017 | 4 ANOS E 7 MESES | X | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 4 | ANA PAULA DORS RAMOS | TERMO DE COMPROMISSO | | DOCENTE/TUTOR (A) | CIÊNCIAS BIOLÓGICAS | DOCTORADO | PARCIAL | 17 ANOS E 8 MESES | 2 ANOS E 8 MESES | 1 ANO E 7 MESES | 1 ANO E 7 MESES | X | X | 03/05/2021 | 2 | 2 | 0 | 0 | 4 |
| 5 | CRISTIANO DOS REIS CARVALHO FERNANDES | CLT | | DOCENTE/TUTOR (A) | DIREITO/ FILOSOFIA | MESTRADO | PARCIAL | 8 ANOS E 6 MESES | 14 ANOS E 6 MESES | 1 ANO E 7 MESES | 1 ANO E 7 MESES | 14/02/2013 | 8 ANOS E 6 MESES | X | 1 | 1 | 0 | 0 | 2 |
| 6 | CARLA TATIANA VIEIRA DOS ANJOS | TERMO DE COMPROMISSO | | DOCENTE/TUTOR (A) | ENFERMAGEM | MESTRADO | PARCIAL | 12 ANOS E 7 MESES | 7 ANOS | 5 ANOS | 5 ANOS | X | X | 03/05/2021 | 2 | 9 | 0 | 0 | 11 |
| 7 | ERIKA OLIVEIRA SILVA | CLT | | DOCENTE/TUTOR (A) | ENFERMAGEM | MESTRADO | PARCIAL | 5 ANOS E 7 MESES | 5 ANOS E 1 MÊS | 1 ANO E 7 MESES | 1 ANO E 7 MESES | 01/02/2016 | 5 ANOS E 7 MESES | X | 7 | 0 | 0 | 0 | 7 |
| 8 | FABIANE VELOSO SOARES | CLT | NDE | DOCENTE/TUTOR (A) | ENFERMAGEM | DOCTORADO | PARCIAL | 8 ANOS E 6 MESES | 3 ANOS E 6 MESES | 3 ANOS | 3 ANOS | 05/08/2021 | 10 DIAS | X | 18 | 3 | 0 | 0 | 21 |
| 9 | FLAVIA BOSQUE ALVES VIEIRA | TERMO DE COMPROMISSO | | DOCENTE/TUTOR (A) | ENFERMAGEM | MESTRADO | PARCIAL | 7 MESES | 0 | 2 ANOS | 2 ANOS | X | X | 03/05/2021 | 3 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| 10 | FRANCIMERE GOMES PINHEIRO | CLT | NDE | DOCENTE/TUTOR (A) | CIÊNCIAS BIOLÓGICAS | DOCTORADO | PARCIAL | 14 ANOS E 09 MÊS | 13 ANOS E 2 MESES | 1 ANO E 7 MESES | 1 ANO E 7 MESES | 02/04/2007 | 14 ANOS E 5 MESES | X | 29 | 37 | 0 | 0 | 66 |
| 11 | IGOR CASTOR TAVARES | CLT | | DOCENTE/TUTOR (A) | ENFERMAGEM | MESTRADO | PARCIAL | 3 ANOS E 7 MESES | 6 ANOS E 11 MESES | 1 ANO E 7 MESES | 1 ANO E 7 MESES | 02/10/2017 | 3 ANOS E 7 MESES | X | 13 | 2 | 0 | 0 | 15 |
| 12 | JESSICA NAYARA CRUZ PEDROSA | CLT | | DOCENTE/TUTOR (A) | PSICOLOGIA | MESTRADO | PARCIAL | 2 ANOS E 9 MESES | 3 ANOS E 4 MESES | 1 ANO E 7 MESES | 1 ANO E 7 MESES | 13/11/2018 | 2 ANOS E 9 MESES | X | 2 | 1 | 0 | 0 | 3 |
| 13 | KARINE GARCEZ MC COMB | CLT | NDE | DOCENTE/TUTOR (A) | ENFERMAGEM | ESPECIALIZAÇÃO | INTEGRAL | 5 ANOS E 6 MESES | 10 ANOS E 9 MESES | 1 ANO E 7 MESES | 1 ANO E 7 MESES | 01/03/2016 | 5 ANOS E 6 MESES | X | 6 | 1 | 0 | 0 | 7 |
| 14 | LEONARDO DO NASCIMENTO ROLIM | CLT | NDE | DOCENTE/TUTOR (A) | CIÊNCIAS BIOLÓGICAS | DOCTORADO | PARCIAL | 7 ANOS E 2 MESES | 2 ANOS E 10 MESES | 1 ANO E 7 MESES | 1 ANO E 7 MESES | 02/02/2015 | 6 ANOS E 7 MESES | X | 16 | 1 | 0 | 0 | 17 |
| 15 | LUCIANA OLIVEIRA DO VALLE CARMINE | CLT | NDE | DOCENTE/TUTOR (A) | CIÊNCIAS ECONOMICAS | MESTRADO | PARCIAL | 18 ANOS E 6 MESES | 15 ANOS E 10 MESES | 1 ANO E 7 MESES | 1 ANO E 7 MESES | 01/03/2005 | 16 ANOS E 6 MESES | X | 14 | 4 | 0 | 0 | 18 |
| 16 | MARIANA IZABEL MARQUES DE SOUZA | TERMO DE COMPROMISSO | | DOCENTE/TUTOR (A) | NUTRICIONISTA | MESTRADO | PARCIAL | 3 ANOS E 3 MESES | 6 MESES | 5 ANOS | 5 ANOS | X | X | 03/05/2021 | 1 | 11 | 0 | 0 | 12 |
| 17 | ROBERT PAULO O VIEIRA | TERMO DE COMPROMISSO | | DOCENTE/TUTOR (A) | ENFERMAGEM | MESTRADO | PARCIAL | 2 ANOS | 0 | 2 ANOS | 2 ANOS | X | X | 03/05/2021 | 2 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| 18 | ROSILENE L DUJRA | TERMO DE COMPROMISSO | | DOCENTE/TUTOR (A) | FARMACIA | DOCTORADO | PARCIAL | 18 ANOS E 6 MESES | 9 ANOS | 13 ANOS E 8 MESES | 13 ANOS E 8 MESES | X | X | 03/05/2021 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

| TITULAÇÃO | | REGIME | | RESUMO | | |
|----------------|-----|----------|-----|-----------|----------------------|------|
| DOCTORADO | 28% | INTEGRAL | 6% | TITULAÇÃO | STRICTO SENSU | 72% |
| MESTRADO | 61% | PARCIAL | 94% | REGIME | PARCIAIS E INTEGRAIS | 100% |
| ESPECIALIZAÇÃO | 11% | | | DOCTORES | | 28% |

Apêndice IV – Perfil do(a) Coordenador (a)

| PERFIL DO(A) COORDENADOR(A) | |
|---|--------------------------|
| Nome | Ulli Guerreiro de Toledo |
| Formação | Arquiteto e Urbanismo |
| Titulação | Especialista |
| Experiência dentro do magistério superior | 12 |
| Experiência fora do magistério superior | 19 |
| Tempo de gestão do curso de graduação | 3 |

Apêndice V – Núcleo Docente Estruturante (NDE)

| NDE | | |
|--------------------------|--------------|----------|
| Docentes | Titulação | Regime |
| Afrânio B. A. Lins Filho | Mestrado | Parcial |
| Aníbal Turenko | Mestrado | Parcial |
| Carole Neves Peixoto | Especialista | Integral |
| Andrezza de Melo Barbosa | Mestrado | Parcial |
| Talles Matos | Especialista | Parcial |

Apêndice VI – EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DO EAD

1. Prof. Leonardo Florêncio da Silva - **Coordenador EaD**
2. Profa. Adilsimar Saraiva Maciel - **Pedagógico EaD**
3. Kelen Priscila de Oliveira Buraslan Marcião - **Pedagógico Presencia**
4. Giselle Maria Farias Pinto - **Secretaria Acadêmica (Gestora)**
5. Ana Augusta de Oliveira Simas - **Revisora - Material Didático**
6. Liene Silva da Costa Revisora - **Material Didático**
7. Maria Izaira da Silva Gil - **Tutora EaD**
8. Manuel Jandeir da Silva Muniz AVA - **Tecnologia da Informação**
9. Jessica Nogueira da Silva AVA - **Tecnologia EaD**
10. Joel dos Santos Souza AVA - **Tecnologia EaD**
11. Ilmara Pereira de Almeida Araujo - **Material Didático**
12. Marcia Mello da Costa - **Suporte ao Aluno**
13. Lilian Giselle Maia Santos - **Suporte aos Polos**
14. Amenayde Cristine Corrêa Material Didático - **Logística**
15. Arnaldo José Crippa - **Gestor de TI**
16. Luciana Freire Braga do Nascimento - **Design Multimídia**
17. Raimundo Thury Barbosa - **Laboratório de Informática**